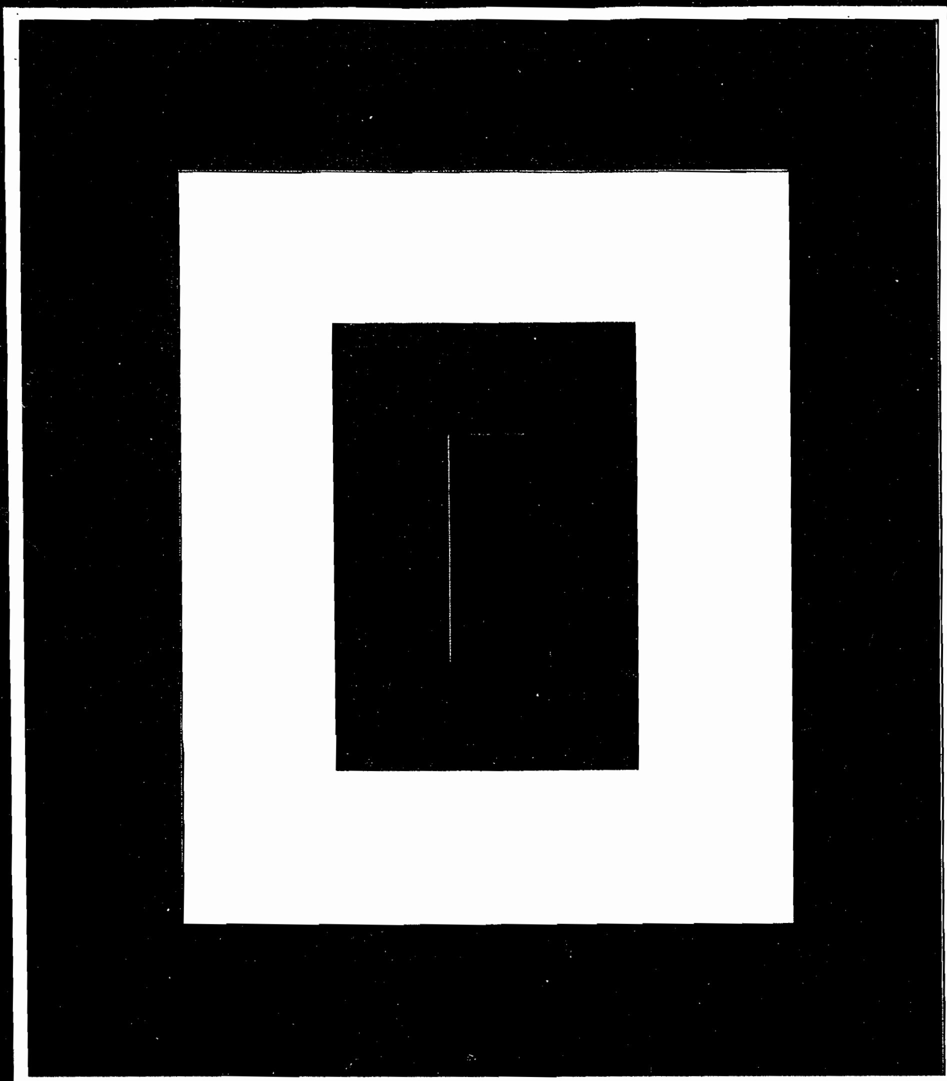


CARLOS MARQUES PINHO • DIVA BENEVIDES PINHO



EDITORA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



editora
SARAIVA



Obra publicada
com a colaboração da

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sistemas Econômicos Comparados

Capa: Viviane Malhamé
Diagramação: Fátima Gilberti
Produção: Arlindo André Batista Meira

1.ª edição
1984

CARLOS MARQUES PINHO

DIVA BENEVIDES PINHO
(Professores Titulares do Departamento de Economia
da Faculdade de Economia e Administração da USP)

Sistemas Econômicos Comparados



EDITORA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



editora
SARAIVA

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

P723s

Pinho, Carlos Marques, 1923-
Sistemas econômicos comparados / Carlos Marques Pinho, Diva Benevides Pinho. — São Paulo : Saraiva : Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

Bibliografia.

1. Economia comparada I. Pinho, Diva Benevides. II. Título.

83-1822 CDD-330.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia comparada 330.1
2. Sistemas econômicos comparados 330.1

Índice

"L'étude des cas concrets et singuliers, sous quelque forme qu'elle se présente, ne saurait donc se suffire à elle-même. Pour échapper à la fois à l'empirisme et aux préconceptions injustifiées, la méthode comparative s'impose."

ARMAND CUVILLIER *

* Armand Cuvillier, *Manuel de sociologie*, Paris, PUF, 1954, t. 1, p. 287.

Introdução

O estudo dos sistemas econômicos representa importante contribuição que se apóia na visão global da realidade econômica, com toda a sua complexidade e dinâmica.

Desde seu início, aliás, a abordagem sistêmica dos problemas econômicos veio permitir a síntese de contribuições de duas ordens principais de pesquisas que, durante muito tempo, a maioria dos economistas teóricos e dos historiadores sociais tratava separadamente: a análise econômico-teórica e a investigação histórico-social.

Realmente, a análise da evolução do pensamento econômico mostra que a quase-totalidade dos autores da Escola Clássica, da Escola Matemática ou da Escola Psicológica, por exemplo, procurou edificar uma Ciência Econômica puramente especulativa ou hipotética, baseada em premissas-dados e em raciocínios perfeitamente lógicos, mas alheados da realidade [1].

---

1. A concepção especulativa da Economia é perfeitamente aceitável desde que não seja esquecido seu caráter irreal. O erro está no fato de se olvidar a natureza arbitrária ou hipotética das premissas básicas e de se utilizar conclusões na elaboração de políticas econômicas. Confusão metodológica ou fraude intelectual, observa Perroux. Ou confusão entre "Economia pura-hipótese" e "Economia pura necessária", segundo Marjolin. De qualquer forma, entretanto, Noyelle (*Utopie liberale, chimère socialiste, économie dirigée*, Paris, 1934, p. 47) acrescenta que certos economistas, de tanto repetir o que seria, por exemplo, se a concorrência fosse absoluta, acabaram acreditando que explicavam o que é. André Marchal (*Méthode scientifique et science économique*, Paris, Libr. Médicis, 1952, t. 2, p. 11) opina que a fraude ou a confusão aparecem quando os autores, ao tentar fazer abstração da realidade, admitem, mais ou menos implicitamente, que as premissas hipotéticas utilizadas para edificar sua construção teórica de Economia pura constituem as bases permanentes e necessárias de qualquer sistema econômico concreto e viável.

Os historiadores, por sua vez, preocupados com a objetividade rigorosa, acumulavam informações complexas e minuciosas sobre fatos que a maioria dos economistas considerava secundários ou de difícil utilização para elucidar os problemas da atividade econômica.

Mas, à medida que a Ciência Econômica deixou de ser puramente especulativa e desinteressada e voltou-se mais especificamente para a ação, procurando fornecer bases seguras para a política econômica, por meio de teorias suficientemente próximas do real, não pôde prescindir das contribuições da História [2]. E a ponte entre a análise econômica teórica e a pesquisa histórica surgiu, sobretudo, com a introdução dos estudos dos sistemas e das estruturas no campo da Economia [3].

Além das contribuições da História, entretanto, a abordagem sistêmica da Economia vem permitindo também a incorporação de material proveniente das Ciências Sociais em geral. Complementa, então, a abordagem analítica do social, que se concentra principalmente na precisão dos detalhes ou dos elementos constitutivos do sistema, na medida em que considera as interações entre as partes componentes do todo e a visão multidisciplinar dos fatos econômicos [4].

Assim, graças à análise sistêmica da Economia, está definitivamente superado o método de se estabelecer primeira-

2. Trata-se de posição que tende a predominar em nossos dias, embora alguns autores, como Alfred Marshall, por exemplo, há muito já afirmassem que a Ciência Econômica deve ser julgada de acordo com a sua correspondência com a realidade.

Nesse sentido, aliás, Meyerson (*De l'explication dans les sciences,* Paris, 1921) enfatiza que a ciência é uma tomada de posse do real pela razão. E Samuelson (*L'économique,* trad. port., Paris, 1953, t. 2, p. 11) esclarece que a prova da pertinência de uma teoria é a sua aptidão para aclarar a realidade observada e não sua elegância lógica ou a beleza de sua trama. Se um economista declara que algo é exato na teoria, mas não o é na prática, quer dizer que é inexato também na teoria — ou estará anunciando um absurdo. É evidente — podemos concluir com André Marchal (*Systèmes et structures économiques,* Paris, PUF, 1959, p. 19) — a necessidade de um esforço de abstração e de simplificação, mas a partir de uma grande quantidade de dados concretos, e não a partir de uma observação puramente introspectiva.

3. A respeito desse assunto, cf. André Marchal, *Systèmes,* cit., p. 11 e s.

4. Schumpeter (*História da análise econômica,* trad. port., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, v. 1, p. 51) enfatiza a necessidade do economista conhecer a História, a Estatística e as Ciências Sociais, ou Sociologia em sentido amplo. Esta "significa a soma de muitas Ciências Sociais não coordenadas e sobrepostas" e inclui, "entre outras, a própria Economia, a Jurisprudência, a Hierologia, a Ciência Política, a Ecologia, a Ética descritiva e a Estética (no sentido de padrões de comportamento e da arte)". Aliás, Schumpeter, no decorrer da elaboração de sua *História,* cit., inclui a Sociologia Eco-

mente as condições ideais para depois se aproximar das condições reais, degrau por degrau. Considera-se o econômico na sua globalidade, o que implica a inclusão das ações dos grupos humanos não apenas como produtores, distribuidores e consumidores, ou seja, considera-se a realidade econômica em toda a sua complexidade [5].

Desse modo, a própria concepção de sistema econômico, que reflete, de certo modo, filosofias muito antigas, como, por exemplo, a de Anaxágoras (nada existe isolado, tudo participa de tudo), implica se pesquisarem também as "causas humanas" dos fenômenos econômicos, focalizando-se especialmente as ações dos grupos humanos [6].

Passa-se, então, de uma Ciência Econômica "microscópica", ou que focaliza primordialmente o indivíduo, ou a empresa individual, familial ou artesanal, a uma Ciência Eco-

---

nômica entre as técnicas que o economista deve dominar, dizendo que o economista científico se distingue de todos os demais estudiosos, que pensam, falam e escrevem sobre Economia, pelo controle das técnicas: História, Estatística, Teoria Econômica e Sociologia Econômica (*História,* cit., p. 34).

Vários autores franceses (entre os quais se destacam Guitton, Barre, Hugon, os irmãos Marchal etc.) também consideram Sociologia, em sentido amplo, o conjunto das Ciências, inclusive a Economia, o Direito, a Lingüística, além das Ciências tradicionalmente rotuladas de "sociais". Todas se separaram do tronco comum (a Sociologia) por razões práticas ou pela necessidade dos homens se especializarem. Mas o conhecimento de cada uma dessas Ciências se torna incompleto quando separado do corpo a que pertence.

5. A consideração do real levou alguns economistas norte-americanos a colocarem a distinção entre a Economia Positiva e a Economia Normativa como uma das pedras fundamentais do sucesso da investigação econômica: a primeira refere-se ao que *é, era* ou *será,* enquanto a segunda diz respeito ao que *deve ser.* Nesta última, são evidentes as interações da Economia com sistemas filosóficos, culturais, religiosos etc.

A distinção entre positivo e normativo é muito importante, explicam Lipsey e Steiner (*Economics,* 3. ed., New York, Harper, cap. 2, p. 16), porque é logicamente impossível deduzir afirmações normativas de outras positivas e vice-versa. Se alguém pensa que algo *deve ser* feito, nada pode deduzir a respeito do que *é*; ou, ao contrário, se pensa que duas coisas são verdadeiras, pode deduzir que outras também o sejam, mas nada pode afirmar a respeito do que é desejável ou deve ser desejável.

6. A Economia tradicional, esclarece Katona (*Psychological economics,* New York, Ed. Elsevier, 1976, p. 5), busca leis gerais com base em pretensos princípios da natureza humana. Os estudos de Economia psicológica ou do comportamento, entretanto, procuram compreender e predizer os processos econômicos que ocorrem em uma dada situação e em dado momento. Assim, Katona mostra que faz muita diferença na compreensão dos processos econômicos se a atenção for focalizada nos atores humanos e na análise psicológica da formação da decisão e da ação, pois os processos econômicos são o resultado do comportamento do povo e, portanto, influenciados por diferentes padrões de comportamento.

nômica "macroscópica", que enfatiza os grupos, os conjuntos, as macroquantidades, as macrodecisões etc.[7].

E mais, passa-se de uma Ciência Econômica estática, ou que considera principalmente as condições de equilíbrio, a uma Ciência Econômica dinâmica, no sentido de que estuda as relações entre os movimentos e as forças que os determinam.

A ótica econômica sistêmica de nossos dias, entretanto, tem raízes antigas, encontradas já na Escola Fisiocrática, com o Dr. Quesnay à frente, em meados do século XVIII. O "Tableau Économique" (1758) constitui, sem dúvida, um modelo global da sociedade francesa da época, analisada pelos principais grupos que a compunham.

Mas o desenvolvimento dos estudos de sistemas e de estruturas econômicas precisou esperar duas ordens de evolução: uma científica e outra factual.

A *evolução científica* operou-se graças, sobretudo, à contribuição de algumas linhas principais de pesquisa: *conceitual* — com os estudos de Marx, Max Weber, Eucken, Gurvitch e outros; *estatística* — com a colocação de dados precisos e objetivos à disposição dos economistas; *econométrica* — graças à formulação matemática de "modelos"; *contábil* — com a agregação de grandes conjuntos em nível nacional, como a Renda Nacional (RN), o Produto Nacional (PN) etc.; e *metodológica* — como resultado, principalmente, dos trabalhos de análise causal, do encadeamento ou das relações efetivas entre os dados reais no tempo (como, p. ex., as teorias de desenvolvimento econômico baseadas na hipótese de modificações estruturais de Rostow, Nurksey, Schumpeter e outros).

A *evolução factual* resultou, de um lado, de profundas modificações do sistema capitalista "concreto", sobretudo diante do impacto de duas guerras internacionais e da crise de 1929-1930, e, de outro lado, das transformações resultantes de quatro grupos principais de acontecimentos: a implantação do sistema socialista em âmbito nacional, a partir de 1917, com a Revolução Soviética, e sua posterior instalação em

7. A abordagem macroscópica (de macro = grande, *skopein* = observar) é um instrumento de análise constituído de um conjunto de métodos e de técnicas de disciplinas muito diversas, ou o símbolo de uma nova maneira de ver, de compreender e de agir, explica Joel de Rosnay (*Le macroscope*, Paris, Ed. Seuil, 1975, p. 9). Outrora, quando se desejava perceber os mistérios da complexidade, buscava-se analisar as unidades mais simples; hoje, a abordagem microscópica é completada pela macroscópica para se compreender melhor o meio em que os fenômenos se desenrolam.

vários outros países; a ascensão dos Estados Unidos à liderança das economias capitalistas, desde a I Grande Guerra; a reabilitação econômica da Europa Ocidental, por meio da "Comunidade" Européia ou Mercado Comum; e "O Grande Despertar" — para usar a expressão de Myrdal — dos países emergentes, revoltados com sua situação de dominação política e econômica e que buscam sua rápida industrialização.

A evolução da Ciência Econômica e da metodologia das Ciências Sociais, bem como a evolução dos fatos sócio-econômicos, tornaram possível o estudo dos sistemas econômicos comparados [8] e deram aos economistas importante lição de *relativismo* [9].

De fato, até recentemente as principais teorias econômicas referiam-se principalmente à estrutura dos países de regime capitalista, que introduziram em primeiro lugar a Revolução Industrial nos processos econômicos, e ignoraram quase que totalmente os demais regimes, bem como os países subdesenvolvidos em geral.

Além disso, o estudo dos sistemas econômicos mostra que a aplicação da maior parte das teorias econômicas atuais exige a consideração das estruturas institucionais, sociais e mentais, no tempo e no espaço.

Assim, apesar da análise dos sistemas econômicos tornar evidente que a Ciência Econômica se encontra ainda em elaboração e que, até agora, tem cuidado quase que exclusivamente da realidade econômica sistêmica dos países capitalistas desenvolvidos, já oferece material para destacar as

---

8. Antes da I Guerra Mundial, afirma Halm (*Sistemas econômicos*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965, p. 15), não poderia ter sido escrito um livro sobre sistemas econômicos comparados. As nações industriais conheciam apenas um sistema econômico: o capitalismo ou sistema de iniciativa privada. As obras publicadas sobre sistemas econômicos referiam-se quase que exclusivamente ao capitalismo. Inclusive os trabalhos dos autores socialistas limitavam-se essencialmente a criticar o capitalismo, já que o pensamento socialista não havia atingido o estágio dos planos. O próprio marxismo é uma teoria do capitalismo que prediz o advento do socialismo.

9. Nesse sentido, André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 9) observa que a sucessão dos sistemas econômicos, bem como sua coexistência podem levar o pesquisador a certo ceticismo quanto ao valor geral e absoluto da Ciência Econômica. E quando se analisa, por exemplo, o princípio da aceleração ou o multiplicador, ou quando se elabora um "modelo", é quase sempre a estrutura do mundo anglo-saxão que é considerada.

Juntamente com a lição de relativismo, Marchal destaca a importância do estudo dos sistemas e das estruturas como antídoto: estimula a contestação da existência de uma teoria econômica geral, válida sempre e em todos os lugares, e o raciocínio de que a Ciência Econômica não tem feito outra coisa senão acumular materiais para sua própria construção.

características diferenciadoras dos sistemas econômicos atuais, bem como dos ajustamentos de seus complexos mecanismos. E isto pode contribuir para a redução dos custos de experimentação de diferentes políticas econômicas que visem, por exemplo, a modificação estrutural do capitalismo, a manutenção do pleno emprego, a reformulação dos processos de produção e de distribuição, o aumento do ritmo de crescimento das economias etc.

Neste trabalho não trataremos das evoluções científica e factual que propiciaram o desenvolvimento dos estudos dos sistemas econômicos comparados. Não apresentaremos também a linha evolutiva dos estudos desses sistemas, no contexto da História do Pensamento Econômico.

Limitaremos nosso enfoque à análise dos principais sistemas "abstratos" e "concretos" (Caps. III e IV), após dois capítulos de caráter introdutório a respeito das generalidades da análise sistêmica (Cap. I) e do exame da composição interna dos sistemas econômicos, ou seja, suas estruturas econômicas (Cap. II).

Na parte final juntamos a bibliografia básica sobre o assunto, reservando para os rodapés a citação bibliográfica do material que consultamos para a elaboração deste trabalho.

capítulo I

Generalidades da análise sistêmica

"The study of comparative economic systems is primarily concerned with the problems of how divergent social systems coordinate and control their economic decision-making processes by their institutional structures, the resulting distribution of economic political power, and the effect of power on the determination of effective preferences of economic units."

ZINAM *

* Oleg Zinam, The economics of command economics, in *Comparative economic systems*, New York, Meredith Co., 1969, p. 35.

Generalidades da análise sistêmica

O uso freqüente e, não raro, abusivo do termo "sistema" no campo científico tem sido, de modo geral, fonte de confusões e de ambigüidades. Na área das Ciências Humanas, em particular, seu emprego implica, com muita freqüência, o posicionamento em face de problemas ideológicos, fonte de paixões acendradas e antagonismos quase sempre irredutíveis.

Sem a pretensão de solucionar a questão, mas com o propósito de deixar claro em que sentido empregaremos "sistema", neste Capítulo I buscamos precisar seu conteúdo no campo da Economia, explicar seus componentes para propor, enfim, uma tipologia dos principais sistemas econômicos e uma metodologia que possibilite seu estudo comparativo.

Seção I
SISTEMAS ECONÔMICOS — DISCUSSÃO CONCEITUAL

Antes de examinar o significado da expressão "sistemas econômicos", vejamos separadamente os dois termos que a compõem:

I — *Sistema* — do grego *systema* (*synístemi*), estar junto de — pode ser entendido como o conjunto de partes coordenadas entre si, de modo a formar um todo; ou a reunião de partes para um certo resultado, um fim especulativo ou prático.

Bancal [1] apresenta três definições fundamentais de sistema: 1) definição *etimológica* — conjunto de

---

1. Jean Bancal, *L'économie des sociologues*, Paris, PUF, 1974, p. 231.

elementos associados em uma organização coerente, com o fim de constituir um todo; 2) definição *descritiva* — conjunto organizado e estruturado de elementos materiais ou imateriais, que constituem um todo ordenado e orientado; 3) definição *pragmática* — conjunto de práticas, de métodos e de instituições que compõem, ao mesmo tempo, uma construção teórica e um método prático.

As duas primeiras aplicam-se a qualquer concepção de sistema (físico, químico, matemático, biológico, político, geográfico, histórico etc.), enquanto a terceira se refere mais especificamente aos sistemas econômicos e políticos.

II — *Econômico* — do grego *oikos* = casa e *nomos* = governo — termo geralmente utilizado no sentido de administração (pública ou privada) dos recursos escassos, de usos alternativos, na sociedade humana [2].

Samuelson [3], depois de insistir na dificuldade de se conseguir uma definição precisa, apresenta a seguinte "descrição preliminar e informativa": "a Economia é o estudo da maneira pela qual homens em sociedade resolvem, com ou sem o emprego da moeda, utilizar fatores de produção escassos a fim de produzir diferentes mercadorias ao longo do tempo e entregá-las ao consumo atual e futuro por entre diversas pessoas e grupos dessa sociedade".

---

2. Lionel Robbins (*An essay on the nature and significance of economic science*, London, Macmillan, 1932, p. 16) define a Economia como a ciência que estuda o comportamento humano como a relação entre fins e meios escassos de usos alternativos.

Jean Marchal (*Cours d'économie politique*, Paris, Libr. Médicis, 1958, p. 287) critica tal definição, destacando seus defeitos principais: limita-se ao estudo do comportamento humano no quadro das instituições existentes e estabelece que os fins são dados de uma vez por todas. Salienta que a Economia deve estudar, também, as ações dos homens isolados ou agrupados, as ações do Estado sobre as instituições e os homens, assim como as tranformações decorrentes das resistências do meio natural ou social.

Raymond Barre (*Manual de economia política*, trad. port., 2. ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, v. 1, p. 25) define a Economia como a ciência da administração dos recursos escassos numa sociedade humana: estuda as formas assumidas pelo comportamento humano na ordenação onerosa do mundo exterior, em decorrência da tensão existente entre os desejos ilimitados e os meios limitados dos agentes econômicos.

Henry Guitton (Problèmes économiques contemporains, in *Colloques de la Chaire Francqui*, Liège, 1953, p. 115) acrescenta à idéia de escassez dos bens a de inadaptação no tempo e no espaço, o que cria a tensão econômica e gera a potencialidade econômica: "Os bens são muito abundantes ou muito escassos, não estando, pois, no lugar certo: é necessário transferi-los de um lugar impróprio para outro melhor...".

3. Paul A. Samuelson, *Introdução à análise econômica*, 5. ed., trad. port., Rio de Janeiro, Agir, 1963, v. 1, p. 7.

Recursos [4] escassos *versus* satisfação de necessidades que crescem ininterruptamente [5] constituem, de fato, a principal preocupação de todas as sociedades, em todas as épocas e em todos os lugares [6].

Assim, logo à primeira vista, torna-se evidente que essa preocupação constitui o problema central de todas as sociedades, independentemente de seus sistemas econômicos, de seus fundamentos ideológicos, de suas estruturas organizacionais ou de seus estágios de desenvolvimento [7]. Os *inputs* não se tornam repentinamente menos escassos em uma sociedade simplesmente porque ela expropriou os bens e os declarou propriedade pública, observa Koehler [8].

Cada sistema econômico, entretanto, tenta resolver, à sua maneira, os problemas cruciais relacionados à escassez de recursos, ou seja, os problemas da organização econômica: *que* bens ou serviços produzir e em que quantidade, *como* produzi-los (com que recursos, de que maneira, com que processo tecnológico) e *para quem* serão produzidos (como será distribuído o PN entre as unidades domésticas que compõem a nação) [9].

---

4. Os recursos incluem o trabalho (sob todas as formas de esforço humano aplicado no processo de produção), a terra (no sentido de dádivas da natureza) e o capital (ou *inputs* produtivos feitos pelos homens). Cf. Jan S. Prybyla, Meaning and classification of economic systems: an outline, in *Comparative economic systems*, New York, Meredith Co., 1969, p. 9.

5. As necessidades, explica Maffeo Pantaleoni (*Principii di economia pura*, 3. ed., Milano, 1931), são o desejo de dispor de meio que possa prevenir ou interromper uma sensação de sofrimento, ou provocar, conservar ou aumentar uma sensação agradável.

As necessidades, ilimitadas em número, podem ser, segundo Manger, verdadeiras ou imaginárias (estas não se baseiam na natureza do indivíduo, nem em sua situação como membro da sociedade, mas no conhecimento defeituoso das exigências de sua natureza e de seu lugar na sociedade humana). Na prática, entretanto, ambas produzem as mesmas conseqüências: os bens que as satisfazem estão sujeitos à oferta e à demanda e têm um determinado preço.

6. Se todos os bens existissem em abundância ou se se pudesse produzir uma quantidade infinita de cada um deles, se todos os desejos humanos pudessem ser satisfeitos completamente, não haveria problemas e, portanto, não haveria Ciência Econômica. Ou, como diz Samuelson (*Introdução*, cit., p. 23), desde que todos pudessem ter tudo quanto lhes aprouvesse, *o que, como e para quem produzir* não constituiriam *problemas*. Não haveria "bens econômicos" (ou relativamente escassos), já que todos seriam *livres* como o ar e a água.

7. Cf. Prybyla, Meaning and classification, in *Comparative*, cit., p. 9.

8. Koehler, *Welfare and planning*, New York, 1966, p. 4.

9. Samuelson (*Introdução*, cit., p. 22 e 23) esclarece que o comportamento econômico pode ser regulado pelos costumes em uma tribo, por exemplo; ou, em algumas sociedades, por um ditador onipotente, mediante decretos arbitrários, ou com base em decisões democráticas; ou, ainda, o que é mais provável,

Após essas considerações preliminares, vejamos o que se deve entender por sistemas econômicos.

Zinam[10] define o sistema econômico como um complexo de instituições sociais que permitem incentivar e coordenar processos dirigidos à solução de problemas econômicos da sociedade.

Prybyla[11] explica o sistema econômico pela soma total de planos que se interagem, produzindo efeitos sobre a escolha econômica, isto é, que levam uma idéia à ação (entendida como o movimento de recursos para os usos desejados).

Qualquer sistema econômico, esclarece Joan Robinson[12], requer um conjunto de regras, uma ideologia para justificá-las e a consciência dos indivíduos de que devem se bater por elas.

Os sistemas econômicos, segundo Lajugie[13], englobam os quadros jurídicos (Direito Público e Direito Privado) da atividade econômica, bem como seu quadro geográfico, as

---

por meio de planos elaborados por autoridades legislativas ou planejadores, tendo em vista a complexidade e a multiplicidade das decisões econômicas.

Nas modernas sociedades urbano-industriais, de modo geral, as "necessidades" da população já se distanciaram bastante daquelas relacionadas com o mínimo fisiológico de alimentação, vestuário e habitação. Galbraith (*The affluent society*, Boston, Houghton Mifflin, 1958) já mostrou que a maior parte dos norte-americanos encontra-se atualmente acima do nível das necessidades fisiológicas e que os consumidores dirigem suas compras pressionados pela moda e pela publicidade.

Samuelson (*Introdução*, cit., p. 26) adverte, entretanto, que, "quanto mais a sociedade resolver consumir hoje, tanto menor poderá ser sua produção de máquinas e de bens de capital destinados a produzir maiores quantidades de bens de consumo para o ano vindouro e a próxima década". Trata-se, evidentemente, de opção que não pode fugir ao fato básico de toda vida econômica: como os bens econômicos são escassos, qualquer sociedade é obrigada a optar por alguns apenas, já que nem todas as necessidades e desejos podem ser satisfeitos.

10. Oleg Zinam, The economics, in *Comparative*, cit., p. 20.

11. Jan Prybyla, Meaning and classification, in *Comparative*, cit., p. 10.

12. Joan Robinson, *Economic philosophy*, Chicago, 1963, p. 13.

13. Joseph Lajugie, *Os sistemas econômicos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1959, p. 7, Col. Saber Atual.

Explica Lajugie que a análise do sistema econômico inclui os elementos assinalados pelo esquema clássico apresentado por Werner Sombart: elementos psicológicos, técnicos, político-sociais, além dos componentes mais complexos indicados por vários autores contemporâneos (entre os quais se destacam Eucken e Clémens) e que são: quadro geográfico, nível técnico, forma de atividade, regime político, regime econômico, tipo de organização e ideologia.

Lajugie, portanto, emprega "sistema econômico" em sentido amplo, de modo a englobar o regime econômico (que considera como um elemento do sistema) e as estruturas econômicas (noção que coloca "a meio caminho entre a de sistema e a de regime").

formas dessa atividade, os processos técnicos utilizados, os tipos de organização e o móvel dominante que impulsiona os agentes da produção. Em seguida, Lajugie conceitua o sistema econômico como um conjunto coerente de instituições jurídicas e sociais, no seio das quais são postos em ação, a fim de assegurar a realização do equilíbrio econômico, certos meios técnicos organizados em função de certos móveis dominantes.

Ao distinguir *sistema econômico* de *regime econômico*, Lajugie explica que entende por este último "apenas um elemento do sistema", isto é, o "conjunto de regras legais que regem as atividades econômicas dos homens", ou seus atos e ações de produção e de troca, em um dado sistema econômico. Tais regras têm por fim estabelecer o regime de bens [14], ou a relação dos homens com os bens, e o regime de pessoas [15], ou as relações dos homens entre si.

Trata-se de distinção diferente da apresentada por André Marchal [16]. Este autor tenta, inicialmente, sistematizar as definições de sistemas econômicos reunindo-as em dois grandes grupos. No primeiro grupo, coloca aquelas definições que destacam um fator estrutural — como a de Perroux (o capitalismo é um sistema que se caracteriza pela empresa — no sentido de instituição marcada por certos fatores econômicos, técnicos e jurídicos) [17] e de Clémens (o sistema se distingue, essencialmente, por um determinado tipo de cál-

14. O regime de propriedade privada é uma simples categoria histórica, resultante de lenta evolução (ou mesmo, para alguns autores, de simples etapa dessa evolução). Mas a propriedade privada não é a única base de uma sociedade econômica, esclarece Lajugie (*Os sistemas*, cit., p. 8), já que o titular do direito de propriedade pode ser um grupo mais ou menos extenso.

15. Relativamente ao regime de pessoas, Lajugie (*Os sistemas*, cit., p. 8) examina três pontos básicos a que as relações econômicas dos homens entre si podem conduzir: a escolha da atividade de cada um (livre ou determinada pelo Estado ou por outros grupos sociais), as condições de exercício dessa atividade (livre ou controlada) e as relações entre empregados e empregadores (que também podem ser livres ou controladas).

16. André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 111-8.

17. François Perroux, *Cours d'économie politique*, Paris, PUF, 1958, t. 2, p. 7. Antonelli (*L'économie pure du capitalisme*, Paris, PUF, 1939) critica Perroux dizendo que definir o sistema por uma só instituição significa abrir o caminho ao finalismo, já que é o autor quem determina a natureza do (ou dos) elemento(s) preponderante(s). Marchal (*Systèmes*, cit., p. 112) intervém deslocando o ponto de debate: definir o capitalismo pela empresa e esta de maneira tão estrita que elimina de seu campo a empresa artesanal, a empresa cooperativa ou a empresa pública, não é um bom método, realmente. Todavia, o que é criticável não é tanto a concepção de Perroux sobre o sistema capitalista, mas sua concepção de empresa.

culo econômico)[18]. No segundo grupo, dividido em três subgrupos, estão reunidas as definições que explicam o sistema econômico pela combinação de fatores estruturais: *a*) definições que identificam o sistema econômico com a Economia Nacional — posição dos autores da Escola Histórica alemã[19], de Brocard[20], de Wagemann[21] e outros; *b*) definições que consideram o sistema econômico concreto, os conjuntos de estruturas historicamente realizadas ou os regimes econômicos — Sombart, Perroux, Lhomme etc.; *c*) definições que explicam o sistema econômico como um complexo de estruturas (econômicas, técnicas, demográficas, políticas, jurídicas, sociais, mentais etc.), ligadas por relações relativamente estáveis — Austruy[22], Nicolai, o próprio Marchal e outros.

Em seguida, Marchal esclarece sua posição: o sistema econômico é um conjunto de estruturas — quando estas combinam-se entre si, harmonizando-se em conjuntos ou complexos com relativa coerência, formam os sistemas "abstratos" ou "puros"; mas no caso de não apresentarem coerência, dão origem aos sistemas econômicos "concretos", "impuros" ou regimes econômicos.

Muitas outras definições poderiam ser lembradas aqui: soma total de planos que se interagem, produzindo efeitos sobre a escolha econômica (Prybyla), complexo de instituições sociais que permitem incentivar e coordenar processos dirigidos à solução de problemas econômicos da sociedade

---

18. René Clémens, Prolégomènes d'une théorie de la structure économique, *Revue d'Économie Politique,* nov. 1952.

19. A vida nacional, segundo Roscher (apud A. Marchal, *Systèmes,* cit., p. 113), forma um conjunto de fenômenos intimamente interligados. Para compreender um deles cientificamente, é necessário conhecer todos e atentar especialmente para a língua, a religião, o direito, o Estado e a economia. No mesmo sentido, Schmoller afirma que existe economia nacional quando os homens da mesma raça e língua, unidos pelos mesmos sentimentos, idéias, costumes e direito, têm instituições nacionais únicas e estão ligados por um sistema único de relações de trocas.

Para os historicistas e seus sucessores, o sistema econômico é a economia nacional, caracterizada por uma certa solidariedade e homogeneidade.

20. Lucien Brocard (apud Marchal, *Systèmes,* cit., p. 113) considera o grupo nacional realmente o mais coerente, o mais característico, o mais vivo.

21. Wagemann (apud Marchal, *Systèmes,* cit., p. 113) foi um dos primeiros, depois de Marx, a utilizar "estrutura" no sentido atual. Seu conceito de sistema econômico também está preso à noção de economia nacional.

22. Austruy considera o sistema econômico um "complexo historicamente coerente de estruturas em simbiose com uma mentalidade". Este conceito torna-se sem sentido quando se considera a "mentalidade" englobada pelas estruturas mentais. É o que acontece, também, com o conceito de Nicolai (sistema é um conjunto de estruturas e comportamentos).

(Zinam), conjunto coerente de instituições jurídicas e sociais (Lajugie), conjunto de estruturas historicamente realizadas (Sombart, Perroux, Lhomme etc.) ou complexo de estruturas ligadas por relações relativamente estáveis. São conceitos que, afinal, convergem para duas idéias comuns: "elementos" reunidos em um "conjunto" organizado com relativa coerência. Não há, propriamente, divergência conceitual fundamental na maioria dos conceitos de sistemas, malgrado os autores enfoquem o tema sob prismas diversos.

Neste trabalho abandonamos as definições que destacam determinado fator estrutural ou que identificam o sistema econômico com as economias nacionais ou com determinados complexos institucionais. Utilizamos a expressão "sistema econômico" no sentido de conjunto, combinação ou complexo de diversas estruturas, formando um todo. E o fazemos apoiados em Marchal[23], ou seja, distinguimos dois tipos especiais de complexos: um, visualizado sob uma abordagem ideal, que forma os sistemas "abstratos" ou "puros"; outro, que constitui os sistemas econômicos "concretos" ou "impuros", também denominados regimes econômicos. Estes últimos são formas colhidas da realidade e manifestam aqui e ali estruturas com aspectos por vezes sem coerência, fruto da evolução histórica.

Seção II
COMPONENTES DOS SISTEMAS ECONÔMICOS

A partir do enfoque do sistema econômico como um todo, formado por um complexo de estruturas, os autores destacam os elementos mais significativos que entram em sua composição[24].

Nesse sentido, Parsons vê o sistema econômico[25] como um processo de interação provocado pelas ações de múltiplos

23. Marchal, *Systèmes*, cit., p. 111-8.

24. Jean Bancal (*L'économie*, cit., p. 235) escolhe, entre as múltiplas definições, três que considera típicas para esclarecer o problema dos componentes dos sistemas econômicos: a de Talcott Parsons, a de Marchal e a de Nicolai. Retomamos sua seleção e nela o incluímos, como representante daqueles que destacam o conjunto social ou a sociedade global.

25. O esquema parsoniano possibilita, sempre, duas vias simultâneas de análise: em um plano vertical, por exemplo, o estudo da Economia como sistema social, isto é, em sua especificidade, sua organização interna e seu fun-

atores sociais, engajados na produção e na circulação de bens e de serviços necessários à sobrevivência material e ao bem-estar dos indivíduos e da coletividade. A busca da satisfação "ótima" realiza-se em situações definidas por determinada cultura e seus valores.

Como *sistema social*, a Economia tira sua especificidade da produção e da circulação de bens e de serviços, os quais determinam também suas fronteiras. Assim, a maneira como os bens e serviços são consumidos ou usados, a razão de sua desiderabilidade etc. não dizem respeito à Economia, mas a outros subsistemas da sociedade.

O sistema econômico pode ser analiticamente isolado e estudado de acordo com as dimensões funcionais do sistema de ação: latência, integração, "goal" e adaptação:

A	G
Subsistema de capitalização e de investimento	Subsistema da produção e da distribuição
Subsistema dos compromissos econômicos: recursos físicos, culturais e psicoculturais (motivação)	Subsistema da organização
L	I

A realização do fim da Economia (produção e circulação de bens e serviços) exige a mobilização dos recursos econômicos necessários e a motivação dos atores, para que estes produzam segundo as normas e os modelos propostos pela cultura. Coloca-se, aqui, o problema da socialização dos atores às exigências da produção, às gratificações e às sanções.

A eficácia da Economia, por sua vez, implica a consecução do fim proposto pela coordenação e organização dos fatores de produção [26].

---

cionamento, e em um plano horizontal, que consiste em situar a Economia na sociedade e ressaltar suas interações com os outros subsistemas, ou seja, considera a Economia como um dos quatro subsistemas que compõem todo o sistema de ação.

26. Neste particular, Parsons destaca o papel do empresário ou do administrador, apoiado em Alfred Marshall: as atividades organizadoras da produção formam o subsistema de integração da economia. A lei da oferta e da procura, tão importante para a teoria econômica, é uma forma especial da lei mais

Enquanto Parsons enfatiza as ações entre os homens, Nicolai [27] entende que os sistemas econômicos são complexos coerentes e específicos de estruturas e de comportamentos na luta contra a escassez.

Sua composição, entretanto, varia no tempo e no espaço. E explica Nicolai que as estruturas e os comportamentos são plásticos, já que a natureza humana não é imutável. O homem participa de uma situação natural por suas determinações biológicas, pelo meio físico e geográfico que ocupa e por suas condições sociais.

Considera que as estruturas sociais intervêm na definição da condição humana. O homem opta entre várias estratégias diante da percepção de sua situação social total, do lugar que ocupa no contexto da totalidade das estruturas, o que torna impossível ligar o comportamento econômico unicamente às estruturas econômicas.

Os regimes econômicos, para Nicolai, são individualizações deformadas dos sistemas [28]. A teoria tem a mesma tarefa nos diversos níveis de abstração compreendidos entre o ideal e a realidade: aliar os esquemas de comportamentos aos esquemas de estruturas a fim de compreender as causas e descrever o processo de funcionamento do conjunto econômico considerado.

A aliança dos dois componentes — estrutura e comportamento — leva aos esquemas de funcionamento. Mas tanto as estruturas como os comportamentos sofrem transformações, daí decorrendo a dinâmica da evolução [29].

Bancal [30] acentua que o campo real de um sistema, ou aquilo que representa sua realidade, inteligibilidade, praticabi-

---

geral de equivalência da ação e da reação, que se encontra em todo sistema de ação.

A Economia, considerada como sistema social, conta com os elementos integradores constituídos pelas instituições econômicas. Dentre estas destaca-se o contrato, do qual decorrem duas outras instituições: a propriedade e o trabalho.

27. André Nicolai, *Comportement économique et structures sociales*, Paris, 1960, p. 46-56.

28. André Nicolai, *Comportement*, cit., p. 235.

29. Qualquer modificação econômica estrutural, lenta ou brusca, reflete mudanças nas dimensões dos comportamentos coletivos de adaptação. Um reajustamento do conjunto das estruturas, entretanto, é "a solução de incompatibilidades que se produzem em conseqüência de uma progressão não-paralela das diversas estruturas". E a passagem a um outro sistema é a reabsorção de uma contradição maior (Nicolai, *Comportement*, cit., p. 282).

30. Jean Bancal (*L'économie*, cit., p. 224 e s.), a partir de uma ótica sócio-econômica, procura romper o que denomina "hábito freqüente de econo-

lidade e dinamismo, não são as estruturas, mas sim o conjunto social. A sociedade global [31] significa o fundamento do sistema sócio-econômico por ser um conjunto social e econômico, uma totalidade que existe, movimenta-se, anima agentes e grupos etc.

Marchal, como já vimos, considera o sistema econômico como um complexo de estruturas, que guardam ou não coerência entre si. Além das estruturas propriamente econômicas (estruturas da produção, da repartição da renda, das trocas), enfoca as estruturas físicas ou geográficas, as demográficas e as de enquadramento (institucionais, sociais e mentais). Em curto período, como as estruturas variam pouco, o sistema aparece como um complexo de estruturas ligadas por relações relativamente estáveis. A longo prazo, entretanto, umas estruturas evoluem mais rapidamente do que outras, provocando transformações dos sistemas.

Os sistemas de ações (Parsons), os sistemas de estruturas e comportamento (Nicolai), os sistemas da sociedade global (Bancal) e os sistemas de estruturas diversas (Marchal), que acabamos de examinar, entretanto, não são opostos como podem parecer à primeira vista.

De fato, o sistema de ações de Parsons é estrutural-funcionalista; o sistema estrutural-comportamental de Nicolai aproxima-se das estruturas mentais de que fala Marchal; e a sociedade global de Bancal não se opõe aos sistemas "concretos" de Marchal.

O destaque dos elementos sistêmicos mais significativos aqui efetuado permitirá, a seguir, o exame da tipologia dos sistemas econômicos.

Seção III

TIPOLOGIA DOS SISTEMAS ECONÔMICOS

As múltiplas abordagens históricas, analíticas, funcionais e estruturais dos sistemas econômicos, realizadas quase sem-

---

mistas e politólogos" e que consiste em colocar o estudo dos sistemas como uma conclusão sintética do estudo das estruturas ou, inversamente, como uma introdução de conjunto dos estudos estruturais. Adverte que a lógica de uma indução ou de uma dedução abstrata geralmente leva o observador a perder de vista a realidade social.

31. Uma sociedade global pode ser entendida como macrounidade coletiva, completamente autônoma e fortemente estruturada e organizada. A análise

pre sem nenhuma preocupação de sistematização por parte dos economistas, sociólogos, historiadores e outros especialistas, não possibilitam o estabelecimento de uma taxinomia que englobe todos os sistemas econômicos.

Uma das primeiras tentativas de sistematização partiu da idéia de que os diferentes sistemas econômicos teriam-se sucedido no decurso do tempo, como distintos estágios de desenvolvimento econômico. Alguns, como Karl Bucher, procuram demonstrar uma linha sucessiva de estágios: a economia individual, a economia doméstica fechada, a economia urbana e a economia nacional. Não muito longe encontra-se o esquema de List (*Système national d'économie politique*, 1841), cuja tese é a de que cada economia teria conhecido uma fase pastoral, uma fase agrícola, uma fase agrícola e industrial e uma fase nacional. Hildebrand também sustenta uma linha sucessória: a economia *in natura*, a economia monetária e a economia de crédito. Schmöller, por sua vez, distingue nas sociedades os seguintes períodos históricos: economia fechada, economia urbana (a partir do séc. XI), economia nacional (depois do séc. XVI) e, enfim, economia internacional.

É freqüente, também, classificar-se historicamente os sistemas econômicos concretos em sistemas fechados à economia de troca (economia dominial-pastoril, dominial-agrícola, urbano-artesanal etc.), sistemas de mercado capitalista, sistemas coletivistas ou de planejamento e outros.

Eucken contesta, com exemplos, qualquer sucessão regular e linear. E, para ser fiel à realidade, propõe, como critério classificatório, o princípio de organização do processo econômico: a economia centralizada e a economia descentralizada.

Zinam[32] tenta elaborar uma estrutura teórica geral, aplicável a todos os tipos de sistemas econômicos. Utiliza, como

---

das características de uma sociedade global mostra que esta apresenta: *a*) *internamente* — uma unidade de composição (resultante da combinação de várias subunidades reunidas) e um poder de delimitação estruturado e organizado (proveniente de sua dominação social sobre todos os agentes e grupos que a compõem, bem como da soberania legítima que lhe é reconhecida em Direito); *b*) *externamente* — separação de fato e independência de direito em relação às outras sociedades globais circunvizinhas (destino e desejo nacionais, relações internacionais de auxílio, troca, dominação etc.). Observa Bancal (*L'économie*, cit., p. 226) que, em nossa época, a sociedade global, na escala dos grupos humanos, atinge sua plenitude no nível de agrupamento nacional. Este, por isso, é o mais estudado como campo de um sistema, enquanto as comunidades contemporâneas constituem o campo primordial para a análise da dinâmica dos sistemas.

32. Oleg Zinam, The economics, in *Comparative*, cit., p. 20.

critério, o método de coordenação ou de controle predominante, apresentando a economia de mercado como sistema econômico coordenado pelas forças da oferta e da procura; a economia autoritária ou de comando, como sistema dirigido por uma administração central; e a economia consuetudinária, como sistema regulado pelos costumes ou tradição.

Prybyla [33], ao examinar os planos que se interagem, produzindo efeitos sobre a economia, apresenta dois modelos heurísticos extremos, baseados teoricamente em dois métodos opostos e em diferentes instrumentos de alocação de recursos, ou seja, apresenta duas simplificações abstratas da realidade, com base em dois "métodos extremos de alocação de recursos" (mercado de preços *versus* comando central) e dois "instrumentos extremos de alocação de recursos" (propriedade individual de todos os meios de produção *versus* propriedade pública de todos os meios de produção).

Modelos heurísticos

Alocação de Recursos	
Métodos	Instrumentos
1. Mercado com preços	1. Propriedade individual de todos os meios de produção
2. Comando central	2. Propriedade pública de todos os meios de produção

A combinação do método *1* com o instrumento *1* é conhecida como modelo de mercado perfeitamente competitivo; a combinação do método *2* com o instrumento *2* constitui

33. Jan Prybyla (Meaning and classification, in *Comparation*, cit., p. 9) mostra que os planos podem ser considerados quanto aos seguintes aspectos:

a) origens e características: são baseados ou expressos em leis que sintetizam as tradições, a herança cultural, a evolução intelectual, a perspectiva filosófica etc. Ou, então, simplesmente significam a distribuição do poder político na sociedade.

b) funções: entre outras, ajudam a determinar o local da escolha efetiva; coordenam as atividades das unidades econômicas individuais; ajudam a determinar que decisões serão executadas etc.

c) natureza: compreende os métodos e instrumentos, os quais respondem "a quem", "como" e "que" questões são inerentes a qualquer sistema econômico.

o modelo de comando absoluto ou modelo ditatorial. Nenhum deles, entretanto, existe na prática. Ambos são construções hipotéticas destinadas a auxiliar a compreensão de uma realidade tão complexa que dificilmente seria apanhada na sua totalidade. O que se observa, na vida real, é o aparecimento de várias gradações de sistemas de mercados competitivos, mais ou menos controlados pelas autoridades públicas, bem como de sistemas de poder absoluto, revistos pelo mercado.

Perguntemos, então: será que os tipos ideais de sistemas econômicos, formulados com a abstração de características significativas da economia, permitem a compreensão de todos os sistemas econômicos, em todas as épocas e em todos os lugares? Será que o aparato teórico, construído fundamentalmente para analisar a economia capitalista de mercados, aplica-se também às economias socialistas integralmente planificadas ou às suas múltiplas nuanças?

Eucken, por exemplo, contesta tal possibilidade e toma uma posição "dualista", ou seja, afirma a necessidade de elaboração de outra teoria para explicar os mecanismos e o funcionamento das economias de administração centralizada.

Wieser, Pareto, Schumpeter, Koehler e outros, todavia, assumem uma posição "monista", por acreditarem que os princípios gerais da Economia são os mesmos em todos os sistemas sociais, apesar das diferenças institucionais. Assim, o problema básico da Economia, que é a escassez, apresenta-se igualmente nas sociedades capitalistas, socialistas ou mistas.

Outros autores insistem na impossibilidade de uma classificação completa dos sistemas econômicos em face da ausência de pesquisas sistemáticas e conjuntas de historiadores, sociólogos, etnólogos, economistas e outros cientistas sociais. De modo geral, entretanto, todos eles concordam quanto à necessidade e à urgência de tais pesquisas pluridisciplinares como contribuição à compreensão das sociedades de nossa época.

Nicolai[34], por exemplo, ressalta os riscos de se tomar o capitalismo como termo de referência para uma análise diferencial: poderá levar à focalização de relações ou grupos

---

34. André Nicolai, *Comportement*, cit., p. 66-96.

que pareçam "exóticos" e impedir a apreciação das originalidades específicas ou da globalidade. Recomenda, então, que os sistemas sejam classificados "segundo o tipo de atividade cujas relações predominem na hierarquia das estruturas sociais, isto é, de acordo com as relações que permitam o estabelecimento das incompatibilidades dos outros sistemas estruturais de atividade".

Assim Nicolai distingue três grandes tipos de sistemas:

— os em que a luta contra a escassez não leva a uma estruturação independente e específica, mas onde são utilizadas as estruturas existentes das unidades domésticas;

— os em que as estruturas econômicas coexistem com as estruturas domésticas;

— os em que o conjunto das relações econômicas não somente se apresenta diferenciado das outras atividades, mas as domina.

A passagem dos tipos ideais ou puros à realidade implica a reintrodução das dimensões do espaço geográfico e do tempo histórico, abstraídos nos modelos abstratos. Daí Nicolai falar em tipos concretos ou regimes de nascimento espontâneo ou provocado por fatores externos, regimes de diferentes estágios de desenvolvimento e regimes com sobrevivência (de outros anteriores) e "previvência" (de novos que estão aparecendo).

Original, sob muitos aspectos, é também a tipologia de Christin [35], que se baseia na representação geral de um sistema econômico inter-relacionado com o sistema social e com o meio natural. Considera o sistema econômico uma "caixa preta", entendida como um mecanismo complexo onde são conhecidos os *inputs* e os *outputs*, mas não o mecanismo de sua transformação. No interior da "caixa preta", contudo, há alguns graus de liberdade para a combinação de suas peças, e o todo, por sua vez, interage com o meio exterior, seja ele social ou natural.

Essas classificações, todavia, são pouco difundidas ou têm aceitação mais ou menos restrita. Com mais freqüência os autores elaboram modelos com base em experiências "historicamente realizadas": é o caso, por exemplo, dos chamados sistemas "arcaicos", como o sistema de economia dominial agrícola (que existiu no fim do Império Romano, mas caracterizou sobretudo a Alta Idade Média) e o sistema de econo-

35. Ivan Christin, *Théorie des structures et des systèmes économiques,* Paris, Dalloz, 1973, p. 104.

mia urbano-artesanal (que se instalou nos burgos medievais e precedeu o sistema de economia capitalista); é o caso, também, dos dois principais sistemas "atuais", que se confrontam em nossa época — o sistema de economia capitalista e o sistema de economia socialista.

Na elaboração dessas classificações, com base em experiências históricas realizadas, não há, igualmente, concordância entre os autores. Gurvitch (*Déterminismes sociaux et liberté humaine*, Paris, 1955), por exemplo, enumera quatro tipos de sociedades "arcaicas", dez de sociedades "civilizadas" e quatro de sociedades "atuais", a partir dos seguintes critérios: hierarquia dos agrupamentos, combinação das formas de sociabilidade, modos de divisão do trabalho e da acumulação, hierarquia das regulamentações sociais, obras culturais, escala das temporalidades sociais, hierarquia dos determinismos sociais etc. Entre as sociedades "arcaicas" coloca as tribos em que prepondera o clã; as tribos em que a coesão provém da submissão a um chefe com poder mitológico; as tribos com representação de divisões militares, domésticas e de clãs; e o conjunto de tribos que guardam as divisões clânicas, sustentadas por agrupamentos locais e por mitologia teogônica e cosmogônica, que interferem diretamente no funcionamento da estrutura social. As sociedades "civilizadas" compreendem as teocracias carismáticas do Extremo e do Próximo Oriente; as sociedades patriarcais; as sociedades feudais; as Cidades-Estados que se tornaram impérios; as estruturas globais que deram origem ao "absolutismo esclarecido" e ao início do capitalismo; as estruturas sociais globais democrático-liberais, correspondentes ao capitalismo competitivo etc. E, finalmente, os quatro tipos de sociedades globais "atuais", em luta na sociedade, são: a sociedade dirigista (que corresponde ao capitalismo plenamente desenvolvido); a sociedade de estrutura global tecnoburocrática (Alemanha e Itália fascistas); a sociedade de estrutura global comunista, planificada segundo os princípios do estatismo coletivista (URSS); e a sociedade planificada segundo os princípios do coletivismo pluralista, que procura equilibrar a democracia industrial e a democracia política (como a Inglaterra e a Suécia).

Relativamente ao *capitalismo*, as subdivisões sistêmicas variam segundo os autores: alguns o dividem em capitalismo

"atomizado" ou de pequenas unidades de produção concorrentes entre si, e capitalismo "molecular", ou de grandes grupos monopolísticos ou quase-monopolísticos (André Marchal); outros, em capitalismo comercial, financeiro, industrial (Lajugie); capitalismo liberal e capitalismo regulamentar (Lajugie), semicapitalismo, neocapitalismo e alto-capitalismo (Wagemann); capitalismo liberal e capitalismo dirigido etc.

Quanto ao socialismo, as obras divulgadas entre nós não apresentam, de modo geral, análise dos sistemas socialistas sob o ângulo marxista, pois, como observa Gelard [36], tal lacuna decorre, em grande parte, do fato dos autores procurarem explicar o sistema socialista em função das sociedades ocidentais. Como decorrência da exigüidade de bibliografia disponível, entre nós, pode-se afirmar que a tipologia socialista está por ser elaborada.

Para fins didáticos, entretanto, alguns autores tentam esquemas tipológicos. É o caso, por exemplo, de Bornstein — socialismo de planificação centralizada e socialismo de mercado; de J. L. Mathieu — coletivismo centralizado, coletivismo autogerido e coletivismo "desconcentrado"; de Paul Hugon — socialismo utópico, socialismo marxista e socialismo pós-marxista [37].

Neste trabalho, contudo, optamos pela seguinte classificação, que consideramos mais abrangente: I — Principais sistemas históricos: 1) sistema de economia dominial agrícola; 2) sistema de economia urbano-artesanal; II — Os dois grandes sistemas "abstratos" da época contemporânea: 1) sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado; 2) sistema de economia socialista integralmente planificado; III — Tentativas de sistemas intermediários: 1) sistema cooperativista; 2) sistema corporativista.

O estudo comparativo desses sistemas requer, evidentemente, uma metodologia que permita apanhar seus traços distintivos, os caracteres comuns, os pontos fundamentais. Passemos, pois, ao exame deste problema.

---

36. Patrice Gelard, *Les systèmes politiques des États socialistes*, Paris, Ed. Cujas, 1975, v. 1, p. 12.

37. Cf. o Capítulo IV deste trabalho.

Seção IV
METODOLOGIA DE COMPARAÇÃO

Os estudos dos sistemas econômicos, como vimos, são relativamente recentes e ainda não oferecem material suficiente para uma análise minuciosa de cada um deles. Além disso, em muitos casos, é difícil até mesmo separar-se nitidamente um sistema de outros.

Perguntamos, então, como podemos compará-los?

Comparar, segundo Littré, é examinar simultaneamente as semelhanças e as diferenças. Isto faz supor, portanto, um certo grau de analogia entre as coisas comparadas: não podemos comparar duas coisas absolutamente idênticas, nem absolutamente diferentes. A determinação do grau de analogia constitui, sem dúvida, o ponto crucial das análises comparativas, a fim de se evitar o risco de comparações artificiais. Tomada esta precaução, o método comparativo é de grande utilidade já que, nas Ciências Sociais, de acordo com August Comte e Émile Durkheim, desempenha ele o papel da experimentação nas Ciências Físicas e Biológicas [38].

A aplicação da metodologia de comparação entre sistemas econômicos tem recebido, sobretudo nos últimos anos, a contribuição da evolução do próprio método comparativo, de um lado, e da análise sistêmica, de outro:

1. *Método comparativo*

Amplamente utilizado por historiadores, economistas, sociólogos e cientistas sociais em geral, foi o método principal de grandes politicólogos, como Aristóteles, Jean Bodin, Montesquieu, Tocqueville e outros. Durkheim o considerou o método fundamental das pesquisas sociológicas; Brimo [39] e Gra-

---

38. Na prática há duas grandes categorias de métodos comparativos: 1) a comparação de fenômenos análogos, estudados pela mesma técnica analítica e pelo estabelecimento de uma tipologia — o que pressupõe uma sistematização ou uma teorização prévias; 2) a comparação de diferentes abordagens, resultantes da aplicação de diferentes técnicas, mas relativas ao mesmo fenômeno — o que propicia estudos aprofundados de equipes de pesquisadores de várias disciplinas, ou mesmo de uma única disciplina. Este segundo método, que se afasta da concepção tradicional de comparação, está sendo cada vez mais utilizado. Para detalhes, cf. Maurice Duverger, *Méthodes des sciences sociales,* Paris, PUF, 1961, Parte 2, Cap. I, Seção III, p. 375-98.

39. Albert Brimo, *Les méthodes des sciences sociales,* Paris, Montchrétien, 1972.

witz[40], a técnica de base de toda a síntese nas Ciências Sociais. Sua aplicação, aliás, está ligada a dois fatores principais: em primeiro lugar, corresponde à tendência natural de nosso espírito comparar o que vemos; em segundo lugar, pode prescindir de técnicas complexas, já que seus instrumentos principais são a observação e o raciocínio[41].

No campo das Ciências Sociais, a aplicação do método comparativo tem sido efetuada em estudos globais ou setoriais, qualitativos ou quantitativos, bem como em qualquer estágio de uma pesquisa, desde a observação ou a elaboração de hipótese até à verificação.

Recentemente, a multiplicação de pesquisas comparativas, de âmbito nacional e internacional, tem propiciado maior rapidez e rigor nos resultados dessa metodologia, uma vez que grandes massas de informações, levantadas segundo critérios preestabelecidos, podem ser analisadas em pouco tempo por meio de computadores. No mesmo sentido, vêm contribuindo a fixação de indicadores internacionais (em algumas áreas da economia, da demografia, da saúde ou da educação, p. ex.), a criação de bancos de dados, de centros de coordenação de pesquisas (como o da UNESCO, em Viena), de institutos especializados (como a ORSC — Organisme pour la Recherche Sociale Comparative, na França) etc. A própria unificação dos países europeus no Mercado Comum ou, mesmo antes, os estudos sobre o desenvolvimento dos países emergentes foram alguns fatos marcantes que impuseram a necessidade de aplicação mais intensa da metodologia comparativa em ampla escala.

2. *Análise sistêmica*

A partir de noções de interdependência das partes em relação ao todo, e com base em contribuições várias, dentre as quais se destacam as da Biologia, da Teoria da Informação[42]

40. Madeleine Grawitz, *Méthode des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

41. Todo método comparativo, segundo Brimo (*Les méthodes*, cit., p. 292), implica uma vontade de explicação. Esta pode ser realizada em duas etapas: na primeira, separa-se de modo mais nítido possível as constantes ou as simetrias; na segunda, procede-se à explicação, estabelecendo-se em que medida e em que grau de profundidade as comparações e as regularidades são válidas.

42. A Teoria da Informação tem por objeto estudar as propriedades intrínsecas e quantitativas das mensagens (Moles). Propõe um retrato métrico do universo das mensagens (Grawitz). Assim, a grande massa de informações, propiciada pelos modernos e rápidos meios de comunicação do pensamento, é tratada com as mais recentes técnicas de mensuração, o que facilita sua

e da Teoria Geral dos Sistemas [43], tornaram-se mais precisas as condições de aplicação da análise sistêmica. Sua característica mais acentuada tem sido a busca de um modelo ou de um quadro teórico que possibilite o estudo das diferenças e das semelhanças entre tipos de sistemas distintos.

Quer a análise comparativa, quer a análise sistêmica, entretanto, pelo fato de se embasarem na comparação, implicam o estabelecimento de classificação que permita colocar os fenômenos observados em categorias lógicas, segundo determinados critérios. Mas enquanto nas Ciências Exatas é relativamente fácil isolar os elementos de seu contexto e classificá-los de acordo com suas características reais, nas Ciências Sociais é muito difícil distinguir uns dos outros os diversos elementos constitutivos de instituições ou de grupos sociais, por exemplo [44]. Além disso, o "amorfismo" das Ciências Sociais leva o observador a colocar, *a priori*, um certo número de postulados, de conceitos. Daí as classificações das Ciências Sociais se basearem, não em categorias, mas em "tipos" [45] ou seleções de atributos considerados essenciais [46].

---

circulação e sua utilização. Deste modo, o ponto de partida e, ao mesmo tempo, o terreno de aplicação da teoria da informação são o domínio das comunicações. Completada pela Cibernética, oferece um sistema completo, no qual, graças ao *feedback*, uma máquina de informação controla e ratifica seu próprio funcionamento.

43. Disciplina lógico-matemática, a Teoria Geral dos Sistemas busca a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral. Utiliza, para isso, homologias lógicas (Bertalanffy). Representa o oposto da reflexão científica analítica que predominou durante muito tempo: a Biologia, a Física, a Química, por exemplo, tentaram reduzir a complexidade de seus objetos pela busca das unidades básicas — o átomo, a célula etc. Mas a evidência de que as propriedades do conjunto não equivalem às propriedades das partes conduziu ao estudo dos sistemas.

44. Ao contrário das Ciências Exatas, Brimo (*Les méthodes*, cit., p. 312) adverte que nas Ciências Sociais o observador se encontra diante de fenômenos reunidos segundo "uma lógica dialética, que cria uma espécie de continuidade no tempo e na verdade existencial", o que torna difícil apreender as estruturas individualizadas e delas deduzir uma tipologia. Realmente, nas Ciências Exatas as classificações resultam do esforço de abstração realizado a partir do real. Este delimita as condições de homogeneidade e de exclusividade das categorias tomadas como termo de classificação.

45. Ainda que as análises tenham sido efetuadas sobre fatos observados minuciosamente, nas Ciências Sociais aparece sempre o problema da interpretação — problema, aliás, já destacado por Durkheim. Weber, por outro lado, concebia o tipo ideal de maneira mais ou menos intuitiva. E Becker, autor americano citado por Grawitz (*Méthode*, cit., p. 402), acentua que o valor de um tipo não é tanto sua correspondência com a realidade, mas sua capacidade explicativa, ou seja, a de permitir a ordenação dos fatos observados de modo a torná-los comparáveis.

46. A grande diferença entre categoria e tipo, para Grawitz (*Méthode*, cit., p. 402), provém do fato de a categoria implicar uma ordenação, uma clas-

Contudo, como têm observado vários autores, a tipologia não pode ser concebida independentemente de um determinado sistema filosófico ou da tendência de seu autor, já que a seleção das características dos tipos implica o conhecimento dos elementos dos quais será tirado o essencial ou o que o observador considerar mais significativo. Como ilustração, é freqüente serem citados os exemplos do "tipo ideal" weberiano, que só pode ser compreendido dentro do sistema individualista de Max Weber, ou o "tipo concreto" de Lazarsfeld, que se integra na concepção empirista da pesquisa.

De qualquer forma, porém, o rigor e a importância das comparações dependem da tipologia utilizada, ou seja, da possibilidade dos tipos-objeto de comparação permitirem a ordenação e a compreensão dos fatos observados naquilo que eles apresentam de mais significativo ou fundamental.

-

Relativamente aos sistemas econômicos, a limitação dos estudos analíticos disponíveis tem levado à comparação apenas dos componentes sistêmicos considerados essenciais. Estes resultam da conscientização de princípios básicos de funcionamento dos sistemas econômicos, bem como da tomada de posição quanto aos seus objetivos, quanto à distribuição de recursos escassos entre fins competitivos, quanto à adequação institucional e instrumental para alcançar as metas estabelecidas etc.

É freqüente, por exemplo, encontrar-se a propriedade dos meios de produção como base da comparação entre o sistema capitalista (caracterizado pela presença da propriedade individual ou privada de todos os meios de produção) e o sistema socialista (caracterizado pela propriedade pública ou estatal de todos os meios de produção), ou, então, a comparação é efetuada pela identificação do método de controle predominante: a economia capitalista é coordenada pelo mer-

---

sificação, baseada sobre características, mas sem se referir a uma noção de modelo ou de protótipo. Exemplifica com o caso de uma seção de confecções de uma grande loja: comporta as categorias grande, médio e pequeno, permitindo a separação dos padrões semelhantes, mas o tipo "loira grande" somente será representado por determinado tipo de manequim. No caso de instituições, as categorias "regime parlamentar" e "regime presidencial", naquilo que apresentam de diferente, permitem que se trace o esquema do regime presidencial — tipo. Esclarece, então, Grawitz: "a categoria *distingue* para *reunir* em plano horizontal, aq passo que o tipo *seleciona* para *particularizar*, na maioria dos casos, em um movimento *vertical*".

cado ou pelas forças da oferta e da procura, enquanto a economia socialista é dirigida por uma administração centralizada, por meio de planificação integral.

Tais comparações, pelo fato de se limitarem a tipos extremos ou opostos, em uma perspectiva simplificada, podem produzir alguns equívocos quando se passa dos modelos à realidade. Países como a Inglaterra, a França, a Suécia ou a Noruega, por exemplo, têm conhecido, nos últimos anos, crescente aumento da propriedade estatal em diversos ramos da produção, mas os critérios de organização da atividade governamental e da atividade privada continuam sendo basicamente os mesmos [47].

A metodologia oposta, todavia, também apresenta inconvenientes: se, ao invés de comparar modelos teóricos, considerarmos apenas os casos "concretos", os detalhes serão tão numerosos que as diferenças ou semelhanças essenciais dificilmente poderão ser identificadas. Qualquer tentativa de simplificação, neste campo, apresentaria o perigo das rotulações inadequadas ou vazias de conteúdo, principalmente no caso dos países "intermediários" entre sistemas contrários, das economias em transição (como nas conversões de economia de guerra em economia de paz e vice-versa), dos países em diferentes estágios de desenvolvimento etc.

Na tentativa de evitar esses inconvenientes, Halm [48] indica três caminhos metodológicos principais da comparação entre sistemas:

1) averiguar se os objetivos e as organizações institucionais básicas dos sistemas considerados são coerentes, se conservam essa coerência ao sofrerem modificações ou se os sistemas são formados de partes incompatíveis;

2) selecionar os países "típicos" dos sistemas-objeto de estudo e compará-los analiticamente — método cuja desvantagem principal é a dificuldade de comparação devido à grande amplitude que tais trabalhos apresentam [49];

---

47. Richard Edwards (*The capitalism system. A radical analysis of American society*, Prentice-Hall, 1972, p. 3 e s.) adverte que seria totalmente incorreto identificar os países da Europa Ocidental, onde existe um capitalismo de Estado, com os países da Europa Oriental, onde se instalou o socialismo de Estado.

48. George Halm, *Sistemas*, cit.

49. Como exemplo de países "típicos", os Estados Unidos ou a República Federal da Alemanha poderiam ser utilizados como protótipos do capitalismo democrático; a Alemanha de Hitler, do capitalismo totalitário; a URSS, do socialismo centralizado; a Suécia, de um sistema misto etc. Em

3) verificar se os problemas típicos e suas respectivas regulamentações, no sistema de iniciativa privada, são encontrados nos outros sistemas e quais as diferenças observadas [50].

Desaconselha Halm, entretanto, a aplicação desses três métodos, consecutivamente, a fim de se evitarem repetições. E embora esclareça que não segue à risca nenhum deles, adverte que o método de análise "vertical" deve anteceder os métodos de comparação "horizontal" ou geográfica. Assim, deve-se conhecer primeiramente o que busca realizar os diferentes sistemas e quais as instituições consideradas essenciais para esse fim. Os tipos ideais ou modelos razoavelmente simples são úteis, nesta fase, para se obter uma classificação "vertical" e para facilitar, a seguir, a aplicação dos métodos de análise "horizontal".

Em qualquer caso, porém, vários autores lembram que o economista deve evitar juízos de valor sobre os fins da atividade econômica [51]. Seu estudo não deve ter por finalidade provar que determinado sistema é melhor do que os outros, segundo suas preferências pessoais. Destina-se, precipuamente, a verificar se os objetivos são conflitantes [52], se os meios

---

todos estes casos, haveria a vantagem de se ater à realidade; mas o trabalho seria tão extenso que dificilmente propiciaria comparações. A focalização das diferenças decisivas somente seria possível se todos os estudos fossem elaborados segundo o mesmo critério seletivo previamente fixado. Uma simples enumeração de políticas e de instituições, por exemplo, não auxiliaria a comparação entre os diferentes sistemas. "Com base no conhecimento do que significa o socialismo do ponto de vista econômico, podemos duvidar, por exemplo, que a economia britânica seja socialista em algo mais do que os mais remotos objetivos do Partido Trabalhista. Em discussões sobre a URSS, afundaríamos no atoleiro da caleidoscópica mudança de instituições e políticas dos últimos quarenta anos..." (Halm, *Sistemas*, cit., p. 18).

50. Halm exemplifica com o estudo de problemas tais como a distribuição da renda, a procura dos consumidores, os incentivos, a administração da produção, capital e juro, moeda e crédito, concorrência e monopólio etc. Esta análise horizontal, entretanto, somente terá utilidade se for precedida do estudo da estrutura essencial dos diferentes sistemas. Só compreenderemos o papel da moeda no socialismo totalitário se soubermos como funciona a planificação central, esclarece Halm (*Sistemas*, cit., p. 18).

51. F. S. L. Daly (The scope and method of economics, *Canadian Journal of Economics*, XI, 2 maio 1945, p. 169), por exemplo, diz que não pode haver dúvida quanto à desiderabilidade de se manter a análise livre da influência das preferências pessoais ou das funções normativas do economista. Seria imperdoável o economista não distinguir entre afirmações normativas e positivas, ou que enunciasse um "deve" dissimulado sob o manto de um "é" ou "pode ser".

52. Halm (*Sistemas*, cit., p. 21) exemplifica a incompatibilidade de objetivos com a hipótese de um sistema social baseado em três princípios fundamentais: todos são livres na escolha de suas ocupações; os salários são perfeitamente uniformes; e as escolhas dos consumidores determinam o sentido

estão adequados à obtenção dos fins preestabelecidos, se a realização de um objetivo-opção reduz a possibilidade de outros serem atingidos [53], quais as alternativas de custos etc.

Sampedro [54] destaca três métodos de abordagem da análise sistêmica comparativa:

1) comparação de nossa organização econômica com a de outras sociedades coexistentes;

2) análise das organizações contrastantes que se sucederam no tempo;

3) estabelecimento das possíveis formas de organização ideal, com base em determinados critérios racionais (ou abordagem puramente teórica e apriorística).

Balassa [55] sugere que a metodologia de comparação da eficiência da alocação de recursos nos diferentes sistemas econômicos, para ser aplicável tanto a casos reais como a modelos abstratos, seja efetuada em duas etapas: na primeira, por meio de "indicadores" de resultados (tais como eficiência estática na determinação de recursos em um momento dado; eficiência dinâmica ou possibilidades de crescimento de uma

---

da produção. Podemos combinar dois desses princípios, mas não os três, já que a livre escolha do consumo acarretará constante deslocamento de mão-de-obra entre as indústrias. E como resultado da competição das empresas no mercado de trabalho surgem as diferenças salariais, ou, em uma outra combinação, a escala uniforme de salários deverá estar ligada a uma distribuição dirigida da mão-de-obra, o que excluirá a livre escolha de emprego.

53. Não se pode, por exemplo, desejar uma tarifa ao mesmo tempo protecionista e rendosa ou uma política de proteção dos proprietários de títulos de renda fixa contra uma desvalorização nos preços dos títulos: se o Banco Central tiver de comprar todos os títulos de emissão oficial a preços fixos, será obrigado a emitir dinheiro, o que poderá provocar uma inflação de preços e prejudicar o credor, ou seja, a estabilização dos preços dos títulos de renda fixa seria conseguida à custa de uma inflação generalizada de preços (Halm, *Sistemas*, cit., p. 20).

54. José Luís Sampedro, *Estructura económica, teoría básica y estructura mundial*, Barcelona, Ed. Ariel, 1973, p. 268 e s., em colaboração com Rafael Martinez Cortiña.

55. Bela A. Balassa (Critérios para evaluar los resultados de sistemas económicos, in *Sistemas económicos comparados*, trad. port., Buenos Aires, Amorrortu Ed., p. 13-32, Coletânea organizada por Morris Bornstein) explica que, em um sistema estático, o cumprimento das condições do ótimo de Pareto (entendido como aquele em que não se podem realocar recursos sem prejudicar ninguém; não se pode incrementar a produção de um bem sem diminuir a de outro) proporcionará uma prova de eficiência para se avaliar os diferentes sistemas econômicos. Tal prova não tem, entretanto, muito significado porque vivemos em um mundo dinâmico e não estático. Daí a necessidade de se considerar outras variáveis, que funcionariam como indicadores de resultados nos diversos sistemas econômicos.

economia, taxa de crescimento; satisfação do consumidor; distribuição da renda etc.); e, na segunda, pela combinação dos "pontos" obtidos em uma escala de preferência — que pode levar em consideração as decisões dos indivíduos ou a do Estado (soberania do consumidor *versus* paternalismo estatal), por exemplo.

Esclarece Balassa, entretanto, que, embora útil, sua metodologia oferece resultados relativos devido ao pequeno número de indicadores econômicos, à impossibilidade de se construir uma ampla escala de preferências, aos desvios práticos dos modelos teóricos, à ausência dos fatores não-econômicos que modificam o funcionamento de um sistema econômico, à fixação autoritária de metas sem conexão com a atividade econômica do país etc.

Apesar de suas limitações, os métodos de comparação entre sistemas econômicos, que acabamos de examinar, possibilitam razoável apreciação do desempenho econômico-sistêmico.

Neste trabalho utilizaremos, de certa forma, a linha metodológica preconizada por Halm, mas com base em comparações propiciadas pelas análises estruturais (estruturas institucionais e sociais, estruturas econômicas e técnicas, estruturas psicológicas ou mentais) dos dois grandes sistemas "abstratos" da época contemporânea (sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado e sistema de economia socialista ou de planificação centralizada) e de algumas tentativas de sistemas intermediários, bem como dos principais modelos de sistemas econômicos "concretos" (regimes de economia capitalista — capitalismo de mercado e capitalismo regulado; regimes de economia socialista — planificação centralizada e socialismo de mercado).

SUMÁRIO

Neste Capítulo I, dedicado às generalidades da análise sistêmica, examinamos:

1) a discussão conceitual de sistemas econômicos, mostrando que as divergências entre os autores são mais aparentes, já que, de modo geral, todos eles destacam as idéias de "elementos" reunidos em um "conjunto" para resolver os problemas básicos das sociedades humanas, decorrentes da escassez de recursos ante as ilimitadas e crescentes necessidades dos homens;

2) os elementos mais significativos que entram na composição dos sistemas econômicos;

3) a tipologia sistêmica, a fim de selecionar os tipos "abstratos" ou "puros" e os tipos "concretos" ou "impuros" dos sistemas econômicos;

4) a metodologia sistêmica básica que possibilita a comparação entre os sistemas econômicos que enfocamos.

O próximo capítulo será dedicado ao exame das estruturas como elementos significativos que compõem os sistemas econômicos.

capítulo II

Sistemas econômicos: seus componentes – as estruturas

Seção I
A AMBÍGUA NOÇÃO DE ESTRUTURA

Seção II
A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO ESTRUTURAL

Seção III
MORFOLOGIA ESTRUTURAL

§ 1.º Estruturas de enquadramento
1. Estruturas físicas ou geográficas
2. Estruturas demográficas
3. Estruturas institucionais
4. Estruturas sociais
5. Estruturas psicológicas ou mentais

§ 2.º Estruturas da atividade econômica
1. Estruturas da produção
2. Estruturas da repartição da renda
3. Estruturas da troca
4. Estruturas do consumo

Sumário

"Sans doute les phénomènes qui concernent la structure ont quelque chose de plus stable que les phénomènes fonctionnels; mais, entre les deux ordres de faits, il n'y a que différences de degrés. La structure même se rencontre dans le devenir et on ne peut la mettre en lumière qu'à condition de ne pas perdre de vue ce processus du devenir. Elle se forme et se décompose sans cesse; elle est la vie parvenue à un certain degré de consolidation; et la distinguer de la vie dont elle dérive ou de la vie qu'elle détermine, équivaut à dissocier des choses inséparables."

ÉMILE DURKHEIM *

---

* La sociologie et son domaine scientifique, *Rivista Italiana di Sociologia, 4*:127 e s., 1900, reproduzido na obra de A. Cuvillier, *Où va la sociologie française*, Paris, Marcel Rivière, 1953.

Sistemas econômicos: seus componentes – as estruturas

Ao penetrar no estudo dos sistemas econômicos, depara-se desde logo com o conceito de estrutura, indicada como seu componente, como a parte que compõe o todo, o sistema.

De modo geral, a multiplicidade de conceitos de sistemas econômicos, como já vimos [1], contém duas idéias básicas: a primeira, a de "elementos"; a segunda, a de "conjunto" por eles formados. Vários autores, entre os quais se destacam André Marchal, Nicolai e Austruy, consideram que esses "elementos" são as estruturas (físicas, geográficas, demográficas, econômicas, institucionais, psicológicas ou mentais etc.) ligadas por relações relativamente estáveis.

As estruturas, segundo Marchal, podem ser consideradas teoricamente como formando complexos coerentes, sistemas "abstratos", "puros". Na prática, contudo, os elementos, ou seja, as estruturas, combinam-se diferentemente, formando sistemas "impuros", "barrocos" (na expressão de Merleau-Ponty). A estes sistemas "concretos" Marchal denominou ainda "regimes" econômicos.

Seção I
A AMBÍGUA NOÇÃO DE ESTRUTURA

O vocábulo "estrutura" é antigo, mas sua difusão e seu sucesso recentes [2], sobretudo nas

1. Cf. a Seção I, Capítulo I.

2. Ao apreciar o uso ambíguo de "estrutura", Grawitz (*Méthodes*, cit., p. 429) entende que sua difusão não pode ser explicada pela moda, mas "por razões semelhantes àquelas que con-

Ciências Sociais, ainda hoje constituem objeto de incertezas[3].

Etimologicamente, *structura* provém do verbo latino *struere* (construir) e apresenta sentido arquitetônico: "modo pelo qual está construído um edifício". A partir do século XVIII, entretanto, seu uso se expandiu em direção ao homem (cujo corpo pode ser comparado a uma construção) e às obras humanas (especialmente a Língua, com Balzac e Vaugelas)[4].

Parece, entretanto, que desde o início de sua expansão, "estrutura" designava simultaneamente:

— um conjunto;

— as partes desse conjunto;

— as relações dessas partes entre si.

A amplitude do significado explica a difusão do uso de "estrutura" na Anatomia, Biologia, Lingüística, Ciências Exatas, Ciências da Natureza e Ciências do Homem[5].

---

tribuíram, por exemplo, para a difusão da noção de hipótese. Esta comportava também equivalentes (como 'afirmação provisória'), mas finalmente prevaleceu graças à extensão da experimentação". No mesmo sentido, o sucesso do estruturalismo está ligado ao desenvolvimento de diversas disciplinas que utilizaram a noção de estrutura e elaboraram teorias com base na interdependência dos elementos constitutivos de seu objeto. Assim, a noção de estrutura traduz uma *intenção* científica comum ao conjunto das Ciências, mas em cada uma delas apresenta peculiaridade.

3. Em janeiro de 1959 a UNESCO patrocinou um Colóquio, em Paris, para a elaboração do *Dicionário terminológico das ciências sociais,* no qual o termo "estrutura" constituiu objeto de análise dos especialistas presentes. Para detalhes, cf. Roger Bastide (coord.), *Usos e sentidos do termo estrutura,* São Paulo, USP, 1971.

4. Roger Bastide, *Usos e sentidos,* cit., p. 2.

5. Spencer mostrou a passagem do termo "estrutura" da Biologia à Sociologia, embora insistindo nas diferenças entre o organismo social e o organismo biológico. De Durkheim a Radcliffe-Brow observa-se, porém, uma certa analogia entre as estruturas orgânica e social, enquanto a corrente de Lewis Morgan a Lévi-Strauss opõe-se ao "naturalismo" spenceriano (cf. Bastide, *Usos e sentidos,* cit., p. 2).

As explicações da extraordinária difusão do uso de "estrutura" em nossa época têm sido baseadas em diversos fatos econômicos (efeitos da I Grande Guerra, da Crise de 1929, problemas colocados pela revolta dos países subdesenvolvidos, aparecimento das economias socialistas de planejamento global autoritário, reestruturação das economias européias pelo Mercado Comum, afirmação dos Estados Unidos na liderança econômica do mundo ocidental etc.), bem como em suas conseqüências sobre as transformações do próprio capitalismo e das relações econômicas internacionais. Somam-se a tudo isso as contribuições das outras Ciências Sociais (em especial o aparecimento da teoria da *Gestalt*), a influência dos novos conhecimentos no campo da Lógica e da Matemática etc.

Vários autores observam que a partir de 1930, com a publicação do livro em que Freyer[6] apresentou o termo estrutura com novo sentido, estabeleceu-se o marco entre o fim da invasão quase explosiva da preocupação estruturalista em todas as Ciências Sociais e o início da influência da Lógica e da Matemática (sobretudo da teoria dos jogos e da teoria dos conjuntos).

Gurvitch[7] procurou mostrar que o "modismo" do vocábulo "estrutura" nas Ciências Sociais resulta de sua utilidade ao romper com a falsa distinção entre "estética e dinâmica", "estrutura e organização", "estrutura e conjuntura", bem como de sua possibilidade de permitir a caracterização dos diferentes tipos de sociedades globais. Por outro lado, a idéia de estrutura em Ciências Sociais leva à quantificação estatística, à aplicação dos cálculos de probabilidade, à construção de modelos (como os preconizados pelos sociólogos americanos) etc.

Em Economia, "estrutura" tem sido empregada com diversos significados. Os clássicos a entendiam como um conjunto de "dados" abstratos, de natureza conceitual, raramente correspondendo à realidade. Isto explica a afirmação de Perroux sobre a tentativa dos economistas modernos no sentido de substituir os dados arbitrários e qualitativos pelas estruturas observáveis e caracterizadas quantitativamente[8].

Tinbergen[9] apresentou quatro acepções diferentes de estrutura: na primeira, que é a mais divulgada, estrutura significa um conjunto de características imediatamente observáveis, como as relações numéricas entre produção agrícola e produção industrial; na segunda, o adjetivo estrutural tem sido empregado no sentido de lento, para qualificar um movimento ou um desenvolvimento; na terceira, a maneira pela qual a economia reage a certas mudanças (em termos econométricos traduz-se por coeficientes técnicos, psicológicos ou institucionais, cujo conjunto fornece uma imagem "estrutural" ou "arquitetural" da Economia); na quarta, a estrutura identifica-se com a "informação mínima exigida para se determinar os parâmetros de um modelo ou um certo número de grandezas

6. Hans Freyer, *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*, Leipzig-Berlin, 1930, apud Bastide, *Usos e sentidos*, cit., p. 5.

7. George Gurvitch, Le concept de structure sociale, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 19, jul./dez. 1955.

8. François Perroux, *Formation du capital et reconstruction française*, Paris, 1952, prefácio de Biays.

9. J. Tinbergen, De quelques problèmes posés par le concept de structure économique, *Revue d'Économie Politique*, 1952, p. 27.

conhecidas, graças às quais pretendemos determinar as grandezas desconhecidas.

Marchal [10] tentou resumir as principais definições propostas para "estrutura" em três grupos principais: o primeiro reúne as definições que identificam "estrutura" e "dados"; o segundo compreende as definições estáticas; e o terceiro, aquelas que adotam uma perspectiva dinâmica.

Os economistas de tradição clássica, de modo geral, são colocados em *primeiro grupo,* por considerarem que as estruturas representam "dados", elementos exógenos, de natureza extra-econômica, tais como as condições físicas da atividade econômica, o sistema jurídico, a organização social, as normas ou valores morais etc. Para usar a expressão de Courtin [11], são elementos rígidos sobre os quais o economista não tem ação e, portanto, deve aceitá-los como base de suas análises. As principais críticas que lhes foram dirigidas estão relacionadas com a renúncia à integração da estrutura às teorias do funcionamento ou com a mutilação da realidade social, já que os "dados" contêm, sobretudo, elementos das disciplinas vizinhas da Economia.

No *segundo grupo* estão os autores que apresentam definições estáticas de estrutura, identificando-a com as proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço [12]. Suas análises podem ser colocadas numa escala intermediária entre a micro e a macroeconomia, entre o indivíduo e a unidade complexa, como, por exemplo, os estudos de regiões dentro das economias nacionais (economia regional), estudos de determinados setores da atividade econômica, de certos grupos sociais ou de certas categorias sociais etc. As definições deste segundo grupo são qualificadas de "estáticas", porque dizem respeito a conjuntos localizados no tempo e no espaço, ou "imobilizadas" para facilitar sua descrição.

No *terceiro grupo,* finalmente, encontram-se as definições "dinâmicas", que conceituam as estruturas como elementos de um conjunto econômico que, no curso de um período determinado, manifestam-se relativamente estáveis. As estruturas não são, pois, somente fatores de resistência (como os elementos físicos ou geográficos, as organizações econômicas, as instituições sociais, os hábitos mentais etc.). Contêm, inclusive, va-

10. André Marchal, *Systèmes,* cit., p. 69.

11. Apud Marchal, *Systèmes,* cit., p. 71.

12. François Perroux, *Pour un approfondissement de la notion de structure,* Paris, PUF, 1939.

riáveis motrizes, como a população, a técnica e outras. Os autores deste grupo incluem, ainda, a consideração do período de análise, ponderando que aquilo que constitui fator de rigidez a curto prazo pode se tornar elemento dinâmico a longo prazo. Assim, a distinção de Wagemann entre estrutura (o que é mais permanente) e conjuntura (o que se transforma) também é revista em função do período de observação: não existem, de modo abstrato, fatores puramente estruturais (como, p. ex., a população, a técnica ou os móveis dominantes) nem fatores puramente conjunturais. Em períodos longos, as variações da população e da técnica podem ter influência muito importante, enquanto em períodos curtos sua atuação pode ser considerada constante ou fixa. Eis porque as definições dinâmicas de estrutura enfocam os elementos de um conjunto econômico, que se apresentam relativamente estáveis entre si no decorrer de um dado período [13]. Ainda, para repetir Akerman — contextura que se apresenta invariável a curto prazo. No mesmo sentido, Gurvitch observa que as estruturas não são estáveis, mas se encontram em perpétuo movimento [14].

As definições dinâmicas de estrutura oferecem vantagens diversas: afastam as freqüentes confusões entre "estrutura" e "dados" (ou elementos de natureza exógena, que o economista aceita, sem discussão, como base de seus modelos), "estrutura" e "conjuntura" (tudo é conjuntural em longo período); introduzem a idéia de relativismo na Ciência Econômica (as "leis" econômicas são válidas para determinadas estruturas); permitem a definição de "sistema econômico abstrato" (complexo coerente de estruturas) e de "sistema econômico concreto" (complexo de estruturas sem coerência), e também a análise dos mecanismos de evolução que operam dentro dos sistemas ou as mutações do próprio sistema (por meio de verdadeiras rupturas, como em casos de inadaptação ou de incompatibilidade entre as estruturas) etc.

Seção II
A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO ESTRUTURAL

O termo "estrutura" difundiu-se no campo da Ciência Econômica há relativamente pouco tempo.

13. Cf. André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 78.

14. George Gurvitch, Le concept, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 19, jul./dez. 1955.

Marx, entretanto, já havia definido as relações entre a "base", a "estrutura" e a "superestrutura" da sociedade [15]. Em textos menos popularizados, porém, Marx não empregara a palavra "estrutura" com sentidos diferentes, como geralmente o fazem os economistas atuais. Ao contrário, usara termos distintos: estrutura (*Struktur*), sistema (*System*), forma social (*Gesellschaftsform*), todo (*Totalität*) etc., traduzindo matizes que não podem ser contidos na palavra estrutura, empregada em acepções diversas e, não raro, confusas [16].

Mas parece que foi Wagemann [17] quem utilizou pela primeira vez o vocábulo estrutura "de maneira sistemática, demonstrando como a estrutura especificava a conjuntura". Na França, sua vulgarização data de 1936, quando a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e os partidos de esquerda preconizaram "reformas de estrutura", que incluíam principalmente as nacionalizações de empresas.

A noção de estrutura, entretanto, encontra-se subjacente em toda a história da evolução do pensamento econômico, sobretudo nas controvérsias metodológicas entre escolas e autores, que opunham o raciocínio dedutivo, lógico e abstrato ao raciocínio indutivo, concreto e empírico [18].

De fato, os mercantilistas já se preocupavam com o estudo das estruturas (sobretudo a população e os elementos geográficos ou naturais) e dos sistemas (que identificavam com as economias nacionais).

Os fisiocratas, liderados pelo Dr. Quesnay, apresentaram, no início da segunda metade do século XVIII, o estudo global de um "modelo" de sociedade, analisado estruturalmente em seus componentes.

---

15. "... na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura (*struktur*) econômica da sociedade, ou seja, a base (*Basis*) real sobre a qual se eleva uma superestrutura (*Ueberbau*) jurídica e política e à qual correspondem formas (*Formen*) determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral" (Karl Marx, Prefácio, in *Contribution à la critique de l'économie politique*, Paris, Ed. Sociales, 1972, p. 4).

16. Henri Lefebvre, O conceito de estrutura em Marx, in *Usos e sentidos do termo estrutura*, coord. R. Bastide, São Paulo, USP, 1971, p. 107.

17. André Marchal, A atitude estruturalista e o conceito de estrutura em economia política, in *Usos e sentidos do termo estrutura*, São Paulo, USP, 1971, p. 6.

18. Carlos Marques Pinho, Metodologia da ciência econômica, in *Introdução à economia*, 1. ed., São Paulo, Saraiva, 1981.

Os clássicos, entretanto, diante da ausência de documentação estatística e de instrumental adequado para analisar a realidade econômica, permaneceram no terreno dedutivo e abstrato, procurando elaborar uma Ciência Econômica baseada em "leis" gerais e universais, válidas em qualquer época e em qualquer lugar. Ignoraram o tempo e o espaço, bem como as diferenças estruturais do meio sócio-econômico. A mesma linha de orientação continuou, de certa forma, com os neoclássicos, que se interessam precipuamente pelo estudo dos mecanismos econômicos e não dos quadros que os condicionam.

Coube, entretanto, aos historicistas e aos institucionalistas a análise da atividade econômica em seus aspectos institucionais, estruturais e sistêmicos ao reagirem contra a abstração dos clássicos. Contudo, ambas as correntes limitaram-se a meras descrições de estruturas e de sistemas, sem chegar a explicações a respeito do funcionamento da economia.

Atualmente, os estudos de estrutura e de sistema procuram o encadeamento entre a descrição do meio e a explicação dos mecanismos econômicos, ou melhor, constroem uma ponte entre as tendências dedutiva e indutiva. Os economistas modernos compreendem que há interação entre estruturas e "leis" econômicas, chegando alguns a assinalar que ambas estão sujeitas a um movimento dialético [19].

Em nossos dias, conforme observa Marchal [20], três tendências principais podem ser destacadas nos estudos sobre estrutura: a pesquisa conceitual, a pesquisa econométrica e a pesquisa metodológica (também denominada dinâmica).

A *pesquisa conceitual* é representada pelos trabalhos de sociólogos e economistas como Weber, Eucken, Gurvitch e outros; a *pesquisa econométrica* busca calcular os coeficientes que traduzem quantitativamente a reação da economia a certas mudanças, como os estudos de Leontieff, Tinbergen, Akerman etc.; a *pesquisa metodológica* ou dinâmica procura analisar as relações entre estrutura e conjuntura (Akerman e outros), as relações cicloestruturais e as hipóteses de modificações estruturais (Marchal, Nicolai, Lagrange e outros) etc.

Dentre os autores de nossa época que se dedicam ao estudo da estrutura, André Marchal merece destaque pela amplitude e profundidade de seus trabalhos e Nicolai pela originalidade de seu enfoque, inter-relacionando estrutura e comporta-

---

19. Cf. André Marchal, A atitude estruturalista, in *Usos e sentidos*, cit., p. 62-3.

20. Para detalhes, cf. André Marchal, A atitude estruturalista, in *Usos e sentidos*, p. 62-3.

mento. Este último autor procurou mostrar como a atividade econômica, marcada pela luta contra a escassez, implica a ação de uma série de estruturas e de comportamento. Neste sentido, afirmou que as estruturas são, essencialmente, relações pessoais [21]; ao mesmo tempo, são comportamentos de interdependência [22] aos quais não se escapa [23]; as transformações das estruturas decorrem sob o efeito das modificações dos comportamentos no desenrolar da conjuntura [24].

Após essa breve síntese da evolução do pensamento econômico estrutural, apresentaremos as principais estruturas, sistematizadas didaticamente.

Seção III
MORFOLOGIA ESTRUTURAL

O estudo da satisfação das necessidades do homem implica a integração das Ciências Sociais, em oposição às demarcações artificiais que separam a Economia da Geografia, Sociologia, Psicologia, Política, Antropologia, Direito etc. Apesar do enfoque especial dirigido aos aspectos materiais da atividade econômica, ou às necessidades humanas de ordem fisiológica, a Ciência Econômica não pode relegar a plano secundário os fatores geográficos, sociológicos, políticos, psicológicos, antropológicos, jurídicos e outros, dos quais depende a atividade econômica. Tais fatores, de natureza diversa, interpenetram-se e interagem-se mutuamente, compondo as estruturas, associando-se à própria vida econômica e formando um todo complexo. Apenas para clareza didática é que são identificados alguns tipos de estrutura, já que na realidade não se apresentam separados uns dos outros.

21. André Garrigou-Lagrange e René Passet (*Économie politique — systèmes et structures politiques du développement,* 2. ed., Paris, Dalloz, 1969) observam que Nicolai funda a "realidade" sobre um elemento essencialmente "pessoal", em oposição ao pensamento "chosifiante" de Durkheim.

22. André Nicolai, *Comportamento,* cit.

23. Marx já acentuara a objetividade das estruturas sociais: estas se impõem aos indivíduos, que são ao mesmo tempo seu suporte (cf. o texto de Marx transcrito em rodapé, p. 46 deste Cap. II). No mesmo sentido, Durkheim e os autores da teoria da *Gestalt,* por exemplo, também destacaram a objetividade das estruturas.

24. André Garrigou-Lagrange e René Passet, *Économie politique,* cit.

Algumas estruturas, todavia, atuam como "forças motrizes" ou "autônomas" (segundo Akerman), ou "forças propulsivas" (de acordo com Fanno)[25].

Os fatores autônomos enumerados por Akeman, e que significam forças motrizes, são a técnica, a população, o movimento de idéias, as mudanças políticas, o desenvolvimento do crédito, o crescimento dos grupos, a evolução das relações entre a indústria e a agricultura e as mudanças na repartição dos rendimentos. Marchal, todavia, entende como verdadeiramente autônomos, no sentido de que determinam e comandam as outras mudanças, apenas os três primeiros fatores apresentados por Akerman.

Por outro lado, a consideração da diferença de ritmo evolutivo das estruturas, sua maior ou menor rigidez ou plasticidade, tem sido critério classificatório de estruturas, adotado por alguns autores. Assim, relativamente ao grau de plasticidade, Clémens[26] distinguiu, a partir de círculos concêntricos, as estruturas mais estáveis e mais autônomas (como a natureza e a demografia, p. ex.) das estruturas mais variáveis e mais próximas dos mecanismos econômicos (como a estrutura da produção). Em torno de fenômenos específicos (moeda, rendimentos, preços, custos etc.), encontram-se as estruturas constituídas pelas atividades econômicas; em seguida, vêm as estruturas técnicas, político-jurídicas, psicológico-sociológicas, demográficas, geográficas e do meio natural.

Alguns autores procuram estudar as estruturas em relação à natureza de seus movimentos, ou seja, quanto às mudanças lentas e progressivas (como a penetração do capitalismo na agricultura) ou bruscas (tais como as mutações decorrentes de guerras, crises econômicas etc.).

Para Jean Lhomme, as estruturas econômicas sofrem uma série de mudanças do tipo "mutação" em curto período, mas evoluem lentamente em longo período, enquanto se dá mais ou menos o inverso com as estruturas sociais (já que as mutações revolucionárias só se produzem depois de um espaço de tempo significativo, no qual se acumulam modificações progressivas). Marchal critica Lhomme, argumentando que provavelmente sua distinção seja reflexo do diferente instrumental analítico utilizado em decorrência da diversidade de natureza entre as estruturas econômicas e as sociais (estas são menos suscetíveis de análise quantitativa e de estudos precisos em comparação com as primeiras).

25. Marco Fanno, Profit et expansion, *Économie appliquée*, out./dez. 1957.

26. René Clémens, Prolégomènes, *Revue d'Économie Politique*, maio 1956.

De qualquer maneira, entretanto, o que se pode destacar desses estudos citados é a multiplicidade de estruturas que compõem os sistemas. Barre [27] tentou sistematizá-las, reunindo-as em "estruturas de enquadramento" (físicas, institucionais e outras) e em "estruturas econômicas propriamente ditas". Piettre [28] sugeriu que o segundo grupo da classificação de Barre fosse denominado "estruturas de funcionamento". Marchal, por sua vez, distinguiu as seguintes categorias essenciais: estruturas físicas ou geográficas, estruturas técnicas e econômicas, estruturas demográficas e estruturas de enquadramento (estruturas institucionais, estruturas sociais e estruturas mentais).

Neste trabalho, inspirados em Barre e tendo em vista fins didáticos, reunimos as principais estruturas em dois grupos: no primeiro, colocamos as "estruturas de enquadramento" (físicas ou geográficas, demográficas, institucionais, sociais e psicológicas ou mentais) e no segundo, as estruturas mais específicas da atividade econômica, ou seja, as estruturas de produção, repartição, troca e consumo.

§ 1.° Estruturas de enquadramento

São as estruturas que compõem o quadro, o contexto ou o *environment* em que se desenrola a atividade econômica. Mas, repetimos, essa distinção corresponde a uma abstração, já que na realidade há uma interpenetração entre o "quadro" e a "atividade econômica".

1. *Estruturas físicas ou geográficas*

São constituídas pelas condições geológicas, hidrológicas, climatológicas, da flora natural, da fauna terrestre e aquática etc. Exercem importante influência sobre a distribuição espacial da população, a implantação das atividades econômicas etc. [29].

27. Raymond Barre, *Économie politique*, Paris, PUF, 1956, t. 1, p. 186-7.

28. André Piettre, *Pensée économique et théories contemporaines*, 5. ed., Paris, Dalloz, 1970, p. 485.

29. O determinismo geográfico, que encontra em Ratzel grande defensor, perdeu aos poucos sua importância. Jean Brunhes, o fundador da Geografia Humana na França, substituiu o "fatalismo geográfico" pelo "probabilismo" ou "possibilismo", no qual o homem transforma os recursos da natureza em instrumentos. Deffontaines ampliou tais idéias, mas foi sobretudo Vidal de la Blanche (seguido de seu discípulo Demangeon) quem rompeu com o determinismo de Ratzel.

Mas como o quadro físico natural tem sido profundamente transformado pela ação do homem, é imprescindível também a consideração das estruturas físicas *transformadas* pelos trabalhos de infra-estrutura (energia elétrica, irrigação, drenagem, tratamento de água, rede de esgoto, transportes, comunicações etc.), pela ocupação e utilização do solo, pela implantação industrial e residencial etc.

Neste campo a Economia utiliza contribuições de outras Ciências, especialmente a Geografia, além de estudos elaborados pelos próprios economistas sobre o espaço rural, suas interações com os centros urbanos, a localização espacial ótima para as empresas, as regiões homogêneas, o desenvolvimento regional etc.

As preocupações com assuntos relacionados às estruturas físicas e geográficas, especialmente a área de Economia Regional, refletem-se na crescente bibliografia e na multiplicação, em nossos dias, de instituições de investigação regional, tanto agrícola como urbana.

2. *Estruturas demográficas*

As estruturas demográficas participam, simultaneamente, do "enquadramento" da atividade econômica e do próprio domínio da Ciência Econômica. Por razões didáticas, repetimos, preferimos incluí-las neste primeiro grupo.

Suscetível de quantificação e de medida, a população pode ser considerada quanto à repartição geográfica (densidade média de acordo com as diferentes regiões, grandes concentrações nas zonas urbano-industriais entre outras), à repartição por ramos de atividade, à composição por idade, sexo, estado civil, alfabetização, grau de instrução, religião, grupo étnico etc. Dentre os instrumentos de análise que a estrutura demográfica propicia, a "pirâmide de idades", por exemplo, indica o estado de uma população — estacionário, em regressão ou em progressão (inclusive "explosivo", como nos países emergentes) e serve de base a políticas demoeconômicas; a estrutura da população ativa mostra a situação da mão-de-obra realmente disponível; os dados sobre sua distribuição segundo os níveis educacionais são imprescindíveis a qualquer plano de desenvolvimento econômico etc.

Também neste campo a Economia utiliza as contribuições de outras Ciências e, recentemente, novas áreas de estudo estão sendo estimuladas na própria Economia, tais como a Economia dos Recursos Humanos, a Economia da Educação, a Economia da Saúde, a Economia do Trabalho e outras.

3. *Estruturas institucionais*

São aquelas que compõem os quadros políticos e jurídicos, no sentido de regras que dominam a atividade política, bem como de normas jurídicas (escritas ou consuetudinárias) que regem as relações entre os indivíduos.

Dessas regras ou normas, interessam à Ciência Econômica, especialmente, as que se referem à *propriedade* e a determinados *grupos* (como o Estado, o sindicato, a cooperativa etc.). No primeiro caso (propriedade) as regras se referem à "instituição-coisa" (Hauriou), enquanto no segundo (grupos) as normas são relativas às "instituições-grupos".

Também neste campo a Economia conta com as contribuições de várias Ciências Sociais, em especial a Política, o Direito e a Sociologia.

4. *Estruturas sociais*

Expressão geralmente ambígua, "estrutura social" é aqui utilizada em sentido restrito, isto é, de redes de relações interindividuais ou conjuntos de agrupamentos que interagem e que caracterizam uma coletividade [30].

O termo "social" contém a noção de grupo e este de reunião dos atores que desempenham papéis semelhantes. As maneiras segundo as quais os grupos se constituem podem ser mais sociais do que econômicas e vice-versa, embora o econômico e o social não possam ser separados — a não ser abstratamente, para fins de análise, como já foi dito. E neste particular, vemos que é também artificial a distinção entre estruturas sociais e estruturas institucionais, principalmente no que se refere às instituições-grupos — o que evidencia o entrelaçamento entre a Economia e a Sociologia, justificando o desenvolvimento da Economia Sociológica, da Sociologia Econômica, da Economia Social etc.

A maioria dos autores enfoca, sob o título de "estruturas sociais": a morfologia social (castas, estamentos, classes etc.), as relações entre os grupos sociais (como, p. ex., os conflitos de classes), a mobilidade social, a distância social, o espaço social, a ascensão da tecnoburocracia etc.

---

30. Em sentido amplo, as estruturas sociais englobam todas as estruturas de uma determinada sociedade, inclusive as estruturas econômicas (apud Marchal, *Systèmes*, cit., p. 163-4).

5. *Estruturas psicológicas ou mentais*

Designa-se por estruturas psicológicas ou mentais o conjunto de conceitos, valores, crenças etc., aceitos pelos indivíduos de uma sociedade e que inspiram o comportamento individual e coletivo.

Na área da Economia, embora as teorias estivessem embasadas em hipóteses sobre os móveis de ação dos sujeitos econômicos e de suas reações em determinadas situações, durante muito tempo os economistas se contentaram com o pressuposto de que o comportamento do homem é lógico: o *homo oeconomicus* dos clássicos, perfeitamente racional, é capaz de reconhecer seu interesse pessoal com precisão e de elaborar complicados cálculos para efetivá-lo.

Os marginalistas também se basearam em pressupostos psicológicos, como, por exemplo, o de que o sujeito econômico estabelece um "plano geral" de aquisições e despesas, de maneira a obter a mais completa satisfação possível ou a menor utilidade marginal possível, desde que não se arrisque a perder uma utilidade marginal em uma outra aplicação [31].

Foi Keynes, entretanto, quem marcou a transição entre a antiga Psicologia empírica, utilizada pelos economistas, e a "nova Economia", que se apóia na Psicologia científica [32].

Mais recentemente, o progresso científico da Psicologia permitiu o desenvolvimento da Economia psicológica e da Psicologia econômica — campos em que se destacam, entre outros, Katona e seus discípulos, por suas análises a respeito do comportamento dos atores humanos (consumidores, empresários, políticos etc.) [33].

---

31. Cf. Carlos Marques Pinho, *Comportamento econômico e sistemas econômicos*, São Paulo, FEA/USP, 1979 (mimeografado).

32. Keynes integrou a motivação psicológica no mecanismo econômico, no jogo das forças econômicas, com tal intensidade que, a partir de seus trabalhos, não se pode mais minimizar a importância da Psicologia econômica (cf. Carlos Marques Pinho, *Comportamento*, cit., p. 9).

33. Durante cerca de trinta anos, a partir de 1949, Katona dirigiu pesquisa de âmbito nacional nos Estados Unidos, para verificar as expectativas, intenções e planos dos consumidores (sendo que a partir de 1951 passou a realizar quatro *surveys* anuais a fim de medir com mais freqüência a motivação do consumidor).

Professor de Psicologia Econômica da Universidade de Michigan, Katona provocou verdadeiro impacto nas Ciências Sociais ao mostrar como as decisões dos consumidores e dos homens de negócio dependem de vários tipos de comportamento, dominantes no meio em que eles vivem. Em seu último livro (*Psychological*, cit.), Katona discute alguns problemas publicados em suas obras anteriores, bem como o material que reuniu ao analisar psicologicamente o comportamento econômico.

Outros estudos procuraram relacionar o progresso técnico com o desenvolvimento de certas estruturas mentais, como o espírito de competição, a busca do lucro, o individualismo, a valorização do progresso material etc., ou, então, como é o caso da Psicologia dialética, na URSS, são analisadas as estruturas mentais do "homem socialista", a importância da técnica e das relações de produção sobre a psicologia humana, as transformações da mente relacionadas com as mudanças do meio sócio-econômico etc.

§ 2.º Estruturas da atividade econômica

Compreendem as estruturas dos processos econômicos [34], entendidos como atos de produção, de repartição, de troca e de consumo.

Embora as estruturas dos atos que compõem os processos econômicos formem um todo, geralmente são destacadas para efeitos de análise.

Nesse sentido, tornaram-se muito conhecidas as críticas de Marx: "A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo"; ou, então: "a estrutura da distribuição é inteiramente determinada pela estrutura da produção"; ou: "A própria circulação é apenas um determinado momento da troca, ou ainda a troca considerada na sua totalidade" [35].

As estruturas da atividade econômica são denominadas por alguns autores "estruturas econômicas e técnicas" ou "estruturas econômicas propriamente ditas". Marchal criticou a primeira denominação porque os processos materiais utilizados pelos homens para transformar ou multiplicar os recursos naturais e facilitar sua exploração fazem parte da própria essência da Economia [36].

Vejamos, a seguir, as principais estruturas que compõem a atividade econômica.

---

34. Cf. Carlos Marques Pinho, *Grupos, classes e estruturas sociais relativamente aos processos econômicos*, 2. tir., São Paulo, FEA/USP, 1979.

35. Karl Marx, *Contribution*, cit., p. 157, 160 e 163.

36. André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 123-5) mostra como o século XX marcou a passagem da concepção do sábio e do técnico amadores à do sábio e do técnico profissionais, trabalhando em equipe, por conta de grandes empresas ou do Estado (mais freqüentemente). Atualmente há, ainda, uma grande uniformidade nas técnicas dos países industrializados, mesmo que tenham eles formas de organização as mais heterogêneas e opostas. Assim, os processos materiais de obtenção e de transformação dos bens tornam-se cada vez menos típicos de um sistema.

1. *Estruturas da produção*

A estrutura econômica, considerada sob o aspecto da produção, tem sido estudada, principalmente, segundo:

— os grandes ramos de atividade: estrutura agrícola, industrial, de serviços;

— as categorias de produção: agropecuária, fruticultura, triticultura, cafeicultura, vinicultura, suinocultura, laticínios, metalurgia, siderurgia, eletrônica, serviços (comércio atacadista ou varejista, banco, seguros, transportes) etc.;

— o grau de penetração do Estado na atividade produtiva: setor público, paraestatal, privado, cooperativo etc.;

— o grau de penetração do capitalismo: setores pré-capitalista, capitalista e extracapitalista;

— o grau de produtividade: setores primário, secundário e terciário;

— o tipo de produção industrial: bens duráveis, de consumo, de equipamento etc.;

— o tamanho das unidades produtivas: pequenas, médias e grandes empresas;

— a concentração empresarial: monopólio, truste, consórcio, *entente*, cartel, multinacional, empresas fusionadas, incorporadas etc.;

— a ecologia das empresas[37]: empresas dominantes, dependentes, simbióticas etc.;

— a "demografia" das empresas: pirâmide de idade das empresas, natalidade e mortalidade empresariais, esperança de vida por ramos de atividade empresarial etc.

2. *Estruturas da repartição da renda*

Também aqui as análises podem ser feitas de acordo com diferentes enfoques, isto é, por meio:

— dos fatores de produção (natureza ou terra, trabalho e capital);

— das categorias de renda: salários, honorários, juros, rendas, aluguéis, lucros etc.;

— dos grupos econômicos: trabalhadores, empregados, assalariados, profissionais liberais, capitalistas, locadores, proprietários fundiários etc.;

---

37. Sobre esse assunto, cf. Diva Benevides Pinho, *Economia e cooperativismo*, São Paulo, Saraiva, 1977, sec. II do cap. I.

— dos ramos de atividade: agricultores, industriais, comerciantes, banqueiros etc.;

— das categorias de atividade: conforme, por exemplo, as categorias de empregado e de empregador especificadas na legislação trabalhista, para efeito de sindicalização;

— das classes de renda: rendas médias, altas, baixas etc.;

— do emprego da renda: poupança, dispêndio etc.

3. *Estruturas da troca*

Os estudos estruturais relativos às trocas são, geralmente, divididos em dois grandes grupos: trocas dentro de uma nação e trocas entre nações:

a) *trocas internas*: podem ser analisadas de acordo com a forma do mercado (competitivo, monopolista, oligopolista etc.); o sistema monetário (moeda metálica, fiduciária, escritural e outras); a estrutura bancária (grau de especialização e grau de concentração dos bancos etc.); as taxas de juros (a curto, médio e longo prazos) etc.;

b) *trocas internacionais*: podem ser estudadas segundo a composição das trocas (bens ou serviços, matérias-primas, bens de consumo, bens de equipamento e outros); a área de influência (zona do dólar, da libra, do rublo; países do MCE, da ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio, do Comecon etc.); o balanço de pagamentos etc.

4. *Estruturas do consumo*

Estão sendo intensificadas, recentemente, as pesquisas destinadas ao estudo do "comportamento de consumo" das unidades domésticas, dos grupos profissionais, das diferentes faixas etárias de uma região ou de uma nação etc. Assim, por exemplo, nos Estados Unidos são freqüentes as pesquisas sobre:

— o dispêndio ou a poupança das unidades domésticas segundo a estrutura da renda, o nível educacional, os grupos de idade etc.;

— as expectativas e intenções de comprar, por grupos de consumidores, de acordo com a profissão, o poder aquisitivo, a idade, o estado civil etc.;

— o consumo para satisfação das necessidades de alimentação, habitação, vestuário, saúde, recreação, educação etc.;

— o consumo para o exercício profissional (equipamentos para médicos, dentistas, engenheiros etc.).

Acabamos de ver, de modo esquemático, a morfologia estrutural da atividade econômica, assunto que será retomado na análise dos sistemas econômicos "concretos" ou regimes econômicos.

SUMÁRIO

Neste Capítulo II estudamos:

1) a noção de estrutura, sua etimologia, as definições que a identificam com "dados" (elementos exógenos, de natureza extra-econômica) ou com as proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço (definições estáticas), e também as definições que incluem variáveis motrizes (definições dinâmicas);

2) a evolução da acepção de estrutura no contexto da História do Pensamento Econômico, mas de modo resumido e esquemático;

3) a morfologia estrutural, por meio de dois grandes grupos: no primeiro, indicamos as "estruturas de enquadramento" (quadro, contexto ou *environment* — estruturas físicas ou geográficas, demográficas, institucionais, sociais e psicológicas ou mentais; no segundo, enumeramos as partes constitutivas das estruturas que compõem a atividade econômica, ou seja, as estruturas de produção, de repartição, de troca e de consumo.

Após este Capítulo II, que completa o anterior relativamente às noções básicas e introdutórias, indispensáveis à análise sistêmica no campo da Economia, passaremos ao Capítulo III, no qual discutiremos os sistemas econômicos tendo em vista a "coerência" das estruturas que o compõem.

capítulo III

Sistemas econômicos "abstratos" ou "puros": complexos coerentes de estruturas

"Le système à l'état pur est un schéma qui n'épuise pas la réalité, qui se borne à dégager les traits prédominants d'une économie."

ANDRÉ MARCHAL *

* André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 205.

Sistemas econômicos "abstratos" ou "puros": complexos coerentes de estruturas

Neste trabalho, como vimos [1], consideramos "sistema econômico em estado puro" um conjunto de estruturas que se combinam entre si, harmonizando-se em complexos, com relativa coerência. Trata-se, insistimos, de esquematização da realidade que procura enfatizar seus traços predominantes, para melhor analisá-la e compreendê-la [2].

Neste Capítulo III estudaremos, inicialmente, as esquematizações sistêmicas historicamente realizadas ou "arcaicas" (Seção I), depois os dois grandes sistemas que se confrontam em nossa época — economia capitalista ou de mercado descentralizado *versus* economia socialista integralmente planificada (Seção II), e, finalmente, as tentativas que mais se destacaram no sentido de idealizar um sistema econômico intermediário (Seção III). Procuraremos caracterizar cada sistema, sempre que possível, por meio das peculiaridades de seus componentes estruturais assim agrupados: *estruturas de enquadramento* (que compreendem as estruturas físicas, demográficas, institucionais, sociais e psicológicas ou mentais) e *estruturas da atividade econômica* (que reúnem as estruturas da produção, da repartição da renda, da troca e do consumo) [3].

---

1. Cf. a Seção I do Capítulo I deste trabalho.

2. Nesse sentido, Jean Lhomme comenta que a noção de sistema parece ser, ao mesmo tempo, muita rica e muito pobre: muito fica porque destaca, talvez excessivamente, os fenômenos de organização, e muito pobre porque corre o risco de negligenciar o funcionamento da economia. Para André Marchal, entretanto, essa falha pode ser superada com a agregação da "análise morfológica", segundo a terminologia de Walter Eucken (apud André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 205).

3. Cf. Capítulo II, Seção III, deste trabalho.

Seção I

PRINCIPAIS SISTEMAS HISTÓRICOS

Os mais antigos tipos de sistemas poderiam ser classificados historicamente segundo a forma de troca que os caracteriza.

Apoiados em Adam Smith, que admitiu a existência de um "instinto de troca", inato no homem, os economistas clássicos procuraram reconstruir a linha evolutiva da troca, a partir de sua forma elementar, que teria sido a *troca direta* entre indivíduos. Foram, porém, muito criticados ante os múltiplos exemplos históricos e sociológicos de *economias sem troca* e pelo fato da troca aparecer primeiramente entre grupos e não entre indivíduos. Assim, na *economia sem troca*, ou *economia doméstica fechada*, os bens são consumidos pela própria unidade econômica que os produz (clã, tribo, aldeia etc.), enquanto na *economia de troca simples* os bens passam diretamente da unidade que os produz à unidade que os consome (como aconteceu nos burgos medievais, p. ex.); e na *economia de troca complexa* há uma série de intermediários entre o produtor e o consumidor, além de dispersão espacial das unidades produtoras, utilização de *inputs* provenientes de vários lugares, aumento do tempo entre o início e o fim da produção... Na realidade, no contexto de um mesmo país, esses vários tipos de economia podem coexistir, já que não se observa uma seqüência de tipos de economia, segundo uma ordem predeterminada.

Alguns autores distinguem, então, três tipos de sistemas: *a*) economia sem troca; *b*) economia de troca simples; *c*) economia de troca complexa. Trata-se de classificação muito antiga, que quase nada elucida sobre os mais atuais tipos sistêmicos, uma vez que todos estes estariam compreendidos no derradeiro sistema. Por isto, tal classificação não tem merecido acolhida entre os economistas.

Aliás, como vimos na parte relativa à tipologia dos sistemas econômicos[4], os autores não estão de acordo quanto às classificações dos principais tipos de sistemas econômicos históricos. Somente Gurvitch, como mostramos, apresenta quatro tipos de sociedades "arcaicas", dez de sociedades "civilizadas" e quatro de sociedades "atuais", embasados em

4. Cf. Seção III do Capítulo I deste trabalho.

critérios sócio-históricos, mas de difícil utilização pelo economista.

Das classificações de caráter econômico, que examinamos, indicamos a tentativa de Zinam no sentido de buscar uma estrutura teórica geral, aplicável a todos os tipos de sistemas econômicos, baseada no critério de controle predominante (sistema coordenado pelas forças da oferta e da procura, sistema dirigido por uma administração central autoritária e sistema regulado pelos costumes ou tradição); os modelos de Prybyla, construídos com dois métodos extremos de alocação de recursos (mercado de preços *versus* comando central) e dois instrumentos extremos de alocação de recursos (propriedade individual de todos os meios de produção *versus* propriedade pública de todos os meios de produção); os três grandes tipos de sistema de Nicolai (sistemas que utilizam as estruturas das unidades domésticas existentes; sistemas em que as estruturas econômicas coexistem com as estruturas domésticas e sistemas em que as estruturas econômicas predominam); a tipologia de Christin, baseada na representação das inter-relações entre o sistema econômico, o sistema social e o meio natural; os esquemas tipológicos de caráter didático etc.

Não se distingue tendência marcante ou opção dos autores por nenhuma dessas classificações, a nosso ver. Impunha-se, então, para o desenvolvimento deste trabalho, a escolha de uma tipologia adequada.

Ao analisar a tipologia sistêmica, indicamos nossa opção pela classificação que adotamos em nossa atividade docente: destacamos os sistemas de economia dominial agrícola e de economia urbano-artesanal entre os sistemas históricos ou "arcaicos"; os sistemas de economia capitalista e de economia socialista como os dois principais sistemas da época contemporânea; e os sistemas cooperativista e corporativista como duas tentativas, entre várias outras, de se conseguir um sistema intermediário entre o capitalismo e o socialismo. Passemos, pois, ao exame desses tipos.

§ 1.º Sistema de economia dominial agrícola

A análise histórico-retrospectiva das sociedades mostra que, durante muito tempo, a atividade econômica limitava-se à satisfação das necessidades vitais de determinados grupos, ou seja, a atividade econômica pouco diversificada, sem ou quase sem trocas com o "exterior", visava precipuamente a auto-suficiência. Fundava-se em técnica rudimentar, voltada para a policultura de subsistência.

O sistema de economia dominial agrícola representou, todavia, um estágio mais avançado em relação à economia doméstico-pastoril[5], que girava em torno da figura autocrática do "pai de família".

A célula da atividade econômica não era mais a unidade familial[6], típica da economia doméstico-pastoril, mas sim o domínio feudal. Trata-se de sistema econômico já registrado no fim do Império Romano, mas que caracteriza, sobretudo, a Alta Idade Média. Lajugie[7] cita a "vila carolíngea" como exemplo típico de sistema econômico dominial agrícola, com o castelo senhorial, a aldeia aglomerada em torno dele, em busca de proteção, e a área periférica (que compreendia a reserva do senhor, bosques e pradarias, bem como as terras concedidas aos camponeses para cultivo mediante o pagamento de obrigações diversas).

Como unidade econômica, o domínio precisava ser autosuficiente, daí sua característica policultora, com a ausência de especialização. Em torno do chefe da unidade econômica, que era também o proprietário e a autoridade máxima, detentora de todos os direitos e de todos os poderes, girava a vida econômica e social do domínio. Era ele quem determinava a alocação dos fatores de produção e decidia sobre o critério de repartição das rendas. Proprietário das terras, do capital e da mão-de-obra, dispunha de amplos direitos sobre a pessoa dos trabalhadores e de seus familiares.

A massa dos homens que vivia no domínio trocava a necessidade de proteção (em casos de invasão, guerra, banditismo etc.) pela prestação de serviços (quer como servos domésticos, quer como servos agrícolas). As relações entre o senhor e os servos não eram contratuais, mas sobretudo institucionais e políticas; além de ajuda e proteção, o senhor garantia aos servos o direito de utilizar a madeira da reserva ou de nela criar seus animais, bem como o direito de usar o forno e o moinho do domínio. Os servos, por sua vez, estavam obrigados a prestações *in natura* e em trabalho (p. ex., dar certo número de dias de trabalho ou corvéias, conservar as

5. A economia doméstico-pastoril, peculiar às sociedades primitivas, era tão fragmentária e desorganizada que constitui quase força de expressão denominá-la "sistema econômico", segundo Lajugie (*Os sistemas*, cit.).

6. A família antiga era muito mais ampla do que a família moderna porque, como se sabe, compreendia todas as pessoas que tinham o mesmo ancestral comum vivo.

7. J. Lajugie, *Os sistemas*, cit., p. 22.

sebes e os fossos, reparar o solar, transportar a colheita para o castelo etc.).

A flagrante desigualdade dessas obrigações recíprocas atenuou-se, em parte, pela desvalorização da moeda, quando as corvéias foram substituídas por prestações em dinheiro [8]. Assim é que, com o tempo, muitos servos conseguiram comprar sua liberdade e partir para os "burgos".

2. *Estruturas da atividade econômica*

A agricultura, principal atividade econômica, era efetuada segundo técnica rudimentar: nem sempre se empregava, sequer, ferramenta. Assim, na "vila carolíngea", no solar inglês ou em outros domínios senhoriais, a terra era preparada com as mãos, depois da ajuda de um relha de madeira; para fazer os sulcos destinados ao plantio, arrastavam pelo solo um simples galho ou algo equivalente.

Não havia propriamente troca entre os domínios porque as atividades internas atendiam somente às demandas básicas do grupo. Além disso, como durante muito tempo as trocas entre os servos e o senhor restringiam-se a pagamentos *in natura*, fixados autoritariamente pelo segundo, por longo período não houve necessidade de moeda.

A satisfação das necessidades do senhor, dos agregados e da massa campesina, e a preocupação de reduzir os gastos e as perdas constituíam o grande objetivo da economia dominial agrícola. A busca do lucro começou a se manifestar claramente apenas quando as trocas inter-regionais se concretizaram em feiras periódicas, já quase no fim da Idade Média. Neste momento, então, a moeda passou a desempenhar, mais nitidamente, papel de intermediário das trocas e de medidas de valores.

A ausência de liberdade dos camponeses era compensada pela segurança obtida. Por outro lado, a fraca pressão demográfica tornava possível a manutenção de certa estabilidade entre as necessidades e sua satisfação dentro do grupo, o que justificava a manutenção de técnica rudimentar e de processos arcaicos de trabalho da terra.

---

8. Os economistas estão de acordo em fixar o aparecimento da moeda metálica cunhada na Grécia, entre os séculos VIII e VII a.C. E a história tem registrado mutações monetárias em todas as épocas, principalmente na Antigüidade grega, embora sua freqüência tenha aumentado a partir do século XIII. Com Felipe — o Belo — e seus sucessores, por exemplo, essa prática se generalizou: somente em 1351 o valor da moeda foi alterado dezoito vezes (cf. Paul Hugon, *História das doutrinas econômicas*, 14. ed., São Paulo, Atlas, 1979, p. 61).

A partir do século XI, entretanto, o sistema semi-estável e semifechado ou quase-autárquico dos domínios agrícolas foi abalado por dois fatos principais: a crescente atração dos burgos e o movimento das Cruzadas. Daí o aparecimento de outro sistema econômico, que veremos a seguir.

§ 2.º Sistema de economia urbano-artesanal

No momento em que os burgos ou comunas passaram a constituir pólo de atração, o sistema de economia dominial agrícola começou a ceder lugar ao sistema de economia urbano-artesanal.

Nos burgos instalou-se uma pré-indústria ou artesanato que significou importante estímulo às trocas inter-regionais. Centro da vida econômica e social, as cidades tornaram-se, então, a célula econômica básica, com o aprovisionamento alimentar e a matéria-prima assegurados pelo cultivo das terras adjacentes.

Conseqüentemente, intensificou-se a divisão do trabalho e a especialização de funções em três planos principais:

— entre a cidade e o campo, como resultado da própria divisão de trabalho entre ambos: as cidades dedicaram-se à indústria e ao comércio, tornando-se fornecedoras de produtos manufaturados e compradoras, em relação ao campo, de gêneros alimentícios e da matéria-prima industrial;

— entre produtores, por meio do crescente aparecimento de novas especialidades profissionais [9];

— entre os comerciantes, com o aumento dos mercados locais, inter-regionais e, depois, nacionais e internacionais.

1. *Estruturas de enquadramento*

O sistema de economia urbano-artesanal caracterizou-se pela reunião, nos centros urbanos, de senhores, soldados, trabalhadores manuais (servos libertos ou foragidos) etc.

Os fatores de produção — capital e trabalho — pertenciam aos próprios artesãos independentes, que produziam mediante prévia demanda dos compradores.

Agrupados em profissões organizadas hierarquicamente, segundo normas consuetudinárias e jurídicas, que determi-

9. O número de profissões era ainda reduzido no século XI: cada uma delas correspondia a um conjunto de atividades (como os trabalhadores em madeira, os fabricantes de artefatos de couro). Mais tarde surgiram as subdivisões de cada profissão, de modo que na Comuna de Paris, por exemplo, havia, em 1315, mais de 150 "ofícios".

navam as condições da produção e da repartição da renda, os artesãos começavam como aprendizes, tornando-se depois oficiais ou companheiros e, finalmente, mestres (mediante a apresentação de uma "obra-prima" ou "obra de exame").

Dessa maneira, o trabalho coercitivo, típico da escravidão e da servidão, foi substituído pelo regime de profissões fechadas e hierarquizadas.

O acesso às profissões, entretanto, não era livre: os indivíduos do mesmo ofício deviam reunir-se obrigatoriamente em "corpos" chamados corporações, mestria ou "juranda", com número limitado de profissionais. A limitação era imposta pelos próprios componentes do grupo profissional ou então pelos Poderes Públicos, com o intuito de oferecer segurança contra a saturação profissional, bem como garantir a qualidade produzida, a competência e a "honra" do produtor. Com o decorrer do tempo, entretanto, a corporação transforma-se em uma espécie de casta inacessível, que provoca descontentamento por cercear a iniciativa e o espírito inventivo, além de entravar o progresso técnico pela falta de concorrência.

Outro grave inconveniente resultava da fixação unilateral da jornada de trabalho e dos salários pelos mestres ou patrões. Mesmo quando as corporações tiveram suas dimensões ampliadas, transformando-se em verdadeiras empresas, não havia protestos coletivos porque a greve era proibida.

As relações profissionais entre os mestres ou patrões e os oficiais ou assalariados, marcadas inicialmente pela cordialidade, com o decurso do tempo se deterioraram. Durante muitos anos, entretanto, os oficiais compartilharam da própria residência do mestre, em situação de subordinação "temporária" (já que aspiravam a mestria), mas de respeito e de obediência. Tal entrosamento decorria também da influência da religião, tão importante na Idade Média, que estabelecia obrigações recíprocas: se os oficiais deviam obedecer aos mestres, estes deviam oferecer-lhes condições humanas de trabalho e salário "justo", que lhes permitisse viver decentemente, segundo seu estado e condição. Mas, como observa Lajugie [10], essa "situação idílica" terminou por volta do século XV, cedendo lugar a conflitos e desajustamentos crescentes. A harmonia e a compreensão foram substituídas pela "questão social" ou "luta de classes".

---

10. J. Lajugie, *Os sistemas,* cit., p. 36.

2. *Estruturas da atividade econômica*

À agricultura, atividade praticamente única no sistema de economia dominial agrícola, juntaram-se atividades industriais e comerciais no sistema de economia urbano-artesanal.

A indústria, a princípio de dimensão familial, não contava com máquinas, mas sim com umas poucas ferramentas. O capital necessário reduzia-se ao indispensável para manter uma pequena oficina, na qual trabalhavam o artífice, sua família e alguns colaboradores ou ajudantes — oficiais e aprendizes — em número quase nunca superior a uma dezena. A produção incipiente, mais voltada para a qualidade do que para a quantidade, constituiu, entretanto, o motor inicial da expansão das trocas locais e regionais, bem como da transformação das cidades em ativos centros comerciais ou local de vendas das manufaturas artesanais e dos gêneros alimentícios trazidos pelos campesinos.

A importância crescente da demanda, por outro lado, estimulou o crescimento das empresas artesanais, numa interação que deu origem às grandes oficinas com assalariados. O aumento do volume dos negócios, por sua vez, impôs a necessidade de mercadores intermediários, que compravam para revender em outras cidades, na zona rural e, depois, nas feiras inter-regionais, nacionais e internacionais.

As feiras dos séculos XII e XIII, localizadas em importantes pontos de cruzamento de rotas terrestres e marítimas, alimentavam uma corrente periódica de mercadores e de transações comerciais, constituídas de lã, seda, pele, couro etc. Tornaram-se célebres, por exemplo, as Feiras de Champagne-Troyes, Provins, Lagny etc., entre os caminhos de Veneza e de Flandres. Duravam mais de quarenta dias e a elas acorriam mercadores provenientes de regiões longínquas, inclusive da Ásia Menor. No Mar do Norte e no Mar Báltico, poderosas associações de mercadores (as Hansas) passaram a deter verdadeiro monopólio do comércio da região. Na Itália, durante muito tempo, os Médicis representaram o poder econômico e o poder político graças ao comércio.

Com a expansão comercial, surgiram normas no sentido de assegurar o transporte pacífico de homens e de bens. Desenvolveu-se o crédito, embora ainda freado pela religião católica, que condenava os empréstimos a juros, mas apareceram várias maneiras de contornar as proibições religiosas: contrato tríplice, comandita, empréstimos com risco etc. Por volta dos séculos XIII e XIV foram criados organizações financeiras e bancos privados para atender às necessidades

colocadas pelo crescimento do comércio. Em seguida, surgiram os bancos públicos e as Bolsas.

Vários fatores externos contribuíram, portanto, para a desagregação do sistema econômico urbano-artesanal. Mas o próprio sistema já vinha se deteriorando internamente, há muito tempo, devido à supressão do trabalho livre, já que não era possível o exercício de profissões fora dos quadros monopolizadores das corporações [11]. Além disso, as relações amistosas entre mestres e oficiais também desapareceram: de um lado, por causa do favoritismo, que se concretizava sobretudo na dispensa dos filhos ou dos genros dos mestres quanto à apresentação da "obra de exame" (o que lhes garantia o acesso à direção da empresa sem a demonstração de competência profissional), ao mesmo tempo em que se multiplicavam os obstáculos aos demais oficiais (exigências crescentes quanto à apresentação da "obra-prima", muitas formalidades, despesas diversas, banquetes etc.); de outro lado, pelo caráter progressivamente impessoal das relações entre patrões e empregados, como resultado do aumento das dimensões da empresa, pelas novas necessidades criadas pelo desenvolvimento do comércio internacional, pela implantação do progresso técnico (acentuado com a Revolução Industrial), pela oposição dos operários (greves, tumultos, criação de confrarias operárias etc.), pela crítica dos enciclopedistas e fisiocratas etc.

O desajustamento entre o regime corporativo estratificado e as novas necessidades colocadas pelas economias nacionais, na segunda metade do século XVIII, levaram Turgot a abolir as corporações de ofício francesas em 1776. A burguesia apoiada nas corporações conseguiu, entretanto, restabelecer o regime corporativo, mas por pouco tempo: em 1791 a Revolução Francesa condenou-o definitivamente, em nome de "liberté, égalité, fraternité".

Concomitantemente com a desagregação do sistema de economia urbano-artesanal, foi surgindo a economia de troca, embasada, principalmente, na busca do lucro e no mecanismo do mercado. A partir de fins do século XVIII passou a

11. Enfraquecidos com as Cruzadas ou com sucessivas guerras, os próprios soberanos eram obrigados a solicitar, freqüentemente, a ajuda dos mercadores. Como na grande maioria dos casos os empréstimos ficavam condicionados a novos privilégios, surgiram, por exemplo, editos aplicando regime corporativo a profissões até então livres.

Lajugie (*Os sistemas*, cit., p. 37), ao comentar a eliminação da concorrência, refere-se ao "progressivo atolamento das corporações na quietude da rotina": manutenção dos métodos de fabricação utilizados durante séculos, oposição à inovação etc.

preponderar o sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado, que até o início do século XX conseguiria predominar em escala mundial. Em 1917, todavia, outro sistema, implantado revolucionariamente na URSS a nível nacional, passou a constituir modelo de economia socialista integralmente planificada que, durante algum tempo, inspirou a organização de outras economias nacionais. Mais tarde, outros modelos surgiram, quer na área socialista, quer na área capitalista.

Os estudos desses dois sistemas será realizado na Seção III seguinte. Cumpre ressaltar, todavia, que neste Capítulo estudaremos os dois grandes sistemas contemporâneos, do ponto de vista da coerência de sua estrutura, reservando para o Capítulo IV a análise dos modelos que consideramos mais representativos dos regimes capitalistas e socialistas de nossa época.

Seção II

OS DOIS GRANDES SISTEMAS "ABSTRATOS" DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

As profundas modificações sócio-econômicas, culturais e políticas, que caracterizaram o início dos tempos modernos, criaram condições para o predomínio do sistema capitalista, em substituição ao sistema econômico urbano-artesanal.

Realmente, os descobrimentos fizeram recuar, desde fins do século XV, as fronteiras mundiais até então conhecidas. O afluxo das matérias-primas tropicais à Europa Ocidental, e em particular o dos metais preciosos, provocou, entre outras transformações, o deslocamento do eixo econômico mundial: do Mediterrâneo para o Atlântico e o Mar do Norte, iniciando-se a prosperidade de Londres, Amsterdã, Bordeaux e Lisboa.

O Renascimento trouxe, com as artes, a laicização do pensamento, o desenvolvimento dos estudos científicos, o desejo de aprender, a vontade de criar, a reabilitação dos empréstimos a juros, a exaltação da atividade econômica, o ideal do bem-estar material etc. A atitude psicológica tornou-se, portanto, extremamente favorável ao desenvolvimento do capitalismo.

Somou-se a esse complexo de fatores a centralização monárquica, a partir do século XV, o que possibilitou a unidade

política e a econômica, ambas contendo em si a concepção do Estado coordenador dos recursos humanos e materiais da nação. Consolidou-se, então, um novo quadro da atividade econômica, propício ao predomínio do sistema de economia capitalista.

As características principais do sistema de economia capitalista em sua forma "abstrata" ou "pura", é o que passaremos a examinar.

§ 1.º Sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado

O termo "capitalismo" é geralmente entendido como o sistema que predominou do século XVII ao início do século XX, especialmente na Europa Ocidental.

Dentre suas principais características, os autores costumam destacar a propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa, a maximização do lucro, a competição, a mobilidade dos fatores de produção, o mercado (onde os preços são determinados pelo encontro da oferta e da procura), a competência das unidades domésticas e das empresas nas decisões de consumo, poupança e investimento, a soberania dos consumidores, a separação entre o poder econômico e o poder político etc. [12].

Marx, seu crítico mais veemente, considerou-o um sistema social no qual a produção é realizada, sobretudo, por empresários privados, que utilizam mão-de-obra livre. E no modelo simplificado marxista estão ressaltadas duas classes do capitalismo: os capitalistas, que pagam salários, e os proletários, que os recebem em troca da prestação de trabalho. As relações entre estas duas classes, entretanto, não são simples como o foram as relações entre senhores e escravos, ou senhores e servos, na Antigüidade e na Idade Média, pois no capitalismo as condições de prestação de trabalho são fixadas pelas forças impessoais do mercado.

1. *Estruturas de enquadramento*

O sistema de economia capitalista, em sua forma "abstrata" ou "pura", fundamenta-se essencialmente no direito de propriedade privada e na liberdade econômica. Seu objetivo principal é a busca do maior lucro possível.

---

12. Cf. os tipos ideais de sistemas econômicos opostos apresentados por Oleg Zinam (The economics, in *Comparative*, cit., p. 20) e a Seção II do Capítulo I deste trabalho.

Laissez-faire, laissez-passer é conhecida como a expressão-símbolo do capitalismo "abstrato" e o empresário, como o ator principal da cena econômica: proprietário dos meios de produção, dotado de dinamismo, racionalidade econômica e espírito inovador, é também o distribuidor das rendas do trabalho (salários) e do capital (juros).

Assim, os meios de produção constituem propriedades dos capitalistas ou dos empresários; estes utilizam a força de trabalho dos empregados mediante contratos de prestação de serviço, livremente estipulados, nos quais se comprometem ao pagamento de salários por determinado número de horas de trabalho.

Da diferenciação técnica entre essas duas categorias de trabalho — empresários e assalariados — decorrem diferenciações jurídicas e sociais, bem como diferente distribuição da renda (lucros variáveis e aleatórios para os primeiros e salários fixos para os segundos) e distintas maneiras de pensar, de sentir e de agir.

Por outro lado, como a economia capitalista é, essencialmente, uma economia monetária, a atividade produtiva não está diretamente relacionada com a satisfação das necessidades consideradas mais prementes, mas sim com o poder aquisitivo dos atores econômicos no contexto do mercado. Neste, o empresário compra os fatores de produção — trabalho e capital — a "preços de mercado", e nele vende seus produtos, também a "preços de mercado", para uma clientela anônima. Assim, tanto o mercado como os preços constituem elementos essenciais para a alocação de recursos e distribuição de rendas.

Para alguns autores as decisões descentralizadas, que surgem como resposta aos preços determinados pelas forças da oferta e da procura no mercado, são compatíveis com a atividade global do sistema econômico, pois os preços atuam como importante guia dos empresários.

O desejo de lucro do homem de negócios e a competição entre os próprios empresários servem de precioso estímulo à redução do custo de produção, por meio de contínuo aperfeiçoamento técnico. Deste modo, ao buscar o aumento de distância entre o "preço de custo" e o "preço de venda", para garantir a si mesmo maior lucro, o empresário contribui efetivamente para o progresso crescente da técnica. Ao mesmo tempo, atende às exigências dos consumidores, propiciando-lhes, no mercado, bens a preço reduzido pela livre concorrência. Então, o móvel egoísta que impulsiona o empresário coincide com o interesse geral da coletividade.

Nesse sentido Adam Smith assim se exprimiu [13]:

> "... dirigindo essa indústria de modo a obter produtos do máximo valor possível, o indivíduo visa apenas ao próprio lucro; aí, como em muitos outros casos, é levado, por mão invisível, à consecução de um objetivo que de modo algum entrava em seus cálculos. Ao buscar a satisfação de seu interesse particular, o indivíduo atende freqüentemente ao interesse da sociedade de modo muito mais eficaz do que se realmente pretendesse defendê-lo".

É também o egoísmo dos capitalistas que orienta os capitais na direção mais favorável ao interesse pessoal. Daí a máxima de Quesnay [14]:

> "Dê-se liberdade de ação (*laissez-faire*) que os capitais se multiplicam e afluem para onde mais livremente se pode dispor deles".

Para que os indivíduos possam produzir e a sociedade prosperar, o Estado deve garantir-lhes paz, ou seja, manter a ordem, fazer respeitar o direito de propriedade, o direito oriundo dos contratos e cumprir a lei [15].

O respeito à liberdade individual reflete-se na condenação de qualquer regulamentação estatal ou corporativa, de qualquer intervenção no regime de trabalho, de qualquer cerceamento às inovações e invenções etc.

2. *Estruturas da atividade econômica*

O modelo teórico da atividade econômica capitalista, em seu aspecto agrário, recebeu importante contribuição dos fisiocratas [16], na segunda metade do século XIX. Em seu as-

---

13. Adam Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* trad. fr., Paris, Alfred Costes Ed., 1950, liv. IV, cap. II.

14. Quesnay, Grains, in *Encyclopédie* (ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*), Paris, Diderot e D'Alembert, 1757, t. 7.

15. Adam Smith (*Recherches,* cit., liv. IV, cap. II) afirmou que o primeiro dever do Estado consiste em poupar a sociedade dos atos de violência ou da invasão de outras sociedades independentes. "Defesa é mais importante do que riqueza", escreveu ele. Em discurso pronunciado em 1755 Smith já afirmara: "Para arrancar um Estado do mais baixo grau de barbárie e elevá-lo à mais alta opulência bastam três coisas: paz, impostos módicos e tolerável administração de justiça (apud Paul Hugon, *História,* cit., p. 115).

16. Os fisiocratas, homens práticos, explicitavam as concepções sociais da burguesia do século XVIII e, por isso, nada viam de criticável em uma

pecto industrial, entretanto, coube aos clássicos [17] a teorização do modo de produção capitalista. Neste particular, *Riqueza das nações* (1776), de Adam Smith [18], é considerado o marco fundamental do capitalismo: apresenta uma interpretação mais satisfatória do sistema capitalista, sem o erro fisiocrático relativamente à esterilidade da indústria, elaborando pressupostos e instrumentos metodológicos de análise (que seriam modificados e reinterpretados por seus sucessores [19]).

---

ordem natural com base no desejo do dinheiro. Smith, entretanto, era um filósofo pouco propenso a colocar a riqueza acima de tudo; mas seu empirismo levou-o, entretanto, a exaltar uma concepção de vida social na qual a preocupação com a eficácia sobrepõe-se à justiça (apud Henri Denis, *Histoire de la pensée économique*, Paris, PUF, 1967, p. 193).

17. Utilizamos a expressão "economistas clássicos" para designar os grandes economistas ingleses cujas obras foram publicadas entre 1776 e 1848, tal como o faz Schumpeter (*Capitalismo, socialismo e democracia*, trad. port., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 96). Dentre os clássicos, os mais conhecidos são Adam Smith, Ricardo, Malthus, Nassau Senior, John Stuart Mill e J. B. Say (o representante francês da Escola Clássica).

Keynes (Introdução, in *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie*, Paris, PUF, 1976, liv. I, nota 1) considera clássicos também os sucessores de Ricardo, isto é, os economistas que adotaram e melhoraram sua teoria, como Marshall, Edgeworth, Pigou e outros.

18. Na obra *Wealth of nations — an inquiry on the nature and causes of the wealth of nations* (Glasgow, Macmillan/Gloves & Sons, 1968), como o próprio título indica, Smith buscou esclarecer a essência e as causas do aparecimento e do desenvolvimento da riqueza. Compõe-se de cinco livros: 1.º) Causas do melhoramento da capacidade produtiva do trabalho e ordem que se segue na distribuição natural do produto entre as diferentes classes da população; 2.º) Natureza, acumulação e emprego do capital; 3.º) Do diferente progresso da riqueza nas distintas nações; 4.º) Os sistemas de Economia Política; e 5.º) Rendas do soberano ou da comunidade.

19. A continuidade na utilização do instrumental metodológico de análise forjada por Smith, bem como a reinterpretação da contribuição smithiana, são os principais elementos que caracterizam os membros da Escola Clássica. A reinterpretação decorreu, em grande parte, das conseqüências negativas do liberalismo econômico (assunto que será focalizado no Cap. IV, na seção relativa ao regime capitalista).

Nesse sentido, Eduard Heimann (*História das doutrinas econômicas*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 89) distingue o fundador e os membros da Escola Clássica segundo a "metamorfose da visão e do tom geral" que passam do brilhante otimismo e da fé de Smith ao tom sombrio e pessimista de seus sucessores. É que estes, diante das sucessivas crises econômicas, não podiam apresentar o mesmo entusiasmo de Smith pela harmonia natural. "Da natureza harmoniosa concebida por Smith, passamos à natureza avarenta da concepção de Malthus e à natureza cega, indiferente e, sob esse aspecto irracional, retratada por Ricardo. O que une essas várias concepções é a crença na ciência natural. A natureza, boa ou má, é soberana e o homem está sujeito à sua férrea lei, tendo de adaptar-se a ela. A lei natural da sociedade econômica,

A visão liberal da economia e da sociedade de Smith baseava-se em sua teoria do funcionamento econômico e também em sua teoria ético-psicológica, apresentada na obra *Teoria dos sentimentos morais*, publicada em 1759. Liberdade para todos e justiça entre todos estariam de acordo com a lei moral "natural" e com os processos "naturais" ou espontâneos do sistema econômico, o que permitiria o desenvolvimento da riqueza nacional e sua ampla distribuição entre todos os indivíduos da nação [20].

De certo modo, o arcabouço da moderna teoria econômica do capitalismo continua, em grande parte, baseado no esquema de Smith a respeito da atividade econômica [21].

O primeiro princípio econômico de Smith e que representou o ponto de partida para sua busca de outros relaciona-se com a *produção nacional e as condições de seu aumento*: o que importa são os suprimentos de bens que estão sendo produzidos e que se tornam acessíveis ao povo nos mercados e não o suprimento de dinheiro; o aumento da riqueza nacional [22] depende simplesmente do crescimento ou avanço da produtividade — entendida como eficiência para a produção e a distribuição ao povo, por intermédio dos mercados, das "coisas necessárias, os confortos e as conveniências da vida".

---

reinterpretada neste sentido, permanecia como matéria da Ciência Econômica" (p. 91).

A concepção da razão, igualmente, foi reinterpretada: para Smith, a razão e a natureza coincidem, ou seja, o homem faz o que é benéfico para todos ao seguir os impulsos de sua própria natureza; para Malthus, o homem deve conter seus instintos naturais e usar a razão e a prudência.

20. Grande parte das críticas ao liberalismo de Smith resulta, em primeiro lugar, do esquecimento (ou ignorância) da inter-relação entre sua ética e sua economia; em segundo lugar, da confusão entre essa ética e a "ideologia" dos comerciantes modernos. Smith, aliás, deplorou o "espírito de ganância e de monopólio, tão predominante entre os negociantes e os manufaturadores" (*Wealth of nations*, cit., p. 426-7). Sempre que os negociantes de um mesmo ramo se juntam, raramente a conversa não termina "em uma conspiração contra o público" (*Wealth of nations*, cit., p. 130). Denunciou também a conspiração tácita dos empregadores para manter os salários baixos (*Wealth of nations*, cit., p. 68-9).

21. Apud Overton H. Taylor, *História do pensamento econômico*, trad. port., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965, v. 1, p. 127.

22. A primitiva idéia de "riqueza", entendida como "bens materiais", foi substituída por outra mais ampla, que abrange também os serviços. Bens e serviços são, portanto, riquezas e sua utilidade está relacionada com a satisfação das necessidades humanas. Deste modo, idéias e conceitos psicológicos amplos e gerais consubstanciaram-se na "Economia da Utilidade", que substituiu, no fim do século XIX, as limitadas noções clássicas de "riqueza" e de "produção".

Relativamente às condições de aumento da produção nacional de riqueza (ou da renda nacional), Smith insistiu na necessidade de abundante *acumulação de capital*, o que decorre de condições e normas favoráveis à poupança, investimento, aumento do suprimento de capital etc. A condição de alta produtividade nacional mais importante é a *divisão do trabalho* ("produtivo", isto é, voltado para a produção de bens materiais) [23] em especializações variadas e interdependentes. Assim, a produtividade da economia de uma nação dependeria do avanço da divisão do trabalho (ou da especialização) e este, da ampliação dos mercados [24].

Por outro lado, tanto a ampliação dos mercados como o aumento das dimensões das unidades de produção (ou da escala de produção) tornam possível maior divisão do trabalho ou especializações, do que decorrem aumento da produtividade e diminuição dos custos.

Além de oferecer argumentos para o *livre-cambismo*, defendido por seus sucessores, a afirmação de Smith de que o grau de divisão do trabalho depende da extensão do mercado inspirou a "lei" do custo unitário decrescente da produção, exposta por Alfred Marshall, mais de um século depois. Até Marshall, entretanto, o princípio contido na afirmação de Smith serviu, quer para defender o *livre comércio internacional*, quer para exaltar o *protecionismo*: no primeiro caso, o grande argumento eram as vantagens decorrentes da especialização de cada país, em determinada produção; no segundo caso, o argumento principal baseava-se na necessidade de proteção às "indústrias nascentes", dentro de um grande país, em face de sua impossibilidade de enfrentar a competição estrangeira (pois reduzidos mercados e operações em pequena escala dificultam melhores divisões internas do trabalho).

Com a crescente divisão do trabalho surgem empresas e trabalhadores especializados em sucessivas etapas do processo de produção, o que faz aumentar a distância de tempo entre o desempenho de um ato de trabalho produtivo e o

23. A distinção de Smith entre trabalho "produtivo" e "improdutivo" decorre de sua concepção materialista de riqueza como categoria que inclui "apenas bens vendáveis, tangíveis ou materiais" e não inclui serviços ou o que não é "corporificado" em bens materiais.

Uma das conseqüências dessa posição foi a rigorosa limitação das despesas e do emprego por parte do governo, já que a prestação de serviços era considerada improdutiva e implicava o desvio de trabalho e de recursos, reduzindo a produção de bens da nação.

24. Adam Smith, *Wealth of nations*, cit., liv. 1, cap. 3.

recebimento do produto acabado pelo consumidor final. Aumenta, então, a quantidade de capital exigido na economia, relativo ao número de seus trabalhadores, para fazer face às necessidades de investimento em todos os pontos do extenso processo [25]. Neste sentido, Smith antecipou-se à teoria desenvolvida pelo austríaco Bohm-Bawerk sobre o capital e seu papel na economia.

Smith integrou o *liberalismo econômico à Ciência Econômica* com a *teoria do funcionamento do sistema de mercados*, destinado à troca dos produtos das diversas indústrias e ocupações [26]. Embora seu interesse principal fossem a produção nacional (ou renda nacional) e as condições de seu crescimento, analisou o funcionamento "natural" do sistema de mercados e preços como reguladores "naturais" da distribuição de todas as unidades de trabalho, terra e capital.

Quanto à *teoria do valor*, embasada na distinção entre valor de uso (subjetivo) e valor de troca ("poder de obter" outras mercadorias), Smith rejeitou a medida de "valores de trabalho obtido" como inaplicável na prática, embora ideal em teoria, por não haver fundo de trabalho homogêneo, divisível em certo número de unidades objetivas, uniformes ou iguais [27].

Recorreu a um "exercício mental" para chegar aos elementos essenciais mais simples do *problema teórico do equilíbrio da troca em uma economia moderna*: imaginou uma economia primitiva na qual todo trabalho é perfeitamente móvel entre todas as ocupações e onde todos os indivíduos fazem escolhas ou tomam decisões para maximizar seus ganhos, já que todos trabalham e trocam bens entre si num mercado competitivo. Assim, no estado primitivo imaginário ou hipotético de Smith, sem apropriação da terra nem acumulação de estoque de capital em mãos privadas, os trabalhadores não teriam de dividir o valor da produção com os proprietários de terras e os capitalistas, podendo seus respectivos produtos ter, em equilíbrio, valores de troca ou pre-

---

25. Adam Smith, Introdução, in *Wealth of nations*, cit., liv. 2, p. 258-60.

26. A consciência liberal de Smith levou-o a colocar, em sua análise econômica, a liberdade de acesso de todos os homens a todas as oportunidades como condição principal para o melhor funcionamento do sistema de mercados e preços. "Esta condição — sentia ele — conservaria o padrão ou equilíbrio de todos os usos do trabalho e recursos e o dos suprimentos resultantes de todos os produtos adequadamente ajustados de modo a maximizar a produção nacional e a satisfação das necessidades do público" (Overton Taylor, *História*, cit., p. 141).

27. Adam Smith, *Wealth of nations*, cit., p. 38.

ços relativos estritamente proporcionais às quantidades relativas de trabalho neles corporificadas [28].

Ricardo, entretanto, restabeleceu a teoria do valor-trabalho, que seria retomada, mais tarde, por Marx [29].

Relativamente à *repartição da renda,* Smith pouco se deteve em comparação com a importância que atribuiu à produção nacional. Tratou da divisão "natural" da renda total de todas as atividades em salários (para os trabalhadores), lucros (para os capitalistas) e aluguéis (para os proprietários de terras). Em sua *teoria dos salários* mostrou que o nível de remuneração dos trabalhadores, em um país, depende essencialmente do estado de sua economia (próspera, estacionária ou decadente) ou da relação entre a taxa de crescimento econômico e a do crescimento de sua população e da oferta de trabalho. Seus sucessores desenvolveram algumas de suas idéias implícitas: é o caso, por exemplo, da teoria malthusiana de crescimento da população como controlador, a longo prazo, do nível de salários pela oferta de trabalho; mas não mantiveram seu otimismo quanto ao possível desenvolvimento contínuo, que seria suficiente para igualar o crescimento da população e manter salários melhores do que os de subsistência.

Dentre seus sucessores, foram sobretudo Malthus e Ricardo [30] que realizaram a tarefa de rever, melhorar e completar sua obra. Todavia, enquanto Malthus deu mais atenção aos problemas colocados pelo crescimento demográfico, Ricardo procurou determinar as "leis" da distribuição da renda entre as diversas classes da sociedade, reformulou a teoria do valor, elaborou as teorias do custo comparativo e da renda diferencial (precursora da teoria da produtividade mar-

28. Adam Smith, *Wealth of nations,* cit., p. 49-52.

29. Taylor (*História,* cit., p. 147) considera erro crasso, embora comum, a atribuição da "teoria do valor-trabalho" de Ricardo ou de Marx a Smith: "Poderá parecer, com efeito, que Smith se antecipou a Marx ou concordou com ele e foi mesmo além da posição de Ricardo, se tomarmos a frase de Smith sobre os trabalhadores, que precisam dividir com os proprietários da terra e com os capitalistas, como implicando que os trabalhadores sozinhos *produzem* toda a riqueza ou todo o seu *valor,* mas recebem apenas uma parte da produção *deles,* indo o restante para os proprietários da terra e para os capitalistas. Mas eu creio que esta interpretação da frase de Smith é injustificada". E argumenta Taylor que Smith não disse que aquilo que os trabalhadores têm de dividir com as outras classes foi produzido somente por eles.

30. Ao contrário de Smith, Ricardo não era um erudito livresco: era um homem prático, que deu à sua obra todo o rigor de uma pura teoria abstrata (cf. Taylor, *História,* cit., p. 224).

ginal), analisou o mecanismo financeiro internacional, a determinação da renda da terra, do salário e do lucro etc.

Sistema teórico, harmonioso, auto-ajustável, o capitalismo dos fisiocratas e clássicos estava embasado em princípios gerais ou "leis" de lógica, provenientes de hipóteses compatíveis com o senso comum da cultura da época. De modo geral, combinou um conjunto de "leis" ou princípios explicativos da atividade econômica com um conjunto de preceitos ou princípios normativos referentes à política econômica governamental.

O liberalismo econômico, como vimos, constituiu o componente "normativo" e político de apoio à concorrência "livre" (ou sem o controle direto do governo). Por outro lado, a filosofia predominante na época dos fisiocratas e clássicos, bem como o incipiente estado da pesquisa e do conhecimento empírico, explicam o fato de não ter havido oposição ao irrealismo de suas concepções [31].

O principal mérito dos "arquitetos" do sistema capitalista "abstrato" consiste, entretanto, no enfoque científico que imprimiram à análise da atividade econômica.

Na prática, porém, não se verificou o apregoado equilíbrio automático entre a produção e o consumo, a decantada harmonia entre os interesses do indivíduo e os da sociedade, nem a Ordem Natural desejada pela Providência para a felicidade dos homens. Ao contrário, os crescentes conflitos sociais colocaram em evidência os grandes defeitos do capitalismo, coexistindo com seus aspectos positivos. Marx, um dos seus maiores críticos, forneceu as bases para a construção de um novo sistema, que realizaria a igualdade e a justiça social.

Desse novo sistema, também focalizado em seu estado "puro" ou "abstrato", trataremos a seguir.

---

31. Schumpeter, por exemplo, observa (*Capitalismo,* cit., p. 97) que acima de tudo havia na teoria elaborada pelos clássicos "uma sabedoria prática, um critério de responsabilidade a longo prazo, que contrastava de maneira favorável com a histeria moderna". "Mas entre compreender que a busca de um máximo lucro e o esforço para se conseguir o rendimento máximo e provar que a primeira implica necessariamente — ou, na imensa maioria dos casos — a segunda, há abismo muito maior do que supunham os clássicos e sobre o qual jamais conseguiram lançar uma ponte. O moderno estudioso dessas doutrinas jamais deixa de admirar como puderam eles sentir-se satisfeitos com os argumentos que expunham, ou confundir tais justificações com as provas, pois se verificou, à luz de análise posterior, que essas *teorias* eram meros castelos de cartas, a despeito de qualquer grau de verdade que pudessem ter tido nas suas *intuições.*"

§ 2.° Sistema de economia socialista integralmente planificada

Tal como o sistema de economia capitalista "abstrato", o sistema de economia socialista integralmente planificada, em seu aspecto "puro", é um "modelo" que ainda não foi plenamente praticado [32]. E ambos, na sua concepção intelectual, são obras de grandes pensadores.

Realmente, na sua origem, o liberalismo clássico era mais uma filosofia moral-social, de caráter teórico, elaborado por autores célebres, sobretudo do século XVIII à primeira metade do século XIX. Tornou-se uma espécie de "credo" dos comerciantes e da classe média, revoltados contra os remanescentes do feudalismo, do mercantilismo, do governo autocrático e das restrições à sua atividade econômica, mas na prática sofreu muitas adulterações e modificações.

O esquema teórico do sistema socialista, por sua vez, tem o seu cerne no marxismo e este surgiu da crítica, contestação, desenvolvimento, reinterpretação e combinação de idéias provenientes de várias fontes, entre as quais se destacam: o *ideal socialista*, principalmente o desenvolvido pelos autores "utópicos" do início do século XIX; o *hegelianismo*, com sua visão filosófica da história da Humanidade; e a *teoria econômica de Ricardo* [33]. As conseqüências da Revolução Industrial e da aplicação do liberalismo econômico, entre outras, representaram papel essencial na colocação dos trabalhadores como força política e na transformação do socialismo marxista em movimento das classes proletárias. Mas quando a concepção intelectual do sistema socialista passou à prática, em nível nacional, a partir de 1917, também sofreu profundas modificações.

Antes de estudar o conteúdo do sistema de economia socialista integralmente planificada, examinemos o que significa socialismo e a sua diferença com relação ao comunismo:

— *Socialismo* [34] é geralmente entendido como movimento de idéias que busca substituir a propriedade privada pela

32. A aplicação de ambos os sistemas — capitalista e socialista — constitui objeto do Capítulo IV deste trabalho.

33. A respeito das fontes do marxismo há numerosa bibliografia. A título exemplificativo citaremos I. H. Rima (*História do pensamento econômico,* São Paulo, Atlas, 1977, p. 222-6), Paul Sweezy (*Socialismo,* trad. port., 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 122-41), André Piettre (*Pensée économique,* cit., n. 174 e s.), Karataev, Ryndina, Stepanov (*Historia de las doctrinas económicas,* México, Grijalbo, 1964, v. 1, cap. XX), Ernest Mandel (*Traité d'économie marxiste,* Paris, R. Julliard Ed., 1962, 2 v.) etc.

34. Paul M. Sweezy (*Socialismo,* cit., p. 20) observa que a palavra "socialista" está tão difundida que tem sido utilizada para designar toda e qual-

propriedade coletiva ou social. Em seu aspecto sistêmico, distingue-se do que Piettre denomina "socialismo episódico" — expressão de grupos ou de autores isolados, de inspiração moral ou ascética, que não visa fundamentalmente a melhoria da condição popular [35].

O socialismo em sua significação original, explica Sweezy [36], é um sistema completo, que difere do capitalismo não só pela inexistência da propriedade particular dos meios de produção, mas também pela estrutura e pelo processo de funcionamento.

— *Comunismo* [37] é sinônimo de socialismo, para grande número de autores. Com base na distinção apresentada por

---

quer reforma, seja ou não apoiada pelos socialistas. Cita duas definições de socialismo, diferentes da acepção original do termo, apresentadas por eminentes estudiosos socialistas: William Graham Sumner ("Socialismo é todo mecanismo ou doutrina que visa poupar o indivíduo de toda dificuldade ou privação na luta pela sobrevivência e na competição pela vida, através da intervenção do Estado") e James Bonar ("Socialismo é a política ou doutrina que tem por fito assegurar, pela ação da autoridade central democrática, a melhor distribuição e, como resultante disso, uma produção melhor do bem-estar, ao contrário do que prevalece agora"). Ora, de acordo com Sumner, socialismo pode ser um simples regulamento, e, para Bonar, "um suave e progressivo imposto de renda". Critica, então, as definições incorretas, por causarem confusão, já que abrangem medidas advogadas e executadas por adeptos de heterogêneas correntes, inclusive de inimigos do socialismo.

35. André Piettre (*Pensée économique*, cit., p. 158 e s.) apresenta exemplos de "socialismo episódico" na Idade Média, no Renascimento (*Utopia*, de Thomas Morus), no século XVIII (Campanella, missionários, jesuítas e outros) etc.

36. Sweezy (*Socialismo*, cit., p. 19) mostra que por ser a idéia de uma sociedade socialista muito anterior à sua aplicação prática, tornou-se praxe "chamar socialista a quem acreditasse no socialismo ou o defendesse. Do mesmo modo, o movimento iniciado no sentido do socialismo foi denominado movimento socialista. O passo imediato foi a adoção do nome socialismo pelo movimento socialista. A palavra assumiu, assim, dois significados distintos: de um lado, novo tipo de sociedade; de outro, movimento que se empenhava em substituir a ordem social reinante por esse novo tipo".

Explica ainda Sweezy o sentido do substantivo "socialista": é quem acredita no socialismo ou põe em prática os seus princípios. O adjetivo "socialista" associa algo especificamente ao socialismo. "A Economia socialista apresenta estas duas significações prováveis: ou se relaciona com o funcionamento da economia socialista, ou indica o conjunto de doutrinas econômicas do movimento socialista. Observe-se que se trata de uma definição restrita; ela exclui, em particular, as reformas isoladas (como a nacionalização de uma dada indústria) da categoria das medidas socialistas, visto como tais reformas podem ser adotadas numa sociedade capitalista sem que isso obrigue à alteração de sua estrutura ou do seu sistema de funcionamento" (p. 21-2).

37. Mais antigo do que o termo "socialismo", "comunismo" deve ter sido empregado com a acepção atual no decênio de 1820. Anteriormente e durante muitos séculos, entretanto, comunismo "equivalia não a um sistema

Marx em *Crítica ao programa de Ghota* (1891), entretanto, socialismo designa a "primeira etapa" da implantação da sociedade comunista, que contém ainda resquícios capitalistas (o que explica a "ditadura do proletariado", ou necessidade da nova classe dirigente, constituída pelos operários, contar com seu próprio Estado para se proteger dos inimigos); e comunismo é a "etapa mais alta" da sociedade revolucionária, que não precisa ter Estado e na qual a organização está fundamentada no princípio — "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades" [38].

Lenin utilizou, inicialmente, os termos comunismo e socialismo com sentido idêntico, mas, ao romper com os partidos socialistas que haviam abandonado o internacionalismo, voltou à distinção de Marx. Apoiados em Lenin, os teóricos soviéticos entendem que "o sistema socialista atual evoluirá para o comunismo integral" [39].

Após esses esclarecimentos terminológicos, devemos observar ainda que é muito difícil estabelecer teoricamente as estruturas de enquadramento e as estruturas da atividade econômica do sistema de economia socialista integralmente planificada, porque os autores que o inspiraram foram pouco explícitos. Assim, tanto Marx e Engels como Lenin, por exem-

---

social, mas a uma união de interesse de propriedade, em geral sobre bens de consumo, compreendendo um grupo de pessoas dentro de um dado sistema social. O comunismo atribuído, por exemplo, à antiga Esparta era, em síntese, comunismo de escravidão. Enquanto durou, abrangeu apenas fração da classe dirigente, constituindo, em suas origens, um processo do poder militar do Estado espartano. Não foi senão nos albores da era atual — não antes de 1516, ano em que se publicou a *Utopia* de Thomas Morus, para sermos exatos — que se corporificou a idéia de comunismo como sendo uma comunidade onde a propriedade fosse comum". E esclarece Sweezy (*Socialismo*, cit., p. 22) que a partir daí coexistem os dois conceitos de comunismo e o uso desta palavra tem ensejado muitas confusões.

38, Sweezy, *Socialismo*, cit., p. 22.

39. No fim do decênio de 1840, quando Marx e Engels esboçaram a organização de um movimento político, evitaram o termo "socialista", objeto de abundante literatura sobre reforma social e reconstrução, na Europa Ocidental, especialmente de autores "utópicos", a partir de 1830. Os adeptos de Owen, por exemplo, foram chamados "socialistas"; depois de 1835 o termo se difundiu amplamente, utilizado por diferentes autores e escolas. Para não desacreditar o movimento radical, bem como evitar compromissos com os movimentos da época, Marx e Engels preferiram a palavra "comunista" (daí a "Liga Comunista", fundada em 1947, e o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848). Mais tarde, com o desaparecimento dos motivos que haviam determinado o repúdio do termo "socialista", os marxistas passaram a utilizar ambos, indiferentemente, de modo que "o *Manifesto Comunista* tornou-se uma autorizada declaração de princípios dos métodos e dos fins de movimento socialista" (Sweezy, *Socialismo*, cit., p. 23).

plo, não se detiveram em minúcias: os dois primeiros trataram mais das críticas ao capitalismo [40] e o segundo deixou claro que até o triunfo da revolução proletária não seria possível explicitar os caminhos da transição.

Além disso, como geralmente se prevê a implantação total da sociedade comunista após uma fase de transição, em que se efetua a passagem do capitalismo para o socialismo, em muitos casos é difícil a separação entre as duas fases.

Com essas observações preliminares, vejamos as estruturas do sistema de economia socialista integralmente planificada em seu aspecto "abstrato".

1. *Estruturas de enquadramento*

A base de toda a vida social é a produção [41]. Na Antigüidade e na Idade Média a produção era quase inteiramente agrícola e a indústria se limitava às oficinas de artesanato. Na Época Moderna, a atividade industrial superou a agricultura e provocou a concentração de numerosa mão-de-obra em grandes fábricas [42].

Com o rompimento dos laços da sociedade feudal e com a ascensão da burguesia como classe dirigente, o capitalismo desenvolveu intensamente a produtividade do trabalho humano. Não conseguiu, entretanto, eliminar a exploração e a luta de classes.

Em oposição aos clássicos, que argumentavam em função da harmonia de interesses, Marx concebeu a vida sócio-econômica em termos de conflito de interesses entre os proprie-

---

40. Nesse sentido, George Halm (*Sistemas*, cit., p. 149) afirma que o marxismo tratou pouco do sistema que deveria suceder ao capitalismo, ocupando-se principalmente deste, em seu caráter histórico, no sentido de sistema que sucedeu o feudalismo e que antecede o socialismo. Interessado especialmente no processo de evolução social, Marx procurou demonstrar como o capitalismo, uma vez cumprida "sua missão histórica de acumular capital e desenvolver novas técnicas de produção, seria substituído, necessariamente, pelo socialismo".

Rima (*História*, cit., p. 222) também insiste no fato da teoria marxista se referir mais ao desenvolvimento da economia capitalista do que ao socialismo.

41. A característica distintiva de um sistema social, segundo a teoria marxista, deve ser buscada na esfera da produção. Daí tornar-se clara, através da história, a existência de diferentes sistemas de produção.

42. Nos três sistemas, a existência de comércio para obtenção de lucro, embora seja um fato importante, é essencialmente subordinada, afirmam os marxistas (Sweezy, *Socialismo*, cit., p. 23).

tários que não trabalham e os operários que não possuem propriedades [43].

Assim, com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, desaparecem as classes sociais e, portanto, os antagonismos que as caracterizavam, já que os indivíduos passam a se distinguir segundo a importância de suas funções econômicas.

Todos os cidadãos têm livre acesso ao trabalho, nas fábricas sociais, que constituem patrimônio comum.

O motor da atividade econômica não é a procura de lucro individual, mas a satisfação de o indivíduo se sentir integrado na prestação de serviços à comunidade, onde tudo é construído por todos e pertence a todos [44].

Durante o período de transição do socialismo para o comunismo integral, o poder é colocado nas mãos dos proletários e exercido pelo Estado. Mas na etapa final, contudo, o Estado também desaparecerá e cada cidadão trabalhará segundo sua capacidade e receberá segundo suas necessidades.

Compete à ditadura do proletariado converter definitivamente os meios da propriedade capitalista em propriedade socialista.

As necessidades são satisfeitas diretamente, pela ordem de sua intensidade — e não indiretamente, pela busca do lucro, como no capitalismo. Daí a estrutura institucional do sistema socialista ser também diferente em comparação com o sistema capitalista. As estruturas psicológicas ou mentais, pela mesma razão, refletem a "economia de necessidades".

Lenin imaginou que a edificação do socialismo seria resultado da ativa participação de todo o povo — o próprio "artífice de uma existência feliz, alegre, comunista, fruto de um trabalho livre de toda exploração capitalista, aliviado pelo emprego de todos os avanços da técnica e da ciência, para o bem do povo" [45]:

> "... somente com o socialismo se inicia rápido avanço autêntico, verdadeiramente de massas, com

---

43. Joan Robinson, *An essay on marxian economics,* London, Macmillan, 1947, p. 1.

44. Com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, "todos os bens de produção — terra, fábricas, minas, vias de comunicação — são postos à disposição do Estado, que os distribui, a seguir, entre os cidadãos, ou, mais exatamente, que destina cada cidadão à exploração de um deles" (Lajugie, *Os sistemas,* cit., p. 104).

45. Karataev et al., *Historia,* cit., v. 2, p. 1050.

participação da *maioria* da população, e depois de toda ela, em todas as esferas da vida social e privada" [46].

Com a extinção das classes sociais desaparece também a desigualdade social e política daí derivadas:

"Os produtos do trabalho comum irão beneficiar, então, os próprios trabalhadores, e o que produzirem além das necessidades de sua manutenção destinar-se-á a satisfazer as necessidades dos próprios trabalhadores, a desenvolver plenamente todas suas faculdades e a colocar, igualmente para todos, o progresso da ciência e da arte" [47].

A propriedade social dos meios de produção, por sua vez, cria possibilidades para intenso incremento das forças produtivas da sociedade humana, do que resultará uma nova organização de trabalho e um conseqüente rendimento jamais alcançado no sistema de economia capitalista.

As superestruturas jurídicas e políticas erguem-se com base na estrutura econômica da sociedade e esta é constituída pela soma total das relações de produção social. Segundo Marx [48]:

"O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, seu ser social é que determina a sua consciência".

2. *Estruturas da atividade econômica*

A produção, o consumo e a repartição — partes de um mesmo processo econômico — dependem de um plano geral, autoritário, que periodicamente ajuste as necessidades da população, a quantidade de trabalho e de capital à produção previamente fixada [49].

Como não existe mercado, as necessidades de consumo e de produção não estão sujeitas ao jogo automático das flu-

---

46. Karataev, *Historia*, cit.

47. V. I. Lenin, *O Estado e a revolução*, citado por Karataev, *Historia*, cit.

48. Karl Marx, *Contribution*, cit., p. 4.

49. Apud André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 224.

tuações de preços nem aos desejos pessoais de consumir certos bens ou de utilizar determinado capital: o consumo e a produção são ajustados por planos periódicos [50].

Igualmente as necessidades de mão-de-obra, de equipamento, de matéria-prima, de prédios etc., em cada ramo da produção, são previstas nos planos, por meio de coeficientes técnicos [51].

A técnica utilizada é a mesma do sistema capitalista, mas favorecida pela eliminação do cálculo de preços e do "veredicto" do mercado.

A estruturação da atividade econômica no sistema socialista "abstrato" apóia-se nos princípios marxistas. Estes, por sua vez, baseiam-se em alguns conjuntos de idéias fundamentais, interligadas de maneira a formar um todo. Para efeito de esboço desse sistema econômico, todavia, destacaremos somente as formulações marxistas relacionadas com a posse social dos meios de produção, o equilíbrio econômico geral, o cálculo econômico e a justiça na repartição da renda.

a) A posse social dos meios de produção

Engels mostrou que o caráter social das forças produtivas modernas conduz, inexoravelmente, à sua socialização. No próprio contexto do capitalismo, as sociedades por ações e a propriedade estatal são formas sociais de propriedade. Mas como o Estado capitalista representa, na verdade, a classe dominante, o "Estado proprietário das forças produtivas não é a solução do conflito (entre o caráter social das forças produtivas e a propriedade privada), mas encerra o meio formal, a ânsia por onde pode ser compreendida a solução" [52]. "Quando o proletariado se apodera do poder estatal... transforma

50. Nesse sentido Krutchev afirmou que o consumo de gêneros alimentícios devia basear-se em normas de nutrição científicas, que assegurassem o desenvolvimento harmonioso e completo do homem sadio (apud André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 224).

51. Os coeficientes técnicos variam com o progresso técnico, ou seja, com a introdução de novos equipamentos ou com a racionalização do trabalho, por exemplo, de maneira a melhorar o rendimento. Na economia capitalista, por força da concorrência existe a possibilidade de escolha entre diferentes fórmulas de redução de custo; na economia socialista, porém, dá-se preferência ao processo que permita menor despesa em trabalho. Observa André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 227) que a solução é lógica ante a concepção marxista do valor-trabalho.

52. F. Engels, *Anti-Dühring*, trad. Bottigelli, Paris, Ed. Sociales, 1950, t. 3, p. 44.

inicialmente os bens de produção em propriedade do Estado" [53]. Em seguida, Engels acrescentou:

> "A posse dos bens de produção em nome da sociedade é, ao mesmo tempo, seu último ato característico de Estado. A intervenção do poder estatal nas relações sociais torna-se supérflua em domínio após domínio e, em seguida, ela mesma entra em letargia. O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção. O Estado não é 'abolido'; ele morre" [54].

Apoiado nesse texto, Bettelheim pensa que a produção mercantil e o Estado vão-se enfraquecendo, concomitantemente, ao invés de desaparecerem de modo brusco. Cabe à ditadura do proletariado diligenciar para que a manutenção das categorias mercantis, da moeda etc. não dêem origem a novas formas de "exploração do homem pelo homem" e para que a atuação do Estado seja efetivamente no interesse dos trabalhadores [55].

b) O equilíbrio econômico geral

De acordo com os esquemas desenvolvidos por Marx em *O capital*, os teóricos soviéticos partem de duas noções fundamentais para resolver os problemas do equilíbrio econômico geral: em primeiro lugar, a distinção entre o ramo produtor dos meios de produção e o ramo produtor de objetos de consumo; em segundo lugar, a noção de "período de produção", que se confunde com o período de planificação. Marchal [56] explica que "o problema do equilíbrio geral confunde-se com o do pleno emprego das forças produtivas:

---

53. F. Engels, *Anti-Dühring*, cit., p. 46.

54. F. Engels, *Anti-Dühring*, cit., p. 47.

55. Charles Bettelheim, *A transição para a economia socialista*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 58.

56. André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 229) mostrou que o equilíbrio entre a produção e o consumo tem solução diferente se a economia for considerada do ponto de vista estático ou dinâmico. No primeiro caso, no fim de cada período de produção (ou de reprodução simples, segundo Marx) a sociedade conta com o mesmo valor em estoques de objetos de consumo e em quantidade de meios de produção, em comparação com o início do período. No segundo caso, porém, a sociedade dispõe, no fim de cada período, de maior (ou menor) quantidade, o que provoca desequilíbrio entre a produção e o consumo, bem como a necessidade de reajustamento no período subseqüente.

forças naturais, meios de produção, forças de trabalho. Enquanto o pleno emprego não for realizado, as necessidades sociais não serão satisfeitas na medida das possibilidades da produção".

Compete à planificação estabelecer as proporções e a velocidade de variação da oferta e da procura dos bens de produção e de consumo levando em conta o período de produção. Na prática, evidentemente, surgem várias dificuldades, já que nos esquemas teóricos de equilíbrio, devido a sua simplificação, geralmente a oferta e a procura dos bens de consumo variam nas proporções e com a velocidade desejadas pelos planificadores, mas que nem sempre correspondem à realidade. A obtenção do equilíbrio econômico interno implicaria, então, uma espécie de "autarquização" da economia, ou seja, conseguir o maior grau possível de auto-suficiência de modo a reduzir ao mínimo o comércio com o exterior.

c) O cálculo econômico

Instrumento da "gestão equilibrada das empresas econômicas" [57], o cálculo econômico é o método de direção planificada das empresas socialistas. Supõe o consumo racional dos recursos do trabalho, dos recursos materiais e dos recursos pecuniários, bem como a eliminação das perdas e das despesas improdutivas. Tudo é rigorosamente contabilizado e controlado, o que permite aos trabalhadores o acompanhamento da execução do plano governamental, a maximização dos resultados e a minimização das despesas.

Cada empresa deve não só cobrir inteiramente suas despesas com suas próprias receitas, mas obter uma margem de benefício. Graças à aplicação do cálculo econômico, cada empresa é levada a estimular o interesse de seu pessoal na melhoria do trabalho, no aumento da produção, na rentabilidade, na elevação da qualidade da produção, na completa utilização dos fundos de produção etc.

O "tempo de trabalho" é a unidade de conta do cálculo econômico [58]. Mas na "fase de transição" do capitalismo para o socialismo (ou "primeira etapa do socialismo") o cálculo

---

57. Cf. L. Leontyev, *Précis d'économie politique*, URSS, Ed. Moscou, 1972, p. 18 e s.

58. André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 233) apresenta várias objeções à adoção do "tempo de trabalho" como unidade de conta: não considera, entre outros, a escassez de cada produto, a qualidade não-homogênea do trabalho, a variabilidade do tempo de trabalho (em função do progresso técnico, do volume da produção etc.), o custo da terra, o custo do capital etc.

econômico é geralmente efetuado com a ajuda de "categorias mercantis".

No caso da URSS, por exemplo, Stalin observou que o conteúdo das categorias mercantis não é o mesmo em comparação ao capitalismo, pois as relações sociais também não são as mesmas. Explicou que o valor dos bens de produção, de seu custo líquido, de seu preço de venda etc. são necessários para os cálculos, a fim de regularizar as contas bem como verificar e controlar o caráter rentável ou deficitário das empresas [59].

As categorias mercantis, que permanecem na "etapa de transição", serão eliminadas na etapa final de implantação do comunismo [60]. A este respeito Stalin concluiu, acompanhando a linha de pensamento dos fundadores do marxismo, que na segunda fase da sociedade comunista a quantidade de trabalho necessário "para fabricar os produtos não será mais medida através de rodeios, pelo valor e suas formas, como é o caso da produção mercantil, mas direta e imediatamente pela quantidade de tempo, pelo número de horas gastas". Relativamente à repartição do trabalho, a lei do valor também terá perdido sua força. Na sociedade comunista, então, a produção será regulada pelas "necessidades da sociedade", de modo que o recenseamento destas é de importância fundamental para os organismos de planificação.

Stalin deixou claro que no caso da URSS o desaparecimento das categorias mercantis está condicionado, principalmente, à eliminação da divisão da produção em dois setores (estatal e kolkhoziano) e à elevação progressiva da propriedade kolkhoziana ao nível da propriedade nacional. Bettelheim contestou-o dizendo não ser isso suficiente: é necessário, também, a criação de um "centro social econômico", que disponha "de todos os produtos da produção nacional no interesse

Marchal mostra que o abandono do custo do capital (que está ligado também ao abandono do custo da terra) trouxe tantas conseqüências sobre todo o mecanismo da economia planificada que levou os teóricos soviéticos a uma revisão (para detalhes, cf. Marchal, *Systèmes*, cit., p. 234-6).

59. Cf. Stalin, Resposta ao camarada Alexandre Ilitch Notkin, *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, apud Bettelheim, *A transição*, cit., p. 50-1.

60. No capítulo "Os erros do camarada L. D. Iarochonko" (apud Bettelheim, *A transição*, cit., p. 52), Stalin indica três condições para a URSS passar para o comunismo: crescimento prioritário da produção dos bens de produção, impulso cultural (para assegurar a todos um desenvolvimento multilateral, que elimine a atual subordinação à divisão do trabalho) e desaparecimento (por etapas) da propriedade kolkhoziana (que será substituída pela propriedade nacional).

da sociedade", de maneira que a circulação de mercadorias seja substituída por um "sistema de troca de produtos". E depois de examinar as dificuldades para a substituição de uma "contabilidade em valor" por uma "contabilidade em tempo de trabalho", mostrou Bettelheim os obstáculos para se determinar *a priori*, de maneira rigorosa, o tempo de trabalho "socialmente necessário" à produção de diferentes bens. O que é passível de mensuração, apesar das dificuldades, é o tempo de trabalho "efetivamente despendido" e que não é igual ao tempo de trabalho "socialmente necessário": este depende de correta avaliação das necessidades e da correta escolha das técnicas de produção.

Nesse sentido, bem como para medir o tempo de trabalho efetivamente gasto nas diferentes produções, vêm sendo aperfeiçoadas técnicas especiais. Com instrumental analítico adequado, a serviço da efetivação da "etapa final" do sistema de economia socialista, seria, em parte, facilitada a complexa tarefa de aplicação das formulações marxistas que estão na base das implantações do comunismo.

d) A justiça na repartição das rendas

Apenas na última fase do desenvolvimento do socialismo é que a repartição das rendas poderia ser efetuada de acordo com o princípio: a cada um segundo suas necessidades. Durante a fase de transição é aplicado o princípio da repartição baseado na capacidade de cada um.

Com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, o valor da produção coletiva (ou renda social) é distribuído a todos aqueles que colaboraram nessa obra coletiva. Pelo trabalho prestado, a cada indivíduo é atribuído um poder aquisitivo (sob a forma de vale, moeda etc.), que lhe dá o direito a quantidades determinadas de certas mercadorias e serviços, conforme condições estabelecidas pelos Poderes Públicos. Na etapa final do comunismo, todavia, a sociedade deverá assegurar aos cidadãos a satisfação de todas as suas necessidades, sem qualquer liame com a prestação de serviços, já que vigorará o princípio: "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades" [61].

---

61. Nikitin (*Economía política*; ediciones en lenguas extranjeras, Moscou, 1961, p. 407) esclarece que a distribuição comunista, com base nas necessidades, não deve ser entendida no sentido "pequeno-burguês": dar-se tudo o que agrade ao indivíduo e na quantidade que peça. O sentido de distribuição de acordo com as necessidades "pressupõe a satisfação de necessidades *razoáveis* da pessoa de *alta cultura e erudição*, que respeite as normas da vida comunista".

No sistema de economia socialista integralmente planificada, por outro lado, não há lugar para o juro nem para o lucro do capitalista financiador. E, como tudo pertence a todos, também não há lugar para lutas de classe ou oposição entre proprietários privados e trabalhadores assalariados, patrões e operários, capitalistas e proletários etc.

A justa repartição da renda, ao propiciar a satisfação de todas as demandas "racionais" dos membros da sociedade comunista, libera totalmente o indivíduo das preocupações no sentido de prover seu sustento e o de sua família.

Para efetivar a justiça reparticionista, entretanto, é indispensável: em primeiro lugar, o aumento do nível de desenvolvimento da produção material a um grau que assegure a abundância de bens; em segundo lugar, a formação da consciência comunista, isto é, cada membro da sociedade deve se "imbuir de uma atitude nova, comunista, de respeito ao trabalho". Até que ambas as premissas existam, "a sociedade terá de controlar a medida do trabalho e do consumo, observando rigorosamente o princípio da distribuição segundo o trabalho". Mas este critério de distribuição é também muito importante para preparar a segunda fase porque estimula o aumento da produtividade do trabalho, a elevação da qualificação dos trabalhadores, o aperfeiçoamento da técnica de produção etc. Além disso, leva o cidadão a trabalhar de acordo com sua capacidade e permite o aumento dos fundos sociais (o que possibilita maior distribuição gratuita de bens materiais e culturais aos membros da sociedade socialista, independentemente da qualidade e da quantidade de trabalho de cada um) [62].

Nesse sentido, esclarece Nikitin, é o pensamento dos fundadores do comunismo científico, que propuseram a substituição da sociedade capitalista pela socialista "...para assegurar o bem-estar e o pleno desenvolvimento de todos os membros da sociedade..." [63]. Assim conforme a "lei econô-

62. Apud Nikitin, *Economía,* cit., p. 407-8.

63. V. I. Lenin (*Obras,* 4. ed. rus., t. 24, p. 430, apud Nikitin, *Economía,* cit., p. 407-8) acentuou reiteradas vezes que somente o socialismo pode assegurar a possibilidade de produzir e distribuir, em ampla escala, produtos de acordo com os interesses e as necessidades dos homens, tornando mais feliz a vida dos trabalhadores.

Assim como no passado toda a inteligência humana foi encaminhada para proporcionar a alguns todos os bens da técnica e da cultura, enquanto outros eram privados do mais indispensável (a instrução e o progresso), Lenin previu que na "nova época todos os milagres da técnica, todas as realizações da cultura seriam patrimônio de todo o povo, e que jamais a inteligência humana e o gênio do homem se converteriam em meios de violência e meios de exploração" (Nikitin, *Economía,* cit., p. 259).

mica fundamental do socialismo" [64] é a elevação do nível material e cultural dos trabalhadores, seu bem-estar, sua felicidade, que constituem o objetivo imediato da produção socialista.

Finalmente, para concluir, faremos referência ao *trabalho como necessidade primeira da vida no comunismo*: a possibilidade dos homens poderem desenvolver suas faculdades e talento, a supressão das diferenças essenciais entre trabalho intelectual e trabalho manual, a intensificação do equipamento técnico, o sentido de prestação voluntária de trabalho (e não de obrigação imposta em troca de remuneração), a atitude consciente de trabalhar para o bem comum levam ao aparecimento de uma nova atitude em face do trabalho, que os teóricos do socialismo qualificam de "atitude comunista". O trabalho deixa de ser pesada carga para se transformar em prazer [65].

Terminado o esboço dos dois grandes sistemas "abstratos", que se confrontam na época contemporânea — o sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado e o sistema de economia socialista integralmente planificada — passaremos ao estudo de sistemas intermediários entre ambos.

Seção III
TENTATIVAS DE SISTEMAS INTERMEDIÁRIOS

Do conjunto de tentativas teóricas de elaboração de sistemas intermediários entre o capitalismo e o socialismo enfatizaremos o cooperativismo e o corporativismo.

64. No cumprimento da "lei econômica fundamental do socialismo", seriam satisfeitas as aspirações seculares dos trabalhadores no sentido de melhorar seu nível material e cultural. Assim, toda a produção socialista é organizada para satisfazer as demandas dos trabalhadores, no seu aspecto individual e social, com prioridade para este último, embora se reconheça o inter-relacionamento de ambos. Aliás, da satisfação da demanda social (necessidade de ampliar a produção social, obras culturais e sociais, previsão social etc.) depende a satisfação das demandas individuais, esclarece Nikitin (*Economía*, cit., p. 258-60).

65. Engels (*Anti-Dühring*, ed. rus., Moscou, 1967, p. 278, citado por Nikitin, *Economía*, cit., p. 405) afirmou que no comunismo "deve entrar em vigor uma organização da produção em que, de um lado, ninguém poderá encarregar outrem da parte que lhe cabe na execução do trabalho produtivo, e, de outro lado, o trabalho produtivo, ao invés de ser um meio de subjugar os homens, converter-se-á em meio de sua emancipação..."

§ 1.º Sistema cooperativista

O cooperativismo, como sistema, busca a reorganização da economia nacional com apoio em cooperativas. Ocupa lugar especial no conjunto de esforços tendentes a encontrar um "sistema moderado" entre os dois sistemas atuais que acabamos de esquematizar (Seção II): é geralmente considerado uma espécie de "terceira via" entre ambos ou o lugar de encontro de um capitalismo socializado e de um socialismo liberalizado [66].

Durante muito tempo quase todos os estudiosos do cooperativismo só se preocuparam com a concepção do sistema cooperativista de inspiração doutrinária rochdaleana [67]. Recentemente, porém, há tentativas isoladas de elaboração do arcabouço teórico de um sistema cooperativista sem conteúdo doutrinário, voltado para a racionalidade econômica.

Apresentaremos, a seguir, a sistematização de trabalhos esparsos sobre as duas posições, que denominaremos: cooperativismo rochdaleano e cooperativismo não-rochdaleano [68].

1. *O cooperativismo rochdaleano*

Trata-se de sistema cooperativista de embasamento doutrinário, cuja unificação em torno do "eixo rochdaleano" resulta de sistematização:

— dos princípios fundamentais defendidos pelos precursores cooperativistas (socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, especialmente Owen, Fourier, Buchez e Blanc) [69];

---

66. Apud Georges Lasserre, *La coopération*, Paris, PUF, 1959, Col. "Que sais-je?".

67. A respeito dos Pioneiros de Rochdale, cf. Diva Benevides Pinho, Evolução do pensamento cooperativo, in *Manual de cooperativismo*, CNPq, BNCC, Brascoop, Coopercultura, 1983, v. 1; *Economia e cooperativismo*, cit.; *Dicionário de cooperativismo*, 2. ed., São Paulo, Ed. D. Garcia, 1966.

68. A esse respeito, cf. Diva Benevides Pinho, Evolução, in *Manual*, cit., v. 1.

69. Os pontos comuns fundamentais entre os diversos socialistas utópicos, que serviram de embasamento ao sistema cooperativo, foram destacados por Diva Benevides Pinho (*Economia e cooperativismo*, cit., p. 87-8): 1) a idéia de cooperação (ou reunião de forças para a consecução de fins comuns); 2) a idéia de organização do trabalho (como forma de elevação do padrão de vida dos trabalhadores e de sua emancipação); 3) a idéia de livre iniciativa (em oposição à filantropia e ao paternalismo estatal); 4) a idéia de prestação de serviços sem interesse lucrativo; 5) a idéia de que o capital é apenas um meio para a realização dos fins da instituição; 6) a idéia de que a cooperativa é uma forma de economia coletiva (as funções econômicas totais ou parciais dos as-

— do conteúdo humanístico que inspirou as normas idealizadas pelos líderes de importantes experiências-piloto (Pioneiros de Rochdale, Raiffeisen, Luzzatti, Schulze-Delitzsch etc.) [70];

— do ideal de liberdade, democracia, eqüidade, justiça social e solidariedade que impregnam as obras dos principais pensadores cooperativistas [71];

— das proposições de reforma sócio-econômica, que conduzem a projetos de reorganização global da sociedade (como o "Programa em Três Etapas" de Charles Gide, a "República Cooperativa" de Poisson, a "Ordem Cooperativa" de Lavergne ou, mais recentemente, o "Contrato de Solidariedade" de Tévoédjrè [72] e o "Projeto Cooperativo" de Desroche [73]; ou, então, projetos de reforma parcial da sociedade, como o "Setor Cooperativo" de Fauquet, ou, ainda, proposições que colocam na base da reforma sócio-econômica determinada categoria

---

sociados estão sob a responsabilidade da cooperativa); 7) a idéia de concentração cooperativista (cada cooperativa é uma célula de ampla organização federativa, a serviço do interesse sócio-econômico geral); 8) a idéia de continuidade da instituição (os capitais acumulados, no decorrer dos anos, constituirão fundos coletivos destinados a fomentar o desenvolvimento futuro das organizações operárias); 9) a idéia de reforma social lenta e pacífica, por meio de associações.

70. A respeito dos idealizadores e de suas experiências cooperativistas, cf. Jean Gaumont (*Histoire de la coopération en France*, Paris, FNCC, 1921, 2 v.); Paul Lambert (*La doctrine coopérative*, Paris, FNCC, 1959); Gromoslav Mladenatz (*Histoire des doctrines coopératives*, Paris, PUF, 1933); Diva Benevides Pinho (*A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*, São Paulo, Pioneira, 1966).

71. Além dos pensadores cooperativistas que sistematizaram a doutrina cooperativa (Charles Gide, Fauquet, Poisson, Lavergne, Lasserre etc.), destacam-se outros que têm contribuído para a análise da doutrina e das realizações cooperativistas, como Gaumont, Mladenatz, Lambert, Guelfat, Desroche, Infield, Kérinec, Thomas, Vienney, Voohris etc. No Brasil merecem destaque, entre outros, Luís Amaral, José Saturnino Brito, Fábio Luz Filho, Valdiki Moura, T. H. Máurer Júnior, Waldírio Bulgarelli, Maria Henriqueta Magalhães etc.

72. Albert Tévoédjrè (*La pauvreté, richesse des peuples*, Paris, Ed. Ouvrières, 1978, co-edição Ed. Cidade Nova/Vozes, 1981) propõe a superação da realidade alarmante das sociedades ocidentais por meio da mobilização interna (a transformação pela solidariedade), reinvenção da Economia (ou seja, priorização das necessidades sociais e não da produtividade para o lucro dos monopólios; eliminação das penúrias sociais resultantes da escassez de bens essenciais à sobrevivência dos homens), desenvolvimento endógeno (mediante nova estrutura da produção interna ou reorientação da escolha dos setores de atividades; nova política social ou reorganização dos serviços), desenvolvimento das comunidades e colocação da pobreza no Poder (ou Estado simples, transparente, que ouve o povo e que conta com a sua participação nas decisões que lhe dizem respeito; organização social descentralizada; planejamento aberto a todos) etc.

73. Henri Desroche, *Le projet coopératif*, Paris, Ed. Ouvrières, 1976.

de agentes econômicos organizados cooperativamente, como produtores rurais, consumidores, trabalhadores etc.;

— da orientação doutrinária da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que prioriza o consumidor [74]. Fundada em Londres, em 1895, a ACI reúne as organizações cooperativistas de todos os países, a fim de "continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale" [75], segundo a concepção filosófica do cooperativismo de consumo.

Por outro lado, desde que a ACI aceitou o modelo cooperativo dos Pioneiros de Rochdale [76] como marco do associativismo cooperativista formal, encerrando a polêmica entre consumidores e produtores cooperativados, o sistema cooperativo passou a buscar, precipuamente, soluções para os problemas oriundos do sistema capitalista. A partir de 1917, todavia, surgiram fatos novos, como decorrência da multiplicação das cooperativas em países de economia socialista integralmente planificada. Mais recentemente, sobretudo em conseqüência das duas Grandes Guerras e da crise de 1929, que impuseram aos países capitalistas a necessidade de intenso e crescente intervencionismo governamental na área sócio-econômica, outras situações começaram a ser enfrentadas pelas cooperativas. Nos países socialistas, por sua vez, vários fatos recentes vêm provocando inovações em suas estruturas econômicas. As cooperativas passaram, então, a conhecer outras situações originais, como os regimes socialistas de mercado e os regimes capitalistas cada vez mais estatizados ou com amplos setores sócio-econômicos socializados.

---

74. A unidade doutrinária representada pela ACI não foi conseguida sem controvérsia: por ocasião dos Congressos de cooperativas francesas e inglesas de 1890 e 1895, defrontaram-se duas orientações opostas: a do Grupo de Manchester (*Wholesales* e federações cooperativistas de consumo de Glasgow e de outras cidades inglesas), que defendia a hegemonia do consumidor, e a do Grupo de Londres (liderado por Vansittart Neale, apoiado em Holyoake — o célebre historiador dos Pioneiros de Rochdale), dos membros da Escola de Nîmes e dos representantes franceses das cooperativas de produção e de consumo. Ambas as posições pretendiam estar de acordo com a tradição dos Pioneiros, e "coexistiram nada pacificamente" (para repetir Desroche) de 1890 a 1895. O grupo anglo-francês, que reivindicava o participacionismo operário, normas gestionárias das cooperativas, aproveitamento da experiência empresarial dos trabalhadores cooperativados etc., foi sobrepujado pelo grupo de Manchester. Com a criação da ACI, em 1895, saiu vitoriosa a defesa do "reinado do consumidor".

75. A respeito da ACI, cf. Diva Benevides Pinho, ACI, in *Dicionário de cooperativismo*, cit.).

76. Diva Benevides Pinho, Pioneiros de Rochdale, in *Dicionário de cooperativismo*, cit.

Além disso, nos países emergentes, as cooperativas também precisam responder a desafios resultantes de problemas os mais heterogêneos, muitos deles de natureza local ou regional e completamente desconhecidos dos chamados países desenvolvidos.

Apesar do crescente aparecimento de situações novas e originais, muitos doutrinadores cooperativistas continuam tentando preservar a unidade do pensamento sistêmico rochdaleano. Procuram, ainda, manter o espírito de Rochdale nas respostas a situações recentes, muitas vezes quase paradoxais em comparação com os fatos que motivaram os tecelões ingleses a se organizarem cooperativamente em 1844.

Dentre os desafios que enfrenta o rochdaleanismo, destacamos os seguintes:

— aspiração à democracia econômica, prejudicada pelo crescimento do poder econômico dos Estados e das multinacionais, somado às distorções do liberalismo econômico;

— necessidade de aumentar a produção para alimentar o mundo faminto, aumentar a taxa de emprego, diminuir o subemprego e melhorar a qualidade de vida da massa popular, inclusive em países desenvolvidos;

— problema da repartição social da renda cuja concentração nas mãos de uma minoria torna-se particularmente grave nas áreas subdesenvolvidas;

— substituição do patrão, do intermediário, do empregado ou assalariado pelo cooperado-empresário-usuário;

— eliminação das lutas de classe e da concorrência, substituindo-as pela cooperação;

— aceleração de "reformas estruturais" como condição do desenvolvimento dos países emergentes, mas sem violência, isto é, de modo gradual e pacífico.

No centro das respostas que o cooperativismo rochdaleano procura apresentar a esses problemas, aparece a figura ideal do *homo cooperativus* — esse "cooperado cooperador" que não é apenas militante, nem apenas gestionário, que ultrapassa as dimensões clássicas da conceituação de empresário, já que sua "gestão deve ser participante e participada" [77].

Aliás, a própria pluralidade de papéis atribuídos ao *homo cooperativus* já mostra a dificuldade de ajustamento, na pes-

77. Cf. Henri Desroche, *Le projet*, cit., p. 10.

soa do cooperado, de comportamentos tão diferentes, como o de associado, proprietário, usuário, empresário, administrador, gerente, fiscal etc. Além disso, há também os problemas resultantes da própria evolução da empresa cooperativa, que se inspira no ideal de democracia direta, mas que por imposições do avanço tecnológico acaba transformando-se em complexa organização, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada. E, se ganha do ponto de vista da racionalidade econômica, perde "a transparência interna de suas comunicações", para repetir a expressão de Desroche [78].

O "homem cooperativo" idealizado pelos autores rochdaleanos é honesto, justo, respeitoso, solidário, responsável. Sua atitude de adesão aos objetivos da cooperativa reflete uma crença intelectual e uma vontade de cooperar que se situam ao nível da consciência moral [79].

Na realidade, entretanto, nem sempre o "homem cooperativo" cumpre suas obrigações de *fidelidade* (não realizar com outras empresas as operações que pode efetuar com sua cooperativa); de alta *qualidade* de seu trabalho e das mercadorias entregues à cooperativa; de *pontualidade* no cumprimento de seus compromissos societários e financeiros; de se *comportar democraticamente* (ou seja, saber discutir com os outros cooperados os problemas de sua associação, participar das assembléias, saber tomar decisões coletivamente e saber aplicá-las, respeitando a vontade da maioria, saber escolher os dirigentes e controlá-los com vigilância) [80] etc.

O homem cooperativo — esse "homem total", que abandona o isolamento e o egoísmo para viver na comunidade cooperativa — é um idealista romântico, quando deveria ser um empresário racional. Esta é a crítica mais freqüente daqueles que opõem ao rochdaleanismo um comportamento cooperativo racional, que tenta ajustar-se às mudanças sem preocupações predominantemente doutrinárias. E com esta proposição central, vem tomando vulto o cooperativismo sem conteúdo rochdaleano, que veremos a seguir.

---

78. *Le projet*, cit., p. 10.

79. Georges Lasserre, À la recherche de l'homme coopératif, *Revue des Études Coopératives*, Paris, IFC, *189*:3 e 4, 3. trim. 1977.

80. Georges Lasserre, *Revue des Études Coopératives*, *189*:3 e 4. Este autor apresenta também uma "pequena antologia do homem cooperativo", onde reúne interessante caracterização do comportamento do cooperado consciente, apresentada em jornais cooperativos ou em normas de algumas cooperativas. Neste último caso, destacam-se as dezesseis "regras" elaboradas pelos membros da cooperativa de produção "Boimondeau", fundada em Valence por Marcel Barbu — que começam pela afirmação de que "o homem não pode viver sem

2. *O cooperativismo não-rochdaleano*

Representa o enfoque sistêmico despojado de seu conteúdo doutrinário tradicional, ou seja, independente do rochdaleanismo. Destacaremos aqui somente duas linhas: a primeira, decorrente das críticas de Marx; e a segunda, voltada predominantemente para a racionalidade econômica da empresa cooperativa.

2.1. O cooperativismo não-rochdaleano de enfoque marxista

Surgiu, inicialmente, com base em alguns textos de Marx. É o caso, por exemplo, do trecho em que ele salienta a atuação das cooperativas limitada a pequenos grupos de trabalhadores, sem aliviar sensivelmente a miséria das classes trabalhistas [81]; ou quando observa que as fábricas-cooperativas são uma força social que não conduz à passagem real um novo modo de produção a nível da sociedade [82], ou, ainda, a sua descrença quanto à transformação da sociedade capitalista pelo trabalho cooperativo, "por excelente que seja em princípio, por útil que se mostre na prática", porque está limitado estreitamente aos esforços acidentais e particulares dos trabalhadores. Marx acredita que o cooperativismo não

---

ideal", para depois estabelecer as normas mínimas de comportamento individual, exaltando, em seguida, a manutenção dos bens superiores à própria vida (liberdade, justiça, dignidade humana), a busca da verdade, a disciplina consentida, o amor ("nenhuma vida social é possível sem amor"), o trabalho (a cooperativa se propõe a ajudar os membros a encontrarem trabalho adequado aos seus gostos e aptidões), a igualdade (mas respeitando as diferenças individuais, já que os homens "não receberam os mesmos dons, nem com a mesma intensidade") etc.

81. "...por excelente que seja nos seus princípios e por mais útil que se revele na prática, a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem, suceda o que suceder ao que lhes pertènce, então essa cooperação não será nunca capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica; ela não será capaz de libertar as massas, nem mesmo de aliviar de modo sensível o fardo da sua miséria."

"Para que as massas trabalhadoras fossem libertadas, a cooperação deveria revestir-se de uma amplitude nacional e, conseqüentemente, seria necessário reforçá-la com meios nacionais. Mas aqueles que reinam sobre a terra e sobre o capital usarão sempre dos respectivos privilégios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios econômicos. Longe de fazer progredir a emancipação do trabalho, continuarão a semear no seu caminho todos os obstáculos possíveis" (Karl Marx, Mensagem Inaugural ao 1.º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864).

82. "Isto equivale à supressão do regime de produção capitalista dentro do próprio regime de produção capitalista e, portanto, a uma contradição que se anula a si mesma..." (Marx e Engels, *Obras,* ed. rus., t. 25, p. 481, apud Seraev, *El socialismo y las cooperativas,* Moscou, Ed. Progresso, 1981).

poderá deter o crescimento em progressão geométrica do monopólio, nem emancipar as massas, nem aliviar a carga de suas misérias [83].

Apesar de tais restrições, em algumas referências às possibilidades das cooperativas na superação do capitalismo, Marx salientou que o movimento cooperativo provou ser possível a produção moderna e em grande escala sem que uma classe de senhores empregue uma classe de braços.

Contudo, Marx exerceu grande influência para que nos países socialistas predomine a opinião de que todas as categorias cooperativistas, inclusive as cooperativas operárias de produção, não são suficientemente fortes para romper o sistema capitalista a nível nacional e, portanto, não são meio adequado para a superação do capitalismo. Daí se dizer que, na prática, quando Lenin ou Mao Tsé-Tung, por exemplo, tiveram de enfrentar o problema da estruturação do socialismo a nível nacional, sua preocupação concentrou-se na utilização das cooperativas para reorganizar a economia no setor agropecuário.

Influenciados apenas pelas referências negativistas de Marx, muitos autores pós-marxistas ainda hoje consideram as cooperativas um conjunto de ilhas, incapazes de contrariar a dinâmica global do sistema capitalista. E embora reconheçam que, historicamente, as cooperativas representam um dos aspectos mais relevantes do associativismo operário, afirmam que depois se tornam mera barreira defensiva de alguns setores operários e da pequena e média burguesia.

Seraev, entretanto, critica a falsificação da doutrina marxista das cooperativas pelos pesquisadores burgueses e procura mostrar que Marx e Engels, "fundadores do comunismo científico, estabeleceram as bases teóricas das cooperativas". Assim, em *O capital*, Marx examinou a evolução das cooperativas desde suas mais simples formas até às mais desenvolvidas; mostrou que a cooperativa é uma organização específica de trabalho no processo da produção capitalista e ponto de partida dessa produção:

> "A forma do trabalho de muitos operários, coordenados e reunidos com vistas a um plano no mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, chama-se cooperativa" [84].

83. Karl Marx, Manifesto — Inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores, in *Obras*, cit., t. 16, p. 10.

84. S. Seraev, *El socialismo*, ci'

Apesar da defesa de Seraev, o fato é que ainda predomina nos países socialistas a descrença de Marx quanto à limitação do cooperativismo para liberar as massas trabalhadoras.

O enfoque sistêmico decorrente das críticas negativas de Marx representa ainda um aspecto da linha do pensamento cooperativo não-rochdaleano. Autores como Seraev, que analisam as opiniões cooperativistas favoráveis de Marx, ainda não estão suficientemente divulgados para que venham a inspirar uma significativa corrente marxista pró-cooperativas. Neste sentido, continua ainda a predominar a posição leninista de utilização das cooperativas somente durante a fase de transição entre o capitalismo e o comunismo.

Até hoje surgem de vez em quando autores que insistem em repetir somente os pontos fracos que Marx apontou nas cooperativas, ignorando a análise marxista global sobre o cooperativismo. E, o que é mais grave, estendem as críticas marxistas aos países do Terceiro Mundo [85], em trabalhos que mais se aproximam de apressadas reportagens jornalísticas destinadas a provocar impacto do que de acuradas análises científicas.

A segunda linha de enfoque sistêmico, despojado de conteúdo doutrinário, a que nos referimos no início deste item 2, é constituída pelo cooperativismo voltado para a racionalidade econômica da empresa cooperativa, como veremos a seguir.

2.2. O cooperativismo não-rochdaleano de caráter empresarial

É representado essencialmente pelos autores que rejeitam completamente o "mito" de Rochdale e enfatizam a necessidade da empresa cooperativa ser apenas eficaz. Afirmam que a história dos 28 tecelões de Rochdale é repetida como um novo evangelho; as publicações contendo as regras místicas do cooperativismo são distribuídas amplamente "como faróis a iluminar o caminho do verdadeiro cooperativismo", mas, na realidade, a cooperativa de Rochdale abjurou a religião (que vinha de Owen e outros) para se converter em uma empresa como outra qualquer, renunciando a ser uma "ilha cultural de visionários e de revoltados".

Boettcher [86], um dos principais autores da "Teoria de Münster", considera os princípios rochdaleanos uma espécie

85. Cf. Diva Benevides Pinho, O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro — O rochdaleanismo criticado, in *Manual*, cit., v. 1, item 1.2.
86. Erik Boettcher, El desarrollo de la teoría de la cooperación y los elementos fundamentales de la Teoría de Münster, Conferência pronunciada em

de "teoria econômica de empresas" criada por alguns dos dedicados pioneiros de Rochdale, mas cujos conhecimentos eram reduzidos. Por isso é "tão inferior à teoria acadêmica de economia de empresas como um aviãozinho de papel diante de um moderno avião a jato" e com ela "nunca será possível organizar cooperativas superiores às organizações empresariais privadas" nem eliminar a concorrência ou a economia de mercado. Esse modelo, que é o mais difundido, "tem causado e continua causando grande dano", sobretudo aos países emergentes: "...por um lado, porque essa teoria desperta a grande esperança entre os homens de que ao se eliminar a concorrência econômica e ao se passar a uma economia de cooperação (cujos problemas ninguém conhece), tudo melhoraria como por milagre..."; "por outro lado, porque os fracassos sofridos pelo movimento cooperativista em todas as partes do mundo não têm passado desapercebidos..."

No mesmo sentido afirma Benecke [87] que é comum, nos países emergentes, "esperar-se verdadeiros milagres das cooperativas. Mas não se esclarece que teoria fundamenta essas expectativas e a mera referência à ideologia cooperativa não é suficiente para justificar tais esperanças".

Em diversos congressos internacionais, "cooperativistas não-rochdaleanos" insistem na necessidade de se "superar a colocação romântica da cooperativa como instrumento de defesa dos mais débeis atores econômicos, posição que conduz a uma ação marginal e limitada"... e não a uma concepção empresarial da cooperativa "como esquema organizatório com dimensões suficientes para afirmar sua capacidade competitiva dentro do quadro de uma economia de mercado, frente às respectivas organizações não-cooperativas" [88].

Na realidade, o que se observa freqüentemente é que o cooperativismo, ao se expandir em países de diferentes regimes econômicos, perde seu conteúdo doutrinário. De modo geral e esquemático, pode-se dizer que nos países socialistas

---

Seminário promovido pela Fundação Konrad-Adenauer para diretores de Centros Cooperativistas de Capacitação da América Latina e publicada na *Revista de la Cooperación* (*198*:50-4, fev. 1980) e no *Manual*, cit., organizado por Diva Benevides Pinho. Sobre a teoria de Münster, cf. também Diva Benevides Pinho, *Manual*, cit., v. 1, item 1.1.5.

87. Dieter Benecke, *Cooperação de desenvolvimento — papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo,* trad. port., ASSOCENE, 1980; cf. também o texto de apoio do *Manual*, cit., v. 3, organizado por Diva Benevides Pinho.

88. II Congresso Nacional de Cooperativismo, in *Documento final*, Costa Rica, Conacoop, 1981.

as cooperativas têm de se adequar ao autoritarismo estatal e às exigências dos planos governamentais, enquanto nos países capitalistas precisam adaptar-se às imposições do mercado competitivo.

Por isso, o discurso de Charles Gide, quando da inauguração do Museu da Cooperação, na histórica sede da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale, tem servido de base para elogios e também para críticas ferinas ao cooperativismo de inspiração rochdaleana, que nasceu na véspera do Natal de 1844, tem seus apóstolos-tecelões e local de peregrinação: "Toad Lane, em Rochdale, para seus adeptos fervorosos..." [89].

Mas apesar das crescentes oposições à doutrina cooperativista Desroche observa que o cooperativismo impregnado de utopia — no sentido de proposta de sistema alternativo — apresenta várias "recidivas", tais como os "kibutzim" israelenses, as comunidades de trabalho francesas, os "ejidos" mexicanos etc. Por outro lado, relativamente à doutrina rochdaleana, a ACI mantém seu apoio aos Princípios dos Pioneiros de Rochdale, embora reconhecendo que a maioria deles significa apenas recomendação sem caráter normativo.

Examinaremos, a seguir, o sistema cooperativista "abstrato" de acordo com o plano adotado neste trabalho, isto é, do ponto de vista das estruturas que o compõem.

Estruturas de enquadramento

As cooperativas constituem a estrutura institucional básica do sistema cooperativista. Organizações democráticas de pessoas, sem fim lucrativo, que objetivam a prestação de serviços aos seus associados [90].

— Apresentam grande potencial para gerar emprego produtivo e ajudar a combater eficazmente a recessão, o desemprego e o subemprego.

---

89. Cf. Diva Benevides Pinho, *Manual*, cit., v. 1, cap. 1, item 1.1.

90. Esta foi a justificativa do Picoop (Programa Institucional de Cooperativismo), apresentado na CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) após discussão com os participantes do Encontro Nacional de Pesquisadores e Dirigentes de Cooperativas, realizado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em abril de 1982, pela Coopercultura e Departamento de Economia da FEA/USP, com apoio do CNPq.

— Viabilizam a união de pequenos e médios empreendimentos para a economia de escala.

— Propiciam o aumento da produção, contribuindo para diminuir os preços internos dos gêneros alimentícios e das matérias-primas e ajudam na correção do "déficit" das contas externas, pela promoção da exportação de produtos oriundos de pequenos e médios produtores.

— Possibilitam a mobilização dos recursos humanos, a fixação dos rurícolas e a melhoria da qualidade de vida tanto das zonas rurais como dos centros urbanos.

— Ajudam a solucionar problemas locais e regionais por meio da valorização de seus recursos humanos e econômicos.

De acordo com os doutrinadores cooperativistas, as cooperativas eliminam a concorrência, o salariado e o lucro, efetivam a justa repartição das rendas e possibilitam a implantação do sistema cooperativo, cuja denominação tem variado com os autores (República Cooperativa, Ordem Cooperativa etc.).

Teoricamente, por intermédio das cooperativas a propriedade dos meios de produção passa a pertencer ao grupo cooperativado, mas na prática tem sido mais freqüente a presença de cooperativas em que a propriedade dos meios de produção continua sendo individual. Mesmo nestes casos, entretanto, a utilização dos meios de produção e a repartição das rendas adquirem novo sentido social. Assim, relativamente às cooperativas de agricultores, por exemplo, a cooperativização pode limitar-se à aquisição de insumo e à comercialização da produção dos associados, mas as sobras líquidas devem ser repartidas proporcionalmente às operações que cada um realizou com a cooperativa.

No caso das cooperativas de consumo, entretanto, a figura do associado-usuário-proprietário, que utiliza a sociedade para atender às suas necessidades pessoais e domésticas, ressalta melhor a propriedade comum e a não-existência de finalidade lucrativa. Daí a explicação da orientação doutrinária da ACI ser embasada no cooperativismo de consumo e na hegemonia do consumidor, já que, afinal, todos os membros da sociedade são consumidores.

De qualquer forma, quer a propriedade dos meios de produção pertença totalmente à cooperativa, quer lhe pertença apenas parcialmente, o movimento cooperativo faria desaparecer as lutas de classes, pela identificação dos interesses opostos de patrões e trabalhadores (cooperativas de produção), de

comerciantes e compradores (cooperativas de consumo), de proprietários e inquilinos (cooperativas de habitação), de tomadores de empréstimos e capitalistas (cooperativas de crédito) etc., porque todos se identificam e se unem na pessoa do empresário-usuário-cooperado.

Mas qualquer que seja a tipologia cooperativista, há em todas um fato muito original: fazem surgir a "propriedade cooperativista", concretizada em fundos indivisíveis. É o caso do Fundo de Reserva e do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Essa "propriedade cooperativa", constituída pelo trabalho de todos, transcende à transitoriedade da vida humana dos cooperados e se destina precipuamente a perpetuar as bases da entreajuda cooperativista. Sua importância tem sido, ao mesmo tempo, exaltada e criticada: para uns, é a mais significativa conquista do cooperativismo como forma de solidarismo que se opõe ao capitalismo; para outros, cria situações injustas porque possibilita o enriquecimento da instituição cooperativa com o esforço dos cooperados, enquanto estes não podem dispor dessa propriedade.

Apesar da grande variedade tipológica das cooperativas, a ACI procura preservar a unidade cooperativista por meio da recomendação dos "Princípios dos Pioneiros de Rochdale": 1) adesão livre; 2) gestão democrática; 3) distribuição das sobras líquidas: *a*) ao desenvolvimento da cooperativa; *b*) aos serviços comuns; *c*) aos associados proporcionalmente às operações que cada um realizou na cooperativa; 4) taxa limitada de juros ao capital; 5) constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; 6) ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Na prática, entretanto, vários obstáculos resultantes das estruturas de enquadramento, típicas de cada regime econômico, têm dificultado a atuação das cooperativas: nos países capitalistas, geralmente as cooperativas ocupam espaços vazios, abandonados pelos empresários privados por não serem lucrativos ou nos quais seria difícil e onerosa a atuação do Estado (como no caso de pequenos produtores rurais dispersos em amplas áreas); nos países socialistas as cooperativas são "toleradas" nas áreas em que o Estado não deseja atuar, por razões econômicas (como as atividades marginais), meramente políticas ou psicológicas (como, por exemplo, permitir a cooperativização de pequenos agricultores e artesãos para que a produtividade aumente); nos países emergentes, de modo geral, o Estado procura estimular as cooperativas impulsionado por motivações diversas, mas ao mesmo tempo cria

órgãos fiscalizadores e normativos que mais dificultam do que prestam assistência às cooperativas [91].

De qualquer modo, entretanto, as cooperativas mantêm certas características de associações de pessoas que funcionam dentro de uma empresa, preservando a dimensão humana dentro da dimensão econômica — fato que possibilita a interligação entre as estruturas de enquadramento e as estruturas da atividade econômica do cooperativismo considerado do ponto de vista sistêmico.

Estruturas da atividade econômica

As cooperativas — instrumentos de realização do sistema cooperativista — podem dedicar-se a um determinado ramo ou setor da atividade econômica (cooperativas especializadas) ou atender a todas as necessidades dos membros (cooperativas integrais ou comunitárias).

Especializadas ou integrais, entretanto, as cooperativas podem ser reunidas em dois grandes grupos: cooperativas de pessoas físicas e cooperativas de pessoas jurídicas.

---

91. No caso do Brasil, por exemplo, têm sido enumerados vários obstáculos à atuação eficaz das cooperativas, tais como legislação cooperativa autoritária e paternalista; fiscalização de órgãos normativos (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, Banco Central — BC e Banco Nacional da Habitação — BNH), sem estrutura para atender às cooperativas; duplo registro para as cooperativas — primeiramente em seu órgão normativo (INCRA, BC ou BNH) e depois na Junta Comercial — com todas as dificuldades daí decorrentes, já que o segundo registro depende do primeiro, centralizado em Brasília e distante das peculiaridades locais; não-participação em órgãos e entidades oficiais que regulamentam ou normatizam atividades em que as cooperativas são parte interessada (Previdência Social, Instituto Brasileiro do Café — IBC, Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA, Comissão de Enquadramento Sindical etc.); participação minoritária em órgãos como o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), o que geralmente dificulta a aprovação de propostas referentes às necessidades do Movimento Cooperativo, mas desconhecidas da área governamental (que tem a maioria dos votos); ausência de incentivos fiscais, tais como os concedidos às sociedades por ações dedicadas à pesca, reflorestamento etc.; discriminação das cooperativas, principalmente de créditos (impedidas de receber depósitos de terceiros, operar com cheques, participar da Câmara de Compensação etc.) e de consumo (que não têm linhas especiais de crédito como os supermercados não-cooperativos); ausência de sistema de crédito próprio, que lhes permita autonomia em relação ao sistema bancário oficial e privado e auto-suficiência, de modo que possam reinvestir em benefício do cooperativismo os recursos gerados pelas cooperativas; falta de estatísticas para conhecimento da real participação do Movimento Cooperativista Brasileiro na atividade edonômica de nosso país etc.

Do ponto de vista da atividade econômica, o primeiro grupo (ou seja, as *cooperativas de pessoas físicas*) engloba [92]:

— as *cooperativas de empresários individuais*, destinadas ao exercício de funções auxiliares da atividade econômico-empresarial — como as cooperativas agropecuárias (de policultores, citricultores, vinicultores, laticinistas, hortigranjeiros etc.), de comercialização, de abastecimento etc.;

— as *cooperativas de unidades domésticas*, para o exercício profissional em comum, como o trabalho agrícola em comum, em propriedade de todos (caso das cooperativas integrais ou comunitárias), ou o trabalho industrial ou a prestação de serviço de caráter comunitário, ou, então, as unidades domésticas se cooperativizam para comprar em comum bens de utilidade individual e familial (cooperativas de consumo), construir casas (cooperativas habitacionais), organizar serviços assistenciais (cooperativas de serviços médicos-dentários-hospitalares), serviços educacionais, culturais, recreativos e outros.

Em relação ao segundo grupo, observa-se que a atividade econômica das cooperativas de *pessoas jurídicas* é tão variada quanto a das cooperativas de pessoas físicas, já que na base das uniões, centrais, federações, confederações etc. estão as cooperativas singulares ou de primeiro grau. Mas além das concentrações intercooperativas, há também as concentrações entre cooperativas e empresas não-cooperativas, para atendimento de objetivos sociais, prestação de serviços aos associados etc. (como, p. ex., os complexos cooperativos regionais ou multinacionais, a aquisição de controle acionário de sociedade anônima para a rápida industrialização de produtos primários).

Todos esses tipos de cooperativas participam do fluxo do circuito econômico, no contexto da economia nacional, como se pode observar pelo modelo simplificado da atividade econômica [93] (cf. o Gráfico n. 1).

As cooperativas integram-se na atividade produtiva representada pelas empresas (como se vê no Gráfico n. 1) e nas unidades domésticas.

Neste esquema, os fluxos reais dos fatores de produção ($F_r fp$) e dos produtos ou bens e serviços ($F_r bs$) são compensados pelos fluxos monetários de rendas ($F_m r$) e de despesas de consumo ($F_m dc$), em sentidos opostos. Supõe-se, de acordo

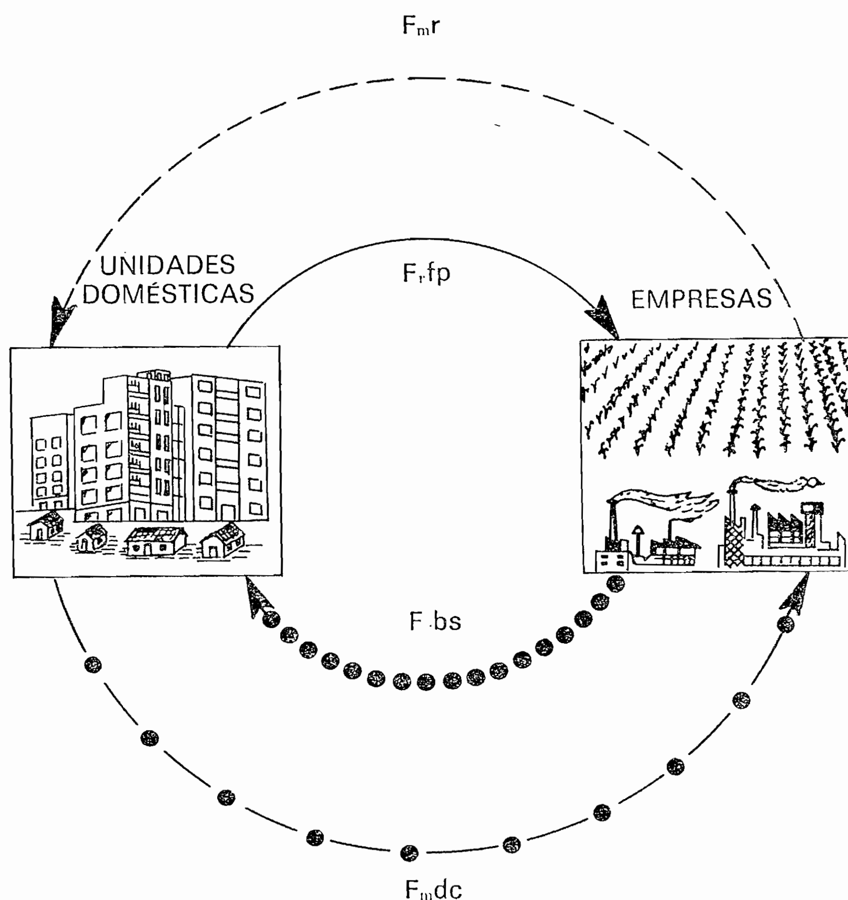
---

92. Cf. Diva Benevides Pinho, *Economia e cooperativismo*, cit., p. 16-7, quadro n. 1.

93. Para detalhes, cf. Diva Benevides Pinho, *Economia e cooperativismo*, cit., cap. I, seção I.

Gráfico n. 1

Modelo Simplificado da Atividade Econômica



Legenda: O circuito econômico

- – – – – – Fluxo monetário de rendas ($F_m r$) — salários, juros, lucros, dividendos, alugueres etc.
- ———— Fluxo real de fatores de produção ($F_r fp$) — trabalho, capital, natureza.
- ● ● ● ● ● ● Fluxo real de produção de bens e serviços ($F_r bs$)
- ●—●—●— Fluxo monetário de despesas de consumo ($F_m dc$)

com o modelo simplificado, que toda a produção se dirija para as unidades domésticas. Na realidade, entretanto, uma parte (como bens de equipamento e capital técnico) dirige-se às próprias empresas, enquanto estas e as unidades domésticas pagam impostos ao Estado, investem e retiram rendas de investimentos no mercado de capitais etc. Mas estes fatos não modificam o caráter circular do processo econômico, no âmbito da nação. No mesmo sentido, as peculiaridades das cooperativas também não modificam essa circularidade, embora possam alterar substancialmente os processos de produção, repartição e consumo, dependendo, evidentemente, da importância quantitativa e qualitativa das cooperativas. Assim, numa abordagem sistêmica "abstrata", as cooperativas têm possibilidade de eliminar completamente os intermediários de todas as fases do ciclo de produção, desde a obtenção de matérias-primas à colocação dos produtos finais à disposição dos consumidores; podem mudar o processo de distribuição da renda por meio do "retorno" (ou distribuição das sobras líquidas proporcionalmente às operações dos associados com suas respectivas cooperativas), da gestão democrática (um homem, uma voz, já que cada associado tem direito a apenas um voto, mesmo que possua várias quotas-partes do capital social); podem alterar o processo de consumo pela criação de monopsônios, oligopsônios etc. [94].

Como agentes econômicos produtivos, as cooperativas enfrentam os problemas básicos da organização econômica: *que* bens e serviços produzir e em que quantidade; *como* produzir (ou com que recursos humanos, materiais e tecnológicos); e *para quem* produzir (ou quem deles usufruirá, como serão distribuídos entre os cooperados e os não-cooperados).

Por outro lado, se do ponto de vista técnico o sistema cooperativista utiliza os métodos do capitalismo, mesmo neste particular várias diferenças existem entre ambos pelo fato do cooperativismo tratar o capital como mero fator de produção, a serviço dos cooperados. É o caso, por exemplo, do retorno (ou distribuição das sobras líquidas proporcionalmente às operações do cooperado com a cooperativa, como já dissemos) e do caráter pessoal do voto (um homem, uma voz, independentemente de sua participação no capital social, como vimos). Além disso, o capital não rende juros (ou apenas juros módicos); o *quorum* para deliberação, nas assembléias gerais, é

---

94. Cf. Diva Benevides Pinho, *Economia e cooperativismo*, cit., cap. I, seção I.

baseado no número de associados presentes e não no capital que representam; o Fundo de Reserva e outros, se houver, são indivisíveis, no caso de liquidação da cooperativa etc.

De mais a mais, a gestão democrática das cooperativas elimina a figura do empresário capitalista e o lucro que representa sua remuneração. E como os associados-usuários-empresários investem tempo, capital e energia em empreendimentos de caráter sócio-econômico, também assumem os riscos e repartem entre si os ganhos ou as perdas.

Para finalizar, observaremos que no quadro sistêmico "abstrato" ou "puro" prevê-se que a cooperativização da propriedade dos meios de produção venha a suprimir totalmente o salariado, o patronato e todos os intermediários das trocas — e, conseqüentemente, os focos de tensão e as lutas de classes, pois, como diz Charles Gide, o combate terminará por falta de combatentes... No quadro sistêmico "concreto", entretanto, as cooperativas têm encontrado vários obstáculos, atuando apenas em determinados setores da atividade econômica.

Passemos, a seguir, ao estudo de outra tentativa sistêmica, intermediária, entre o capitalismo e o socialismo — o corporativismo.

§ 2.º Sistema corporativista

Em seu aspecto atual, o sistema corporativista representa tentativa de reorganização da sociedade a partir da corporação [95], entendida como organismo que reúne empregados e empregadores, a fim de corrigir as conseqüências negativas da dissociação entre o trabalho e o capital, típica do regime empresarial.

---

95. A corporação contemporânea apresenta semelhanças com a corporação medieval porque ambas reúnem o capital e o trabalho, asseguram a colaboração entre empregadores e empregados, além de criar liames entre as unidades de produção, evitando sua dispersão. Ambas "se esforçam por englobar num organismo único operários (ou companheiros) e empregadores (ou mestres), e submetem a produção a um regime muito rigoroso de disciplina e organização" (André Marchal, *Sistemas e estruturas econômicas*, trad. port., Lisboa, p. 222).

François Perroux (*Capitalisme et communauté de travail*, Paris, 1938, p. 19 e s.), entretanto, salienta as diferenças entre ambas a partir de dois pontos fundamentais: a corporação antiga, ao unir capital e trabalho, exprimia uma situação de fato enquanto a corporação moderna procura corrigir a crescente dissociação e suas conseqüências negativas; a primeira buscava a moralização do mercado e a segunda tenta harmonizar interesses de grupos com tendências monopolísticas.

Trata-se de sistema que despertou muito interesse entre as duas Grandes Guerras e constituiu objeto de realizações parciais e totais [96] nem sempre concordantes.

Nos extremos da grande variedade de concepções corporativistas, encontram-se o "sindicato misto ou paritário" (que agrupa operários e patrões, procurando harmonizar os interesses de todos aqueles que participam do processo de produção) e o sistema corporativista "abstrato" ou "puro" (no qual o Estado é uma espécie de supercorporação). Entre os dois há numerosos tipos intermediários.

Daí a dificuldade de se estabelecer os traços característicos do sistema corporativista "abstrato", já que este é, no fundo, um esforço de sistematização dos vários tipos de corporativismo.

1. *Estruturas de enquadramento*

A corporação — encarada como entidade de "ordem pública" — é o instrumento do sistema corporativista tal como a cooperativa é o instrumento da concepção sistêmica do cooperativismo. E assim como a cooperativa, a moderna corporação nasceu da crise do capitalismo, sobretudo do abandono a que foram relegadas as forças produtivas representadas pela mão-de-obra operária.

Realmente a competição desbragada resultante das distorções do liberalismo econômico e a não-intervenção do Estado na economia foram os dois fatos principais que motivaram o agrupamento dos operários e dos patrões em sindicatos opostos, para a defesa de seus respectivos interesses profissionais e econômicos. O crescente antagonismo entre ambos, mesmo quando o Estado passou não apenas a interferir, mas a dirigir a atividade econômica, fez surgir as tentativas de integrá-los na corporação, a fim de somar os esforços de todos e corrigir os excessos do capitalismo [97].

Abstratamente considerado, o sistema corporativista elimina as lutas de classes e assegura a justiça nas relações hu-

---

96. A esse respeito, Louis Baudin (*Le corporatisme*, Paris, 1942) observou que a discordância entre os membros do exercício corporativista é tão grande que leva "a pensar que a palavra corporação é semelhante a uma etiqueta aposta sobre um lote de garrafas, distribuídas a produtores e nas quais cada um verte uma bebida de sua escolha".

97. Gaëtan Pirou (*Essai sur le corporatisme*, Paris, 1942) escreveu que o sistema corporativista exige apenas que "o conjunto de indivíduos pertencentes a uma profissão esteja constituído em corporação e que os órgãos diretores dessa corporação tenham poder de falar e de legislar em nome de toda a profissão".

manas (pela fiscalização da aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias, por se encarregar de determinadas obras sociais etc.). Fator de equilíbrio econômico e de justiça social, a corporação coloca-se, ao mesmo tempo, a serviço dos interesses dos patrões e dos operários, dos produtores e dos consumidores, do indivíduo e da nação, do particular e do social.

Na base do sistema corporativista estão, em primeiro lugar, a constituição obrigatória de agrupamentos profissionais, em segundo lugar, a necessidade de constante interação entre as diferentes categorias de membros de uma profissão, e, em terceiro lugar, a atribuição de poder de regulamentação aos órgãos profissionais organizados. Vários autores adicionam a necessidade de um terceiro membro: o representante do Estado, parceiro que tem poder para assegurar o enquadramento das decisões corporativas no contexto de uma política econômica global ou macropolítica, no interesse de todos e da nação.

2. *Estruturas da atividade econômica*

A corporação elimina a propriedade privada e cria um patrimônio coletivo, substituindo a propriedade-direito do liberalismo pela propriedade-função social. Ao mesmo tempo, elimina o salariado e o patronato e, conseqüentemente, as lutas de classes. Assegura também o equilíbrio entre a produção e o consumo, pelo fato de unir e disciplinar os agentes de produção, bem como de atuar sobre a oferta (pela decisão de abrir ou fechar empresas, aceitar ou rejeitar inovações tecnológicas, fiscalizar os preços, controlar a qualidade dos produtos etc.)[98].

A união dos sindicatos patronais e operários em corporações e o poder de regulamentação das corporações em parceria com o Estado impõem o "planejamento corporativo", que não se confunde com o planejamento do capitalismo nem com a planificação do socialismo [99].

O papel do Estado no corporativismo abstrato tem sido objeto de controvérsia: para alguns autores, o Estado é mero observador ou ator, de modo que sua ação econômica é apenas supletiva até que corporações autônomas, espontaneamente nascidas, possam substituí-lo; para outros, o Estado deve criar as corporações e sobre elas exercer poder coercitivo, à vista da necessidade de harmonizar a atuação de todos os agentes econômicos no quadro do planejamento governamental (é o Cor-

98. Apud Paul Hugon, *História*, cit., 16. ed., cap. I, seção I, subseção I, item 4.

99. François Perroux, *Capitalisme*, cit., p. 190 e s.

porativismo de Estado). Neste caso, Ribeiro[100] afirma que o Estado é um árbitro que vela "pelo superior interesse nacional, estimulando, coordenando e dirigindo a atividade dos indivíduos e dos grupos, de maneira a impedi-los de se afastarem do bem comum". Em ambos os casos, porém, a ação estatal não se confunde com a do Estado produtor das economias socialistas nem com a do *État gendarme* da economia liberal.

No mesmo sentido, Marchal[101] explica a importância da arbitragem do Estado para organizar os mercados, já que o corporativismo leva à generalização de situações de monopólio bilateral. Então, o próprio êxito do corporativismo depende da posição que o Estado venha a assumir:

> "Ou o Estado favorece o patronato, voluntariamente ou por fraqueza, e se deixa conquistar pelos grupos... e será novamente um reforço ao capitalismo, beneficiando-se desta vez do apoio ou da cumplicidade dos Poderes Públicos; ou, então, o Estado é forte, pretende realizar o equilíbrio, acabar com os antagonismos e fazer respeitar sua autoridade: dominará os grupos, mas fará reinar um regime de economia dirigida ou até mesmo de estatismo".

A estatização implícita no corporativismo tem sido objeto de severas críticas, inclusive de sua refutação como sistema intermediário entre o capitalismo e o socialismo. Pigou[102], por exemplo, condena-o por conduzir fatalmente à ditaura dos produtores e à cristalização da economia, quando se desenvolver no contexto de um Estado fraco, e encobrir o domínio totalitário do Estado quando acompanha um Poder Público forte. Comenta, pessimista, que o corporativismo somente "escapa à incoerência ou à tirania dos produtores para cair na estatização... Não fornece, em face do capitalismo e da economia planificada, uma solução válida".

SUMÁRIO

Examinamos os principais sistemas econômicos "abstratos", "puros", nas três seções que compõem este Capítulo: na Seção I,

---

100. T. Ribeiro, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Portugal, *16*(1):64, 1940.

101. André Marchal, *Sistemas*, cit., trad. port., p. 227.

102. Apud Marchal, *Sistemas*, cit., trad. port.

estudamos os sistemas de economia dominial agrícola e de economia urbano-artesanal, como exemplos de sistemas históricos ou "arcaicos"; na Seção II, tratamos dos dois grandes sistemas opostos e conflitantes da época contemporânea — o sistema de economia capitalista ou de mercado descentralizado e o sistema de economia socialista integralmente planificada; e na Seção III, enfatizamos os sistemas cooperativista e corporativista como tentativas sistêmicas intermediárias entre o capitalismo e o socialismo.

O método de tratamento de cada um desses sistemas, com enfoque em suas respectivas estruturas de enquadramento e da atividade econômica, já propicia a comparação entre eles.

Neste sumário, entretanto, apresentamos um quadro comparativo dos elementos essenciais dos sistemas capitalista, socialista, cooperativista e corporativista:

1) *Motor da atividade econômica*: é a maximização do lucro individual no capitalismo; a satisfação de o indivíduo se sentir integrado na prestação de serviços à comunidade, onde tudo pertence a todos e é construído por todos, no socialismo; a prestação de serviços aos associados e à comunidade sem interesse lucrativo, no cooperativismo; e a prestação de serviços aos membros da corporação e à comunidade, no corporativismo.

2) *Propriedade dos meios de produção*: é privada no capitalismo e coletiva no socialismo (tudo pertence a todos), enquanto no cooperativismo há co-propriedade dos meios de produção, utilizada no interesse de todos, e no corporativismo é instaurada a "propriedade-função social".

3) *Remuneração dos "inputs"*: o capital é remunerado com juros, dividendos, bonificações e outros, o empresário com lucros, a terra com renda, o trabalhador com salários, honorários etc., no capitalismo; enquanto no socialismo o produto do trabalho constitui propriedade social, sem "repartição da *mais-valia* entre os diversos grupos exploradores"; no cooperativismo, o capital é tratado como simples fator de produção (recebe somente juros limitados, se tanto) e as sobras líquidas são repartidas entre os associados na proporção das operações por eles efetuadas na cooperativa (retorno); no corporativismo busca-se a remuneração "justa" de todos os que participam da produção social.

4) *Mobilidade da mão-de-obra*: há perfeita mobilidade no capitalismo, ao passo que no socialismo a mobilidade é regulada pelo Estado, representante do proletariado durante a fase

de transição entre o capitalismo e o socialismo total; no cooperativismo e no corporativismo a mobilidade não é cerceada, mas os próprios membros das cooperativas e das corporações pouco se deslocam pelo fato de se sentirem integrados no processo de produção.

5) *Mercado:* lugar de encontro das forças competitivas da oferta e da procura atomizadas (múltiplos compradores e vendedores), o mercado comanda a produção e a comercialização, no sistema capitalista; no sistema socialista não há mercado, nem concorrência, cabendo ao Estado dirigir a oferta e a procura de acordo com a planificação preestabelecida; no cooperativismo e no corporativismo, a cooperação e a solidariedade corrigem as distorções do mercado competitivo.

6) *Preços*: no capitalismo, os preços (e o volume das trocas) são fixados pela confrontação da oferta e da procura no mercado; no socialismo, pela autoridade central; no cooperativismo e no corporativismo, pelo mercado, mas com a presença controladora das cooperativas e das corporações, que atuam como *countervailing power.*

7) *Consumo e produção*: são determinados, no capitalismo, pelo jogo automático das forças da oferta e da procura, isto é, pelas flutuações dos preços e pelos desejos pessoais dos consumidores; no socialismo, são determinados pelos planos centrais, que ajustam o consumo e a produção; no cooperativismo e no corporativismo, pelas cooperativas ou corporações, que agrupam os participantes dos processos econômicos de consumo e de produção.

8) *Decisões econômicas (de consumir, poupar e investir)*: cabem às unidades domésticas e às empresas, no capitalismo; ao Estado, por meio de planos, na primeira etapa do socialismo, e ao povo todo na segunda etapa; às unidades domésticas e às empresas cooperativizadas ou corporativizadas, nos sistemas de economia cooperativa e de economia corporativa.

9) *Repartição das rendas*: no sistema capitalista, é efetuada de acordo com a participação dos fatores da produção no processo produtivo; no sistema socialista, com base no trabalho de cada um, na primeira etapa ("a cada um segundo seu trabalho"), e nas necessidades de cada um, na segunda etapa ("de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades"); no cooperativismo, a distribuição das sobras líquidas não tem nenhum vínculo com o capital, mas é proporcional às operações que cada associado realizou com sua

cooperativa; é proporcional ao trabalho de cada membro em sua corporação, no corporativismo.

10) *Classes sociais*: o capitalismo é uma sociedade de classes, como decorrência de sua própria estrutura econômica, fundada principalmente na propriedade privada dos meios de produção, na divisão do trabalho e na especialização de funções, mas há perfeita "harmonia de interesses" entre os indivíduos que compõem as diversas classes sociais; reina no campo econômico uma "Ordem Natural e Providencial"; o socialismo elimina completamente as "classes exploradoras" e, conseqüentemente, a luta de classes; o cooperativismo, por meio da figura do empresário-usuário-cooperativizado, reúne na pessoa do cooperado o comprador e o vendedor, o patrão e o empregado, o sacador e o sacado etc., de modo que "os conflitos desaparecem por falta de combatentes"; o corporativismo congrega as classes opostas — patrões e operários — na corporação, promovendo a pacificação e a harmonia entre ambas.

11) *Estado*: no sistema capitalista, intervém apenas para manter a lei e a ordem (*État gendarme*); no sistema socialista, o Estado toma todas as decisões, como organizador da obra das massas populares (ditadura do proletariado, típica da primeira etapa do socialismo); no cooperativismo e no corporativismo, o Estado é o coordenador da obra de todo o processo produtivo, tendo em vista o bem-estar da população.

12) *Poder*: é descentralizado no capitalismo (há separação entre o poder econômico e o poder político e pluralidade de poderes centrais); no socialismo o poder econômico e o poder político estão concentrados no Estado, na fase de transição do capitalismo; no cooperativismo há descentralização dos poderes econômico e político; e no corporativismo há centralização (que atinge o máximo grau no corporativismo de Estado).

13) *O homem e a sociedade*: o *homo oeconomicus* do capitalismo, ideal, perfeitamente racional, movido por egoísmo e utilitarismo, calcula e age de maneira a maximizar seus ganhos e presta relevantes serviços à sociedade porque, ao buscar a satisfação de seu interesse particular, atende ao interesse social de modo muito mais eficaz do que se pretendesse realmente defendê-lo; o "homem socialista" tem o senso da prestação do trabalho voluntário, em benefício da comunidade; o "homem cooperativo" é o "homem total", que abandona o isolamento e o egoísmo para viver na "comunidade cooperativista" e cooperar no processo de reforma gradual e pacífica da sociedade; o "homem corporativo", responsável e justo, trabalha para o bem comum da sociedade em que vive.

Após o exame dos principais sistemas econômicos "abstratos" ou "puros" como complexos coerentes de estruturas, analisaremos a modificação dos modelos "ideais", na prática, sua transformação em complexos sem coerência estrutural. Estudaremos, no capítulo seguinte, então, os sistemas econômicos "concretos" ou "impuros", por meio de exemplos de capitalismo de mercado, capitalismo regulado, planificação centralizada e socialismo de mercado.

capítulo IV

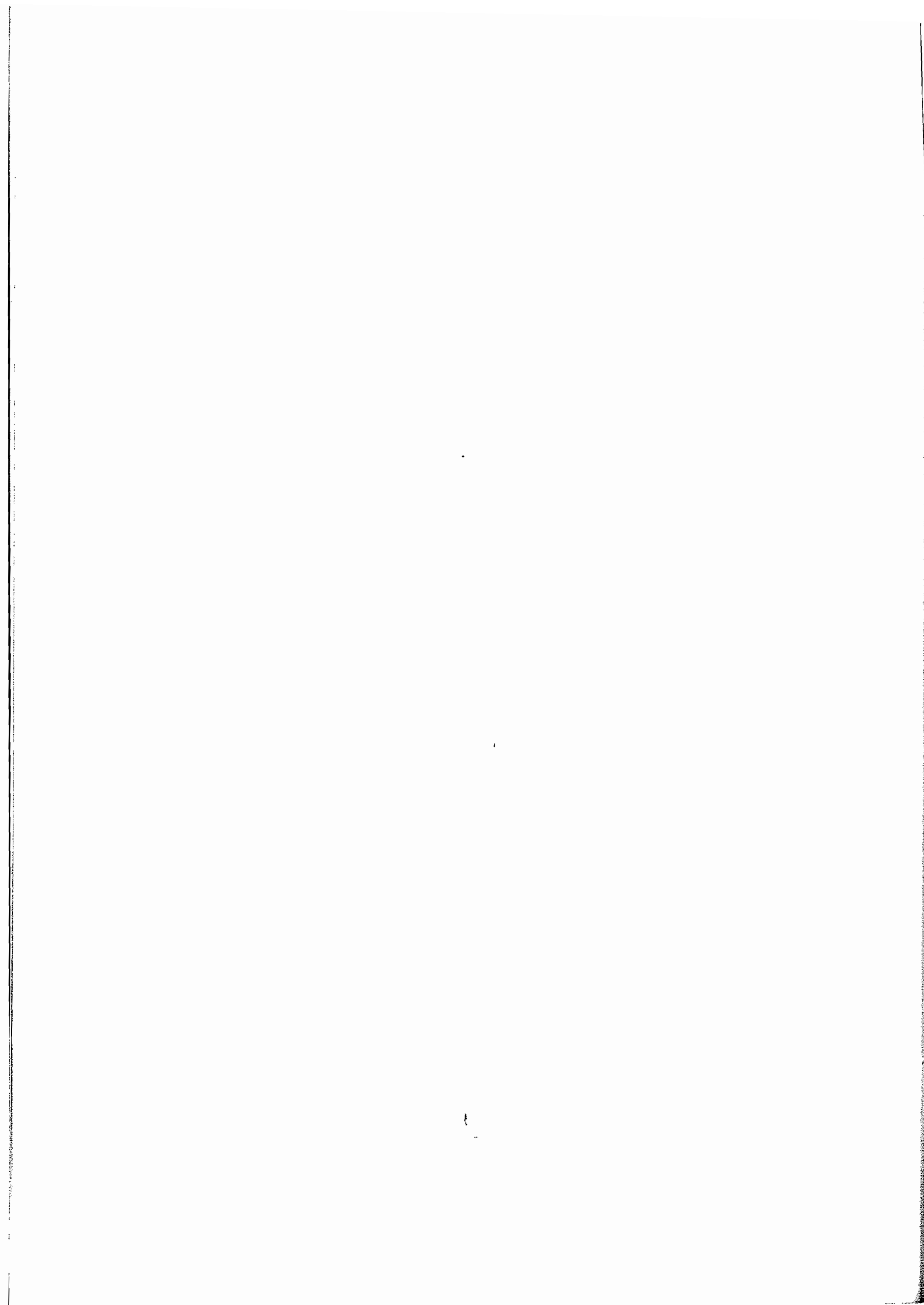
Sistemas econômicos "concretos" ou "impuros": falta de coerência estrutural

"Un régime n'est pas un corps inerte; il est au contraire un tout organique que se défend contre les attaques, réagit et tente de réintégrer dans sa propre logique les corps étrangers qui s'introduisent dans ses structures."

J. M. ALBERTINI *

---

* J. M. Albertini, *Capitalismes et socialismes à l'épreuve*, Paris, Ed. Ouvrières, 1970, p. 270.



Sistemas econômicos "concretos" ou "impuros": falta de coerência estrutural

A passagem da análise sistêmica abstrata à análise concreta impõe a reintrodução das dimensões do *espaço* geográfico e do *tempo* histórico [1].

Dessa maneira, busca-se estabelecer correspondência entre conjuntos estruturais "coerentes" e a realidade matizada, com todas as suas "incoerências" estruturais.

Os sistemas econômicos "concretos" ou "impuros", também denominados *regimes econômicos*, surgem espontaneamente (por transformações endógenas) ou artificialmente (por meio de impulsos exógenos, como as revoluções, os deslocamentos maciços de populações, as dominações imperialistas etc.). Nestes casos é maior o distanciamento dos tipos sistêmicos "puros" porque ocasionam múltiplas formas de combinações estruturais.

Tanto no aparecimento espontâneo como na implantação artificial, todavia, o decurso do tempo no processo de introdução de modificações pode provocar diferenças entre economias pertencentes a um mesmo sistema. Assim, por exemplo, o sistema capitalista de mercado descentralizado desenvolveu-se primeiramente na Inglaterra e na França, penetrando mais tarde na Alemanha, Itália, Estados Unidos etc., o que explica, em parte, as diferenças sistêmicas entre tais países [2].

---

1. André Nicolai, *Comportamento*, cit., cap. II, item III, p. 110 e s.

2. A história dos regimes da sociedade industrial, explica Albertini (*Capitalismes*, cit.), mostra que "a evolução é o estado normal de um regime econômico. Esta evolução contínua realiza-se através de uma série de desequilíbrios e de crises provocadas por distorções estruturais e contradições mais ou menos importantes".

Qualquer que seja a qualificação — abordagem "realista" (porque destaca a complexidade do real) ou abordagem "dinâmica" (que enfoca as relações entre os movimentos e as forças que os determinam) — a análise dos regimes econômicos considera as forças internas e externas "provocadoras" de novos sistemas ou "modificadoras" dos sistemas existentes.

De modo geral, os autores enfatizam dois tipos principais de movimento, que engendram os regimes econômicos: a "dinâmica *no* sistema" (dinâmica interna ou endógena, compreendendo os movimentos efetuados no interior de um sistema econômico) e a "dinâmica *do* sistema" (dinâmica externa ou exógena, que destaca os movimentos do próprio sistema) [3].

A "dinâmica *no* sistema" elucida especialmente os movimentos resultantes de tensões estruturais, em curto período [4], e procura mostrar as inter-relações entre certos tipos de estrutura econômica e de conjuntura. Assim, por exemplo, Wagemann [5] relaciona o movimento de preços com as superfícies cultivadas em países de "economia de necessidade" e de "economia de lucro": a alta dos preços não representa estímulo para cultivar mais junto àqueles que vivem em economia semifechada de subsistência, ao contrário do que se verifica nas economias dominadas pela idéia de rentabilidade. Observou Wagemann que pode mesmo haver aumento do cultivo quando os preços estão muito baixos nas "economias de necessidade": o camponês da antiga Rússia, que produzia para assegurar seu próprio consumo, cultivava mais quando caíam os preços e menos quando estes subiam; nas Índias Britânicas verificou-se o mesmo procedimento em relação ao arroz (cultivado segundo o princípio da necessidade) e não em relação ao algodão (cultivado segundo o princípio da rentabilidade).

---

3. Sobre esse assunto, cf. André Marchal, *Méthode scientifique et science économique*, Paris, Livr. Médicis, 1952, v. 2, cap. II, p. 154-260.

4. Para vários autores, o "curto período" corresponde à "periodicidade" das crises cíclicas, no decorrer do século passado, isto é, de 7 a 11 anos. Jean Marchal (*Cours*, cit., t. 1, e *Le mécanisme des prix*, Paris, 1948), entretanto, distingue os seguintes tipos de período *infracurto*, no qual se supõe constante o volume da produção (corresponde a um "instantâneo" da vida econômica); o *curto* período, no qual o instrumental e o volume de equipamento permanecem fixos (as variáveis são o grau do emprego, o volume da produção — que só pode aumentar com o emprego de mais mão-de-obra etc.); o *longo* período, em que o instrumental e o equipamento tornam-se variáveis; o período *ultralongo*, que leva em conta os "movimentos ocasionados pelo desenvolvimento gradual dos conhecimentos técnicos, da população e do capital, e pelas mudanças da oferta e da procura, de uma geração a outra", como já dissera Alfred Marshall.

5. Apud André Marchal, *Méthode*, cit., p. 198.

Nurkse[6] também sublinha a estreita dependência da conjuntura em relação às estruturas da atividade econômica e distingue a conjuntura dos países agrícolas da conjuntura dos países industrializados[7]. André Marchal nota, igualmente, que nas flutuações econômicas em países de economia centralizada não aparecem os mesmos caracteres das flutuações em países de economia descentralizada, já que no primeiro caso as flutuações não são concernentes ao emprego, manifestando-se essencialmente por variações da oferta de bens de consumo[8]. Conclui Marchal que as estruturas apresentam caracteres diferentes conforme a conjuntura, ou seja, "há uma conjuntura específica para cada tipo de estrutura".

A natureza, periodicidade e intensidade dos movimentos resultantes das tensões estruturais, por sua vez, provocam respostas de determinados elementos das estruturas sistêmicas e conduzem a modificações ou a adaptações estruturais. Nestes casos, o estudo das estruturas como fator de flexibilidade e de propagação de impulsos inclui-se no campo da "dinâmica do sistema" (ou da dinâmica de longo período).

Mas as diversas estruturas estão interligadas, de modo que a modificação de algumas delas provoca modificações em outras, em um dado regime econômico. São evidentes os liames entre as estruturas econômicas e a forma do Estado (liberal ou intervencionista, p. ex.), a concentração ou a dispersão do poder, a natureza e o poder dos grupos políticos, a repartição da renda etc. Por outro lado, a coexistência de estruturas sistêmicas anteriores e de prenúncios de novos sistemas aumenta a complexidade do regime e a falta de coerência estrutural[9].

Relativamente às sobrevivências e "previvências" de regimes, verifica-se que o capitalismo tolera, por exemplo, a manutenção de pequenas explorações campesinas, comerciais e artesanais. No caso dos camponeses, Schumpeter[10] observa que o mundo capitalista se mostra disposto a seguir uma dispendiosa, mas eficiente, política de sua conservação. Todavia, é

---

6. Apud André Marchal, *Méthode*, cit., p. 199.

7. Ragnar Nurkse (*L'expérience monétaire international*, SDN, 1944) mostrou que nos países industriais a depressão manifesta-se principalmente pelo desemprego e pela redução da produção, enquanto nos países agrícolas toma, geralmente, a forma de diminuição dos preços de exportação, das rendas dos produtores e da capacidade de importar.

8. André Marchal, *Méthode*, cit., p. 199.

9. A esse respeito, cf. André Nicolai, Sobrevivências e "previvências", in *Comportamento*, cit., p. 115.

10. Joseph A. Schumpeter, *Capitalismo*, cit., p. 175.

sobretudo nos países colonizadores que se misturam, com maior freqüência, estruturas autóctones e estruturas implantadas pelos colonizadores (no seu interesse econômico e político). E é nos regimes mais despojados de vínculos históricos (como os EUA) ou originários de mutações violentas (como a URSS) que as sobrevivências são menos numerosas.

Seção I

TIPOS DE REGIMES ECONÔMICOS

Podemos distinguir heterogêneos tipos de regimes econômicos, com base em diferentes critérios:

1. Quanto ao grau de "intensidade capitalista" [11], destacam-se os seguintes: *países altamente capitalistas,* com grande número de empresas capitalistas, intensa mecanização, alta densidade demográfica, dinâmico comércio com o exterior, elevados salários etc. (é o caso dos países da Europa Ocidental, EUA, Japão e outros); *países semicapitalistas,* nos quais o capitalismo se instalou progressivamente em uma estrutura econômica relativamente antiga, com uma população quantitativamente significativa, de modo que coexistem a estrutura capitalista e a pré-capitalista (os exemplos mais conhecidos são os países da Europa Oriental, África Mediterrânea e Ásia); *países neocapitalistas,* "capitalistas dependentes" ou "tardios", pouco povoados e pouco explorados, que caminham em direção ao capitalismo graças à ajuda dos países economicamente prósperos (é o caso da América Latina); e *países não-capitalistas,* de trocas incipientes, economia familial ou tribal, fraca densidade demográfica, capitais raros e insuficientes, mercado reduzido e pequena mecanização (é o que se verifica nos países africanos situados na zona tropical).

2. Quanto ao grau de intensidade de socialização da economia, podemos distinguir: *países altamente socialistas,* onde a propriedade privada dos meios de produção é eliminada pela violência, a planificação substitui o mercado, o Estado determina os fins da atividade econômica, há centralização do poder econômico e do poder político etc. (é o caso da URSS); *países semi-socialistas,* nos quais a estrutura socialista coexiste com

---

11. Apud André Marchal, *Systèmes,* cit., p. 266.

a economia de mercado (Iugoslávia); *países neo-socialistas*, "socialistas dependentes" ou "tardios", pouco povoados e pouco desenvolvidos, que recebem ajuda econômica da URSS ou da China (é o caso de Cuba, alguns países da África e da Ásia etc.); e *países com apenas alguns setores da economia socializados*, como a assistência à saúde, por exemplo (é o caso da Inglaterra, dos Países Escandinavos etc.).

3. *Quanto à forma da atividade econômica*, surgem várias classificações: regime de "economia de lucro", de "economia de necessidade" e de "economia de bem-estar social"; regimes de "economia aberta" e de "economia fechada"; regimes de "economia livre" e de "economia controlada"; regimes de "economia dominante" e de "economia dominada"; regimes de "economia de comando central" e de "economia de mercado" etc. Entre os tipos extremos, evidentemente, há variada e ampla gama de combinações, podendo abranger diversos dos tipos indicados (é o caso de um regime de economia dominante, de mercado, voltada para a rentabilidade e o lucro).

4. *Quanto ao balanço de pagamentos*. Kindelberger e Boggs são os dois economistas que se destacam na consideração dos tipos de regimes econômicos a partir do balanço de pagamentos. Para Kindelberger [12], todos os países conhecem dois ciclos de vida, com três estágios cada um, de acordo com o balanço de pagamentos (passivo, equilibrado ou ativo), e aos quais corresponderiam tipos de regimes econômicos: no *primeiro ciclo*, o país começa como "jovem devedor" (renda e poupança fracas, mas grandes investimentos não compensados pelas exportações, de modo que o balanço de pagamentos é passivo), torna-se "devedor adulto" (desenvolve-se, graças ao auxílio dos capitais estrangeiros, conseguindo um excedente comercial que lhe permite quitar seus débitos e equilibrar o balanço de pagamentos) e transforma-se em "devedor maduro", iniciando o *segundo ciclo*, ou seja, passa a ser "credor jovem" (seu desenvolvimento se desacelera, mas sua renda é tal que pode realizar investimentos no exterior e fazer empréstimos), depois "credor adulto" (consome sua renda, pouco ou nada investindo no exterior, de modo que, se o balanço de pagamentos está equilibrado graças a rendas externas, o balanço comercial está desequilibrado) e, finalmente, "credor velho" (as importações ultrapassam as exportações, há desenvestimento no exterior e progressivo empobrecimento). André Marchal[13]

12. Ch. Kindelberger, *International economics*, 1953.
13. André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 275.

critica Kindelberger lembrando que se pode imaginar a sucessão de outros ciclos, repetindo-se a alternância devedor-credor-devedor-credor... etc.; os Estados Unidos saltaram rapidamente as fases do primeiro ciclo devido, em grande parte, à I Grande Guerra, e seu comportamento de credor maduro é muito diferente do da Inglaterra no século XIX, então "credora madura".

5. *Quanto à introdução do tempo e do espaço nos sistemas econômicos "abstratos" ou "puros"*, dois são os regimes principais que se confrontam em nossa época: regime de economia capitalista *versus* regime de economia socialista [14]. Entre estes dois tipos extremos há uma grande variedade de combinações, como os regimes de capitalismo de mercado (EUA), de capitalismo regulado (França, Inglaterra, Países Escandinavos etc.), de socialismo integralmente planificado (URSS, China), de socialismo de mercado (Iugoslávia) etc.

Após o estudo tipológico dos regimes econômicos, passaremos à análise dos principais regimes da época atual: regimes econômicos capitalistas e regimes econômicos socialistas.

Seção II
PRINCIPAIS REGIMES ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

§ 1.° Regimes de economia capitalista

A realidade mostra a compatibilidade do regime econômico capitalista com diversos tipos de estruturas institucionais, sociais, psicológicas ou mentais etc.

De fato, historicamente, o regime capitalista teve início na Europa Ocidental, no século XVI, no campo do comércio de bens e de moeda (capitalismo comercial e financeiro), desabrochou ao penetrar na indústria [15], na segunda metade do sé-

14. A respeito dos sistemas econômicos capitalista e socialista, como modelos "abstratos" ou "puros", cf. o Capítulo III deste trabalho.

15. André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 461-2) resume o aparecimento do capitalismo industrial da seguinte maneira: no início, o capitalista é um "mercador", que fornece matéria-prima a artesãos dispersos, que trabalham em suas casas; depois, reúne os trabalhadores em um prédio e os faz trabalhar com um instrumental ainda muito simples; enfim, introduz a máquina, que permite a produção em grande quantidade, mas cujo preço elevado é inacessível ao trabalhador. Assim se realiza a separação entre o capital e o trabalho,

culo XVIII (capitalismo industrial), adquirindo, no fim do século XIX e no século XX, matizes diferentes em face das circunstâncias (especialmente as duas Grandes Guerras e a crise de 1929). Isto significa que o capitalismo surgiu em pleno mercantilismo, quando os recém-criados Estados procuravam organizar sua economia interna, o comércio internacional fora impulsionado pelos grandes descobrimentos marítimos, o afluxo dos metais preciosos das Américas para o Velho Mundo provocara o deslocamento do eixo econômico europeu, as sociedades por ações se desenvolviam etc. Quando, entretanto, a mudança da técnica propiciou a utilização do maquinismo, transformando fundamentalmente o processo de produção (Revolução Industrial), e a evolução no Direito e nas instituições fez surgir o liberalismo, em meados do século XVIII [16], o capitalismo tornou-se industrial para se compatibilizar com as novas estruturas de enquadramento e da atividade econômica. Sob a forma de "capitalismo industrial atomizado" integrou-se em contextos de descentralização do poder político e econômico (economia de mercado competitivo), de múltiplas pequenas empresas privadas, de maximização do lucro, de não-intervenção do Estado na economia (*État gendarme*), de valorização da propriedade privada e da atividade do empresário particular, de proibição de associações de defesa profissional etc. E a partir do momento em que a economia industrial, liberal e competitiva foi cedendo lugar aos crescentes agregados monopolistas ou quase-monopolistas, e que a "questão social" tornara-se dramática, o Estado foi sendo chamado a interferir progressivamente no campo econômico. Concomitantemente, os sindicatos operários, depois de muita insistência, começaram a ser tolerados pelos Poderes Públicos. O capitalismo tornou-se, então, regulamentar.

---

o que dará origem às duas classes oponentes: capitalistas, proprietários dos meios de produção, e proletários, vendedores de sua força de trabalho aos capitalistas. Na primeira fase, o capitalista é um mercador (forma comercial do capitalismo); na segunda é um manufatureiro e, na terceira, um industrial (capitalismo industrial). Esta evolução tornou-se possível graças ao progresso técnico que, no século XVIII, marcou a Revolução Industrial.

16. A maioria dos autores afirma que a Revolução Industrial teve início sob a égide da liberdade. Albertini (*Capitalismes*, cit., p. 11) observa, entretanto, que essa liberdade continha um significado especial, antes de mais nada, que era permitir que os empresários particulares produzissem e se enriquecessem, mas, também, instituir a luta contra os regulamentos, os costumes, as tradições e as rotinas, a fim de submeter a organização da sociedade aos imperativos de uma classe social, a burguesia. Diz, então, Albertini: "Mais do que a liberdade, o capitalismo liberal estabeleceu, assim, o capital de seus proprietários e dos imperativos da acumulação do capital".

Com as duas Grandes Guerras e a crise de 1929, entretanto, os regimes econômicos capitalistas sofreram profundas transformações, mesmo nos países em que o capitalismo havia sido fortemente implantado há muito tempo: de *individualista e "atomizado"* (capitalismo de pequenas unidades concorrentes entre si), tornou-se *capitalismo de grupos*, de grandes unidades, "molecular", e de *liberal* passou a *intervencionista* [17], devido sobretudo à necessidade de evitar que o insucesso dos grandes agregados empresariais comprometesse a própria estabilidade sócio-econômica e política da nação, diante da importância dos capitais investidos e do elevado número de trabalhadores empregados que dependiam dos salários para viver etc.; de *cosmopolita ou internacional* (baseado na divisão internacional do trabalho ou na especialização territorial das nações) voltou-se para o quadro *nacional*, principalmente depois da I Grande Guerra, tornando-se *protecionista*, ante a necessidade de estabelecimento de proteções alfandegárias, tanto nos países que se industrializaram durante a Guerra (Canadá, Japão e outros) como naqueles que precisavam reconstruir sua devastada economia interna (Inglaterra, França, Alemanha etc.); de *oligárquico* apresentou certa "abertura", o que levou alguns autores a qualificá-lo de *"democrático"*, no sentido de penetração popular nas sociedades anônimas ou de capital aberto. O caráter democrático, todavia, tem sido veementemente contestado pelos fatos [18]. Neste particular, aliás, Schumpeter [19] destacou a modificação do conceito de propriedade, no regime capitalista,

---

17. A intervenção estatal estende-se cada vez mais, comenta André Piettre (*Les trois âges de l'économie*, Paris, Fayard, 1964): do domínio social onde era urgente, ganha o comércio exterior (fim do séc. XIX) onde era menos urgente; com a I Grande Guerra, penetra no domínio monetário; instala-se no Direito; com a crise, invade os mais complexos mecanismos da economia interna (preços, mercados, crédito etc.), passando depois aos planos gerais. Em todos esses domínios, o ritmo de intervenção estatal é o mesmo: "começa para *corrigir*, continua para *proteger* e termina por *dirigir*..."

18. Maurice Dobb (*A evolução do capitalismo*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 426-7) mostra que há pouquíssimos sinais dessa abertura democrática; ao contrário, parece ter fortalecido o controle *"de facto"*, porque os donos de títulos negociáveis têm papel econômico puramente passivo e separado do processo de produção. Na maioria das vezes, são deliberadamente excluídos de qualquer possibilidade de influência pela atribuição de direito de voto a apenas algumas categorias de ações.

19. Joseph Schumpeter (*Capitalismo*, cit., p. 178) explica como a "evaporação do que poderíamos chamar de substância material da propriedade — sua realidade visível e palpável — afeta não apenas a atitude dos proprietários de ações, mas também a dos operários e do público em geral. A propriedade, desmaterializada, desfuncionalizada e ausente não impressiona, nem desperta apoio moral, como acontecia com a propriedade real".

com a substituição das "paredes e das máquinas de uma fábrica por um simples pacote de ações".

Deve-se observar ainda, no conjunto de fatos que contribuíram para a multiplicação de diferentes regimes capitalistas, a emergência das antigas colônias como nações independentes politicamente, sobretudo após a II Grande Guerra, oferecendo as mais variadas combinações estruturais em decorrência da implantação de bolsões de estruturas econômicas modernas em áreas de economia semifechada de subsistência.

Em face do exposto, verifica-se que não há *um capitalismo*, mas formas sucessivas ou coexistentes de capitalismo: no século XVII Portugal cedeu lugar à Holanda, que se tornou o principal símbolo do capitalismo comercial e financeiro [20], posição que perdeu para a Inglaterra [21] no século XVIII. Com a Revolução Industrial, impuseram-se como exemplos de capitalismo industrial: primeiramente a Inglaterra e a França, depois a Alemanha, mais tarde os Estados Unidos, toda a Europa Ocidental etc. As transformações, entretanto, não cessaram: com as duas Grandes Guerras e a crise de 1929, o capitalismo foi obrigado a intensificar o intervencionismo estatal e a abandonar seu caráter cosmopolita e internacional, para se tornar nacional, propiciando condições para a organização ou reorganização das economias nacionais (caso dos países de "capitalismo periférico", "tardio" ou "dependente" da América Latina, África e Ásia, bem como de países beligerantes).

1. *Capitalismo de mercado*

Estudaremos os Estados Unidos como exemplo de regime capitalista de mercado descentralizado que, apesar da Grande Depressão dos anos 30 e do desvio de recursos para fins mili-

20. André Marchal (*Systèmes*, cit., p. 459) assim se refere à Holanda, como "símbolo do capitalismo comercial e financeiro", segundo a expressão de H. Sée: depois de haver conquistado sua independência política em 1648, fundou um império colonial, sobretudo no Extremo Oriente, dedicando-se ao comércio de especiarias e desempenhando papel de intermediário no comércio do trigo em outras partes do mundo, graças à sua numerosa frota.

No século XVIII a Inglaterra tomou-lhe o lugar e se tornou a "rainha dos mares".

21. A predominância inglesa, ao contrário do que se passou com a Holanda, que contava apenas com o comércio exterior, baseava-se no comércio internacional como instrumento de desenvolvimento interno: o afluxo de matérias-primas (como o algodão), de mão-de-obra e de capitais, provocou in-

tares (sobretudo durante a II Grande Guerra), apresentou notável aumento de sua capacidade produtiva para usos pacíficos, nos últimos quarenta anos.

Hurst discerniu nas atividades do Poder Público norte-americano uma evolução dialética: nos três primeiros quartéis do século XIX, a lei foi usada para determinar prioridades entre usos concorrentes do capital operacional; até o início do século XX, os negócios se ampliaram com o apoio da autoridade pública; em seguida, durante o século XX, houve inversão do movimento. Apesar da depressão ocasionada pela crise de 1929, que conduziu ao fortalecimento do Poder Público, no decênio de 1930, não se verificou retorno ao "uso promocional das finanças públicas" [22].

Schlesinger [23], por sua vez, assinala a seguinte posição norte-americana em relação ao Estado, no século XX:

> "Lentamente, a tradição liberal foi reexaminada... O progressismo hamiltiano de Theodore Roosevelt introduziu um período de Governo enérgico. Woodrow Wilson compreendeu ainda mais nitidamente a necessidade de vigor executivo e ação governamental. Franklin D. Roosevelt concretizou essas tendências mais decididamente que Wilson, e o 'New Deal' logrou a emancipação do liberalismo desse aspecto do mito jeffersoniano" [24].

Alguns autores vêem no *New Deal* o reflexo da virtude especial dos reformadores americanos, recusando-se a aceitar a simples dicotomia entre socialismo e capitalismo, que então dominava o pensamento político europeu. Vislumbraram o futuro com um misto de iniciativas privadas e públicas, de modo que o setor público, embora reforçado, opera dentro de um regime preponderantemente capitalista.

De qualquer forma, a experiência do mundo ocidental quanto ao progresso da regulamentação pública e da atividade

---

tensa atividade econômica, construção de estradas, canais, portos, criação de companhias de seguro etc. Progressivamente a praça de Londres substituiu a de Amsterdã, no mundo dos negócios. Vicejou aí o "espírito capitalista", no sentido de busca do lucro.

22. J. W. Hurst, *Law and the conditions of freedom,* p. 53.

23. Arthur Schlesinger Jr., *The age of Jackson,* London, Eyre & Spottiswoods, 1946, p. 520.

24. Nesse sentido, o *New Deal* significou a continuação de um processo que se iniciara no século XX, porém em ritmo mais acelerado, diz Schlesinger (*The age,* cit., p. 520). Não fôi uma brusca ruptura da tradição americana.

pelo bem-estar público, depois de 1930, tomou aspectos muito especiais nos Estados Unidos: reconhece-se a autonomia do Governo "dentro do Executivo" e sua influência "fora" como dois instrumentos importantes; o Congresso [25] opõe-se a um "Governo forte" e o povo, de modo geral, acredita em uma espécie de "doutrina" subentendida nessas diretrizes e que pode ser assim resumida: "o setor particular é mais eficiente do que o setor público".

Costuma-se dizer que, nesse particular, os norte-americanos separam-se dos alemães (enquanto estes concentram o poder público, aquêles dividem-no, preferindo dar à autoridade pública o papel de árbitro e não o de gerente) e aproximam-se dos ingleses (mas não estão equipados, como estes, com uma forma unitária e hierárquica de Governo, em condições de planejar e de executar medidas econômicas de caráter nacional).

a) Estruturas de enquadramento

A reunião de um complexo estrutural propício ao desenvolvimento possibilitou o rápido progresso dos Estados Unidos: *estruturas físicas* — abrangendo variados e importantes recursos naturais, em imenso território [26]; *estruturas demográficas* — constituídas, no início, quase que exclusivamente de "imigrantes jovens, sadios, preparados e dinâmicos, de modo que não foram obrigados a enfrentar elevado custo de assistência à saúde e de formação de mão-de-obra" [27]; *estruturas sociais e*

---

25. "O Congresso está sempre procurando novas alavancas do poder para inseri-las nos interstícios ocultos do Governo", diz Schonfield, *Capitalismo moderno,* trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 470.

26. "Dentro dos extensíssimos limites dos Estados Unidos encontram-se, virtualmente, todos os tipos de climas das zonas temperadas — quente, frio, úmido, seco e intermediário. No conjunto, o clima norte-americano não é tão conduzente a longas e intensas horas de trabalho quanto o são, por exemplo, os invernos mais brandos e os verões mais frios da Europa Ocidental. Indubitavelmente, porém, é mais favorável ao esforço físico intenso do que os climas de muitos países tropicais. À parte essa influência geral, o clima exerceu papel importante, sobretudo na agricultura norte-americana" (Gerhard Colm e Theodore Geiger, *A economia dos Estados Unidos,* trad. port., São Paulo, Cultrix, 1968, p. 51).

Em uma área de mais de 9 milhões de km² vivem, atualmente, cerca de 240 milhões de pessoas, com uma renda média *per capita* da ordem de 12.000 dólares.

27. "A ocupação pré-colonial da América do Norte pelos índios deixou poucas estruturas permanentes; além do mais exerceu pequeno impacto no modo de vida dos colonizadores brancos. Conseqüentemente, a nostalgia ambiental dos americanos, especialmente dos que descendem dos primitivos colonizadores que desbravaram a terra, raramente vai além do século XVIII

institucionais flexíveis, o que facilitou a mobilidade social e encorajou a iniciativa individual, sem as resistências à mudança, típicas das estruturas feudais; *estruturas psicológicas ou mentais* voltadas para a valorização do trabalho e do esforço criador, a busca da igualdade de oportunidades e o respeito à livre iniciativa, com o apoio dos valores morais de grupos religiosos e da filosofia individualista dos políticos etc.[28].

A partir dos anos 40, a sociedade norte-americana apresentou importante crescimento populacional, em oposição às previsões pessimistas dos demógrafos anteriormente à II Grande Guerra. Assim, de 1950 a 1960, o crescimento demográfico foi de 18,5%, a mais alta taxa desde o decênio 1900-1910. A prosperidade do pós-guerra, todavia, não basta para explicar tal aumento, já que o progresso econômico dos anos 20, por exemplo, fora acompanhado de declínio regular do índice de natalidade. Parece que a resposta está ligada à mudança gradual dos valores sociais, embasados na convicção de que eram "normais" e "desejáveis" as famílias de três a quatro filhos. Paralelamente, registrou-se diminuição da mortalidade geral e infantil e aumento da esperança de vida, em decorrência, sobretudo, dos amplos progressos da medicina, da assistência à saúde, dos padrões de alimentação etc.

Em 1960 verificou-se, por outro lado, inversão da antiga tendência da composição étnica do povo norte-americano: a população branca começou a crescer mais lentamente do que a população não-branca[29]. Por outro lado, a mobilidade interna e o êxodo rural acentuaram-se, verificando-se rápido crescimento das áreas urbanas e suburbanas adjacentes[30].

---

ou XIX. A idade heróica da América não está na Antigüidade ou em outros períodos clássicos, como acontece na Europa e na Ásia, mas no curto período — cem anos — que viu o desbravamento da floresta primitiva, a abertura das pradarias, a conquista do Oeste. As lembranças deste passado aventureiro e turbulento provavelmente expliquem a tendência dos norte-americanos de identificar a palavra *natureza* com deserto e seu desejo de algum dia poder viver fora dos centros desenvolvidos, tanto quanto possível no meio do mato" (René Dubos, Descobrindo a América, *Diálogo,* 9(2):6, 1976).

28. Todos esses fatores reforçaram-se mutuamente. Explica André Marchal (*Systèmes,* cit., p. 479 e s.) que a "braçagem" da população foi facilitada pela possibilidade de expansão para as terras virgens do Oeste, o que impediu também a formação de um proletariado urbano nas regiões industriais mais antigas.

29. De 16 milhões em 1950, o total de não-brancos passou para mais de 20 milhões em 1960 (destes, 92% eram negros). Cf. Arthur S. Link, *História moderna dos Estados Unidos,* trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1965, v. 3, p. 794.

30. O americano típico da segunda metade do século XX não é apenas citadino: transformou-se em suburbano (Arthur S. Link, *História,* cit., p. 794).

O padrão de vida da população melhorou consideravelmente nos últimos tempos. As indústrias, as rendas e as riquezas cresceram em ritmo jamais conhecido pelo povo norte-americano, mesmo nos anos de prosperidade do decênio de 1920, registrando-se uma fase de progresso material sem paralelo para a grande massa popular [31].

O modo de vida americano já se vinha modificando desde 1920, com o desenvolvimento das indústrias de automóveis, rádio, aparelhos eletrônicos, aviação, cinema, produtos químicos etc. O aumento da procura depois da II Grande Guerra, entretanto, estimulou a produção, verificando-se aumento da produção de automóveis e de utilitários e do consumo de gasolina, o que provocou, concomitantemente, a construção de estradas, motéis, parques de turismo etc.

Outro efeito do longo período de prosperidade é a ampliação da classe média. Aliás, grande parte dos trabalhadores industriais vem-se comportando como classe média e "não como proletariado empobrecido" [32], pois a mão-de-obra especializada desfruta de rendas superiores a de muitos empregados de escritório e até mesmo do professorado de nível médio.

A partir de 1940 verificou-se também aumento do número de casamentos de jovens e de divórcios, devido ao enfraquecimento das sanções religiosas, crescente independência econômica das mulheres, educação das crianças por organizações públicas e privadas etc.

Profundamente autocrítica, a sociedade norte-americana atual exige mais de si mesma. Da crença arraigada de que qualquer mudança tem de ser feita democraticamente, parece advir a vitalidade do sistema sócio-econômico dos Estados Unidos [33].

b) Estruturas de atividade econômica

As estruturas de enquadramento criaram condições propícias ao intenso desenvolvimento da atividade econômica.

---

31. Enquanto a população aumentou de 28% no período de 1945 a 1960, o PNB cresceu de mais de 56%, e o total das rendas particulares disponíveis, mais de 53%, apesar da elevação dos impostos. A classe trabalhadora civil aumentou de pouco mais de 55 milhões para 67 milhões de pessoas, e o número de empresas passou de 3.242.000 (cf. Arthur S. Link, *História,* cit., p. 794), para 4.959.000.

32. Cf. Arthur S. Link, *História,* cit., p. 1038.

33. A realidade fundamental da vida norte-americana, diz Zbigniew Brzezinski (O futuro dos Estados Unidos na era da tecnetrônica, *Diálogo,* 4(4):71, 1971), "tem sido a da assimilação de situações de transição, como as provo-

A esse respeito André Marchal [34] observou que, sem o problema da escassez quanto à terra, aos recursos naturais e à mão-de-obra, os salários foram elevados desde o início da história dos Estados Unidos, o que teve como efeito importante estímulo à racionalização do trabalho, à mecanização agrícola, à criação de laboratórios de pesquisas e à utilização de capitais, cada vez maiores, na indústria. Disso tudo resultou intensa concentração de capital, que permitiu extraordinário aumento da produtividade, dos níveis salariais e dos lucros, os quais, por sua vez, favoreceram as poupanças, e estas, novos investimentos geradores de produtividade.

Contudo, a atividade econômica norte-americana não é planejada no sentido de contar com uma organização formal destinada a dirigir os recursos produtivos da nação para objetivos nacionais prioritários.

Nesse sentido, Colm [35] afirma que o desenvolvimento e a destinação dos recursos produtivos regem-se por indicadores do mercado, isto é, pela oferta e procura. As decisões dos indivíduos (consumidores, trabalhadores, empresários etc.) são amplamente influenciadas pelos preços, custos, expectativas de ganho, oportunidades etc. De modo geral, persiste entre os norte-americanos arraigada oposição ao planejamento, por considerá-lo forma de cerceamento da livre iniciativa.

Colm adverte, porém, que não se deve concluir pela inexistência de planejamento econômico nos Estados Unidos: há o *planejamento por meio de programas específicos,* dos governos federal, estadual e local; há o *planejamento das empresas privadas;* há o *planejamento da política econômica,* a nível nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o uso dos recursos, tendo em vista fins nacionais e outros. E mais: há também coerência entre todos eles, graças às diretrizes da política econômica nacional [36].

---

cadas pelas fronteiras novas, criadas pelos pioneiros, a chegada dos imigrantes e o desenvolvimento industrial. A realidade sócio-econômica existente, em sua dinâmica, amalgamou-se ao conservantismo político e deu origem ao sistema pluralístico sócio-político que já demonstrou, em ocasiões anteriores, ser acentuadamente suscetível de absorver modificações extraordinárias. Além disso, é dotado de excepcional qualidade estrutural, o que lhe possibilita gerar e decifrar sinais de perigo ante uma crescente tensão social".

34. André Marchal, *Systèmes,* cit., p. 479 e s.

35. Gerhard Colm, Planificación económica en Estados Unidos, in *Sistemas económicos comparados,* trad. esp. Morris Bornstein, Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973, p. 231 e s.

36. "... nos Estados Unidos o planejamento é realizado por grande número de unidades, que utilizem múltiplos métodos; não obstante, existe uma interdependência considerável entre os distintos esforços, por mais desorga-

Aliás, a própria aceleração do desenvolvimento tecnológico torna óbvia a necessidade de planejamento em escala cada vez maior.

A produção total dos Estados Unidos é cerca de quatro vezes maior do que a do ano excepcionalmente próspero de 1929, ou seja, do período de euforia econômica que antecedeu à Grande Depressão. Durante os últimos quarenta anos, o rendimento por homem/hora aumentou rapidamente graças ao avanço tecnológico. Com apenas 6% da população mundial, os Estados Unidos apresentam mais de um terço da produção total do mundo.

Relativamente à produção agrícola, os Estados Unidos contribuem com mais de 20% da produção mundial, utilizando apenas 1,5% da mão-de-obra agrícola do mundo. A produção por homem/hora na agricultura tem-se elevado, no último quarto de século, à razão de aproximadamente 5% ao ano [37].

O consumo *per capita* elevou-se, desde 1929, perto de 100%, com acentuada tendência para maior igualdade e mais ampla fruição do conforto [38].

Graças, sobretudo, aos contratos coletivos de trabalho, a fixação de salários mínimos pelo Governo e às amplas oportunidades de emprego, os níveis de receita dos trabalhadores elevaram-se de modo significativo.

---

nizados e intangíveis que sejam eles." "Não se presume que, em futuro breve, as empresas venham a utilizar projetos governamentais oficiais como guia para seu próprio planejamento de investimentos, 'tal como se diz que ocorre na França e no Japão', onde está evoluindo uma 'économie concertée' " (Gerhard Colm, Planificación, in *Sistemas*, cit., p. 252).

37. "Um fazendeiro americano, em 1963, produzia alimentos e fibras suficientes para alimentar e vestir, em média, 27 outras pessoas. Sete anos antes, um fazendeiro produzia o necessário para vinte pessoas. Duas décadas antes, ainda, a relação era de um fazendeiro para onze pessoas. Hoje, um fazendeiro consegue produzir aquilo que quatro produziam em tempo igual, pouco depois da 1.ª Grande Guerra."

"Um outro modo de medir a vantagem de que desfruta o consumidor americano quanto a alimentos é que apenas 38 horas de trabalho são necessárias ao operário médio, nas cidades, para comprar seu suprimento mensal de alimentos (conforme os anos de 1962/63). Nos anos de 1947/49, tinha de trabalhar 60 horas..." (cf. Lauren Soth, *A moderna agricultura e seus problemas*, trad. port., São Paulo, Atlas, 1968, p. 94).

38. "A concentração, outrora maciça, de riqueza nas mãos de um número relativamente pequeno de americanos deu lugar a uma distribuição mais eqüitativa do rendimento. Por exemplo, em 1929, o grupo composto dos 5 por cento de unidade de consumidores norte-americanos, que recebiam as rendas mais altas, detinha 30 por cento da renda total disponível para gastar e poupar. Nas décadas subseqüentes, esse número caiu muitíssimo e, já na década de 60, o mesmo grupo representava menos de 18 por cento da renda pessoal total, depois dos impostos... Essa redução das quotas adveio, em parte, da

A ampliação dos serviços de seguro social, assistência à saúde pública e aos desempregados tem contribuído para a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores em geral.

A produção e as despesas de consumo *per capita* dos norte-americanos são duas ou três vezes maiores do que as dos europeus ocidentais, afirmam Colm e Geiger, acrescentando que "até nos países de renda elevada, como a Suécia e a Suíça, a produção e o consumo estão muito aquém do nível dos Estados Unidos" [39].

Pode-se dizer, de modo geral, que a prosperidade dos Estados Unidos, após a II Grande Guerra, foi acompanhada de renovação da tendência agregativa das empresas. Assim, na agricultura, setor tradicionalmente competitivo, as fazendas marginais foram eliminadas e a maior parte dos lucros agrícolas passou para fazendas altamente mecanizadas e voltadas para a comercialização. No decênio de 1950, complexas redes de cooperativas agrícolas substituíram a maior parte das atividades individualistas dos agricultores norte-americanos.

Depois de 1929, o Estado tornou-se a mais poderosa força econômica dos Estados Unidos [40], e a mão-de-obra, organizada em sindicatos, conseguiu um poder sem precedentes, emergindo como "elite dirigente", "mais treinada nas leis e na economia trabalhista do que na arte da guerra industrial" [41].

O temor da repetição da Grande Depressão dos anos 30, intensificado no início dos anos 80, vem provocando uma série

---

tributação estadual mais pesada e da tributação mais progressiva sobre a renda — em confronto com as décadas de 20 a 30 — que impediam a acumulação de riquezas muito grandes. Entretanto, um fator mais importante na redistribuição do rendimento foi o aumento relativamente grande da receita em todas as classificações mais baixas de renda" (Gerhard Colm e Theodore Geiger, *A economia,* cit., p. 37).

39. Gerhard Colm e Theodore Geiger, *A economia,* cit., p. 51.

40. "Tirou o controle do dinheiro e dos juros das mãos dos banqueiros particulares e emergiu como o maior investidor, com todo o controle dos contratos e dos preços. Entrou nos mercados de capital... acabou com monopólios... e destruiu os impérios que estavam dominando os serviços utilitários. Tomou a seu cargo grande parte da responsabilidade da investigação industrial e entrou nos campos da produção de eletricidade, borracha sintética e energia atômica. Encorajou a iniciativa dos homens de negócio, por meio de programas de subvenção, especialmente ao permitir que a depreciação pudesse ser descontada na declaração dos impostos" (Arthur S. Link, *História,* cit., p. 1038).

41. Arthur S. Link, *História,* cit., p. 1022 e s.

de modificações nas estruturas de enquadramento e nas estruturas da atividade econômica dos Estados Unidos. Aliás, aumentar a capacidade estabilizadora do capitalismo e prolongar a prosperidade têm sido a preocupação dominante da política econômica dos Estados Unidos nos últimos quarenta anos [42].

A inflação (6% em 1982), o fraco crescimento do PNB (1,4% em 1982), o "déficit" orçamentário (que poderá atingir 200 bilhões de dólares em 1984), o desemprego (cerca de doze milhões de pessoas em 1982) [43] e outros problemas que se acentuaram no início de 1983 levaram o Presidente Ronald Reagan a obter do Congresso drástica redução de algumas despesas (inclusive na área militar) e elevação de impostos. Além disto, outras medidas foram tomadas, especialmente no setor financeiro, com o objetivo de os Estados Unidos se recuperarem e, ao mesmo tempo, influírem positivamente na superação da crise econômica mundial.

De fato, as altas taxas de juros dos Estados Unidos têm sido apontadas como responsáveis pela maioria dos problemas que enfrentam os países industrializados e, sobretudo, o Terceiro Mundo, quer devido à interdependência da economia mundial, quer devido ao papel proeminente da economia norte-americana. Por outro lado, as importantes safras norte-americanas de grãos, nos últimos anos, aumentaram o temor de uma "guerra agrícola" com a Comunidade Econômica Euro-

---

42. J. K. Galbraith (*Capitalismo*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 15) compara, jocosamente, a vida do besouro ("inseto afortunado, mas inseguro", que voa desafiando as leis da aerodinâmica e que "receia o matriarcado a que está sujeito, pois todos sabem que essa é uma forma opressiva de governo") com a vida nos Estados Unidos, nos últimos anos (onde a organização e controle da economia estão desafiando as leis de Bentham, Ricardo, Adam Smith e outros). "E assim como no caso do besouro, há sempre inquietação quanto a decisões daqueles que têm autoridade. Isso também conduz a apreensões e insegurança."

43. A maioria dos desempregados não encontra trabalho porque não possui qualificação para os empregos disponíveis. O editorial do *The Washington Post* noticiou, em janeiro de 1983, que em Los Angeles são registrados vários casos de pessoas da classe média disputando cargos de serviço braçal. Outros trabalhos, considerados desprezíveis devido à má remuneração, constituem domínio dos imigrantes ilegais e dos marginalizados da sociedade. Quando o serviço de imigração lançou uma campanha para afastar os trabalhadores ilegais dessas atividades, os empregadores alegaram que não conseguiam encontrar pessoas que os aceitassem. Talvez os empregadores não tivessem tentado o suficiente, já que a condição de ilegal torna os trabalhadores dóceis. Mas quando o *Wall Street Journal* descobriu alguns americanos que aceitaram aqueles empregos, verificou que quase todos se demitiram em poucos dias. "Salários baixos e condições de trabalho difíceis foram parte do motivo. Mas houve também o auto-respeito. O estigma apega-se ao tipo de trabalho atualmente reservado aos estrangeiros." Os salários de nível mínimo são agora qualificados com escárnio de "salários de mulher".

péia (CEE) e de maior tensão nas relações comerciais com os países emergentes (devido à crescente deterioração dos preços de seus produtos agrícolas).

Ao discutir essa problemática, a maioria dos economistas norte-americanos procura mostrar como o capitalismo dos Estados Unidos tem sido capaz de adaptar-se a novas situações com mais agilidade do que antes de 1930. Para se tornar "imune" a crises econômicas, suas estruturas institucionais, sociais, psicológicas, econômicas e outras estão sofrendo importantes alterações, como o desenvolvimento de oligopólios, melhor distribuição da renda, maior propensão ao consumo, intensificação das pesquisas de mercado, constante inovação tecnológica, adoção do pleno emprego como meta de interesse nacional etc.

Assim, para executar a meta do pleno emprego, o Governo norte-americano pode, atualmente, utilizar muito mais certos meios de estabilização econômica e certos instrumentos de pressão sobre a economia, devido, sobretudo, a mudanças no clima da opinião pública e a inovações institucionais. Sua maior disponibilidade orçamentária para aquisições — de 8% em relação ao PNB os gastos governamentais passaram a 20% por volta de 1950 e mais de 40% em 1982 — coloca-o em posição de influenciar as condições dos negócios, pelo lado da demanda efetiva. Sua flexibilidade na utilização das verbas e na decisão sobre obras públicas, por outro lado, permite-lhe não apenas obter aumento dos impostos, como também estimular ou frear certos setores de atividade econômica, agindo como "controlador anticíclico" [44].

Além disso muitas das medidas governamentais de estabilização visam, na época atual, romper o círculo vicioso de interações cumulativas entre vários fatores econômicos, como, por exemplo, a especulação e o pessimismo: o sistema de pro-

---

44. Não há dúvida, diz Shigeto Tsuru (*Aonde vai o capitalismo?*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 20), de que aquilo que o Governo dos Estados Unidos pode fazer hoje é incomparavelmente mais do que poderia fazer quando da crise de 1929. Mostra como funcionaram os "estabilizadores endógenos" durante a recessão de 1953/1954: o declínio de 2,8 bilhões de dólares na renda global resultou, na verdade, em elevação de 3,9 bilhões no consumo pessoal. Graças ao sistema de seguro-desemprego, sustentação dos preços agrícolas etc., foi possível compensar o declínio das rendas de produção e aumentar a renda pessoal. Além disso, a queda da propensão a poupar, em 1954, possibilitou também o aumento do consumo pessoal. A concatenação de uma série de medidas amenizou a recessão de 1953/1954 e evidenciou que é possível manter a prosperidade por meio da política econômica.

teção aos depósitos ("Federal Deposit Insurance") contém o aumento da ansiedade pública se alguns bancos forem fechados, o que não aconteceu em 1929. O sistema de aquisição dos excedentes agrícolas pelo Governo e o aumento do controle do sistema monetário são outros instrumentos utilizados com maior flexibilidade pelo Poder Público, com base na experiência da Grande Depressão.

Alguns economistas, entretanto, afirmam que "o fundamento da pretensa superação do caráter anárquico do capitalismo — quer seja o crescente grau de monopólio, quer a decrescente eficiência do mecanismo dos preços — não pode trazer ao capitalismo qualquer motivo de orgulho", por revelar que "a aceitação de mecanismos automáticos de adaptação, geralmente citados como seu maior mérito, não funciona tão eficazmente como outrora [45]. Perguntam, então, se a *estabilidade* não está sendo obtida com prejuízo do *progresso econômico* [46].

As respostas que lhes têm sido apresentadas indicam que não há sufocação da concorrência e das inovações tecnológicas pelo crescente grau de monopolização, simplesmente porque "não existe monopólio absoluto (mesmo o setor industrial, com uma só empresa, depararia com a concorrência de bens substitutos) e os casos mais prováveis, quando se fala em monopólio, são os de oligopólio, nos quais a concorrência é, geralmente, muito grande [47]. E sustentam a tese de que, dentro das condições atuais dos Estados Unidos, os complexos monopolísticos e oligopolísticos encontram-se na vanguarda das inovações tecnológicas porque:

— o elevado custo e as gigantescas dimensões do atual desenvolvimento tecnológico são accessíveis somente às grandes empresas;

---

45. Shigeto Tsuru (*Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 24) coloca o problema do "caráter anárquico da produção capitalista", discutido por Marx, e que envolvia a presença de numerosos produtores, agindo em seu próprio benefício e baseando-se nos "reguladores do mercado" como os preços e as taxas de juro.

46. "Ao capitalismo, deixando de lado seus deméritos, foi sempre atribuída, pelo menos, a realização automática da racionalidade econômica para a sociedade como um todo, por meio da livre concorrência de inúmeras unidades econômicas, decidindo cada uma delas de acordo com seus próprios interesses, com base numa série de barômetros do mercado. Admite-se que esse mecanismo pode freqüentemente carecer de *estabilidade*, mas afirma-se que ele assegura o máximo de progresso econômico" (Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 24).

47. Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 24.

— os riscos do lançamento de uma linha de produtos somente podem ser enfrentados por empresas que disponham de apreciável controle do mercado;

— as grandes empresas têm maior possibilidade de financiar amplas organizações de pesquisa e de aperfeiçoamento das inovações;

— as empresas monopolísticas ou oligopolísticas, pelo fato de poderem manter os preços de seus produtos, encontram-se em situação de tirar proveito dos lucros resultantes das inovações — o que funciona como estímulo para enfrentar os numerosos problemas da introdução de inovações tecnológicas [48].

Finalmente, para concluir, citaremos a tentativa de Colm e Geiger no sentido de caracterizar o sistema sócio-econômico norte-americano atual, após as profundas modificações das últimas décadas: sugerem que seja denominado simplesmente "sistema de economia do povo norte-americano", ressaltando que combina, de forma particular, a liberdade individual e a liberdade social [49].

Vejamos, a seguir, rápida síntese a respeito do capitalismo regulado e do capitalismo igualitário, para concluir este § 1.º a respeito dos regimes de economia capitalista.

2. *Capitalismo regulado*

Até o início do governo Mitterrand costumava-se citar a França [50] como a experiência mais importante de capitalismo regulado, ou de *économie concertée* [51], graças à construção de

48. Apud Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 27.

49. Suas características são, ao mesmo tempo, universais e únicas, afirmam Colm e Geiger (*A economia*, cit., p. 279), porque o sistema norte-americano, de um lado, expressa muitos dos valores e aspirações fundamentais, comuns a todo o gênero humano, e emprega técnicas econômicas que são usadas, ou poderiam ser usadas, em qualquer lugar do mundo. De outro lado, as concretizações institucionais específicas desses valores sofreram muito a influência da cultura e das tradições particulares da sociedade ocidental, dentro da qual evolveram, e das limitações e possibilidades impostas por determinado ambiente geográfico.

50. Guy Caire (*La planification*, 2. ed., Paris, Ed. Cujas, 1972, p. 89) assim se refere à experiência francesa de planejamento indicativo, "estimulador" ou "persuasivo" (também denominado *Plano Monet* em homenagem ao seu principal criador): "Experiência vivida, às vezes ainda contestada quanto à sua necessidade, muitas vezes discutida quanto às suas modalidades, objeto de confrontação apaixonada dos grupos sociais quanto aos seus objetivos...", apresenta tal interesse que "ultrapassa o quadro do hexágono nacional".

51. A maioria dos economistas franceses prefere usar a expressão *"économie concertée"* para distingui-la de *economia dirigida* (na qual existe a

complexo mecanismo de planejamento econômico indicativo [52], adaptado a uma atividade econômica que mantinha amplos setores de iniciativa privada e na qual a economia de mercado ainda se baseava no "primado do consumo".

Realmente esse planejamento indicativo surgira em 1946 para atender às necessidades de reconstrução e, ao mesmo tempo, de modernização da economia francesa. Até 1953 o planejamento limitara-se a ações econômicas precisas, com programas de investimentos em seis setores considerados básicos — carvão, eletricidade, aço, cimento, maquinismo agrícola e transportes. De 1954 a 1961 (II e III Planos), a França caminhou progressivamente em direção à abertura para o comércio internacional, expandindo e modernizando a atividade econômica. De 1961 a 1965 (IV Plano) enfatizou a atenção às necessidades sociais; de 1966 a 1974 (V e VI Planos) buscou a competição com a fiscalização dos preços e dos custos. Seu caráter político inicial foi, portanto, substituído por um sistema de estudos e de previsões tendo em vista a *gestão planejada e a racionalização da economia de mercado.*

As inovações introduzidas nos diversos planos permitiram a superação de lacunas observadas na parte estatística (especialmente em relação à estrutura industrial, às rendas distribuídas, ao movimento de estoques etc.), em algumas atividades econômicas (como custo e retorno dos investimentos em educação técnica, saúde pública, papel de progresso técnico no desenvolvimento agroindustrial etc.), em informações sobre o comportamento econômico das unidades domésticas (empresários, trabalhadores, consumidores em geral) e outras.

Nesse sentido, o VI Plano apresentou um modelo físico-financeiro de projeção das contas nacionais, chamado "modelo

---

propriedade privada, mas o Estado utiliza meios coatores, como o racionamento e a distribuição dos regimes fascistas durante a II Grande Guerra) e de *economia planificada* (sem propriedade privada e de extrema centralização do poder decisório, como o regime soviético).

52. Preparar um plano, explica Carl Landauer (*Sistemas econômicos contemporâneos*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1966, v. 2, p. 355), "é essencialmente uma tarefa estatística; tornar a realidade econômica conforme ao plano é uma tarefa de política econômica. Quando se fala de planejamento, sem deixar claro se existe uma elaboração ou uma execução do plano, há o perigo de confundir a primeira, sempre ampla, com as dificuldades da segunda. Mas um plano pode ser compreensivo, e não obstante seus autores podem valer-se, para sua execução, de persuasão e de prêmios, ao invés da coação; por outro lado, o plano pode ocupar-se de apenas um ou alguns tipos de atividade econômica e ser realizado sob impiedosa coação. A França é exemplo do primeiro tipo de planejamento".

FIFI", inteiramente formalizado, programado e testado por simulação [53].

Por outro lado, solicitava-se cada vez mais a contribuição de todos os *partenaires* sociais na elaboração dos planos, criando-se, desse modo, um clima psicológico propício também à sua execução. Em outros termos, procurava-se democratizar o plano, por meio de consultas populares a respeito das grandes opções globais [54].

As repercussões do planejamento econômico francês sobre as estruturas do regime capitalista suscitaram discussões apaixonadas, tanto favoráveis como desfavoráveis. Alguns países nele buscaram inspiração, como a Bélgica, a Grã-Bretanha, as nações francófones etc. [55]. Outros o consideraram inaplicável à sua economia, como os Estados Unidos [56].

De qualquer forma, entretanto, trata-se de importante esforço realizado dentro de um regime econômico capitalista para conscientização do povo, em geral, a respeito da *necessidade*, das *possibilidades* e do próprio *fim* do planejamento para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico. Em outras palavras, certos de que não basta produzir, mas é ne-

53. "O modelo FIFI apresenta-se como um modelo de simulação, que determina as reações da economia às decisões do Estado, supostas exógenas. Em outros termos, diferentemente do caminho seguido pelo V Plano, que consistiu na colocação *a priori* dos objetivos, determinação das conseqüências das normas... com FIFI a taxa de expansão, o desemprego e o nível de emprego, a evolução dos preços e das rendas, o déficit ou o excedente externo, a situação das finanças públicas aparecem como são em uma economia de mercado de iniciativa mista: o resultado complexo dos comportamentos dos agentes econômicos e das ações do Poder Público" (Guy Caire, *La planification*, cit., p. 128).

54. Organismos especializados, que contam com a presença de representantes de diversas categorias sócio-profissionais (sindicatos de empregados e de empregadores, associações comerciais, rurais, empresários etc.), estudam as diversas hipóteses possíveis do desenvolvimento econômico nacional (especialmente suas respectivas regiões). Em uma segunda etapa, há debates a nível nacional sobre as principais proposições. As dificuldades são grandes, evidentemente, já que participam dos debates tecnocratas e simples representantes das unidades econômicas, na maioria dos casos sem nenhuma formação em planejamento econômico.

55. "Banqueiros, homens de negócio, estadistas e economistas não vacilam em assinalar que o planejamento francês tem mais de francês do que de planejamento: nos aspectos em que abjura os controles de preço e de salários, quotas de importação, racionamento do consumo, decisões governamentais sobre trabalho, materiais e capital, e que implicam um mínimo de interferência na decisão econômica privada, pode não ser planejamento, em absoluto" (Charles P. Kindelberger, Planificación, in *Sistemas*, cit., p. 271).

56. Edward S. Mason (Interests, ideologies and the problem of stability and growth, *American Economic Review*, *59*(1):12, pt. 1, mar. 1963) conclui que o planejamento francês não é aplicável aos Estados Unidos.

cessário "refletir a respeito da repartição mais desejável dos frutos da expansão econômica", para repetir Massé [57], os responsáveis pela política econômica francesa tentaram corrigir as distorções do sistema capitalista por meio de planejamento em bases democráticas.

Em maio de 1981, entretanto, a vitória eleitoral de Mitterrand significou a conquista do poder pela esquerda e a ruptura do imobilismo político francês, que resultava da falta de alternância. Aliás, como observou Campos [58], o extremismo de esquerda era a alternativa ao monopólio centrista do poder gaulista e giscardeano. E mostra que apesar de tentativas de guinadas para a esquerda, em intervalos de cerca de dez anos (1924, 1936, 1946, 1956 e 1968), até o sucesso de Mitterrand dois fatos principais garantiram ao gaulismo sobreviver vinte e três anos: primeiramente, o receio da rigidez ideológica do comunismo francês e, em segundo lugar, o sistema de duplo escrutínio inventado por De Gaulle, que atende ao impulso de protestar primeiro e depois refletir (*rage et raison*).

Esses fatos, entretanto, cederam ante o colapso giscardeano, cujo setenato de comportamento quase-dinástico, centrado fundamentalmente na produção econômica e na produtividade, criara insatisfações diversas, agravadas pela inflação, degradação do poder aquisitivo dos trabalhadores, desemprego (particularmente entre os jovens eleitores) e outros problemas sociais e econômicos. Além disso, tiveram também peso significativo o protesto de certas minorias (como os judeus e os ecologistas), a oposição dos reparticionistas ao Estado "produtivista" giscardeano e o apoio relutante dos gaulistas liderados por Chirac, no segundo escrutínio.

Nesse sentido, a princípio provocou certa euforia o caráter humano e distributivista do programa de Mitterrand, que

57. Pierre Massé, *Le plan ou l'anti-hasard*, apud Guy Caire, *La planification*, cit. A respeito do capitalismo regulado francês, cf.: F. Bloch-Lainé, L'économie concertée et planification démocratique, *Cahiers de la République*, jul. 1962; H. Claude, Qu'est-ce que l'économie concertée?, *Économie et politique*, set. 1961; Jean Bancal, Les limites d'une économie concertée, *Perspectives*, 18 fev. 1961; J. M. Jeanneney, Espoirs et difficultés d'une économie concertée, *Jeune Patron*, jan. 1961. A respeito do planejamento francês há numerosas obras, entre as quais se destacam as de J. Fourastié e J. P. Courthéoux (*La planification économique en France*, Paris, Ed. Seuil, 1962), Pierre Bauchet (*La planification française, quinze ans d'expérience*, Paris, Ed. Seuil, 1962), John e Anne Marie Hackett (*Economic planning in France*, London, G. Allen & Unwin, 1963), François Perroux (*Le IV Plan Français*, Paris, PUF, 1962, Col. Que sais-je?, Commissariat Général du Plan, *La planification française en pratique*, Paris, Ed. Ouvrières, 1971).

58. Cf. Roberto Campos, Perspectivas do socialismo de Mitterrand, *O Estado de S. Paulo*, jun. 1981.

se declarou não-coletivista e criou "medidas de solidariedade" para evitar uma repetição do fracasso da "abertura da esquerda" da Frente Popular francesa em 1936.

Na realidade, entretanto, a atual conjuntura política francesa continua surpreendendo a maioria dos franceses, que ainda não conseguiram explicar a contradição da aliança dos socialistas com o Partido Comunista francês, de base autoritária (que se opõe abertamente, p. ex., ao Solidariedade polonês, ao contrário do Partido Comunista italiano).

Além dessa contradição, ante os problemas econômicos atuais não será fácil a Mitterrand executar o "Projeto Socialista para a França dos Anos 80" [59], observando os valores que compõem o "coração do projeto" (valores da democracia, valores do conhecimento, senso de rigor, valores coletivos e senso de criação), de modo a ressuscitar a memória e imprimir novo sentido à história da França. Não será fácil, igualmente, orientar a ação no sentido das quatro prioridades fundamentais: 1) "crescimento social e direito a emprego"; 2) "homens e mulheres responsáveis", com direito à livre disposição de si mesmos, à igualdade, à dignidade e à responsabilidade; 3) "tempo e prazer de viver", dentro de uma sociedade solidária, que dá lugar especial à criança, apóia a juventude, acolhe os deficientes e os imigrantes e ampara os aposentados, segundo um plano nacional de proteção social e de colocação dos serviços de saúde ao alcance de todos; e 4) "uma França independente e aberta ao mundo", que defende os direitos do Homem e os direitos dos Povos, uma eqüitativa organização das trocas mundiais, o desarmamento e a segurança coletiva.

Realmente, o "pacote" Mitterrand, destinado a uma sociedade enriquecida e desigual, e que marca a transição do produtivismo para o distributivismo, propõe-se a aumentar o salário mínimo (10%) e o salário-família (25%), criar imediatamente mais de 50.000 empregos no serviço público, prestar assistência à indústria, nacionalizar empresas, reduzir a semana de trabalho para 35 horas, aumentar para 5 semanas as férias remuneradas etc.

Apesar do atrativo social das "medidas de solidariedade", muitas delas contêm efeitos inflacionários (sobretudo se houver defasagem entre o dispêndio com os benefícios e a arrecadação de novos impostos, se os eleitores da classe média pres-

59. Parti socialiste, in *Projet Socialiste pour la France des Années 80*, Paris, Clube Socialiste du Livre, 1980.

sionarem para sua inclusão nos benefícios etc.)[60]. Além disso, a elevação do custo da mão-de-obra poderá acarretar a diminuição da competitividade da França em relação aos concorrentes externos.

Contudo, a equipe de Mitterrand tenta combinar técnica e realismo a fim de evitar desacertos que comprometam a experiência socialista e a própria economia da França.

Nesse sentido, aliás, Mitterrand foi colocado à prova logo no início do seu governo, quando optou pelo cumprimento de compromissos assumidos por seu antecessor no caso de venda de armamentos. Sacrificou os princípios éticos para agir realisticamente, já que a França é o terceiro produtor mundial de armamento, com uma indústria que ocupa cerca de 280.000 pessoas e exporta mais de 5 bilhões de dólares/ano.

Outros regimes econômicos capitalistas procuram corrigir as distorções de maneiras diferentes. Entre eles destaca-se o regime capitalista igualitário.

3. *Capitalismo igualitário*

Alguns autores têm qualificado de socialista ou de socialista-reformista o regime econômico de países como, por exemplo, a Suécia e a Grã-Bretanha.

Trata-se, porém, de sistemas econômicos capitalistas "impuros", que mantêm a propriedade privada dos meios de produção, mas atenuam seus efeitos com organizações de representação operária nas empresas, conselhos de controle e de gestão, regulamentação das condições de trabalho por meio de contratos coletivos ou convenções coletivas (elaboradas pelos sindicatos de empregados e de empregadores) etc. Esses regimes mantêm o mercado, mas sob controle do Estado — que é, também, o promotor da sensível redistribuição da renda real.

Suécia

Há cerca de um século apenas, a Suécia não era rica. Suas estruturas de enquadramento não favoreciam o desenvolvimento da atividade econômica: solo e clima pouco propícios,

60. Cf. a análise do "pacote" Mitterrand, efetuada por Roberto Campos (Perspectivas, cit., *O Estado de S. Paulo,* jun. 1981), sob três ângulos: o social, o inflacionário e o competitivo. No primeiro caso, adverte que o problema está na dosagem e na forma de funcionamento, já que a lição da Inglaterra — o primeiro dos grandes países europeus a inaugurar o *Welfare State,* criou excessivo poder sindical e insuficientes incentivos empresariais. Então, de primeiro país europeu em termos de renda *per capita,* caiu atualmente para 10.° lugar. Sob o segundo ângulo, o Governo Mitterrand busca fontes de financiamento

já que o país é uma espécie de prolongamento da Sibéria, voltado para o sudoeste; fraca densidade demográfica (cerca de 18 habitantes por km^2) e uma população concentrada na parte meridional.

A posição geográfica e a escassez de recursos naturais explicam o "isolamento" da Suécia, cujas saídas para a Europa, muito raras no passado, apresentaram quase sempre caráter guerreiro [61].

Sua conhecida neutralidade política (a Suécia evita a guerra há mais de 150 anos) tem raízes econômicas e históricas [62] e reflete a precaução de um povo de economia dinâmica, porém vulnerável por causa de sua grande dependência do comércio internacional.

A esse respeito, André Marchal [63] observou que a Suécia não se pode permitir a "margem de erro" tolerável em economias como a dos Estados Unidos, com imensos recursos naturais e amplo mercado interno, não dependente dos caprichos da demanda externa.

Explica-se, dessa maneira, o amplo controle do Estado sueco sobre a produção e a repartição, sobretudo se se considerar que a prosperidade econômica da Suécia é relativamente recente.

---

não-inflacionárias, recorre à taxação redistributiva, cria impostos sobre lucros extraordinários etc. E sob o terceiro ângulo, as perspectivas da França no contexto do Mercado Comum são incertas, tendo em vista as medidas que poderão aumentar o custo de sua produção.

61. No século VIII a Suécia fez sua aparição no cenário europeu com os Vikings — por meio de expedições primeiramente comerciais, depois armadas, que assolaram grande parte da Europa e mesmo da Rússia. Mas essas saídas foram curtas: logo em seguida a Suécia se recolheu sobre si mesma, forjando sua unidade e mantendo relações limitadas apenas com seus vizinhos nórdicos. Ao romper os liames religiosos com Roma, criando uma Igreja luterana, acentuou-se o isolamento do país. As tentativas de eliminar a passividade externa, com os filhos do Rei Gustav Vasa e com o francês Charles Jean Bernadotte (na época napoleônica), foram de pequena duração e, desde 1815, a Suécia ficou sempre fora dos conflitos europeus e internacionais.

62. "A neutralidade, palavra tabu, palavra sagrada do vocabulário político sueco, encontra rara unanimidade entre os governantes, a oposição e a opinião pública." ... Trata-se de neutralidade que tem pouca semelhança com a dos países não-alinhados, porque não decorre de princípio constitucional garantido pelas grandes potências (caso da Suíça), nem de obrigação imposta por tratado (Áustria). "A neutralidade sueca desenvolveu-se *à sueca*: progressivamente, sem queimar etapas, de maneira a ser perfeitamente aceita pela grande maioria da população." Foi sobretudo no século XIX que a Suécia, "situada nitidamente à margem da alta política européia, desenvolveu, mais ou menos conscientemente, uma política de neutralidade e a ela se habituou" (Ulla Jeanneney, Profil actualité, in *Le socialisme suédois: une expérience*, Paris, Hatier, 1976, n. 403, p. 11).

63. André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 484.

Realmente, sua expansão econômica só se tornou possível com a descoberta da eletricidade, que propiciou a utilização da força hidráulica e, a seguir, a exploração dos recursos das florestas, de modo que seu regime econômico assenta-se sobre a premência vital de exportar produtos de alta qualidade em troca de bens de primeira necessidade. Aos *handicaps* decorrentes das oscilações do mercado internacional, juntam-se outros provenientes dos elevados níveis salariais, do "envelhecimento" da população, da grande força dos operários sindicalizados etc. Muitos destes, entretanto, são considerados *handicaps* aparentes, pois a indústria sueca desfruta "de paz social pouco comum e muito propícia a seu desenvolvimento" [64]. O mais grave parece ser, de fato, sua estrutura demográfica: prevê-se que de 1980 a 1985 haverá um aumento de 120 mil velhos (mais de 67 anos), enquanto o total da população ativa (de 16 a 66 anos) diminuirá de mil pessoas e o de jovens inativos (menos de 16 anos) decrescerá de quase 130 mil [65].

Às conseqüências da baixa natalidade sobre a mão-de-obra para a indústria acrescentam-se outras, decorrentes do prolongamento dos anos de estudo (90% dos jovens terminam o segundo grau e 30% o terceiro) e do crescente desinteresse pelos trabalhos manuais. Uma das soluções tem sido o recebimento de trabalhadores estrangeiros; outra solução, investimentos industriais no exterior, inclusive criação de filiais.

Para prevenir depressões, o Governo elaborou uma política tributária que incentiva a transferência de investimentos dos períodos de prosperidade para os de retração ou estagnação: as firmas podem deduzir parte dos lucros e do imposto de renda e depositá-la em conta bloqueada, sob controle do Governo. Em períodos de dificuldade, é permitida a retirada para investimentos que estimulem o aproveitamento da mão-de-obra. Há também uma verdadeira "política anticíclica do investimento público", que facilita os empréstimos governamentais nos períodos de recessão e dificulta-os nos períodos de prosperidade.

Desde 1940 a Suécia vem aperfeiçoando complexo mecanismo de criação de "reservas" de investimentos privados e

---

64. Apenas cerca de 19 jornadas de trabalho por mil habitantes foram perdidas, em média, durante o período de 1963 a 1973, em conseqüência de conflitos sociais, enquanto na França a média foi de 71 e nos Estados Unidos de 160 (cf. Ulla Jeanneney, Profil actualité, in *Le socialisme*, cit., p. 32).

65. A fraca taxa de natalidade (13,5 nascimentos para 1.000 habitantes, em 1974) e a elevada esperança de vida (média de 80 anos) marcam o "envelhecimento" da população sueca e respondem, em grande parte, pela penúria de mão-de-obra na indústria.

de "estímulos" de investimentos públicos para superar as dificuldades nas fases econômicas desfavoráveis. Há também programas de reciclagem e de redistribuição da mão-de-obra, com o objetivo de reduzir o desemprego ocasional.

A retirada das "reservas" privadas, portanto, é bastante flexível e pode ser utilizada para a criação de novas oportunidades de emprego nas áreas ou nas profissões em que se torne escasso, mesmo nas épocas de prosperidade geral [66].

O *Welfare State* cuida do indivíduo "do berço ao túmulo", segundo a expressão consagrada na Suécia, já que não há praticamente nenhuma faceta da vida que não tenha sido considerada pelas autoridades públicas. Costuma-se dizer que *a grande originalidade do sistema social sueco é sua quase-perfeição* [67]. Mas o alto custo da previdência social, que absorve cerca de um terço do orçamento governamental, é coberto por elevados impostos e outras contribuições da população como os seguros obrigatórios.

Com suas particularidades geográficas, históricas, sociais, psicológicas, econômicas e outras, o "modelo sueco" de regime econômico é original em muitos aspectos, e talvez, por isso mesmo, não possa ser implantado em outros países [68].

Uma originalidade interessante, por exemplo, é o fato da intervenção do Estado, apesar de grande, apresentar um setor

---

66. Para detalhes, cf. Carl Landauer, *Sistemas*, cit., p. 378-81.

67. Nesse sentido, Ulla Jeanneney (Profil actualité, in *Le socialisme*, cit., p. 38-48) pergunta: "Em que outro país do mundo se constroem elevadores especiais no metrô para os 'deficientes físicos'? Em que outro se apresenta legenda nos programas de televisão, destinada aos surdos? Campainha nos semáforos para prevenir os pedestres cegos? Deficientes físicos e mentais, alcoólatras, mães solteiras, trabalhadores estrangeiros, todos são progressivamente integrados na sociedade de bem-estar. Os cuidados pré-natais são minuciosos e se completam com visitas pós-natais a domicílio, de enfermeiras especializadas. As famílias recebem auxílio-alojamento, nas faixas de renda consideradas baixas, com o fim de lhes assegurar adequado 'espaço vital'. Seguro-doença, seguro-desemprego, pensão às mães até que o filho complete 16 anos, empréstimos aos recém-casados para montar casa, pensão por invalidez, pensão por velhice ou viuvez, seguro dentário, bolsas de estudos (a partir dos 16 anos, tornando o estudante independente financeiramente da família), além de cuidados especiais com os velhos (inclusive auxílios nas residências, pelas chamadas 'samaritanas do lar', aos velhos que vivem apenas de suas pensões; voluntárias da Cruz Vermelha sueca que se encarregam de visitar os velhos isolados, levá-los ao teatro etc.) — são alguns componentes da hiperorganizada sociedade sueca".

68. Os ensaios e erros, bem como os sucessos do "modelo sueco" devem ser estudados e meditados pelos outros povos, que nele encontrarão lições de paciência e uma certa arte de convencer lentamente os adversários, em benefício da paz civil e da serenidade coletiva. Mas não é um modelo que possa ser transposto, já que resulta de um complexo de peculiaridades típicas da Suécia.

público empresarial mais limitado do que na França ou na Inglaterra [69]: a indústria é quase totalmente propriedade privada, o mesmo acontecendo com os transportes marítimos, os estabelecimentos bancários, a exploração do petróleo e do gás natural etc. Da superfície de florestas, 20% pertence ao Estado, mas pelo fato de grande parte se encontrar no Norte, onde os ciclos de crescimento são longos, a parte governamental nessa produção é de pouco mais de 10% [70].

Outra originalidade: na Suécia viveram juntos, aparentemente sem grandes problemas, um Governo "socialista", que esteve no poder 45 anos, e uma indústria privada florescente, onde a concentração (sobretudo por meio de fusões) tem sido a tônica dos últimos anos [71]. O declínio e depois a ascensão dos sociais-democratas parece indicar, sobretudo, o desejo do eleitorado no sentido de uma "alternância" de forças políticas no poder, além de oposição ao crescente custo de vida e aos pesados impostos.

É que a Suécia também não conseguiu escapar dos graves problemas econômicos que marcam a economia mundial desde o final dos anos 70: "déficit" orçamentário, inflação, desemprego, elevação da dívida externa...

O atual governo social democrata da Suécia definiu em 1983 um "terceiro caminho" para a recuperação econômica sem desemprego maciço: fomentar a produção industrial, mas sem cair no consumismo ou provocar maior inflação e, ao mesmo tempo, evitar uma linha deflacionária rígida, agravadora do desemprego. Trata-se de um misto de expansão e contenção, que prioriza o emprego. A curto prazo, contudo, prevê-se queda nas rendas reais e nos padrões de vida do sueco. Mas o Governo está confiante e parece contar com o apoio dos sindicatos em relação às medidas de moderação dos aumentos salariais e de redução das pressões inflacionárias.

---

69. Não parece que o Governo "socialista" tenha tido a intenção de aumentar seu poder (por meio de nacionalizações, p. ex.) em vista dos resultados negativos observados em outros países. Preferiu meios mais sutis para influir sobre o setor privado, como estabelecimento de condições para conceder crédito e estimular investimentos; participação dos trabalhadores na gestão da empresa; medidas legislativas revolucionárias, como o direito dos delegados sindicais especializados em problemas de "condições de trabalho" (e que são obrigatoriamente contratados em empresas com mais de cinco empregados) opinarem sobre a escolha das máquinas, interromperem processos de produção considerados perigosos etc.

70. Em setores não-rentáveis, todavia, o Estado é majoritário — como nos transportes ferroviários, linhas de ônibus etc.

71. Para detalhes, cf. Ulla Jeanneney, Profil actualité, in *Le socialisme*, cit., p. 61 a 72.

No sentido do *Welfare State*, a "Grã-Bretanha" é também considerada um regime econômico que dá primazia a eficiente política de bem-estar social, criada pela administração trabalhista, porém mantida sem modificações essenciais pelos conservadores.

As dificuldades resultantes da desagregação colonial do "Reino Unido", e a conseqüente perda de importante fonte de matéria-prima e de mercado consumidor, todavia, têm impedido a Grã-Bretanha de aperfeiçoar os instrumentos de sua ampla previdência social.

Primeiro exemplo histórico de implantação do regime capitalista, a Grã-Bretanha conheceu a "idade de ouro" do poderio econômico na "época vitoriana" (que se iniciou por volta de 1830 e terminou no início do séc. XX). Neste período, a Grã-Bretanha organizou sua economia, desenvolveu suas indústrias, afirmou-se como potência comercial e financeira e construiu sua imagem tradicional de regime capitalista inspirado na doutrina liberal e individualista, na utilização da propriedade privada, na intervenção estatal restrita, na valorização da livre iniciativa etc.

O equilíbrio do regime econômico da Grã-Bretanha, assentado sobre a harmonia entre a indústria, o comércio e as finanças, começou, porém, a se romper já no fim do século XIX, com a diminuição do ritmo de crescimento econômico interno e com os efeitos da concorrência dos países que se industrializaram rapidamente (como a França, a Alemanha, os EUA etc.). As duas guerras internacionais e a crise de 1929 contribuíram para agravar suas crescentes dificuldades. Os esforços para manter sua posição, todavia, tornaram-se menos ambiciosos: ao invés de buscar o reequilíbrio econômico em escala mundial, como no século XIX, contentou-se com o âmbito do *Commonwealth* e de mais uns poucos países com os quais mantém relações econômicas particulares.

O saldo da II Grande Guerra, especialmente, foi negativo do ponto de vista comercial e financeiro, apesar de alguns aspectos positivos em certos setores da produção industrial (como o desenvolvimento da indústria diretamente ligada à atividade bélica: construção naval, aviação, tanques e veículos militares etc.) e mesmo do setor agrícola (para atender à demanda interna).

O Estado, que já vinha intervindo no campo econômico, passou, então, a dirigir a economia a partir de 1940, assumindo o controle da produção e da distribuição dos bens, a elaboração de programas econômicos, a criação ou ampliação de indústrias ou sua transferência para zonas menos ameaçadas

pelos bombardeios, inimigos etc. Terminada a guerra, em 1945, o Estado continuou a dirigir a atividade econômica, tendo em vista a reconversão da economia de guerra em economia de paz. Em contraste com o passado, o papel do Poder Público continuou excepcionalmente importante, mesmo depois de superados os estados de emergência, mas com o apoio psicológico da população, diante das novas circunstâncias dos períodos subseqüentes.

E assim a intervenção do Estado, justificada pelo keynesianismo, procurou sempre reequilibrar economicamente a Grã-Bretanha e promover sensível redistribuição da renda real.

A Grã-Bretanha, tal como a Suécia, tem encontrado dificuldade em prosseguir na política do *Welfare State* devido à grave conjuntura internacional. O Governo conservador da primeira-ministra Margaret Thatcher, a "Dama de Ferro" (com início em maio/79), apoiado no monetarismo, não está conseguindo resolver as graves tensões sociais e políticas internas, nem combater a recessão econômica. Em junho de 1980 a taxa de inflação atingia 20%, o desemprego abrangia 11% da força de trabalho e as greves se generalizavam. No ano seguinte, a violência registrada nas principais cidades industriais, envolvendo sobretudo a população jovem, comprovou a difícil crise em que ainda se encontra mergulhada a Grã-Bretanha.

De fato, nos subúrbios de Liverpool, onde os protestos têm sido mais intensos, de cada três trabalhadores um se encontra desempregado. Em alguns setores da economia, o índice de desemprego chega a 50%. Além disso, os problemas da Irlanda do Norte e as lutas dos militantes do IRA (Exército Republicano Irlandês) agravam os problemas internos. Apesar de tudo isso, a popularidade decrescente de Thatcher indica sinais de recuperação devido à sua firmeza no caso das Ilhas Falklands (ou Malvinas), conseguindo restituir aos britânicos seu orgulho nacional. Esta reação, mais emotiva do que racional, dificulta a avaliação popular do pesadíssimo ônus, tanto do confronto armado com a Argentina, quanto da manutenção de forças de ocupação nessas ilhas. Politicamente, entretanto, Thatcher e seu partido aproveitam-se da situação para sua campanha de reeleição.

RESUMO

Após a II Grande Guerra, as instituições básicas e os métodos econômicos dos países capitalistas passaram a apresentar grandes diferenças.

Alguns autores consideram que essas diferenças refletem, em parte, profundas cisões ideológicas. Assim, por exemplo, os europeus ocidentais aceitaram, de modo geral, a posição permanente do Governo "ativo e paternalista", enquanto os norte-americanos continuam defendendo, obstinadamente, o capitalismo no "velho estilo" — vinculado à idéia de predomínio da iniciativa privada, na esfera econômica, e do papel subordinado da iniciativa pública — embora na prática aceitem a intervenção estatal em situações de manifesta emergência nacional [72].

Quando se considera o conjunto dos regimes capitalistas atuais, todavia, há uma certa uniformidade na contextura das sociedades capitalistas. Observa-se em todas elas que:

— o Estado assume, cada vez mais, a gestão da atividade econômica, variando os mecanismos de intervenção ou de controle: sistema bancário, setor empresarial público etc. A máquina governamental é utilizada para distribuir a renda nacional, determinar diretamente os fins de amplo setor da atividade econômica, bem como impulsionar, regular e controlar os processos econômicos em geral;

— a concorrência é progressivamente regulamentada e controlada, de modo que diminui a agressividade do setor privado no mercado competitivo — ou, em outros termos, a violência do mercado tem sido dominada, tornando-se mais remota a realização do modelo clássico de mercado que aparece nos tratados de Economia [73];

— a política de bem-estar público amplia-se de tal forma que impõe crescente aumento dos fundos públicos e da tributação; assim, a educação dos jovens, as pensões dos aposentados, o seguro-desemprego, a assistência à infância e aos velhos etc. absorvem elevada parte do RN dos países industrializados;

— a ampla concessão de benefícios à população e a melhoria de seu padrão de vida exigem novas formas de organização e novas instituições destinadas, por exemplo, à pesquisa e ao treinamento da mão-de-obra, para responder às necessidades provenientes da constante introdução de novas tecnologias e ao remanejamento dos trabalhadores para novos empregos etc.;

---

72. Na realidade, entretanto, há controles governamentais que interferem diretamente nas decisões da empresa privada, nos Estados Unidos (cf. Andrew Shonfield, *Capitalismo,* cit., p. 107).

73. Cf., a esse respeito, Andrew Shonfield, *Capitalismo,* cit., p. 108.

— a distribuição da renda real se tornou, de modo geral, menos desequilibrada, possibilitando o aumento do poder aquisitivo das massas populares [74];

— as organizações sindicais, que representam os assalariados, vêm-se fortalecendo gradativamente e utilizam o Estado para seus próprios fins [75];

— as técnicas e as instituições, com peculiaridades e eficiência variável nos diversos regimes capitalistas, buscam reduzir as áreas de imprevisibilidade, sobretudo quanto às decisões econômicas que apresentam significativo impacto sobre o PN e o bem-estar público;

— muitos dos países capitalistas, ao perderem suas ex-colônias, tiveram de modificar suas estruturas econômicas pelo fato de não poderem mais contar com as matérias-primas coloniais e outros privilégios; além disso, algumas das ex-colônias transformaram-se em competidores, na luta pelos mercados mundiais.

Finalmente, para terminar, observaremos que alguns regimes capitalistas, com o objetivo de manter elevada a taxa de crescimento econômico (como os EUA), ou combater recessões, incentivam a "militarização" da economia e a "institucionalização do desperdício". Nestes casos, os Estados utilizam vários instrumentos para estimular setores como o da produção de aço, metais não-ferrosos, indústrias mecânicas etc., para fins bélicos, ou, então, procuram suscitar o consumo de massa. Muitas vezes, para dar vazão aos excedentes e evitar crises internas, os Estados passam a subvencionar determinadas atividades em "países capitalistas periféricos" [76], o que contribui também para mantê-los como dependentes, sobretudo do ponto de vista econômico e tecnológico.

---

74. John Strachey (apud Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 67-8) considera que o mal do capitalismo consiste na desigual distribuição da renda. Se fosse possível sua distribuição eqüitativa, não haveria instabilidade porque "seria improvável que a propensão à poupança... excedesse a propensão à inversão de modo tal que provocasse crises". No mesmo sentido, a massa de assalariados não teria razões para se ressentir pela permanência dos meios de produção em mãos privadas.

75. Strachey (*Aonde vai o capitalismo?*, cit.) comenta que essa utilização era considerada impossível pelos marxistas-leninistas, uma vez que o Estado é o "comitê executivo da burguesia".

76. Sweezy (*Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 92 a 94) aponta, entre as "saídas" para aplicação do "sobreproduto" ou "mais valia", a multiplicação dos gastos com despesas administrativas públicas e privadas, publicidade, circulação etc. Considera, porém, odiosa a forma de desperdício com gastos militares. A expansão dos créditos e a subvenção aos países subdesenvolvi-

Os regimes capitalistas contemporâneos vêm sofrendo modificações internas e externas. Muitas dessas modificações decorrem do próprio processo de "braçagem", típico de cada país, ou da maneira como os regimes capitalistas procuram superar suas próprias dificuldades ou crises. Outras resultam do fato do capitalismo haver deixado de ser o único regime existente, a nível nacional, desde 1917. Ao seu lado e interagindo sobre eles, desenvolvem-se os regimes socialistas, que abrangem, em nossos dias, importante parte dos territórios, da população e da produção do mundo. É destes regimes que trataremos a seguir.

§ 2.° Regimes de economia socialista

O primeiro regime de economia socialista integralmente planificada foi concretizado na URSS, de fato, somente cerca de 10 anos após a Revolução de outubro de 1917, ou seja, depois de um período marcado por soluções empíricas, que se inspiravam, ao mesmo tempo, em motivos ideológicos, políticos e na premente necessidade de resolver problemas práticos inadiáveis. Realmente, tão-só a partir de 1928, a planificação tornou-se importante base do regime soviético.

Aliás, a Revolução de 1917 [77] resultara de amplo movimento de contestação do capitalismo, iniciado desde há muito, e que se ampliou no decorrer do século XIX, intensificando-se a partir de 1870 [78].

Dentre as reações socialistas ao capitalismo [79], o marxismo tornou-se, "ao mesmo tempo, uma força sociológica, uma es-

---

dos é outra forma de aplicação dos excedentes, mas também meio para manter tais países na órbita de influência dos regimes capitalistas dominantes. "O sobreproduto arrancado do trabalho dos assalariados serve cada vez menos para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas e é cada vez mais desperdiçado" (*Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 92).

77. Da Revolução profetizada por Marx e Engels à Revolução desencadeada na Rússia, isto é, desde a morte de Marx (1883) e de Engels (1895) até 1917, o desenvolvimento doutrinário do marxismo conheceu duas fases principais, segundo André Piettre (*Pensée économique*, cit., p. 204): uma fase de penetração relativamente lenta na França (com Guesde, Lafargue e outros); na Alemanha (Kautsky, Bebel, Rosa Luxemburgo), na Rússia (Plekhanov — que exerceu influência sobre Lenin) etc.; e uma fase de discussão, dirigida na Alemanha por Bernstein; na França por Andler, Renard, Sorel e outros; na Rússia pelos "marxistas legais" (reformistas) e pelos "Narodniks" (particularistas).

78. Cf. a Seção II do Capítulo III deste trabalho.

79. A respeito dos socialistas utópicos, cf. os trabalhos de *História do pensamento econômico*, em particular de A. Barrère, H. Denis, Gonnard, Hugon e outros.

perança e uma tentativa de explicação científica da história", exprimindo a vontade de "controlar o futuro humano em benefício dos mais deserdados" [80].

Coube a Lenin [81] a complexa tarefa de completar e desenvolver o marxismo de maneira a transformá-lo em um programa político diretamente utilizável pelo Estado socialista. Se Marx foi um teórico, Lenin foi teórico e prático: considerou que a revolução marxista pode e deve ser realizada primeiramente nos países capitalistas menos desenvolvidos, porque constituem o ponto fraco da "fronteira imperialista" [82].

Mas apesar de seu pragmatismo, Lenin não descurou do papel da teoria revolucionária como guia para a ação e meio de coesão da atividade revolucionária. Entendeu ser fundamental, para os Estados socialistas, a ideologia marxista apoiada em eficiente organização, em cuja base devem estar, sobretudo, a imprensa de propaganda e o Partido Comunista estruturado, para funcionar como guia das massas [83].

Definiu também os princípios do Estado socialista, que substituiria o Estado burguês, destruído pela revolução proletária. No período de transição, a caminho do comunismo, o novo Estado socialista deve ser reforçado para se evitar qualquer tentativa de volta ao regime capitalista anterior. Impõe-se, então, a "ditadura do proletariado", que se torna possível graças à estrutura do Partido Comunista, o organizador da Revolução.

Fundador do primeiro Estado de regime econômico socialista, em 1917, Lenin adotou medidas revolucionárias que Marx

80. J. M. Albertini (*Capitalismes*, cit., p. 83).

81. "Um homem, Lenin, tenta concretizar em um regime econômico e político a esperança socialista e marxista. Sua obstinação, seu realismo e sua vontade férrea explicam seu sucesso. Duvidando da espontaneidade revolucionária do proletariado, organiza revolucionários profissionais com intensa formação ideológica. Quando toma o poder na União Soviética, a presença de um partido comunista, fortemente estruturado, impede o fracasso da revolução. Com ele, a filosofia torna-se política, a utopia realidade" (Albertini, *Capitalismes*, cit., p. 83).

82. Lenin "russificou" e "orientalizou" o marxismo. Em 1920 escreveu que o caminho para ir à Europa passava por Xangai e Calcutá. Considerou a vitória do socialismo como um evento inicialmente limitado a certos países, mesmo a um único país menos desenvolvido do ponto de vista capitalista, e não mais uma revolução universal, a partir dos países mais capitalistas (cf. André Piettre, *Pensée économique*, cit., p. 204).

83. Essas teses constituíram os principais pontos de atrito que provocaram a ruptura entre "bolcheviks" e "mencheviks", dentro do Partido Operário Social-Democrata da URSS. Para detalhes, cf. Patrice Gelard, Le modèle soviétique, in *Les systèmes*, cit., t. 1, p. 23.

havia apenas esboçado [84], além de inovar e introduzir outras, muitas delas ditadas por circunstâncias específicas da realidade sócio-econômica soviética.

O funcionamento do regime socialista, todavia, evidenciou problemas tais como disfunções burocráticas, lentidão do aparelho político-administrativo e outros, levando Lenin a dar grande importância à "Inspeção Operária e Camponesa", para melhorar o funcionamento do Partido e do Estado.

Stalin, continuador da obra de Lenin, cuidou da edificação do socialismo na URSS, mais no sentido de uma doutrina governamental, voltada para a centralização do poder e a colocação dos interesses do Estado como prioridade absoluta [85]. Krutchev, em seguida, adotou novo estilo político, procurou "desestalinizar" o regime, admitiu a coexistência pacífica etc. A "troika" que lhe sucedeu em 1964 (constituída por Brejnev, Kossiguin e Podgorny [86] — exceto este último, a partir de

---

84. A 26 de outubro de 1917, o decreto sobre a terra estabelecia a imediata abolição da grande propriedade fundiária, sem indenização, bem como das terras pertencentes ao "Domínio" (ao Estado e, antes, ao "Tzar"), aos monastérios, à Igreja, com suas construções, equipamentos, animais e acessórios; "toda depredação causada aos bens confiscados..." seria considerada delito grave e julgado pelo tribunal revolucionário. Previa também um levantamento de todos os bens confiscados e o estabelecimento de rigorosa guarda revolucionária nas explorações agrícolas confiscadas. Mas "a terra pertencente aos camponeses e aos cossacos", que nela trabalhavam pessoalmente, não devia ser expropriada.

A 14 de novembro de 1917 outro decreto entregou as fábricas aos operários, estabelecendo que as decisões dos representantes operários eleitos tornavam-se compulsórias aos proprietários das empresas.

A 15 de novembro de 1917 um decreto sobre as nacionalidades teve por fim reunir todos os grupos étnicos, proclamando a igualdade e a soberania de todos os povos da Rússia, bem como o direito de se tornarem independentes.

A seguir foram suprimidas as Forças Armadas permanentes, substituídas pela "nação em armas" (sobre essas medidas, cf. Maurice Niveau, *História dos fatos econômicos contemporâneos*, trad. port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, p. 452).

85. Nesse sentido, Stalin opôs-se a Trotski, partidário da Revolução permanente e mundial, buscando a construção do socialismo na URSS, a fim de acelerar seu desenvolvimento técnico e econômico. Graças à política econômica staliniana, caracterizada, sobretudo, pelo centralismo, coletivização total, eliminação dos contestadores etc., a URSS concentrou-se no desenvolvimento de seu potencial econômico e tornou-se uma das maiores potências mundiais. Mas, em contraposição, desfigurou o humanismo do marxismo-leninismo, serviu-se de uma burocracia tentacular e impôs um regime totalitário.

Os excessos de Stalin foram denunciados por Krutchev por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista, iniciando-se nova fase de abrandamento do centralismo administrativo.

86. Da "troika" que derrubou Krutchev em 1964, Podgorny foi afastado em 1977, permanecendo na obscuridade até seu falecimento em janeiro de 1983.

1977), caracterizou-se, de modo geral, mais pelo empirismo do que pela busca de aperfeiçoamento teórico-doutrinário do marxismo-leninismo. Dessa equipe, Brejnev acabou predominando e até novembro de 1982 dirigiu a URSS segundo uma política marcada pela distensão com o Ocidente e por intenso fortalecimento militar. No mesmo sentido, seu sucessor, Yuri Andropov, mostra-se mais preocupado em resolver os problemas econômicos internos imediatos e melhorar o relacionamento externo do que em aperfeiçoar teoricamente o modelo marxista-leninista.

Todavia, em diferentes momentos o modelo soviético tem exercido grande influência em outros países. Dentre os exemplos, destacam-se os casos dos Estados da Europa Central e Oriental (sobretudo a partir de 1946), do Extremo Oriente (por volta de 1949), de Cuba (1954), de outros países do Terceiro Mundo nos anos 60 etc. Com o tempo, entretanto, tornou-se cada vez menos seguido, surgindo na maioria dos próprios países socialistas soluções teórico-práticas adaptadas às suas peculiaridades sócio-econômicas. Deste modo, novos líderes têm modificado o modelo soviético ou, então, enfrentam diretamente a busca de outros modelos de regime econômico socialista.

Neste trabalho, analisaremos somente dois tipos atuais de regimes de economia socialista: a planificação centralizada e o socialismo de mercado.

1. *Planificação centralizada*

A URSS constitui o primeiro exemplo de regime socialista de planificação centralizada, como já dissemos. No início da instauração do socialismo, entretanto, a regulamentação da atividade econômica foi relativamente moderada; o período da planificação integral e imperativa estendeu-se, na realidade, de 1928 a 1955, ou seja, durante a aplicação dos planos qüinqüenais, observando-se, em seguida, tendência à descentralização com os planos setenais.

De fato, nos primeiros anos do regime socialista soviético, a intervenção estatal foi comparada, por vários autores, ao dirigismo econômico dos países capitalistas durante a I Grande Guerra [87]. Mas a engrenagem dos acontecimentos provenientes

87. Em opúsculo que se tornou célebre, Lenin, apenas chegando a Petrogrado, desenvolveu o programa de luta (4-4-1917) que permitiria passar da Revolução burguesa democrática à Revolução socialista, sob a palavra de ordem: "todo o poder aos Soviéticos". Mas as "Teses de Abril" eram gerais e moderadas, aproximando-se da fórmula de capitalismo de Estado, inspirado na economia de guerra alemã (apud Guy Caire, *La planification*, cit., p. 155).

da guerra civil e ideológica levou a um intervencionismo autoritário do Estado, marcado por nacionalizações, trabalho obrigatório, repartição dos recursos etc.

Inicialmente, as dificuldades eram muito grandes porque o país teve de enfrentar duas lutas: uma na frente interna, para colocar em funcionamento o aparelho de produção no quadro de um novo regime; outra, na frente externa, para defender-se das intervenções estrangeiras, que apoiavam a contra-revolução, já que vários países (Inglaterra, França, EUA etc.) acorreram em defesa de suas empresas confiscadas sem indenização, enquanto o Japão procurava ampliar sua influência na Ásia. Mas sem apoio popular, o "exército branco" acabou sendo vencido pelo "exército vermelho", que tomou Vladivostok em outubro de 1922, e a partir daí começou a consolidação do regime socialista soviético.

Nessa fase, chamada "Comunismo de Guerra" (1917-1921), os bolchevistas evitaram, a princípio, a nacionalização total das indústrias mediante um sistema de "Controle dos Trabalhadores": na maioria das pequenas e médias empresas industriais, os administradores privados continuaram em seus postos, mas sob o controle dos trabalhadores. Em menos de um ano, entretanto, o Governo nacionalizou todas as indústrias, premido pelo fracasso desse controle e também por outros fatores, em especial a eclosão de uma guerra civil entre comunistas e não-comunistas, agravada pela intervenção de Estados estrangeiros. Os ideais revolucionários e as circunstâncias levaram o Estado a se encarregar da distribuição de bens e de matérias-primas, eliminando o mercado, entre outras medidas de caráter econômico.

Ao "Comunismo de Guerra" seguiu-se a Nova Política Econômica (NEP), de 1921 a 1928. Entre as medidas da NEP destacaram-se: a revogação do decreto de nacionalização das pequenas oficinas (de menos de 20 operários e que eram muito numerosas na URSS); a extensão do setor privado no comércio varejista e atacadista [88]; a descentralização da gestão no setor nacionalizado; o estabelecimento de contratos de

---

88. O Decreto de 10 de dezembro de 1921 restituiu aos antigos proprietários as empresas que empregavam menos de vinte pessoas; no fim de 1922 foram desnacionalizadas 4.000 pequenas empresas; em 1923 as empresas privadas contavam com cerca de 12% de assalariados e sua produção, em relação às empresas estatais, representava 5% da produção industrial total.

A extensão do comércio varejista no setor privado foi mais importante: 90% dos "pontos de venda" e 75% do total dos negócios; no comércio atacadista, 20% do total geral (segundo dados de 1923). Para detalhes, cf. Niveau, *História*, cit., p. 460.

trabalho com prêmios de produção e salários hierarquizados; o restabelecimento do mercado (acompanhado de saneamento das finanças públicas e reforma monetária) etc. [89].

Foi no setor agrícola, entretanto, que a NEP introduziu maiores medidas liberalizantes: a 16 de março de 1921 estabeleceu-se um imposto em espécie, que permitiu ao camponês substancial excedente de livre disposição no mercado. Desapareceram as requisições abusivas, as restrições à exploração do solo, o trabalho obrigatório; a mão-de-obra agrícola voltou a alugar seus serviços aos *kulaks* etc. [90].

No contexto da reorganização agrícola, entretanto, o Governo começou a estimular a criação de cooperativas agrícolas para acelerar o processo de concentração das terras e preparar a transição para a coletivização total [91]. O Código Agrário de 1922, em seu art. 160, previa também a gestão direta do Estado — o *sovkhoz*, definido como "empresa aparelhada para servir de modelo técnico-científico aos trabalhadores, visando ao progresso da agricultura". Mas não o impôs, admitindo a propriedade individual, além das cooperativas (*kolkhozes*).

O conjunto de medidas agrícolas da NEP possibilitou a diminuição das tensões do campesinato e favoreceu a expansão da produção agrícola. Persistiram, contudo, problemas como o da escassez de alimentos (o autoconsumo camponês absorvia importante parte da produção) [92] e de matérias-primas

---

89. Niveau (*História*, cit., p. 460) indica o restabelecimento do mercado como uma das medidas mais importantes da NEP, que se apóia em resolução especial da X Conferência do Partido Comunista: "a troca constitui a principal alavanca da nova política". Foi abandonada a distribuição imperativa de matérias-primas e o mercado passou a regular, inclusive, as relações econômicas das empresas nacionalizadas. Aliás, em 1922, o IX Congresso dos Sovietes formulara o princípio segundo o qual "todas as empresas estatais, abastecidas ou não pelo Estado, deviam ser geridas em base comercial". Os diretores das indústrias nacionalizadas passaram a elaborar os planos de produção, celebrar contratos de abastecimento e de venda etc., com o fim de obter maximização de lucro, que revertia em benefício do Estado.

O Decreto de 11 de outubro de 1922 autorizou o Banco do Estado a emitir cédulas (*Tchervonetz*) para suas operações comerciais, que passaram a circular ao lado do rublo-papel.

90. Com a divisão da terra em lotes muito reduzidos, e por isso mesmo antieconômicos, 6 milhões de pequenos agricultores voltaram a ser empregados agrícolas.

91. A respeito das cooperativas agrícolas na URSS, cf. o item *b*, p. 177, sobre as estruturas da atividade econômica do regime soviético.

92. Apesar da expansão da produção agrícola, no seu conjunto os resultados eram menores do que antes da Revolução devido à eliminação dos latifundiários e à expropriação de parte das terras dos *kulaks* — ambos res-

para a indústria (daí a "crise das tesouras" ou a "abertura das tesouras", segundo a expressão de Trotski, indicando o distanciamento entre os preços industriais e agrícolas) [93] etc. Além da necessidade de promover o desenvolvimento industrial, tornava-se urgente, também, fortalecer o país (ante o temor de nova investida estrangeira para destruir o regime soviético), diminuir a taxa de desemprego, reequilibrar a economia ante o refluxo de citadinos para os campos etc.

Acrescentava-se a tudo isso o conflito ideológico: Bukharin, por exemplo, entendia que a marcha para o socialismo devia ser progressiva e apoiada em camponeses e operários (posição que foi considerada "discordância nacionalista de direita"); Trotski encarava a NEP como "capitulação diante do socialismo" (oposição da esquerda); e grande parte dos políticos manifestava profundo descontentamento em face do recrudescimento das distinções de classe (como no caso do progresso econômico dos *kulaks* em comparação com o restante do campesinato).

Aliás, já em 1923, 46 membros do Partido Comunista haviam apresentado declaração advertindo sobre o perigo que as concessões aos camponeses representavam para a expansão industrial.

É evidente que as recomendações de Lenin também pesavam na controvérsia ideológica, diante de sua simpatia pelos camponeses, com base em Engels. Lembrou Lenin que "Engels sublinhou que os socialistas não pensam em expropriar os pequenos camponeses, os quais chegarão a compreender as vantagens da agricultura socialista mecanizada pela simples força do exemplo... Não admitimos violência alguma contra o camponês médio... Em regra geral, o poder proletário deverá deixar as terras aos camponeses ricos ou abastados e só se apoderar delas em caso de manifesta oposi-

---

ponsáveis pelo maior volume da produção. Assim, a superfície cultivada caíra de 105 milhões de hectares em 1913, para 77 em 1922, voltando a subir para 113 em 1928; a produção de cereais apresentou semelhante variação: 80 milhões de toneladas em 1913, 56 milhões em 1922 e 73 milhões em 1928. Outros fatores, como o aumento do consumo de alimentos pelas famílias camponesas pobres e médias, que só entregavam ao Governo soviético a parte das colheitas que sobrava, após a satisfação de suas necessidades (diferentemente do que ocorria no período tzarista, quando sacrificavam a alimentação para vender gêneros alimentícios e poder pagar os elevados impostos), também influíram. Mas, no cômputo global, a NEP teve sucesso relativo (cf. Niveau, *História*, cit., p. 457-61).

93. O ramo superior da tesoura representava a evolução dos preços industriais, mostrando a queda do poder aquisitivo dos produtores agrícolas e, conseqüentemente, a retração do mercado à indústria.

ção... Seria o maior dos absurdos querer introduzir o trabalho agrícola em comum numa aldeia tão atrasada que exigisse, previamente, uma longa educação" [94].

Mas as crescentes dificuldades no setor agrícola, em decorrência da diminuição da parte das colheitas vendidas no mercado [95], o fortalecimento da oposição dos políticos à liberalização, bem como a defesa de retomada da coletivização da agricultura, marcaram o fim da "Nova Política Econômica".

Em seu artigo "O ano da crise", de 17 de novembro de 1929, Stalin declarou guerra aos pequenos camponeses e aos comerciantes aproveitadores da NEP, e, no dia 27 de dezembro do mesmo ano, publicou "Ao diabo a NEP", enfrentando a oposição de Bukharin e outros.

Ao comentar a "condenação" da NEP, Efimov e Antchichkine [96] sublinham a necessidade de incentivar a industrialização para resolver vários problemas interdependentes, tais como a criação de um potencial econômico moderno, baseado na indústria pesada, na produção de bens de equipamento para a fabricação de meios de produção e outros, a industrialização da agricultura, para dar uma base material à cooperação dos camponeses, além de liberar mão-de-obra para as atividades industriais, o aumento do volume e da parte da acumulação produtiva na RN, a fim de criar condições rápidas e estáveis de aumento da produção e do consumo, a segurança de total independência da URSS pela substituição das importações de todos os produtos de importância vital para a produção nacional e a organização de uma indústria de guerra para equipar a armada soviética de tudo o que se tornasse necessário à defesa da pátria.

A NEP não atendia às prementes necessidades de industrialização da URSS e de construção do modelo econômico socialista. Colocava-se, então, a urgência de centralização do

---

94. Apud Niveau, *História*, cit., p. 463.

95. "As fazendas do Estado que, em 1926, produzem apenas 1,7% da colheita total de cereais vendem 47,2% de sua produção, ao passo que os *kulaks*, que recolhem 13% da colheita total, só vendem 20% dos cereais que produziram. O resto da colheita, ou seja, 85,3%, provém das pequenas e médias explorações, onde a percentagem de entrega é ainda menor, a saber, 11,2%. Cumpre recorrer novamente às requisições para abastecer as cidades" (Niveau, *História*, cit., p. 463).

96. A. Efimov e A. Antchichkine, *Économie, gestion et planification*, Moscou, Ed. Novosti, s. d., p. 19 e 20.

desenvolvimento nacional, por meio de planos globais estabelecidos para determinados períodos. Daí sua substituição pela fase de *Planificação Centralizada*[97].

Essa fase significou, assim, a concretização das idéias de planificar[98] a economia, já presentes nos primeiros dias da Revolução: a 15 de dezembro de 1917 fora criado o Conselho Supremo da Economia Nacional, encarregado de estabelecer planos gerais de desenvolvimento da indústria e de outros setores, examinar os problemas de organização e de aprovisionamento das empresas etc. Foram implantados, também, serviços de levantamento de dados estatísticos e vários planos setoriais específicos (como o de reconversão da indústria, em 1917; de desenvolvimento da região Ural-Kuznetsk, em 1918; os planos qüinqüenais da metalurgia, da indústria, dos transportes, da agricultura — todos em 1923, exceto o último, em 1925) etc.

Dessa maneira, a URSS foi preparando técnicas, instituições e recursos humanos para a planificação global, integralmente centralizada. O célebre Plano Goelro, de eletrificação do país durante um período de 10 anos, representou, desde 1920, a transição entre a planificação setorial e a planificação global, já que abrangia também a previsão da demanda de energia elétrica pelos setores agrícola, industrial e de transportes. Lenin, aliás, colocara a eletrificação como tarefa primordial, pelo papel que deveria desempenhar no impulso desenvolvimentista da URSS, o que explica sua frase: "O comunismo é = poder dos Sovietes + eletrificação rural".

---

97. Os planos econômicos representaram a concretização da linha política geral do Partido Comunista, refletindo não apenas seu programa econômico como os próprios interesses vitais e cardinais dos trabalhadores. Neste sentido, Lenin ensinou que "a política é a expressão concentrada da economia", mostrando "a inseparável unidade entre as tarefas do Partido e dos planos estatais para criar a base técnica e material do socialismo" (I. Evenko, *La planificación en la URSS en la etapa actual*, ed. em línguas estrangeiras, Moscou, s. d., p. 8).

98. "A idéia de planejamento havia crescido na URSS desde os dias da guerra civil. Ainda quando chefiava o exército vermelho, Trotski pedira um único plano econômico" (cf. Carl Landauer, *Sistemas*, cit., p. 378-81).

No mesmo sentido, Lenin, ao estudar os métodos de administração da economia do socialismo, indicara a necessidade técnica, econômica e histórica de uma direção centralizada e única da atividade econômica: "Nem as estradas de ferro, nem o transporte, nem as máquinas, nem as empresas, em geral, podem funcionar devidamente se não houver uma vontade única, agrupadora de todos os trabalhadores em um só órgão econômico, que funcione com a exatidão do mecanismo de relógio", (Lenin, *Obras*, cit., t. 27, p. 186, apud Evenko, *La planificación*, cit., p. 8).

A equipe do Plano Goelro, sob a presidência do engenheiro Krizhanovskij [99], compôs, em seguida, o Gosplan, dando à URSS condições para iniciar a fase dos planos qüinqüenais: 1929-1932, 1933-1937, 1938-1942, com interrupção durante a II Grande Guerra e continuação de 1946-1950 e 1951-1955. Um VI Plano Qüinqüenal começou a ser aplicado em 1956, mas em setembro de 1957 foi substituído pelo Plano Setenal 1959-1965, ligado a uma "reforma da organização econômica soviética no sentido de uma certa descentralização" [100].

Teve início, então, a quarta fase do regime econômico soviético: com sua economia já em plena expansão, desapareceram muitos dos motivos que explicavam a rigorosa centralização dos planos qüinqüenais, de modo que o Estado começou a diminuir o caráter autárquico de sua economia, a dar maior flexibilidade à planificação, a separar a gestão econômica da direção do plano etc. [101]. Essa tendência continuou mesmo após a longa liderança de Brejnev [102] — prin-

---

99. A seu respeito, cf. R. W. Dawies, Some Soviet economic controlers, *Soviet Studies*, jan. 1960, p. 296-306.

100. Cf. André Marchal, *Systèmes*, cit., p. 533-5.

101. "O XXI Congresso do PCUS (1959) elaborou um grandioso programa de edificação do comunismo em toda linha, programa orientado para resolver a tarefa econômica fundamental da URSS em brevíssimo prazo histórico. A elaboração das cifras de controle do desenvolvimento da economia na URSS, nos anos 1959/65, mostra grande contribuição à teoria e à prática econômica" (Evenko, *La planificación*, cit., p. 8).

102. A longa era de Leonid Ilitch Brejnev chegou ao fim com sua morte, na manhã do dia 10 de novembro de 1982. Três dias antes, entretanto, Brejnev oferecera uma recepção no Kremlim para comemorar os 65 anos da Revolução soviética.

Acumulava os cargos de Chefe de Estado e Secretário-Geral do Partido Comunista (este último assumido após a queda de Nikita Kruchev, em 1964). Líder da mais poderosa nação comunista do mundo, durante 18 anos Brejnev foi o responsável pela política de distensão com o Ocidente e pela maior escalada militarista da história soviética.

Em entrevista sobre sua vida privada a um jornalista do Partido Comunista francês, revelou que trabalhava 18 horas por dia em seu gabinete, na sede do Partido Comunista, tinha problemas com o fumo (por isso usava uma cigarreira com dispositivo para abrir somente em determinados intervalos), gostava de caçar javalis, assistir a jogos de futebol, tomar *vodka* e guiar carros. Comenta-se, aliás, que tinha um Matra-Bagheera, dois Rolls-Royce, um Cadillac, um Mercedes e um Citröen-Maseratti; gostava de *vodka*, mas também de uísque escocês e conhaque francês; adorava armas, e suas favoritas eram duas Holland and Holland, cada uma valendo pelo menos US$ 10 mil. A melhora das relações entre o Estado e a Igreja, no período Brejnev, refletiu-se na homenagem que o patriarca da Igreja Ortodoxa da URSS prestou ao falecido durante a exposição de seu corpo em câmara ardente e na celebração de um ritual fúnebre na catedral de Moscou.

Andropov, em seu elogio fúnebre, referiu-se ao "glorioso filho da nossa pátria... um ardente marxista-leninista... destacado líder... trabalhador e

cipal responsável pela política de distensão com o Ocidente. Yuri Andropov, logo após assumir a Secretaria Geral do Partido Comunista, em novembro de 1982, defendeu "cautelosa" liberalização da economia da URSS, salientou a necessidade de encorajamento do trabalho produtivo de boa qualidade e de introdução de novas tecnologias, enfatizou a urgência de melhores relações com todos os países socialistas (inclusive a China) e exortou seu país a avaliar e, se necessário, "levar em consideração a experiência de países fraternos" [103].

---

soldado... carne da carne e osso do osso do povo". E prometeu que o partido continuará "firme e consistentemente seguindo a linha política interna e externa" estabelecida por Brejnev e "fortalecerá o poderio econômico e militar do país". Prometeu também "sustentar firmemente os interesses vitais da nossa pátria e manter a grande vigilância e prontidão para desfechar uma reação esmagadora a qualquer tentativa de agressão". Acrescentou, entretanto, que "sempre estamos prontos para a cooperação honesta, igual e mutuamente benéfica com qualquer Estado que esteja disposto a cooperar".

O Ministro da Defesa, Dmitri Ustinov, também comentou a contribuição militar de Brejnev, "nosso amigo e camarada de armas", que dedicou "muito esforço e energia ao desenvolvimento de tecnologia para mísseis e astronaves... esforçou-se para garantir a capacidade de defesa do nosso país e a segurança para toda a comunidade socialista".

Acompanhado por líderes políticos e dos partidos comunistas de mais de 70 países e por diplomatas, oficiais soviéticos graduados e longas filas de tropas, membros do Politburo, liderados por Andropov e pelo primeiro-ministro Nikolai Tikhonov, Brejnev foi sepultado junto ao Kremlim. Quando o ataúde foi baixado ao túmulo, salvas de artilharia quebraram o silêncio da praça e, em seguida, as sirenes das fábricas e dos barcos no rio Moscou apresentaram o último lamento (apud A. Robinson, Financial times, *Gazeta Mercantil,* 13 nov. 1982, p. 2).

103. Yuri Andropov, de 68 anos, chegou ao mais alto cargo no Kremlim com melhor conhecimento da Europa Oriental do que seus antecessores.

"Porém a escolha de Andropov como quinto dirigente da segunda superpotência do mundo não foi determinada somente pelo fato de que, em última instância, ele poderia reunir mais divisões. O fato é que Andropov, mesmo sendo o único com esse poder no Politburo, acumulou experiência considerada necessária para dirigir a União Soviética num período de problemas econômicos e sociais que se acumulavam dentro do país e de perda de influência e prestígio no exterior."

Andropov exerceu atividades diversas nos campos da política interna e externa da URSS. Quando jovem, liderou a Komsomol (Juventude Comunista). Ajudou "a consolidar o domínio soviético sobre a antiga província finlandesa da Karelia, incorporada à União Soviética depois da guerra soviético-finlandesa de 1940. Daí ele passou para o Comitê Central em Moscou e, dessa função, foi para Budapeste, onde era embaixador durante o levante de Budapeste". Andropov desempenhou papel-chave na reconstrução política húngara ao sugerir Janos Kadar como novo líder do país. Isso provou ser uma escolha satisfatória, já que o paciente trabalho de reconciliação e de reforma econômica de Kadar tornou a Hungria o membro mais estável do Pacto de

A nova concepção de crescimento harmonioso do país reflete-se na distribuição dos investimentos, bem como na busca de coerência dos objetivos.

A esse respeito Lange[104] observou que "os métodos necessários em período de revolução social e industrialização intensiva tornam-se obstáculo ao progresso econômico quando persistem além do período histórico em que eram justificados". Outros autores consideram que a face aberta com o primeiro plano setenal marca a transposição do limiar entre o socialismo de "acumulação primitiva" e o socialismo industrial moderno.

Após essas considerações, indispensáveis à compreensão do regime econômico socialista soviético, em nossa época, vejamos sumariamente suas estruturas de enquadramento e da atividade econômica.

Varsóvia. No entanto, Andropov é mais conhecido como o homem que dirigiu a KGB, com suas ramificações por todo o mundo durante 15 anos. Político e não um policial, colocou a organização sob estrito controle do partido e implementou a política partidária suprimindo a dissensão. "Ele nunca esteve no Ocidente, mas tem acompanhado de perto todos os acontecimentos.

Com 68 anos e com saúde apenas passável, Andropov poderá mostrar-se um homem com pressa. Provavelmente agirá com rapidez para varrer os 'inúteis' de Brejnev e designar sucessores mais jovens e mais instruídos, ao mesmo tempo que exigirá um trabalho firme e disciplina na frente interna, a *détente* com a China e negociações, a partir de uma posição de força, com os EUA e o Ocidente" (apud A. Robinson, Financial times, *Gazeta Mercantil,* 13 nov. 1982).

Segundo Andrew Nagorski (correspondente da revista *Newsweek,* expulso de Moscou em outubro de 1982), quando Andropov deixou a KGB para distanciar-se formalmente da instituição antes de assumir o poder, instruiu Fedorchuk a desencadear uma nova onda de repressão aos dissidentes. Assim desfrutou a melhor parte de duas situações. A nova onda repressiva poderia publicamente ser relacionada com Fedorchuk, enquanto Andropov promovia diligentemente a campanha de "cochichos" sobre seu liberalismo. Outra indicação de habilidade de Andropov foi sua escolha do tema "corrupção" como arma para sua luta pelo poder. Como qualquer funcionário soviético admitiria, se interrogado, virtualmente qualquer pessoa em posição de responsabilidade na URSS poderia ser considerada culpada de corrupção. Assim, por exemplo, o gerente de fábrica que não faz acordos tecnicamente ilegais com seus fornecedores, passando por cima dos ministérios em Moscou, nunca preencherá suas quotas de produção; ou um funcionário que não troque todo tipo de favores econômicos e políticos com gente acima e abaixo dele nunca progredirá no sistema soviético. Portanto, para Nagorski, Andropov ganha aplausos dentro e fora do país ao lutar contra a corrupção, enquanto na realidade as acusações de corrupção são apenas uma forma de eliminar rivais em potencial.

104. O. Langue, *The political economy of socialism,* apud A. Nove, Rationalité et croissance économiques soviétiques, *Cahiers de l'ISEA, 104*:7, ago. 1960.

a) Estruturas de enquadramento

A URSS, apesar de ser o mais extenso país do mundo [105], apresenta uma certa regularidade de caracteres físicos, com paisagens que se repetem por algumas centenas ou milhares de quilômetros [106].

As estruturas de enquadramento da URSS refletem a atuação do Partido Comunista da União Soviética (PCUS): além de organizar a Revolução de 1917 [107] e de construir o primeiro Estado de regime socialista, é o principal artesão da história do país. Seu programa é o do Estado e seus militantes representam o pessoal político essencial dos quadros administrativos e técnicos [108].

---

105. Com uma área de cerca de 22,5 milhões de km² e uma população de mais de 270 milhões de habitantes, a URSS apresenta 75% da população eslava (com 53% de russos, 17% de ucranianos, 4% de bielo-russos e 4% de uzbecos) e o restante é composto de vários grupos étnicos, entre os quais os armênios e os georgianos.

106. "Sem dúvida, nem a natureza do solo e do tapete vegetal que, do norte ao sul, vão, de modo geral, da tundra gelada à estepe, passando por diversas zonas de matas, nem o clima caracterizado por temperaturas hibernais e um nível de precipitações que diminui de oeste a leste, não são uniformes. Mas se se excetuar algumas faixas, como a borda do Mar Negro, o Cáucaso e as altas cadeias de montanhas, a regularidade é grande..." (Philippe J. Bernard, *Destin de la planification soviétique,* Paris, Ed. Ouvrières, 1963, p. 19).

Como nos Estados Unidos, a impressão de distância se impõe. "Os trens que, nas diversas direções, partem de Moscou à tarde, dão esse testemunho: assim que saem da cidade, os homens começam a passar de pijama pelos corredores, todos os passageiros conversam, travam conhecimento, organizam jogos e cada um se instala para uma viagem que, no melhor caso, durará a noite, mas às vezes se estenderá por vários dias..." (Bernard, *Destin,* cit., p. 19).

107. "A Revolução Soviética desenrolou-se em três fases: a destruição do regime tzarista, o governo provisório e a revolução bolchevista." Esta, em outubro, depôs o governo provisório, cujo presidente Kerenski fugiu, tornando-se os sovietes a única autoridade do país. "O II Congresso dos Sovietes abre-se a 25 de outubro; Lenin é nomeado presidente do Conselho dos Comissários do Povo. Nada mais lhe restava, para instaurar a ditadura do proletariado, senão se desembaraçar da Assembléia Constituinte, que é aberta e dissolvida a 5 de janeiro de 1918. Em menos de um ano, os sovietes estavam bolchevizados e detinham todos os poderes" (Patrice Gelard, *Les systèmes,* cit., t. 1, p. 113).

108. Os órgãos supremos do PCUS são o Congresso, o Comitê Central, o Bureau político e a Secretaria. Em todas as divisões político-administrativas, há organizações do Partido, isto é, nas repúblicas, regiões e territórios, nas cidades, distritos, vilas, bairros etc.

"A originalidade da organização do Partido situa-se ao nível da organização de base, que funciona geralmente na empresa e não na circunscrição territorial. Assim existem organizações de base nas indústrias, nas adminis-

O PCUS é, pois, o núcleo dirigente dos órgãos do Estado e das organizações sociais. Mas se é o centro essencial das decisões políticas, não é o executor: há todo um aparelhamento encarregado de transformar as decisões políticas em normas jurídicas e que assume a representação interna e internacional dos cidadãos soviéticos e do Estado [109].

Assim, as decisões do PCUS, transformadas em normas jurídicas pelos órgãos representativos, são executadas pela administração soviética central e local. Embora subordinado, o poder administrativo é um dos elementos essenciais do regime soviético, quer pela complexidade e amplitude de suas tarefas, quer pela crescente qualificação dos administradores.

Mas para funcionar de modo integrado, o regime socialista soviético conta com importantes mecanismos de socialização, comunicação e participação [110].

Por outro lado, a elevação do nível material e cultural da população contribui para que a direção do PCUS seja aceita e desejada pela maioria dos cidadãos soviéticos [111].

---

trações, nas cooperativas agrícolas etc. Para que uma organização de base seja constituída, deve contar, pelo menos, com três comunistas... A 1.º de janeiro de 1973, o Partido contava com 378.740 organizações de base, das quais mais de 200.000 somente na República da Rússia" (Patrice Gelard, *Les systèmes,* cit., p. 153).

109. Esse aparelhamento, implantado pela Constituição russa de 1918, foi posteriormente modificado pelas Constituições soviéticas de 1924, 1936 e 1977.

Atualmente, o órgão máximo é o Soviete Supremo da URSS, que controla todos os outros — o *Presidium,* o Conselho de Ministros, o Tribunal Supremo etc. Compõe-se de duas câmaras — o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades: o primeiro representa toda a população e o segundo as coletividades federadas ou autônomas.

Do Soviete Supremo da URSS emanam, essencialmente, os poderes Administrativo, Executivo e Judiciário.

O *Presidium* do Soviete Supremo da URSS exerce, sob a forma de colegiado, numerosas atribuições, entre as quais a de Chefe do Estado Colegiado, de órgão permanente do Soviete Supremo e de legislador.

110. Trata-se de mecanismos ao mesmo tempo simples e complexos: simples porque a URSS é um sistema político moderno cujos subsistemas estão articulados pelo Partido Comunista, de acordo com os princípios estabelecidos pela Constituição do país, e complexo porque seu funcionamento só pode ser compreendido pelo exame das organizações e das instituições que atuam como intermediárias entre o cidadão e o Partido (Almond e Powell, *Comparative politics,* apud Gelard, *Les systèmes,* cit., p. 297).

111. Antes da Revolução de 1917 quase 70% da população soviética era analfabeta, situação agravada pelo esvaziamento dos quadros técnicos e intelectuais, em face da emigração para o Ocidente. "Em 1919 um decreto do Conselho dos Comissários do Povo obrigou todos os cidadãos de 8 a 50 anos a aprenderem a ler e a escrever, em russo ou em sua língua materna." Em

Destacam-se como *grupos de socialização*, ou de integração do indivíduo na sociedade, a família e a escola.

A família continua sendo uma instituição respeitada. Quanto ao número de membros, há diferença entre as regiões da URSS: de modo geral, a família extensa e mantenedora de tradições predomina no Cáucaso e na Ásia Central, particularmente nas áreas rurais. Nos centros urbano-industriais, sobretudo, as famílias reduzem-se aos pais e filhos, às vezes avós [112].

É na *escola*, principalmente, que as crianças e os jovens soviéticos integram-se nos mecanismos sociais. O ensino gratuito e obrigatório, em classes mistas, tem por objetivo assegurar a educação comunista e o desenvolvimento da sociedade soviética [113], dentro da concepção marxista-leninista do mundo, do respeito pela propriedade socialista, do amor à Pátria etc.

Depois da escola, a socialização dos jovens é completada pelo serviço militar, grupo de trabalho, associações esportivas, culturais etc. Assim, por exemplo, a empresa não é apenas um local de trabalho, mas centro de educação prática, de discussão e de formação política do trabalhador. A própria organização do trabalho, aliás, permite o desenvolvimento

---

1920 houve amplo movimento dirigido por organizações de massa, organizações voluntárias e outras (como os *komsomoles*, os sindicatos, as cooperativas etc.), sob a orientação do PCUS, no sentido de erradicar o analfabetismo, com o *slogan* "Abaixo o analfabetismo". Seus resultados foram animadores: em 1926, quase 60% da população sabia ler e escrever, e em 1939, mais de 85%; atualmente não há analfabetos na URSS.

A melhoria do nível cultural acentuou-se com a criação de cursos técnicos de nível médio e superior, numerosas universidades etc., oferecendo ao Estado os quadros indispensáveis ao seu desenvolvimento. Concomitantemente, outros serviços como assistência à saúde, além de melhores condições de trabalho, habitação, alimentação etc. proporcionaram contínua elevação do padrão de vida de toda a população (cf. Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 299-300).

112. O divórcio é dificultado na URSS quando há filhos, já que o divórcio administrativo, por mútuo consentimento, existe apenas para casais sem filhos.

Os liames entre parentes que moram longe são mantidos pelo costume de visitas recíprocas durante as férias. Mas o que parece reforçar o papel da família soviética, segundo Patrice Gelard (*Les systèmes*, cit., p. 396), é a presença da avó ou do avô aposentado, que representam uma série de vantagens: cuidar das crianças, preparar as refeições, realizar os serviços domésticos etc., além da vantagem financeira da aposentadoria e do direito de alojamento com mais um cômodo. Por tudo isso, são eles benvindos, "mesmo que, às vezes, tenham dificuldades em relação à vida citadina ou conservem tradições pouco adaptadas ao socialismo (crença religiosa, hábitos alimentares e vestuário)".

113. Cf. o art. 1.º dos Fundamentos da Educação Nacional, de 19-7-1973.

da consciência política e social (por meio de conferências, assembléias gerais etc.).

Os *meios de comunicação* — imprensa, rádio, televisão, cinema, teatro e outros — continuam a obra de integração sócio-política do cidadão soviético.

Gelard observa que "se tudo é realizado na sociedade soviética para formar o cidadão dentro dos ideais do marxismo-leninismo, é necessário sublinhar, entretanto, que essa formação não é integralmente dirigida do alto. Com efeito, o cidadão soviético é constantemente solicitado a participar do desenvolvimento da sociedade; torna-se responsável por sua orientação global pelo fato de estar, a todo momento, associado às decisões. Mas esta participação é também uma forma de socialização e de integração no próprio sistema político" [114].

Entre o poder político e o cidadão há numerosas outras organizações incumbidas de completar a tarefa de integração iniciada pela família e continuada pela escola. Abrangem, sob diferentes formas, vários meios de participação (atividades sociais, culturais, físicas, profissionais etc.) e são igualmente indispensáveis como instrumento de ação do regime soviético, dentro da orientação imprimida pelo PCUS (este define seus objetivos, seu programa, designa seus responsáveis etc.).

Essas organizações podem, de modo geral, ser agrupadas da seguinte maneira [115]:

— *organizações de massa (Massovys Organozacii):* assim denominadas em razão do elevado número de membros. Duas são as principais: 1.ª) o *komsomol* (União Federal dos Jovens

114. Patrice Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 306.

115. K. Kamilov apresenta a seguinte classificação: 1) organizações sociais (*komsomoles*, sindicatos); 2) organizações voluntárias (associações esportivas, paramilitares, sanitárias e outras); 3) organizações criadoras; e 4) diversas organizações específicas.

A. Jamplskaja, entretanto, classifica as organizações sociais de outra maneira: 1) Partido Comunista; 2) sindicatos; 3) *komsomol;* 4) uniões criadoras; 5) cooperativas; e 6) organizações voluntárias.

Outros autores, entretanto, excluem o Partido Comunista como organização social, tendo em vista sua competência política geral. Shultz, em sua tese *Le système représentatif en Union Soviétique,* mostra que as organizações sociais partilham, juntamente com o PCUS e os sovietes, de função de representação dos interesses dos cidadãos, mas, se exercem o papel de "correias de transmissão" do Partido, não podem ser com este confundidas porque não têm a força dirigente do PCUS; não têm também o controle legal da atividade, que cabe ao soviete (cf. Patrice Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 319 e s.; a divisão que adotamos, com algumas modificações, está apresentada às p. 321 e s.). Os dados apresentados referem-se a 1975.

Comunistas-Leninistas — VLKSM), que reúne mais de 32 milhões de jovens entre 14 e 28 anos e está encarregado de educar o conjunto da juventude no espírito do comunismo; daí, suas múltiplas e importantes tarefas nos grupos de ensino de todos os graus, nas empresas, nas Forças Armadas, nas associações de lazer e outras. O *komsomol* dirige ainda uma espécie de escotismo — a "organização dos pioneiros", com escolares entre 10 e 16 anos, no total aproximado de 27 milhões de membros; e o "movimento dos pequenos outubristas", com crianças até 9 anos; 2.ª) os *sindicatos* ou uniões profissionais, reunidos no órgão federal — Conselho Central dos Sindicatos da URSS, ou VCSPS, com uma representação para cada ramo profissional. Compreendem mais de 100 milhões de membros, ou seja, a quase-totalidade dos trabalhadores soviéticos. Estão encarregados de gerir a previdência social, realizar a inspeção do trabalho (dispondo de poder de regulamentação, neste particular), gerir as obras sociais da empresa, participar da elaboração e da execução do plano de produção a nível empresarial etc.;

— *organizações cooperativas: kolkhozes*, cooperativas de consumo e cooperativas habitacionais [116];

— *organizações voluntárias:* esportivas (DSD); de auxílio à aviação, marinha e exército soviéticos (DOSAAF — que cuidam dos esportes de combate ou ligados a finalidade profissional, como condução de veículos, funcionamento de radar etc.); associações de caçadores, pescadores, de proteção ao meio ambiente, de fins sanitários (inclusive a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho) e muitas outras;

— *organizações criadoras:* que compreendem uniões de artistas e de jornalistas; de difusão de conhecimentos políticos e científicos (Znanie); de inventores e de racionalizadores (VOIR — com mais de 6 milhões de membros e que reúne cidadãos que desejam certificados de invenção ou de racionalização); de cientistas e técnicos (NTO — com quase 6 milhões de membros); as associações médicas científicas (NMO, com mais de 300 mil membros). Funcionam, geralmente, no local de trabalho, tal como ocorre com várias associações culturais, teatrais, de artistas amadores etc.

— *organizações de suporte da administração:* funcionam, em geral, como órgãos de controle, consulta e participação na vida administrativa. Os principais exemplos são os con-

116. As cooperativas serão tratadas no item seguinte, referente às atividades econômicas do regime socialista soviético.

selhos escolares, as conferências permanentes na empresa, a assembléia geral dos trabalhadores (também na empresa) etc.

Há, também, os comitês de bairros, de prédios, de controle voluntário dos transportes coletivos e outros.

Toda a complexa engrenagem de integração do indivíduo na vida coletiva e as medidas para fazer da URSS uma sociedade sem classes dão ao regime soviético e ao PCUS amplo apoio popular. O Estado repousa, assim, sobre o consenso da grande maioria da população.

Evidentemente há contestações que revelam uma certa margem de não-integração, como no caso de grupos religiosos e de intelectuais. Mas vários autores observam que, em certos casos, o PCUS os tolerou ou mesmo os encorajou; por exemplo, depois de 1945, Stalin aceitou atividades religiosas [117]; Krutchev permitiu a ebulição artística e intelectual em sua gestão, autorizando a publicação de livros que podem ser qualificados de contestatários etc. [118].

Há, também, o problema das múltiplas nacionalidades que compõem a URSS: apesar do regime soviético haver instaurado o federalismo cultural, permitindo a preservação de línguas [119] e de culturas específicas, há predominância do russo. Em "várias repúblicas, o russo tornou-se a língua da administração, da economia e da política. O ensino universitário, em línguas locais, tende aos poucos a dar ao russo lugar privilegiado. Os empregos de responsabilidade estão, aparentemente, ocupados por russos e não pelos autóctones.

---

117. A Revolução de 1917 não proibiu as religiões mas submeteu todas elas a regime jurídico especial: devem ser registradas como sociedades religiosas nos sovietes locais; as procissões ou outras manifestações externas devem ser previamente autorizadas; não podem organizar círculos de estudos, de lazer, de assistência médico-hospitalar, de educação ou outros, ou melhor, estão proibidas de qualquer forma de atividade social.

118. Tais são, por exemplo, *Uma jornada de Ivan Denissovitch*, de Soljenitsyn; *Memórias*, de Ilya Ehrenburg etc. Na mesma ocasião manifestou-se o inconformismo de Evtuchenko; os economistas Liberman, Atlas e Trapeznikov apresentaram novas idéias. "É certo que sem a liberalização intelectual que acompanhou o XX e o XXII Congressos, o movimento daqueles que se batizam agora de contestatários não teria podido começar." De fato o processo continuou em certos meios intelectuais, com o beneplácito do Partido. Daí alguns autores opinarem que esse movimento encontra suas raízes no próprio sistema, em particular após o XX Congresso, como decorrência da melhoria do nível econômico e técnico da URSS e de sua abertura ao mundo contemporâneo (Patrice Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 333-4).

119. O federalismo soviético procurou preservar certas línguas e etnias até então condenadas ao desaparecimento. Em alguns casos, transformou línguas orais em línguas escritas, elaborando alfabetos e gramáticas.

A política de emigração russa em certas repúblicas preocupa os defensores do particularismo local" [120].

Os estudiosos dos problemas soviéticos observam, todavia, que os aspectos atuais dos problemas religiosos e as manifestações de nacionalismo, bem como as contestações de intelectuais, refletem mais a recente liberalização do regime soviético do que realmente dificuldades internas. Em termos de análise sistêmica, como destacamos várias vezes, as tensões resultam de movimentos efetuados no interior de um sistema concreto e constituem importantes fatores de modificações ou de adaptações estruturais, ou seja, para muitos observadores, esses movimentos constituem tensões normais a nível do sistema e tão-só importam em fatores de modificações ou adaptações estruturais. Para outros, trata-se de verdadeiro *empire éclaté* que, a qualquer momento, poderá esboroar-se [121].

No cômputo geral, porém, a adoção do marxismo-leninismo, como ideologia oficial e doutrina do poder político, constitui, sem dúvida, importante meio de modificação das estruturas psicológicas ou mentais, na URSS, criando nas massas respeito pelo trabalho, amor à pátria, senso de coesão nacional etc. Ao mesmo tempo, cria condições para a aceleração do desenvolvimento sócio-econômico do país [122]. Assim, por exemplo, em cada plano qüinqüenal houve ampla mobilização psicológica, de fim educativo, para entusiasmar o povo (sobretudo os mais jovens), despertando atitudes novas de simpatia, de confiança (na ciência, na técnica, na indus-

---

120. Patrice Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 352.

121. Cf. Helène d'Encausse, *L'empire éclaté*, Paris, Flamarion, 1979.

122. H. Chambre (*Union Soviétique et développement économique*, Paris, Aubier-Montaigne, 1967, p. 183-5) compara a importância da ideologia marxista-leninista para o desenvolvimento da União Soviética à ideologia sansimoniana do século XIX em relação ao regime capitalista: ambas permitiram a aceleração da História. E mostra que o liame estabelecido entre "o desenvolvimento do marxismo-leninismo como ideologia oficial, como doutrina do poder político, e a fé na ciência identificada ao comunismo tiveram por fim modificar as estruturas, a escala de valores de uma parte da população, pelo menos daqueles que a guiam, responsáveis e membros do Partido Comunista". E mais: permitiram ultrapassar os horizontes dos interesses individuais em direção ao fim por Marx: ao mesmo tempo em que fabricam bens materiais, constroem homens liberados das alienações do regime capitalista, ou seja, da "alienação econômica, mãe de todas as outras alienações — religiosa, moral e política". "Fazer homens que transformem a natureza ao invés de contemplá-la (como proclamara Marx em uma de suas teses sobre Feuerbach) e que ao transformar a natureza criam-se a si mesmos como seres autônomos."

trialização), de maneira a levá-lo a identificar o impulso econômico ao regime socialista.

Embora não-mensurável, a ideologia é, visivelmente, importante fator de mobilização da opinião pública em prol do progresso econômico da URSS. A economia beneficia-se, então, do entusiasmo da maioria da população, mais ou menos intenso segundo as diferentes épocas: para preparar o "amanhã que canta", o povo aceitou duras condições de vida, animado pela esperança de dias melhores, defendendo a Revolução de Outubro, a União Soviética e a difusão do socialismo pelo mundo.

Terminado assim, resumidamente, o estudo das estruturas de enquadramento, vejamos a seguir, também de modo sumário, as estruturas da atividade econômica da URSS.

b) Estruturas da atividade econômica

Com a finalidade de sistematizar o material disponível a respeito das estruturas da atividade econômica da União Soviética, destacaremos três aspectos principais: a produção industrial, a produção agrícola e sua distribuição e a organização financeira.

Produção industrial

Tem sido freqüente a comparação do sistema industrial soviético a uma pirâmide: na base estão as empresas industriais do Estado, acima delas vêm as agências coordenadoras, que administram o setor industrial no qual se enquadram, nos escalões mais elevados, as agências de planejamento, os Comitês das Repúblicas, o Conselho de Ministros etc., e no ápice, o PCUS.

Nesse contexto, porém, cada empresa tem seu plano técnico, administrativo e financeiro, que trata de sua capacidade de produção, inovações tecnológicas, redução dos custos, financiamento de sua própria atividade, pessoal e respectivo salário etc.

No começo do ano, diz Gruchy [123], "a empresa deve saber *o que* vai produzir (plano de produção), *por que meios* (utilização da capacidade, progresso técnico e programas de formação de capital), *a que custo* (salários, matérias-primas e outros), *para quem* e *a que preços* (plano de vendas)".

---

123. A. G. Gruchy, *Sistemas econômicos comparados,* trad. port., Boston, Houghton Mifflin, s. d., cap. 25.

O abastecimento de insumos à empresa é efetuado por "certificados de alocação" [124], que especificam a quantidade e a qualidade da matéria-prima [125] e outros componentes da produção a que tem direito. E, como qualquer empresa econômica, a indústria soviética deve vender sua produção a preços que cubram todos os custos e deixem um saldo positivo entre receita e despesa. Antes disso, porém, o regime soviético tentou operar as empresas sem a contabilidade de perdas e lucros. A partir de 1929, todavia, adotou o "princípio da responsabilidade econômica", que significa "a realização de todas as incumbências fixadas pelo Estado, com a máxima economia de recursos, a cobertura das despesas monetárias das empresas por seus próprios rendimentos, o asseguramento da lucratividade" etc. [126].

Os salários dos trabalhadores são fixados pelo Estado, nos termos da política salarial traçada pelo Conselho Geral de Ministros, mas na determinação dos níveis salariais são consideradas as diferenças entre os diversos tipos de indústria, o grau de especialização, a localização geográfica etc.

Quanto aos preços de seus respectivos produtos, não há participação direta da empresa em sua fixação. Todos os preços na URSS, aliás, são fixados autoritariamente pelo Estado (exceto os de alguns produtos agrícolas escassos, produzidos apenas em determinadas regiões).

Liberman sugeriu [127] que se considerasse a rentabilidade anual da empresa, e não o cumprimento dos planos de produção, como principal indicador do sucesso de uma indústria. Advertiu que os planos anuais de produção empresarial, orientados por níveis da produção retrospectiva, sem considerar suficientemente "os possíveis altos níveis a serem obtidos no futuro", são geralmente inferiores ao verdadeiro potencial das empresas. Reivindicou, então, "mais manobras

---

124. O uso de "certificados de alocação" dá origem aos contratos entre empresas, para comprar ou vender determinadas quantidades de produtos, em datas preestabelecidas. Quando há disputas entre as empresas, inclusive a respeito do cumprimento de contratos, o problema é levado a tribunais estatais de arbitragem.

125. "... todas as empresas estatais estão intimamente ligadas a um sistema de alocação de abastecimentos que é baseado nas decisões de alocação dos departamentos de abastecimento das agências de planejamento, nacionais e das repúblicas." "Algumas matérias-primas de importância local, tais como areia e pedras, não estão sujeitas à alocação pelo plano anual nacional" (Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25).

126. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25.

127. Artigo publicado no *Pravda*, de 9 set. 1969, e citado por Gruchy, *Sistema*, cit., cap. 25.

livres na economia empresarial", por parte do diretor, a quem caberia cuidar dos salários, da produtividade, dos custos etc., além de estimular o aumento da produção com um mínimo de custos, por meio de incentivos pagos ao respectivo pessoal, proporcionalmente aos lucros obtidos.

Outros economistas soviéticos foram além: recomendaram liberdade para as indústrias estatais, na compra e venda de matérias-primas, para aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, tornar o processo de produção mais flexível e eliminar a lentidão do sistema de distribuição de *inputs*.

Às críticas de Liberman e de outros economistas a respeito dos métodos soviéticos de planejamento da produção e às sugestões quanto à melhoria do nível da administração estatal, os líderes do PCUS responderam dando ênfase à necessidade de maior utilização da rentabilidade como medida de sucesso administrativo das empresas. Optaram, assim, por maior iniciativa e autonomia operacional das empresas, modificando as estruturas de controle estatal (como, p. ex., redução do número de Conselhos regionais, transferência de determinados poderes, até então afetos aos escalões superiores, diretamente ao Comitê Central de Indústrias ou ao próprio Comitê de cada indústria etc.).

Apesar disso, as críticas dos economistas continuaram por considerarem eles que as medidas de reorganização não haviam atingido o cerne de muitas das dificuldades que afligem a administração e o planejamento soviéticos. Insistiram na necessidade de maior atenção ao sistema de preços e de incentivos, à liberdade operacional da empresa e outras medidas, para melhorar a atividade econômica de produção na URSS.

Mas, de modo geral, há o reconhecimento de que, em confronto com o passado, o avanço tem sido grande; a URSS converteu milhões de rurícolas sem habilitação em trabalhadores urbano-industriais qualificados.

É verdade, por outro lado, que o próprio processo evolutivo das estruturas da atividade econômica colocaram problemas novos, tais como os decorrentes da revogação legal da vinculação dos trabalhadores soviéticos ao trabalho (desde 1956 são livres para mudar de local de prestação de serviço), ao recrutamento compulsório de jovens para treinamento técnico (a seleção passou a ser baseada em aferição vocacional) etc. Assim surgiram verdadeiras agências de recrutamento de mão-de-obra, que contratam trabalhadores individuais por período limitado (geralmente de 1 a 3 anos) e oferecem incentivos para atraí-los (recompensas salariais, aloja-

mento, mudança sem ônus para aqueles que aceitam trabalhos nas áreas menos populosas, especialmente na zona leste da URSS e outras)[128].

A mobilidade de mão-de-obra, agravada por recentes programas de introdução de novas tecnologias, automação do processo produtivo e outros vêm constituindo objeto de preocupação da política trabalhista soviética. De modo geral pode-se dizer que o próprio avanço tecnológico e a crescente complexidade da moderna industrialização da URSS representam fatores decisivos na substituição da coerção estatal pela persuasão (pela crescente gama de incentivos).

Trata-se, sem dúvida, de problemas decorrentes do próprio dinamismo dos sistemas econômicos concretos, como já tivemos a oportunidade de discutir nos capítulos anteriores deste trabalho. No mesmo sentido, Gruchy observa: "Se a economia soviética fosse altamente planificada e estática, a administração do trabalho consistiria simplesmente em colocar cada trabalhador na função apropriada e na faixa salarial fixada pelo Estado. O plano nacional proveria um trabalho para cada operário, ao qual seria ele compulsoriamente dirigido"[129].

Assim a própria expansão e modernização da economia soviética dificultam qualquer planejamento minucioso, por maiores que sejam os esforços de análise prospectiva. Isto explica, em grande parte, o aparecimento de um mercado de trabalho parcialmente livre[130], no qual a mobilidade da mão-de-obra reflete-se nas taxas salariais. Então, de certa forma,

---

128. "A administração da força trabalhista do Estado é acompanhada da administração do suprimento de trabalho ao nível das empresas industriais. Embora as autoridades do planejamento do Estado, do sistema escolar, as comissões de trabalho, as organizações de recrutamento e seleção, etc. atuem no sentido de dirigir a força de trabalho para os setores prioritários, a maioria das novas admissões é feita individualmente pelas empresas estatais." E comenta o autor que as admissões diretas, efetuadas junto do próprio "suprimento local", provocam considerável reviravolta, pois não é raro que uma empresa tente atrair o pessoal de outra empresa da mesma localidade. A solicitação competitiva tende a "inflacionar" a previsão dos níveis salariais de determinadas localidades, distorcendo a estrutura salarial estabelecida para todo o país. Há outros incentivos, todavia, que não afetam diretamente os níveis salariais fixados, como, por exemplo, o treinamento no próprio local de trabalho, estímulo aos trabalhadores que desejam especializar-se (cf. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25).

129. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25.

130. A aceitação desse tipo de mercado tem sido objeto de intensas controvérsias: aceito durante a NEP (1921/1928), foi combatido por Stalin e reintroduzido a partir de 1953 e parece firmar-se, nos últimos tempos, como instituição econômica significativa.

os salários passaram a expressar, sobretudo nas áreas urbano-industriais, a variação entre a oferta e a demanda da força de trabalho.

Atualmente a política salarial, quer em seu aspecto microeconômico (relacionado com a determinação das taxas de salários individuais), quer em seu aspecto macroeconômico (totalidade da despesa de salários na URSS), baseia-se, sobretudo, na "teoria da produtividade" como principal fator de determinação dos níveis salariais [131].

Os economistas soviéticos pensam, geralmente, que a determinação de taxas salariais segundo a oferta e a demanda criaria dificuldades para a alocação de recursos humanos nos setores prioritários. Aceitam, então, o plano nacional de produção para a prefixação das diretrizes e distribuição do trabalho de acordo com as necessidades do regime socialista soviético. Assim, como observa Gruchy [132], "o grau de liberdade adquirido pelos operários soviéticos, nos últimos anos, é questão aberta à discussão" e ao desenvolvimento de adequada política trabalhista.

Na administração da força trabalhista, os sindicatos soviéticos desempenham papel importante dentro do espírito da proposição de Lenin [133]: são elos de ligação entre o PCUS e a massa de trabalhadores. Qualificados de "escola de administração", "escola de disciplina trabalhista", "escola de co-

---

131. Trata-se de problema igualmente controvertido, que reflete a preocupação de se evitar, na URSS, as diferenças sociais resultantes de variações salariais. Lenin, todavia, considerava tais diferenças estimulantes à produtividade.

132. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25. Este autor mostra a importância crescente da persuasão e o crescimento da pressão social, em lugar da coerção do Estado, nos casos de "ausência ao trabalho, atrasos e más condutas". As medidas disciplinares passaram a ter mais o caráter de reabilitação do que o de punição, e os faltosos são julgados pela própria administração e não mais pelas Cortes. Os sindicatos colaboram especialmente no sentido de pressionar socialmente os preguiçosos, os que perturbam o processo de produção com freqüentes mudanças de trabalho etc.

133. Alguns membros do PCUS, inicialmente, desejavam transformar os sindicatos em instrumento do Estado, incorporando-os à engrenagem governamental, dissociados de suas características de órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores (como Trotski); outros (Shlyapnikov, Kollontay etc.), ao contrário, queriam transferir toda a administração da atividade econômica para os sindicatos. Estes opunham, então, a "democracia operária sindical" à "democracia dos produtores controlada pelo Estado" (Trotski e outros). Entre ambos colocou-se Lenin: incorporou o sindicato às funções sócio-econômicas do Estado, mas como uma espécie de intermediário entre o Governo e o PCUS (apud Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 25). Na segunda fase do socialismo, ou seja, com o advento completo do comunismo, Lenin previa a permanência dos sindicatos como centros de ensino e de treinamento.

munismo", os sindicatos estão incumbidos de "guiar os operários" no cumprimento das metas de produção e na "manutenção de disciplina nas linhas de produção" [134].

Seu principal papel consiste na "mobilização" das massas para o cumprimento da mais importante tarefa econômica, isto é, a criação de base material e técnica para o comunismo, a luta pelo aumento do poderio econômico e da defesa nacional do Estado Soviético e pela elevação constante do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores" [135]. Suas funções são múltiplas e incluem também aquelas que competem ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Previdência Social, nos países de regime capitalista.

As estruturas dos regimes de economia centralizada, totalmente planificada como a da URSS, aliás, permitem o enquadramento do sindicato, a nível nacional, como agente de política econômica estatal e como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico [136].

E no contexto de suas atribuições destaca-se, ainda, o esforço dos sindicatos no sentido de "reforçar o embasamento do regime socialista, constituído pela inquebrantável união de operários e camponeses".

Vejamos, em seguida, a atividade econômica agrícola desenvolvida na URSS, setor que apresenta mais peculiari-

---

134. Os membros dos sindicatos têm o direito de participar de comitês de empresa, de intervir na gestão da fábrica, de seguir cursos de aperfeiçoamento, passar as férias em colônias dos sindicatos (pagando apenas 20% do preço regular) etc. Compete ao sindicato defender seus membros da inflexibilidade ou imperfeição da burocracia, de diretores prepotentes, de cálculos errados de tempo para a execução de determinada tarefa (caso em que pede ao Comitê elevar a base da remuneração), da exigência de jornada de trabalho superior à legal, de injusta despedida do trabalhador etc. (cf. entrevista da Secretária do Conselho Central de Sindicatos da URSS, Tatiana Nikolaieva, *OIT Panorama, 43*:22-8, jul./ago. 1970).

135. De acordo com os Estatutos Sindicais de 1963 (transcritos por P. Gelard em *Les syndicats soviétiques*; notes et études documentaires — la documentation française, n. 3.185, 27 abr. 1965), o sindicato deve trabalhar para "assegurar o vigoroso progresso de todos os ramos da economia nacional, a execução e a superação dos planos econômicos, o progresso técnico e o constante aumento da produtividade do trabalho..."; ajudar "os trabalhadores na aquisição do hábito de gerir os negócios públicos e sociais, participar da direção da produção e da planificação da economia nacional..."; participar ativamente da "edificação do Estado, das eleições para os órgãos do poder soviético, da elaboração de leis sobre a produção, trabalho, vida quotidiana, cultura..."; defender os interesses dos operários e dos empregados; dirigir a previdência social do Estado; eliminar os litígios nascidos do trabalho; concluir com as empresas contratos coletivos etc.

136. Cf. Carlos Marques Pinho, *Estado, sindicato e desenvolvimento econômico*, São Paulo, FEA/USP, 1973.

dade do que o setor industrial, quando compararmos ambos aos regimes capitalistas [137].

Produção agrícola e distribuição

Até 1928 grande parte da população campesina trabalhava a terra individualmente, auxiliada apenas pelos membros da família; em 1940, as cooperativas (fazendas coletivas ou *kolkhozes*) compreendiam 78% da área cultivada, ficando os restantes 22% divididos quase igualmente entre os camponeses particulares e as fazendas estatais ou *sovkhozes*; em 1962, porém, estes foram ampliados, enquanto as áreas cultivadas pelos *kolkhozes* caíram para 53% e as fazendas individuais camponesas desapareceram [138].

Atualmente, duas são as empresas de produção agrícola que funcionam na URSS: o *sovkhoz* e o *kolkhoz*.

O *"sovkhoz" ou fazenda estatal* representa o modelo ideológico preferido pelos líderes soviéticos. As cooperativas, embora consideradas "alavanca do proletariado", são apenas toleradas como instrumento provisório, durante a fase de transição, a caminho do comunismo. Todavia, é para elas que se volta a preferência da massa campesina, como veremos adiante.

---

137. A agricultura soviética tem sido objeto de muitos estudos de especialistas ocidentais. Vários deles elaboraram modelos teóricos e abstratos, destinados a descrever o comportamento das "fazendas dirigidas". Cf. a bibliografia apresentada por Jersy F. Karcz, Modelo organizacional de granjas dirigidas, in *Sistemas econômicos comparados,* trad. esp. Bornstein, Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973, p. 343.

138. Na URSS, o agricultor-empresário individual desapareceu, depois de 1928, incorporado ao *sovkhoz* ou ao *kolkhoz.* O setor privado sobrevive apenas sob a forma de áreas particulares de rurícolas cooperativizados e de propriedades particulares de funcionários públicos, mas representando somente economia de "fundo de quintal".

No primeiro caso, o chefe de família (*dvor*) tem o direito de cultivar 0,25 de hectare (às vezes mais onde a terra é abundante ou de baixa qualidade). Desde 1956, um decreto permitiu a diminuição dessa área pelo *kolkhoz* se o membro não trabalhar para a cooperativa, quando necessário. A tendência é sua eliminação porque, tanto do ponto de vista ideológico como do ponto de vista da organização do trabalho em tempo integral dos *kolkhozianos,* tem criado muitas dificuldades.

No segundo caso, os funcionários agrícolas do Estado, ferroviário e outros, geralmente cultivam um pequeno terreno, na zona rural ou na periferia das cidades. A princípio o Estado encorajou tais atividades, principalmente nas áreas em que havia problemas para o abastecimento de gêneros alimentícios; atualmente, porém, procura dificultá-las porque muitos dos problemas iniciais desapareceram e, sobretudo, porque prejudicam o trabalho normal dos cidadãos (apud Alec Nove, *A economia soviética,* trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1963).

Tal como a empresa industrial soviética, o *sovkhoz* é propriedade do Estado, que o administra por meio do Comitê Agrícola Estatal e de comitês estatais e provinciais. Sua superfície varia conforme a região e a atividade predominante: nas planícies pode haver *sovkhoz* de cereais de 80 mil hectares, enquanto outros, destinados à criação de carneiros, por exemplo, abrangem cerca de 500 mil acres.

Dirigida por administrador — o principal responsável por seu funcionamento — assistido por técnicos agrícolas designados pelo Ministério da Agricultura, conta com força de trabalho dividida em brigadas, sob as ordens de brigadeiros (ou capatazes).

As autoridades do Planejamento Central da URSS fixam o volume programado dos diversos produtos agrícolas, os planos de distribuição, os investimentos, o trabalho, o número de trabalhadores para cada tipo de produto, as normas de trabalho etc.

Os salários dos rurícolas refletem variações baseadas em níveis de especialização, tipo de produção, região geográfica, estação do ano etc. Os salários dos administradores compreendem duas partes: uma, de 70%, é paga mensalmente; a outra, de 30%, é acumulada para pagamento anual na proporção do plano cumprido [139]. Se o plano de produção for ultrapassado, 5 a 12% dos lucros extras são distribuídos aos trabalhadores. Os membros do *sovkhoz* podem cultivar um pequeno lote (atribuído ao chefe da família), para seu consumo doméstico, sendo proibida a venda do que produzir.

O *kolkhoz* (de *KOLectvnoe KHOZiastvo*, ou exploração coletiva), nos termos do Código Agrário de 1920, compreendia três tipos principais de cooperativas agrícolas: a *comuna* — na qual são comuns os meios de produção e os bens de consumo; o *toz* ou sociedade para cultivo associado — espécie de cooperativa de produtores, que colocam em comum apenas os instrumentos de trabalho, conservando o direito sobre as terras e as colheitas; e o *artel* — tipo cooperativo intermediário entre a comuna e o *toz*, no qual são comuns apenas os meios de produção.

Os líderes soviéticos procuraram estimular a comuna porque se enquadrava melhor no contexto ideológico do regime socialista, mas os componentes preferiam o *toz*. Com o tempo, ambas as partes acabaram aceitando tacitamente

---

139. Cf. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 26.

o *artel*, que passou a ser conhecido pela denominação genérica de *kolkhoz*.

A terra ocupada pelo *kolkhoz* pertence ao Estado, mas é cedida aos associados para uso gratuito, por tempo indeterminado, nos termos do art. 2.º dos Estatutos *kolkhozianos*. Todos os meios fundamentais de produção são coletivizados, em particular os animais de trabalho, o material agrícola, as reservas de semente, a forragem dos animais, os prédios destinados à atividade agrícola etc. [140].

A adesão do *kolkhoziano* é livre, bem como sua saída da cooperativa. A gestão é realizada pela diretoria, eleita periodicamente por assembléias gerais. Mas como elemento de uma economia integralmente planificada, o *kolkhoz* tem de submeter-se aos programas de produção do Estado.

Nos primeiros tempos de sua implantação, o *kolkhoz* tentou remunerar os membros associados de acordo com suas necessidades; depois, em função da qualidade e da quantidade do trabalho de cada um; em seguida, foi incluído na política salarial da URSS.

Krutchev procurou estimular a concentração de cooperativas *kolkhozianas* em "supercoletivas", não apenas para diminuir os custos de produção e de administração, mas também para melhorar o padrão de vida dos agricultores, reduzindo as diferenças entre a cidade e o campo — um dos mais sérios obstáculos à construção de uma sociedade verdadeiramente comunista soviética.

A produção *kolkhoziana* é distribuída da seguinte maneira: uma parte é vendida ao Estado e a outra às cooperativas de consumo. Se a cooperativa produzir alimentos ou criar animais, haverá uma terceira parte destinada aos membros, como parte de pagamento *in natura*; mas se produzir apenas matéria-prima industrial (algodão, fibras, beterraba para açúcar etc.), efetuará contrato para entrega total ao Estado.

Desde 1958 o Estado aplica aos *kolkhozes*, bem como aos *sovkhozes*, processos contábeis em bases estritamente econômicas. No governo de Krutchev, os preços regionais pagos aos produtos das fazendas coletivas da mesma zona passaram a ser fixados a partir dos custos unitários médios de produção de cada produto, com a adição de um pequeno aumento correspondente ao ganho. E atualmente há um es-

140. A respeito dos *kolkhozes*, cf. Diva Benevides Pinho, "Kolkhoz", in *Dicionário*, cit.

forço no sentido de ajustar a demanda à oferta: os preços são aumentados quando as colheitas são reduzidas e vice-versa.

Dentro do objetivo de estimular a eficácia das empresas agrícolas, o Estado extinguiu as Estações de Máquinas e Tratores (MTS), em 1958. Krutchev, aliás, criticara as MTS dizendo: "Temos dois senhores na mesma terra: os Kolkhozes e as MTS. E onde há dois senhores, não pode haver boa administração".

Dentro da mesma orientação, foi descentralizado o planejamento agrícola, a partir de 1955. Mas em 1962 voltou-se à centralização, sob controle do Comitê Agrícola Estatal da URSS e comitês semelhantes a nível estadual e provincial.

Apesar de várias modificações na política agrícola dos últimos anos, a produção básica da agropecuária continua a representar sério obstáculo à aceleração do desenvolvimento da economia soviética.

Quanto à distribuição dos produtos atacadistas e varejistas, há duas redes: uma que cuida do suprimento técnico e outra que compra e vende bens (sobretudo bens de consumo). Os bens escassos não são negociados, mas distribuídos pelas autoridades governamentais.

O mercado de bens de consumo apresenta três aspectos: o mercado estatal varejista, o mercado cooperativo varejista e o mercado camponês varejista, com as seguintes porcentagens do total de vendas = 65%, 26% e 9%, respectivamente. Os grandes armazéns ou lojas são administrados diretamente pelo Estado; os pequenos, localizados nas cidades, vilas ou zonas semi-urbanas, são, geralmente, cooperativas de camponeses da região.

As cooperativas de consumo funcionam ao lado do comércio estatal, representando cerca de 35% do comércio varejista. Muitas delas já existiam ao tempo da Revolução de Outubro e não foram extintas, apesar de haver sido consideradas pelos líderes soviéticos, de modo geral, como "movimento de pequenos burgueses que pactuavam com o capitalismo". Estatizadas em 1919, tiveram sua liberdade restituída em 1921, conforme decisão do X Congresso do Partido Comunista da União Soviética e iniciativa da NEP.

Atualmente as cooperativas de consumo estão agrupadas sob a forma de pirâmide: na base encontram-se as cooperativas de aldeias ou *Selpo*; no centro, as uniões de distritos ou *Raysoyus*, e as uniões provinciais ou *Oblatsoyus*; e no ápice, o *Tsentrosoyus*.

Após essas apreciações sumárias sobre as peculiaridades da produção agrícola soviética e sua distribuição, vejamos

resumidamente o funcionamento das finanças públicas da URSS.

Organização financeira

Se o regime soviético, ao invés de ser um sistema "concreto", fosse um sistema "puro" ou um complexo coerente de estruturas [141], caracterizando uma economia socialista centralizada e integralmente planificada, não haveria necessidade de moeda, de organização bancária, de orçamentos fiscais etc. A produção, o consumo e o investimento estariam plenamente ajustados ao plano estatal e tudo perfeitamente previsto nos planos estatais [142]; ou, em outros termos, se a URSS já tivesse atingido a etapa final do socialismo, seria uma economia não-monetária [143]. Mas como sistema "concreto", na fase atual de transição entre o capitalismo e o comunismo, a URSS é um país de economia complexa, que conta com organizações monetárias, bancárias e financeiras a serviço do Estado, sob a orientação do PCUS [144].

De modo geral, no mercado varejista de consumo da URSS, a moeda tem funções semelhantes às dos regimes

---

141. Cf. o Capítulo III deste trabalho, onde são estudadas as diferenças entre sistemas econômicos "abstratos" ou "puros" (complexos coerentes de estruturas) e sistemas "concretos" ou "impuros" (sem coerência estrutural).

142. "O preço seria apenas uma unidade contábil usada pelo planejador central, como auxílio à construção dos planos e ao uso efetivo de recursos econômicos escassos." Caberia ao Estado tomar todas as decisões quanto à produção, consumo, investimentos etc., administrando toda a economia nacional como se fosse uma gigantesca empresa. "Aos consumidores seria destinada uma parte do produto nacional (social), e um equilíbrio entre a oferta total e a utilização total do produto ou a distribuição do produto nacional seria conseguido graças ao planejamento centralizado" (cf. Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 27).

143. Cada cidadão receberia uma parte do produto nacional segundo suas necessidades, de modo que não haveria mercado, nem moeda, salário, crédito, imposto etc. A respeito do modelo "abstrato" de sistema socialista de economia integralmente planificada, cf. o Capítulo III, Seção II, § 2.°, deste trabalho.

144. "O papel do dinheiro e dos bancos, na União Soviética, reflete o arranjo institucional específico, que caracteriza a economia soviética. Até onde o arcabouço institucional da economia soviética se assemelha ao dos Estados Unidos, Reino Unido e outros países ocidentais, o dinheiro e os bancos funcionam de modo bastante semelhante na URSS e nos países ocidentais de consumo." As poupanças individuais, explica Gruchy, podem ser guardadas em casa, depositadas em bancos (onde recebem juros), destinadas à compra de bônus governamentais ou simplesmente gastos na aquisição de bens. Mas não podem ser utilizadas "para financiar uma empresa privada, empregar operários ou para lucros privados. Tampouco podem ser usadas para comprar bens e revendê-los a preços mais elevados" (Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 27).

capitalistas: é meio de troca, reserva de valor, medida de valor e unidade contábil [145]. No mercado atacadista de consumo, porém, predomina a moeda escritural: no setor estatal, especialmente, a maior parte das transações é realizada sem o uso de moeda ou mesmo de cheque bancário, por meio de "sistemas de compensação, com lançamentos contábeis em contas de compensação ou de liquidação" [146].

O sistema bancário soviético abrange todos os setores da atividade econômica e coordena a produção, o consumo e os investimentos, de acordo com as diretrizes dos planos governamentais e a orientação do PCUS. É considerado importante instrumento de contrôle e supervisão, subordinado ao aparelho central de planificação [147].

Mas há muitas peculiaridades relativamente às funções da moeda e dos bancos, em decorrência dos três setores da atividade econômica do regime soviético: o setor estatal, o setor cooperativo e o reduzido setor privado (este compreende parte da produção dos *kolkhozianos*, a agricultura de "fundo de quintal", a produção dos artesãos autônomos etc.) [148].

---

145. Durante o período do Comunismo de Guerra (1917-1921), foi tentada a eliminação do sistema monetário (os trabalhadores recebiam passes ou "unidades de trabalho" que lhes possibilitavam retirar da reserva da comunidade todos os bens de que necessitavam). Com a NEP, a partir de 1921, entretanto, o Estado começou a aparelhar os sistemas monetário e bancário para atender à planificação centralizada.

Nesse sentido, o *Programa do Partido Comunista*, de 1961, afirmou que até chegar ao estágio final do socialismo (quando as relações entre bens e dinheiro seriam superadas e "desapareceriam por si mesmas"), a URSS "deve fazer o melhor uso possível das relações bens-dinheiro, mantendo seu novo conteúdo no período socialista. Neste, instrumentos de crescimento econômico, tais como contabilidade de custos, lucro, comércio, crédito e finanças, têm um importante papel... Haverá um reforço do sistema monetário e creditício, consolidação da moeda soviética, constante crescimento da capacidade de compra do rublo e aumento de sua importância na área internacional".

146. "O largo uso do cheque, como instrumento monetário do mundo ocidental, não se repete na URSS, escreveu Gruchy (*Sistemas*, cit., cap. 27).

147. "Na URSS não existe um sistema de banco central, na acepção ocidental. Não existe nada semelhante à 'gerência monetária', na qual o banco central manipula o custo do crédito de seu volume, a fim de atender às necessidades da situação econômica nacional", diz Gruchy (*Sistemas*, cit., cap. 27). E continua pouco adiante: "Se o Estado decidisse dotar todas as empresas econômicas de capital fixo e de giro suficientes, todo o sistema bancário comercial e de investimentos poderia ser eliminado na União Soviética. É, em grande parte, devido à necessidade de manter controle sobre as empresas estatais que a URSS mantém os Bancos do Estado e de Investimentos".

148. No item anterior (produção agrícola) deste resumo a respeito das estruturas da atividade econômica do regime soviético fizemos referência às áreas particulares, cultivadas por agricultores-*kolkhozianos*, bem como aos lo-

Há nítida separação entre o fluxo de moeda, centralizado nos mercados consumidores varejistas, e o fluxo de cheques bancários, relativo aos mercados de matérias-primas e bens de produção. Em outros termos: as transações pessoais são sempre pagas em moeda, enquanto as transações entre as empresas estatais são pagas em cheque.

Atualmente o sistema bancário soviético conta com um Banco Comercial (o Banco do Estado ou *Gosbank*), um Banco de Investimentos (*Stroibank*) e ampla rede de Caixas Econômicas ou Bancos de Poupança.

O *Banco do Estado ou "Gosbank"*, como outras empresas estatais, opera com base em ganhos ou lucros. Tem algumas funções típicas de bancos centrais (como emissão de papel-moeda), mas também concede créditos a curto prazo a cooperativas e empresas estatais, efetua pagamentos internacionais e pagamentos das despesas governamentais, administra as arrecadações dos rendimentos do Governo, guarda a reserva de ouro da URSS (proveniente, sobretudo, da indústria nacional de mineração aurífera) etc. Além disso, participa da elaboração do Plano Monetário Anual [149], juntamente com as autoridades planificadoras.

O *Banco de Investimentos ou "Stroibank"* reúne as operações anteriormente efetuadas pelos extintos bancos da agricultura, indústria, comércio e construção. Faz doações, sem juros, a empresas estatais; concede empréstimos, a longo prazo e juros baixos (taxas de 1,5 a 2% ao ano), a cooperativas e pessoas físicas, para construção de casa.

As *Caixas Econômicas*, em número elevado, espalham-se pelo país prestando serviços financeiros: contas de poupança e contas bancárias (para pagamentos, em cheques, de bens

---

tes cuidados por funcionários públicos, na zona rural ou na periferia de várias cidades.

Quanto à atividade econômica privada não-agrícola, destaca-se o artesanato em geral: artífices, costureiras, sapateiros-remendões etc.

149. "O Plano Monetário Anual procura atingir o equilíbrio entre a soma dos preços de todos os bens de consumo comprados durante o ano de planificação e os rendimentos salariais individuais gastos no mesmo ano. Quando esse equilíbrio é realmente conseguido, não surgem quaisquer pressões inflacionárias", diz Gruchy (*Sistemas*, cit., cap. 27). Este autor mostra que a URSS conheceu alguns períodos de inflação, inclusive de hiperinflação (1941-1945). Mas o Governo vem controlando as tensões inflacionárias com sucesso, desde 1954, graças a uma série de medidas, entre as quais se destacam três: o aumento da oferta de bens de consumo vem superando o aumento dos salários; as empresas estatais foram forçadas a acabar com os gastos excessivos com salários; e o Banco do Estado melhorou seu controle sobre concessões de crédito e volume de dinheiro em circulação.

e serviços estatais), emitem ordens de pagamento, recebem impostos, taxas de serviços comunais etc.

As taxas de juros cobradas pelos bancos soviéticos são muito baixas e não desempenham papel significativo na economia da URSS [150].

Como outras nações desenvolvidas, a União Soviética dispõe de complexo sistema orçamentário, embasado em vários tipos de impostos e com amplo programa de despesa nacional a nível da nação, das repúblicas e das localidades [151].

Os rendimentos orçamentários do Estado soviético incluem, entre outras, partes "não-fiscais, como fundos derivados de venda de bônus, contribuições sociais e de seguro social e depósitos de indivíduos em Caixas Econômicas estatais" [152].

Por outro lado, a política fiscal soviética não se destina, primordialmente, a contrabalançar as instabilidades econômicas ou flutuações no nível geral da produção nacional, tal como ocorre nos países de regime capitalista [153]. Sua finalidade consiste, sobretudo, em corrigir as falhas dos planos, para que os objetivos da planificação nacional possam ser atingidos.

---

150. Sua existência, quase simbólica, parece estar ligada ao conceito de lucratividade das operações do Banco do Estado e do Banco de Investimentos. "Mesmo no caso de poupanças particulares, a taxa de juros não parece desempenhar papel de grande importância", afirma Gruchy (*Sistemas*, cit., cap. 27). Lembra, então, que a doutrina marxista não reconhece o juro como fonte de renda e coloca a seguinte pergunta: por que os Bancos cobram taxas de juros sobre empréstimos e por que pagam juros aos depositantes? Conclui que as razões são pragmáticas, já que os Bancos devem operar de maneira lucrativa.

151. "O papel do orçamento é (em todos os países) o de transferir recursos, de acordo com decisão do Governo, de uma parte da economia nacional para outra. A URSS não se mostra diferente, nesse particular. No entanto, a importância relativa do orçamento é muito grande ali, devido à responsabilidade direta do Estado pela maior parte da vida econômica", diz Alec Nove (*A economia*, cit., p. 116). E destaca uma característica essencial das finanças públicas soviéticas, que a distingue em comparação com o Ocidente: sua íntima inter-relação com a planificação econômica, de modo que as despesas governamentais refletem as decisões, a nível nacional, a respeito das prioridades estabelecidas.

152. Apud Gruchy, *Sistemas*, cit., cap. 27.

153. A política monetária e a política fiscal, nos países de regime capitalista, são utilizadas para reduzir a instabilidade econômica e sustentar determinada taxa de expansão da economia nacional. Muitos dos ajustamentos fiscais visam o combate a mudanças no nível geral da atividade econômica, correção de distorções etc.: nos períodos de recessão, por exemplo, o Estado diminui os impostos, aumenta as despesas governamentais para criar emprego etc., tomando medidas inversas nos períodos de prosperidade. Algumas medidas, como impostos pessoais progressivos, elevados impostos de transmis-

Assim, enquanto nos regimes capitalistas é elevado o grau de incerteza em vários setores da atividade econômica, devido à iniciativa privada e suas opções quanto a investimentos, produção, consumo etc., na URSS o grau de incerteza é menor devido à planificação total da atividade econômica. Neste sentido, a política fiscal é instrumento de realização dos objetivos estabelecidos pelos líderes do PCUS e não apenas de direcionamento da atividade econômica.

A URSS, nos últimos anos, vem expandindo suas operações no exterior: em 1980 havia onze bancos soviéticos com base no exterior, três dos quais inaugurados na última década e o mais antigo, o Banco Norodny de Moscou, em Londres, datando de 1919. Além de Londres, também Viena, Paris, Frankfurt, Hamburgo, Zurich, Beirute, Singapura etc. são algumas das grandes cidades onde a URSS efetua operações bancárias. Aliás, segundo Relatório da CIA, "os bancos soviéticos construíram sólida reputação, baseada em cautela e confiabilidade" [154].

No setor de seguros, as companhias soviéticas oferecem, atualmente, completa linha de serviços, enquanto há alguns anos suas sedes em Londres, Hamburgo e Viena limitavam-se a cobrir os riscos envolvidos no intercâmbio Leste-Oeste.

Outra característica recente é a expansão das atividades da URSS com os países não-comunistas [155], que diminui o

---

são de bens imóveis e outros buscam eqüidade, corrigir distorções na distribuição da renda etc. Mas, de modo geral, a política fiscal procura direcionar a atividade das empresas privadas no sentido do pleno emprego, preços estáveis, desenvolvimento econômico contínuo etc. (cf. o § 1.º desta Seção II, relativo aos países de regime capitalista).

154. Clyde A. Farnsworth, Relatório da CIA mostra expansão comercial russa, *O Estado de S. Paulo*, 2 nov. 1977.

155. Relativamente à indústria pesqueira, a URSS desenvolveu suas atividades, de modo especial, no Terceiro Mundo: "em 1976 Moscou já contava com seis 'joint ventures' pesqueiras em operação, e várias outras em negociação. As 'joint ventures' possibilitam aos russos o uso das instalações dos portos locais, bem como a pesca em águas costeiras que, de outra forma, estariam fora dos seus limites, na medida em que mais e mais países determinassem o limite de duzentas milhas para a pesca" (Clyde A. Farnsworth, *O Estado de S. Paulo*, 2 nov. 1977).

De acordo com o Relatório da CIA, "o número de companhias sob controle soviético que operam no Ocidente deverá crescer. A maior parte dessa expansão ocorrerá nos setores de *pesca, navegação e 'marketing' de associações empresariais.* As cinco empresas soviéticas que operam nos Estados Unidos são a Amtorg Trading Corp. de Nova York, comércio geral; a Belarous Machinery of USA, Inc., de Milwaukee, que comercializa tratares soviéticos; a Morflot American Shipping Inc. de Clark, Nova Jersey, agente para qualquer operação de navegação soviética nos EUA; a US-USSR Marine Resources Company Inc., de Seattle, que presta serviços a toda a frota pes-

caráter semi-autárquico que durante algum tempo marcou sua atividade econômica, bem como extravasa suas relações exteriores além do Bloco Comunista.

Por outro lado, no mercado financeiro internacional verifica-se, nos dias atuais, verdadeira competição pela conquista do mercado soviético. Os países europeus mostram-se especialmente interessados em transações com a URSS, oferecendo-lhe preços e juros altamente favoráveis. Preocupados com problemas vários, especialmente o desemprego, a necessidade de reativar sua economia, diversos países da Europa Ocidental romperam o "acordo de cavalheiros" firmado com os Estados Unidos, em 1976, em relação ao comércio com a URSS: "os países-membros da OECD não ofereceriam créditos governamentais à URSS a taxas inferiores a 7,25% para prazos de 2 a 5 anos, e 7,75 para períodos de 5 a 8 anos".

Finalmente para concluir as apreciações a respeito das estruturas do regime econômico soviético, colocaremos algumas observações:

— o ponto mais discutível da economia soviética continua sendo a insuficiência do desenvolvimento agrícola em relação às necessidades de consumo interno (apesar de elevados investimentos na agricultura), o que obriga o país a importar (sobretudo dos EUA) insumos vários e, com certa freqüência, cereais e outros alimentos;

— a URSS vem expandindo-se além do Bloco Comunista, por meio de operações comerciais, bancárias, venda de produtos manufaturados e matérias-primas, evidenciando grande esforço para conseguir ganhos em moeda forte;

— a quarta Constituição dos últimos 60 anos, aprovada em 1977, consagrou o PCUS como "a força principal e norteadora da sociedade soviética, o núcleo de seu sistema político de todo o Estado e das organizações públicas" (art. 6.º), competindo-lhe determinar "a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade e o curso da política interna e externa da União Soviética". Manteve, a Constituição de 1977, o centralismo político-administrativo: "eletividade de todos os órgãos do Poder do Estado, de alto a baixo, prestação de contas ao povo e cumprimento obrigatório, pelos órgãos inferiores, das decisões dos órgãos superiores" (art. 3.º). Combina, assim, "a liderança individual, com iniciativa e atividade criativa

---

queira soviética na costa Oeste americana, e a Sovfracht (USA) Inc. de Nova York, responsável pelo frete dos cargueiros e navios-tanque russos e americanos para cargas sólidas".

locais, com a responsabilidade de cada órgão e autoridade estatal para com o trabalho a ser feito" (art. 3.º);

— a tensão étnica na URSS tende a se agravar, já que a Rússia européia apresenta uma taxa anual de crescimento demográfico de 0,8%, enquanto na parte asiática do país a média é de 3,5% ao ano;

— a meta de Brejnev de superar militarmente os Estados Unidos e de manter a liderança no mundo comunista acarretou intenso ônus ao país e ao seu sucessor;

— a campanha de Andropov contra corrupção, indisciplina, embriaguez e crime, logo no início de seu governo, evidencia que o Estado soviético, em seu 65.º aniversário, deseja estabelecer respeitabilidade e ordem;

— o esforço para melhorar o padrão de vida da população, refletido na composição do orçamento da URSS de 1983 [156], revela que Andropov manteve a orientação de Brejnev de colocar à disposição do povo mais alimentos, roupas e eletrodomésticos;

— o consumo de "Pepsi" [157] na URSS, os aparelhos de TV em cores, que utilizam o sistema francês "Secam", as fábricas de automóveis da cidade de Togliatti, implantadas sob a supervisão da Fiat italiana, os carros Volga, Gorki, Izvsk, Moskovich, Lada e outros, que nos últimos anos circulam pelas ruas das maiores cidades, os grupos reduzidos de jovens cabeludos, de calça "Lee" ou jaquetas "Pop" com frases em inglês, os poucos conjuntos ruidosos de "rock", as mulheres

---

156. De acordo com o Ministro do Planejamento da URSS — Nikolai Baibakov — os recursos destinados em 1983 ao setor industrial foram aumentados 4,3% e os destinados à defesa representaram 4,8% do orçamento — ou US$ 23 bilhões. Mas, segundo noticiário da imprensa (UPI), a maior parte dos gastos com a defesa estava oculta em outras partes do orçamento.

O crescimento industrial — indicador-chave do desempenho global da economia — foi fixado em 3,2%: inferior ao de 3,4% de 1981, mas superior à estimativa anterior de 2,7%, anunciada em meados deste ano.

Baibakov informou que a receita nacional de 1983 — todo o dinheiro gasto em artigos e serviços, bem como poupança — sobe 3,3%, ou seja, é igual ao crescimento de 1981 e 1% acima do de 1982; a maior parte desse aumento, 2,7%, é constituída de artigos de consumo e serviços.

A renda nacional em 1982 aumentou 2%, embora a meta fixada em 1981 tenha sido de 3% (cf. *Gazeta Mercantil*, 24 nov. 1982, p. 2).

157. "Num dos raros locais em que se vende o refrigerante de fórmula americana, um pequeno cartaz, escrito em inglês, dizia mais ou menos o seguinte: 'Nós podemos ter muitas divergências com a URSS, mas reconhecemos que os russos entendem de refrigerantes: Pepsi' " (A União Soviética sessenta anos depois, Suplemento Cultural, *O Estado de S. Paulo*, n. 56, ano 2, 6 nov. 1977, p. 3).

elegantes que contemplam a exibição de novas modas nas vitrinas da Avenida Gorki, ou fazem compras no maior supermercado de Moscou, refletem a introdução de novos aspectos nas estruturas de enquadramento da URSS.

Esses exemplos, colhidos ao acaso em revistas e jornais recentes, seriam "amostras" de transformações estruturais ou indícios de "previvência" de outros regimes? A pergunta fica aberta para discussões, à medida que pudermos obter indicadores mais significativos a respeito das condições de vida e das maneiras de pensar, sentir e agir de mais de 270 milhões de pessoas de várias etnias, que vivem no complexo conjunto das 15 Repúblicas da URSS [158].

A seguir examinaremos, resumidamente também, as características principais de outro país de regime econômico socialista de planificação centralizada: a China.

República Popular da China

Vasto [159] e populoso [160] país, onde vive mais de um quinto da humanidade (cerca de um bilhão de habitantes), a China durante muito tempo manteve sua vocação telúrica e retirou do trabalho da terra os elementos necessários à vida de seu povo.

---

158. "Que é a União Soviética visível, palpável, mas misteriosa ainda no sexagésimo aniversário da tomada do poder pelos bolcheviques de Vladimir Ilich Lenin? Seria difícil resumir numa reportagem fria e objetiva as impressões contraditórias que o contato de duas ou três semanas podem dar a um jornalista brasileiro. A primeira conclusão, contudo, é rápida e fácil. Nosso grau de ignorância sobre a União Soviética é espantoso. Ignorância sobre os avanços e sobre as deficiências, sobre a paisagem urbana, a geografia, a economia, a música, a vida política, a imprensa, a agricultura, a indústria, o ensino e as ciências" (Ethevaldo Siqueira, enviado especial de *O Estado de S. Paulo* — Suplemento Cultural, *O Estado de S. Paulo*, n. 56, p. 3).

159. Com uma área aproximada de 9.600.000km², a China é o terceiro país do mundo em superfície, depois da URSS e do Canadá. Com base no relevo e no clima, a China pode ser dividida em cinco partes: a China do Nordeste, antiga Manchúria, com planícies rodeadas de florestas, subsolo rico, atraiu importante movimento migratório desde o final do século passado; a China do Norte, berço da civilização chinesa, é a região dos cereais e do algodão; a China do Yang-Tse, com bacias fluviais que formam grandes regiões agrícolas (trigo, arroz, algodão, policultura); e a China do Sul, de clima tropical e úmido, com plantações de arroz e chá, principalmente.

160. De acordo com estimativas da ONU, prevê-se para 1983 uma população superior a 1 bilhão de habitantes, o que coloca o problema de se saber se a agricultura chinesa poderia alimentar uma população "explosiva" (taxa de crescimento anual de cerca de 2%) e ao mesmo tempo fornecer matéria-prima à indústria. Mais do que programas de redução da natalidade, os líderes políticos parecem considerar que a educação e as transformações psicossociológicas atuarão como reguladores dos nascimentos.

Antes da Revolução de 1949 — denominada *Liberação* — dos três quartos da sua população, compostos de agricultores, 15% detinham 70% da área cultivada e os outros 85% dos camponeses amontoavam-se nos 30% restantes da terra, constituídos de minifúndios. Daí a impressão de um "fervilhar de camponeses no trabalho", que ainda hoje se conserva a respeito da China [161].

Os estudiosos dos problemas do Oriente observam que até o êxito completo da Revolução comunista, em 1949, a economia da China se baseava essencialmente na família camponesa e no domínio dos proprietários rurais [162]. Assim a agricultura marcou, durante muito tempo, as estruturas da atividade econômica do país e, conseqüentemente, grande parte das próprias estruturas de enquadramento.

Vários fatores desfavoráveis dificultavam seu desenvolvimento; predominância de agricultura semifechada de subsistência, com técnicas rudimentares, em zonas agrícolas compartimentadas devido à fraca produtividade (o que não estimulava as trocas) e à dificuldade de meios de transporte (até 1949 havia somente 20 mil km de estradas de ferro no país e as vias navegáveis asseguravam transporte precário); agravamento do problema alimentar, em face do crescimento populacional e da reduzida superfície cultivada; exígua capacidade de poupança interna, dificultando a formação de capitais para investimentos etc.; além dos entraves resultantes da dominação econômica estrangeira, das esgotantes rivalidades internas e outras.

Contudo, ao lado do artesanato, um início de indústria moderna, por volta dos anos 30, foi implantado pela burguesia chinesa e por capitalistas estrangeiros. No fim da II Grande Guerra, metade do potencial industrial localizava-se nos arredores de Xangai e cerca de 35% da indústria pesada nas províncias do Norte (Manchúria) e em Formosa. Como o

---

161. Marc Menguy (*L'économie de la Chine Populaire,* Paris, PUF, 1971, p. 9, n. 1.102, Col. Que sais-je?) observa que essa raça se formou em um verdadeiro combate pela existência, irrigando as terras, protegendo-as com diques por causa das enchentes, lutando contra as calamidades naturais etc. O crescimento demográfico dos três últimos séculos levou os chineses a ocuparem parcelas de terra cada vez menores, "até o extremo limite dos meios de produção".

162. "A presença européia nos portos, a exploração das minas e das estradas de ferro não atingiram senão a epiderme deste vasto subcontinente onde reinava a anarquia, salvo nos períodos em que um poder central forte apoiava os pequenos potentados locais" e permitia os trabalhos de irrigação e de exploração (cf. Frédéric Mauro, *História econômica mundial,* trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 479).

complexo industrial da Manchúria (colonizada pelos japoneses) foi desmantelado em 1945-1946 pela URSS (em cobrança de dívida de guerra do Japão) e Formosa se separou, restou à República Popular da China o conjunto industrial próximo de Xangai e umas poucas indústrias em Tien-Tsin (9%) e Cantão (3%). Assim, às vésperas da Liberação, a capacidade de produção industrial do país havia decaído em comparação com o decênio de 1930.

Com a Revolução de 1949, iniciou-se na China original experiência de construção de uma nova sociedade, embasada em intensas transformações estruturais, que passaremos a examinar resumidamente.

Estruturas de enquadramento

Durante muitos séculos, a ampla área que constitui a China representou um mundo à parte, separado da Ásia por grandes áreas desérticas e cadeias de montanhas, dificilmente acessíveis; e sua costa, banhada pelo Pacífico, só conduzia ao Japão e às Filipinas.

O povo chinês manteve-se, então, isolado durante muitos séculos, preocupado em dominar a natureza para dela obter os alimentos de que necessitava. Instalou-se, inicialmente, no Vale do Rio Amarelo e em seus arredores, onde começou a construir diques e canais para se defender das inundações.

Aos poucos surgiu um poder central para mobilizar a mão-de-obra e controlar o território: os reis que se sucederam eram, ao mesmo tempo, padres, reguladores da irrigação, controladores das inundações, intérpretes do culto e intermediários entre o povo e a divindade. Sua dominação, entretanto, não era pacífica, embora a explosão de numerosas rebeliões não conseguisse eliminar a monarquia.

A organização social era simples: como o sistema feudal desaparecera desde os primeiros tempos do Império, a classe dirigente compunha-se de pequena nobreza "letrada" e citadina, cujo poder estava ligado à propriedade rural. Seus filhos, depois de vários anos de estudos, geralmente passavam a desempenhar funções administrativas. Assim, a combinação poder rural + educação + administração pública permitiu-lhes manter a posição durante séculos, mesmo após convulsões sociais acompanhadas de redistribuição de terras. Como "letrados", acabavam retomando as funções administrativas e, em seguida, adquiriam terras outra vez.

A classe camponesa sempre foi mais numerosa, sem haver propriamente uma significativa classe média urbana entre

a população rural e "letrados". Havia alguns ricos comerciantes, muitas vezes "letrados", mas sem autoridade política, mesmo quando distinguidos com honrarias oficiais. Mas quando alguns deles se tornavam proprietários fundiários, passavam a integrar a elite "letrada" dirigente.

As relações com os países estrangeiros também marcaram a evolução da China até 1949. Durante quase dois séculos os "bárbaros", isto é, aqueles que estavam além de suas fronteiras, foram contidos em seus planos expansionistas [163] e os chineses mantiveram o dogma de sua superioridade no contexto dos ensinamentos morais e políticos de Confúcio.

Assim, o isolamento, a agricultura e o confucionismo representaram os três suportes fundamentais da antiga cultura chinesa [164].

A partir de 1911, com a revolta da guarnição de Wutchang, em Yang-Tse, iniciou-se longo período conturbado e instável, durante o qual se desenrolaram as duas Grandes Guerras e uma guerra com o Japão, além da guerra civil que esgotou ainda mais os recursos humanos e materiais da China.

A República que se instalou refletia a instabilidade da própria situação social e econômica do país, com gabinetes efêmeros, quase sempre ligados à corrupção e ao ópio.

Por volta de 1921, com o auxílio da URSS, o partido nacionalista ou Kuomintang aliou-se ao PCC para estabelecer uma república democrática, liquidar os privilégios dos estrangeiros, reconquistar o Norte, eliminar os senhores da terra etc.

---

163. A princípio somente os árabes realizavam trocas com os chineses nos portos costeiros, mas no século XVI surgiram os portugueses, logo depois seguidos dos holandeses, espanhóis, ingleses e franceses. Os objetivos expansionistas dos estrangeiros, entretanto, somente se concretizaram com a decadência do Império, no final do século XIX (em 1860 Pequim foi tomada pelos franceses e ingleses, em 1884 os franceses se estabeleceram na Indochina, e em 1895 os japoneses ocuparam a Coréia e Formosa).

Os chineses compreenderam, então, que suas estruturas sócio-econômicas estavam ultrapassadas, que sua economia arcaica não lhes permitia alimentar a crescente população e que seu sonho de soberania universal estava desfeito.

164. "A China havia sido, ao mesmo tempo, a Grécia e a Roma do Extremo Oriente. Havia dado o pensamento, as artes, as leis e o sistema de governo. Nada de essencial à sua civilização viera do exterior e quando, numerosos séculos após à sua modelação, o budismo indiano atingiu a China, o quadro era muito rígido para ser remodelado. De todas as influências estrangeiras que chegaram à China, somente o budismo deixou marca profunda, mas a cultura chinesa impôs-lhe uma transformação ainda mais profunda. A Índia teria podido tornar-se a Terra Santa da China, pois o budismo, a religião revelada, orientou toda a sua civilização, como o fez o Cristianismo no Ocidente. Tal não se deu" (G. P. Fitzgerald, *Des mandchous à Mao Tsé-Toung*, Paris, Ed. Calmann-Lévy, 1968, p. 33).

Em 1927, outra revolução, liderada por Chang Kai-Chek, com apoio de banqueiros, comerciantes e outros grupos que não desejavam a guerra com o estrangeiro, tomou o poder e iniciou longa luta contra os comunistas. Estes começaram a controlar algumas áreas, nas quais efetuaram várias reformas estruturais, atraindo a simpatia popular, uma vez que Chang Kai-Chek nada fez, preocupando-se somente com a eliminação dos inimigos internos, que eram os comunistas.

Em 1931, a necessidade de reagir à investida de conquista do Japão enfraqueceu ainda mais a China. Em 1946 fracassou a tentativa de organizar um governo de coalizão; o Kuomintang não aceitou nenhuma limitação de seu poder, nem a realização de reforma agrária. A situação era confusa: os comunistas exigiam controle do poder; os "letrados" e os camponeses deixaram de apoiar o Kuomintang, que se afundava na corrupção.

A contra-ofensiva comunista tomou Pequim em 1949, pondo fim ao nacionalismo Kuomin e iniciando a era do Jenmin, com a República Popular. Começou, então, uma fase de profundas transformações estruturais do país orientada pela filosofia marxista; abandonou-se, então, o milenar modo de viver.

A educação deixou de ser privilégio de uma minoria (os letrados), para se estender a toda a população. Popularizou-se o ensino, eliminando-se o atraso cultural anterior à Liberação (quando mais de 80% da população era analfabeta). Além dos centros docentes primários, secundários e superiores, foram criados institutos e escolas de ensino técnico para trabalhadores. Juntamente com a rede escolar administrada pelo Estado, as comunas populares e as brigadas de trabalho instalaram cursos especiais, com subvenção estatal, adaptados às peculiaridades das zonas agropecuárias. Todos passaram a estudar: crianças, jovens, operários, campesinos, soldados, funcionários administrativos etc.

A Grande Revolução Cultural procurou transformar os métodos de ensino tradicionais de acordo com as instruções de Mao Tsé-Tung: a educação deve servir à política proletária e, para isso, precisa ser combinada com o trabalho produtivo, de maneira a permitir o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos cidadãos, formando trabalhadores cultos e com consciência socialista. Em seguida, em 1970, quando as universidades foram reabertas, a duração, o conteúdo e a metodologia estavam profundamente modificados e estruturados para formar quadros a serviço do povo, e não uma elite sem liame com o mundo da atividade sócio-econômica. No sentido de

estreitar o contato com a realidade e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças entre trabalhadores manuais e intelectuais, os alunos e os professores passaram a deixar o *campus* para viver algumas semanas ou meses em uma pequena vila ou em uma indústria, onde as aulas teóricas se alternavam com a participação no trabalho produtivo.

A China tem sido apontada pelos especialistas em assuntos orientais como regime econômico socialista de planificação centralizada que, em pouco tempo, conseguiu acionar o arranque para o desenvolvimento.

A denúncia dos quatro "velhos" — velhos costumes, velhos hábitos, velhas maneiras, velhas idéias — entretanto, testemunha a persistência de resistências à mudança em algumas estruturas de enquadramento. Assim, apesar do grande esforço no sentido de elevar o nível cultural e o padrão de vida dos trabalhadores, dentro dos princípios marxistas, as profundas raízes tradicionais dificultam a eliminação total dos liames que prendem o chinês ao passado. Mais de uma vez os fatos comprovam a menor maleabilidade das estruturas psicológicas em comparação com as estruturas econômicas.

Por isso, vem muito a propósito citar, como exemplo de estruturas de enquadramento que ainda sobrevivem na China, as observações colhidas por Peyraube-Maître e Nivard em sua estada em Weijiacunr, comuna de Lugouquiao, nos arredores de Pequim, durante a primavera de 1975 [165].

— As terras são cultivadas em comum, de modo que o trabalho produtivo não mais se efetua na granja familial; mas como a família extensa continua sendo a célula econômica de base, os ganhos de todos os membros são entregues ao "ancestral", para geri-los e decidir sobre as despesas.

— O universo afetivo da família, na zona rural, permanece sólido: qualquer separação, ainda que breve, apresenta-se dramaticamente.

— Na constelação familial, quem toma as decisões mais importantes é o homem mais velho; na sua falta, é a mulher mais idosa.

— Entre os agricultores, o casamento ainda se faz, na maioria dos casos, por apresentação, cabendo o papel de intermediário a uma mulher. Há casos em que a apresentação toma

---

165. E. Peyraube-Maître e J. Nivard, Révolution et vie quotidienne dans un village de la banlieue de Pékin, *Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement*, Pàris, BECC, École des Hautes Études en Sciences Sociales, *40*:63-96, jul./dez. 1976.

o aspecto de "regulamentação oficial" de um sentimento que o grupo já havia percebido: dois jovens sentem mútua simpatia e um deles encarrega seu (ou sua) amigo(a) de dizer ao outro que apreciaria conhecê-lo.

— A família rurícola adere ao ideal campesino de frugalidade, de moderação e de poupança, com o objetivo de construir uma casa nova. Na ordem de preferências, depois da casa vem a bicicleta (uma ou duas). Rádio transistor, relógio, máquina de costura etc. são considerados úteis pelos jovens e supérfluos pelos velhos. Todavia, para realizar uma destas compras, o jovem camponês não pode prescindir da concordância da autoridade do lar.

— Embora na família rural os jovens sejam considerados "crianças", na vida da aldeia desempenham papel dinâmico: são "médicos de pés descalços", contadores, animadores de reuniões políticas, além de vários outros encargos e responsabilidades.

Após essas considerações, estudemos as estruturas da atividade econômica da República Popular da China.

Estruturas da atividade econômica

Apesar da dificuldade de informações estatísticas e de bibliografia sistemática recente [166], tentaremos resumir as principais características da atividade econômica da China, no contexto evolutivo das diversas etapas de implantação do regime de economia socialista integralmente planificada.

De fim de 1949 [167] até o fim de 1952 — fase definida por Mao Tsé-Tung como *Nova Democracia* — o Partido Comunista

166. A partir de 1960 a China não tem divulgado regularmente suas estatísticas. As especulações dos observadores sobre as possíveis razões desse silêncio podem ser resumidas em duas principais: explicações político-econômicas — não-divulgação das dificuldades enfrentadas nos últimos tempos e precaução contra espionagem; explicações técnicas — em alguns períodos conturbados, como o da "Grande Revolução Cultural Proletária", alguns serviços centrais foram desorganizados (de estatísticas, p. ex.).

O fato é que, depois de 1960, há somente estimativas elaboradas pelos economistas ocidentais com base em dados fragmentários divulgados pelo Governo chinês, por ocasião de reuniões oficiais ou de entrevistas com jornalistas ocidentais, ou projeções de técnicos, a partir dos dados até 1960, e que, portanto, não consideram as modificações posteriores.

167. Antes da Revolução de 1949 o PCC aplicara experimentalmente no Yenan (Chen-si), desde 1935, e depois nas "regiões liberadas", o programa que inspirou o texto constitucional da República Popular, adotado aos 29 de setembro de 1949 pela Conferência Consultiva do Povo Chinês, com o nome de Programa Comum (cf. Menguy, *L'économie*, cit., p. 18).

Chinês (PCC) procurou efetivar as medidas indispensáveis à implantação do socialismo. Neste sentido, foram realizadas as transformações estruturais consideradas importantes: consolidação das forças nacionais de apoio à Revolução em torno do PCC; redistribuição das terras aos camponeses ("principal força da Revolução"); conservação de algumas funções desempenhadas pela burguesia chinesa (com exclusão dos burgueses ligados ao capital estrangeiro e dos detentores do capital burocrático associado ao Governo reacionário e, evidentemente, dos detentores do capital estrangeiro. Mao Tsé-Tung considerou que "o programa da Nova Democracia transformaria a China em país politicamente livre e economicamente próspero" [168].

O *Programa Comum* (instituído pelo texto constitucional de 29-9-1949, com base na experiência anterior do PCC nas "regiões liberadas") definiu no capítulo IV a nova política econômica da República Popular da China — desenvolver a produção e a economia, mas levando em consideração os interesses públicos e privados, bem como coordenando e dirigindo os setores econômicos considerados indispensáveis ao restabelecimento da economia nacional [169], a saber:

— setor de economia pública;

— setor de economia cooperativa;

— setor de economia individual dos camponeses e artesãos;

— setor de economia capitalista privada;

— setor de economia capitalista pública.

As autoridades governamentais tentavam, assim, evitar as dificuldades enfrentadas pela URSS, em decorrência da coletivização maciça da indústria e, em seguida, da agricultura [170].

---

168. Mao Tsé-Tung, *La nouvelle démocratie,* 1940, apud Menguy (*L'économie,* cit., p. 18).

169. Menguy (*L'économie,* cit., p. 19) resume os objetivos do Programa Comum, relativamente aos cinco setores: "1. o setor agrícola seria caracterizado pela reforma agrária, condição do desenvolvimento das forças de produção e de industrialização; 2. o setor nacionalizado, 'de natureza socialista', compreendia as empresas essenciais à vida econômica do país. Esta economia de Estado seria a 'força diretriz de toda a economia', a 'base material' de uma economia próspera; 3. o setor cooperativo, de natureza 'semi-socialista', seria encorajado de acordo com tratamento preferencial; 4. o setor privado seria estimulado se fosse útil ao interesse nacional; e 5. o setor misto, que associava capital privado e capital do Estado, tenderia para o capitalismo de Estado".

170. Nessa fase de transição, a China não destruía a propriedade privada "no interesse da produção", chegando mesmo a encorajá-la, com a condição de que fosse importante para a promoção do desenvolvimento global da economia social e de que se submetesse ao controle governamental.

O Programa Comum preparava, pois, a transição para a sociedade socialista.

De maneira esquematizada, podemos dizer, então, que de 1949 a 1952 o Estado reorganizou o sistema monetário e financeiro, implantou a reforma agrária, estimulou e, depois, impôs a constituição de cooperativas de camponeses, aparelhou-se para realizar a planificação total etc.

Relativamente ao *sistema monetário e financeiro*, o Estado começou pela nacionalização dos bancos, criação do Banco Popular da China, restabelecimento do equilíbrio orçamentário e do comércio exterior, bloqueio dos preços, monopolização do comércio atacadista, reforma do sistema fiscal (imposto *in natura* sobre a produção agrícola e imposto progressivo sobre os ganhos industriais e comerciais) etc.

Quanto à *reforma agrária*, o Estado não adotou a expropriação violenta dos proprietários fundiários, como ocorrera nas regiões conquistadas pelo PCC antes de 1949 [171]. A lei agrária de 1950 distinguiu várias categorias de proprietários: o grande proprietário que mantinha prepostos para o cultivo da terra e vivia de rendas na cidade; o grande proprietário que dirigia diretamente a cultura, efetuada por assalariados; o proprietário que contava com um único empregado; o proprietário que trabalhava a terra somente com os membros de sua família etc. O Estado expropriou completamente e sem indenização apenas os proprietários de "mãos brancas"; expropriou parte da propriedade daqueles que utilizavam assalariados, permitindo-lhes a conservação de uma pequena área; manteve o camponês cultivador de sua terra com um só operário rural, "com a condição de ter menos de 25% de sua renda proveniente de fontes exteriores ao trabalho agrícola" [172]; e para o camponês minifundiário e o camponês sem terra, deu área suficiente para cultivá-la com sua família [173].

No cômputo geral, a reforma agrária instituída beneficiou o camponês médio, o que preocupou o PCC quanto à possibili-

171. Nessa fase tornou-se conhecido o chamado "Dia das Amarguras": os camponeses convocavam os proprietários, apresentavam-lhes suas críticas e, depois, pronunciavam o confisco de suas terras e linchavam-nos (apud André Philip, *Histoire des faits économiques et sociaux, de 1800 à nos jours*, Paris, 1963, p. 456).

172. Cf. Frédéric Mauro, *História*, cit., p. 480.

173. Os grandes proprietários que perderam suas terras representavam apenas 10 a 15% do total; 35% permaneceram intactos; pouco mais de 50% da população recebeu pequenas parcelas de terra: "em 108 milhões de hectares cultivados, 47 foram distribuídos a 300 milhões de camponeses, ou seja, uma média de 67 ares por família" (André Philip, *Histoire*, cit., p. 456).

dade de aparecimento de uma classe semelhante aos *kulaks* soviéticos, em detrimento do proletariado agrícola, que abandonava os campos e se dirigia para as cidades.

Para impedir o êxodo rural, prover as cidades de gêneros alimentícios e, ao mesmo tempo, estimular a industrialização, o PCC tomou uma série de medidas, sobretudo por volta de 1951, tendo em vista melhor utilização dos recursos humanos. Dentre tais medidas encontravam-se: a renúncia à mecanização e o fomento às cooperativas. Quanto a esta última, o processo de criação de *cooperativas camponesas* foi logo depois acelerado e, a seguir, imposto coercitivamente.

Mauro [174] refere-se a quatro etapas na efetivação das medidas governamentais: a ajuda mútua temporária (durante as colheitas) e ajuda mútua permanente (com o instrumental de trabalho em comum), a cooperativa semi-socialista (onde os bens comuns dos aderentes, como terras, ferramentas e gado, dão lugar à atribuição de quotas-partes, e o produto líquido é repartido em partes iguais entre as quotas-partes e o trabalho) e enfim a cooperativa socialista (com propriedade inteiramente coletiva e onde não resta senão a remuneração do trabalho e algumas compensações para certos produtos).

Nessa fase a China busca, ainda, inspirar-se no modelo soviético de comuna, artel e *toz*, genericamente denominados *kolkhoz* [175]. E tal como na URSS, as preferências do PCC recaem sobre a comuna, de maneira que, em breve, a China abandonará o esquema do artel para se concentrar na difusão da comuna, como veremos adiante, relativamente ao I Plano Qüinqüenal.

Para concluir o período da Nova Democracia, registraremos o esforço governamental nos demais setores econômicos: os *artesãos* e os *comerciantes* foram organizados em cooperativas para facilitar a estatização e as *indústrias privadas* mantidas, mas sob intenso controle, apenas para não desorganizar a produção. Neste caso, o Estado preservou os quadros técnicos e administrativos e até mesmo os empresários portadores de capital, mas sob diferentes "arranjos": cuidava apenas dos planos de produção e de comercialização; ou incluía também a administração ou assumia inteiramente a direção da empresa ou a nacionalizava.

Enfim, o Estado criou os instrumentos de planificação e as instituições incumbidas de acioná-los (Comissão de Estado

---

174. Frédéric Mauro, *História*, cit., p. 480.

175. Cf. a parte relativa à URSS: item 1, § 2.º, Seção II, deste Capítulo.

para o Plano, Ministérios técnicos e econômicos etc). Então, teve início o *segundo período*, correspondente ao *I Plano Qüinqüenal (1953-1957)*.

Considerado "tipo soviético clássico", o I Plano destacava os seguintes pontos básicos:

— estimular o desenvolvimento das indústrias do Estado relativamente aos bens de produção, para favorecer o crescimento rápido da indústria pesada;

— dirigir o desenvolvimento da agricultura no sentido de assegurar suficiente provisão de cereais e alimentos para a população, bem como matéria-prima para a indústria;

— manter as etapas do crescimento da produtividade do trabalho mais elevadas do que as taxas de aumento salarial, para assegurar a acumulação do capital;

— estabelecer novos centros industriais próximos às fontes de matérias-primas.

Com o I Plano, os líderes chineses esperavam duplicar a produção industrial do Estado em setores considerados vitais para a aceleração do desenvolvimento econômico nacional (contagem com apreciável participação financeira e técnica da URSS); introduzir modificações estruturais nos setores do comércio e da indústria privados, para provocar sua progressiva evolução em direção ao capitalismo público; acelerar a cooperativização dos camponeses etc.

Realmente, nos cinco anos do I Plano, as estruturas econômicas e sociais da China foram totalmente modificadas, e o setor privado já havia sido praticamente extinto por volta de 1957.

Para acelerar o processo de cooperativização, Mao Tsé-Tung propôs, em fim de 1955, que antes da primavera de 1956 e de 1958 30 milhões e 50 milhões de lares, respectivamente, aderissem às cooperativas, juntando-se aos 30 milhões de famílias já cooperativizadas. O sucesso, porém, superou as expectativas: já em 1956, 96% dos camponeses e 90% das terras cultivadas estavam reunidos em cooperativas-*kolkhozianas*, e em 1957 a cooperativização já era total.

A economia, de modo geral, apresentou rápida evolução: taxa de crescimento da RN de 9,8% ao ano; acumulação de capital, 21%. Mas os desequilíbrios entre os setores da atividade econômica causaram apreensão: em 5 anos, o crescimento da agricultura havia sido de 26%, enquanto o da indústria fora de 123%. A situação era paradoxal: o setor industrial, que absorvia a metade dos investimentos, empregava apenas 8%

da mão-de-obra, e o setor agrícola, com 80% da população ativa, recebia apenas 12% dos investimentos.

O I Plano, todavia, marcava apenas o início de ampla reforma estrutural [176], que deveria continuar com o *II Plano Qüinqüenal (1958-1962)*, dentro da linha de prioridade à indústria pesada, para transformar a China em moderno país industrial.

Mas as tensões inflacionárias, os funis de estrangulamento, a insuficiente produtividade agrícola, o "inchamento" das aglomerações urbanas etc. acentuavam o descompasso entre as crescentes necessidades impostas pela explosão demográfica, o baixo ritmo do crescimento agrícola e a intensa industrialização não absorvedora de mão-de-obra.

Sem abandonar o II Plano, o Governo decidiu enfrentar os problemas cruciais no contexto da aceleração da passagem da China socialista para a China comunista. Durante o Congresso Nacional do Povo (fevereiro de 1958) lançou, então, apelo ao país para a realização do "Grande Salto para a Frente" [177].

Nesse sentido, procurou incrementar o desenvolvimento harmonioso da atividade econômica, isto é, com a eliminação dos desequilíbrios entre a agricultura e a indústria, mediante uma série de medidas:

— fusão das cooperativas em comunas populares — grandes agregados de 10 mil a 50 mil pessoas, mobilizadas para o trabalho agrícola e industrial, e que passaram a constituir a célula básica do ponto de vista social, administrativo e militar. Com suas creches, escolas, cantinas, lavanderias etc., assumiram a maior parte das responsabilidades da família campone-

---

176. O quotidiano de Pequim — *Renmin Ribao* (janeiro de 1958) comentava os resultados do I Plano, "graças à direção do Partido, à diligência de todo o povo e à assistência de outras nações-irmãs". Apesar do êxito, reconhece que seriam necessários "dez a quinze anos para criar os fundamentos industriais e agrícolas modernos", "para ultrapassar a Grã-Bretanha na produção de aço; e vinte a trinta anos para "igualar e ultrapassar economicamente os Estados Unidos e conduzir a sociedade socialista à sociedade comunista. Esta é a tarefa gloriosa e árdua do povo chinês" (apud P. Trolliet, *Tiers Monde,* Paris, PUF, jul./set. 1964).

177. A. Philip (*Histoire,* cit., p. 456) expôs os problemas dos dirigentes chineses, que buscavam aumentar a produção de alimentos e criar emprego para uma população em rápido crescimento. Daí o estímulo a pequenas indústrias, a desconcentração da produção, a utilização de toda a mão-de-obra disponível para melhorar as culturas, renovar o artesanato, criar pequenos mercados locais para atendimento das necessidades do campesinato etc. Para isso, foi necessário criar uma verdadeira NEP, fazer apelo às iniciativas individuais e, sobretudo, consagrar a maioria dos investimentos a outras atividades que não a indústria pesada.

sa liberando a mão-de-obra (especialmente a feminina) para os trabalhos rurais, de pequenas indústrias, construção de barragens, irrigação e outros [178];

— *hiperinvestimento humano* ou multiplicação de instituições coletivas (do tipo jardim de infância, educação maternal, casas coletivas para velhos, restaurantes etc.) em decorrência da mobilização de toda a população ativa para o trabalho produtivo e da transformação do camponês em assalariado;

— multiplicação das *pequenas unidades de produção* para fabricar aço (pequenos altos-fornos), adubos, extrair carvão, minérios etc.

O "Grande Salto para a Frente" apresentou, em seu conjunto, significativas taxas de crescimento nos diversos setores econômicos. Várias dificuldades, entretanto, impuseram, desde o início dos anos 60, sucessivas modificações, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes:

— alteração da *política econômica geral* (execução de projetos de investimentos com os próprios recursos econômicos e técnicos internos), em face das difíceis relações com a URSS, e da *política de cada unidade econômica,* no sentido de maximizar sua produção sem recorrer ao auxílio do Estado;

— reorientação da *política exterior,* com perspectivas de melhores relações com a URSS [179] (depois de mais de 20 anos

---

178. As comunas populares, instaladas num total inicial de 26 mil (e que logo depois se elevou a quase 80 mil) fizeram desaparecer a vila como centro da vida local. Organizações polivalentes, com funções econômicas, sociais, administrativas e militares, reuniram todas as cooperativas de um "xiang", ou cantão rural, com grupos de pessoas que variavam entre os parâmetros 10 mil e 100 mil. No ápice de sua administração está a Assembléia dos Representantes da Comuna, com um mandatário para cada 120 pessoas, eleito por dois anos; como órgão supremo, deve discutir o plano e assegurar sua execução, fixar o orçamento, regulamentar a distribuição, retribuição e disciplina do trabalho. Compete-lhe, ainda, eleger os componentes do Comitê de Administração e do Comitê de Controle (ambos com mandato de dois anos): o primeiro conta com cerca de 50 membros, que dirigem a vida da comuna em todos os seus aspectos, por meio de departamentos, comissões, serviços especiais para os diferentes setores (agricultura, indústria, comércio, comunicações, serviços sociais, defesa etc.); o segundo supervisiona o conjunto da comuna, sendo muitas vezes substituído por organizações de base do Partido.

Em cada comuna há "brigadas de produção", com 200 ou 300 famílias, divididas em "equipes de produção" (com mais ou menos 40 famílias). Um Comitê de Brigada reparte as tarefas entre as equipes de produção (apud P. Trolliet, Les communes populaires rurales chinoises, *Tiers Monde,* Paris, PUF, p. 231-6, jan./jul. 1962).

179. Um dos recentes gestos de conciliação com a URSS foi a mensagem que a China lhe enviou a respeito do 60.º aniversário da Revolução de 1917, expressando "calorosas congratulações e os melhores votos do povo chinês

de desligamento), consolidação do intercâmbio com os antigos "parceiros ocidentais" [180], estreitamento dos contatos com os vizinhos geográficos (Coréia do Norte, Vietnã do Norte) e o Terceiro Mundo (sobretudo afro-asiático);

— atenuação do gigantismo das comunas e da excessiva centralização do poder decisório, atribuindo certa liberdade de ação às brigadas e às equipes de produção;

---

ao povo soviético". A mensagem também propôs melhora "passo a passo" nas relações entre os dois países, no interesse da paz na Ásia e no mundo. "Os dois lados deveriam trabalhar em conjunto para a consecução desta meta mediante negociações, ações concretas e remoção dos obstáculos." Ao mesmo tempo Pequim criticou a presença no Afeganistão das tropas soviéticas e pediu aos outros países que fornecessem apoio "moral e material" aos guerrilheiros afegãos. Neste sentido, o *Diário do Povo,* jornal do Partido Comunista, em editorial, lembrou o terceiro aniversário da invasão soviética do Afeganistão e acusou a União Soviética de ameaçar a segurança da China ao reunir tropas na fronteira sino-afegã. Citou três obstáculos no caminho de melhores relações com a União Soviética: a continuidade do apoio soviético ao Vietnã no Camboja, a presença de grande número de tropas russas nas fronteiras da China e a ocupação soviética do Afeganistão.

As razões das dificuldades nas relações sino-soviéticas não têm sido divulgadas, mas parece que a controvérsia ideológica desempenha papel relevante (em especial, as divergências sobre as concepções de paz, de guerra, de coexistência pacífica, da passagem do socialismo ao comunismo, da ditadura do proletariado etc.). Junta-se a isso a recusa de concessão de arma nuclear aos chineses por Krutchev, em junho de 1959, e a disputa pela liderança da Revolução socialista mundial, além de várias razões secundárias (como o problema das fronteiras entre ambos). O fato é que a URSS suspendeu a ajuda técnica e financeira à China e, no verão de 1960, recolheu todos os seus técnicos, deixando muitas instalações industriais inacabadas e causando grandes prejuízos aos chineses. A amizade sino-soviética, que começara com a Liberação (a 14-2-1950 já fora assinado o "Tratado da Amizade", aliança e assistência mútua), representou, inicialmente, importantes empréstimos à China, além de participação de 50% no capital de empresas chinesas de materiais não-ferrosos, aviação civil, indústria pesada etc. Durante o 1.º Plano Qüinqüenal, a URSS concedeu empréstimo, cooperou tecnicamente na formação de pessoal para a planificação, forneceu material e *know-how* para a montagem de usinas etc.; em troca, a China exportou para a URSS gêneros alimentícios, tecidos, minerais etc.

Em 1958 começou a haver indícios de desentendimentos entre ambos; apesar disso, novos acordos foram assinados em agosto de 1958 e em fevereiro de 1959, estabelecendo, inclusive, ajuda à eletrificação chinesa.

180. No momento em que a URSS suspendeu sua ajuda financeira e técnica à China, esta voltou-se para o Ocidente; mas, com nova política de importação de produtos manufaturados e de bens de produção (cujos volumes importados caíram, respectivamente, de 28% para 15%, e de 39% para 16%), provenientes, sobretudo, da República Federal da Alemanha e da Grã-Bretanha. Dentre seus compradores, destacam-se, desde o início, os dois referidos países europeus.

Em seguida, a China e o Japão estreitaram suas relações econômicas, embora em nível inferior ao de antes da II Grande Guerra.

— regularização do crescimento sócio-econômico, despojado das ambições do "Grande Salto para a Frente", mas ainda mantido no quadro de uma economia inteiramente socializada;

— manutenção de equilíbrio entre os diversos setores da atividade econômica, segundo o *slogan* "andar com as duas pernas".

Teve início, então, em 1966, a *Grande Revolução Cultural*, que durou cerca de 3 anos e fez aflorar problemas concernentes à excessiva burocratização, às relações entre os intelectuais do PCC e os militantes, à necessidade de evitar o desemprego ligado à estagnação industrial (como ocorrera em 1961), à prioridade de investimentos na indústria pesada, em detrimento de outros setores econômicos etc.

Pouco se conhece desse período, mas parece que a China se encontrou diante da alternativa de moderar e liberalizar o socialismo, tal como fizera a Europa Oriental (autonomia dos diretores das empresas estatais, utilização do lucro como critério de eficácia, tolerância de um significativo setor privado na agricultura ou mesmo volta à exploração de tipo familial etc.), ou manter suas diretrizes. A opção foi anunciada durante o plenário do VIII Comitê Central (setembro de 1965): a China passava a dar prioridade ao setor agrícola e mantinha a "luta de classes instaurada com o estabelecimento do Estado".

A 3 de setembro de 1965 o Mal. Lin-Piao pronunciou o discurso "A vitória da guerra popular", que marcou o início da *Revolução Cultural*, realizada de 1966 a 1969, em três etapas: inicialmente, a luta se desencadeou contra as escolas; as universidades (acusadas de difundir conhecimentos abstratos, quase em relação com a realidade, e operar uma seleção do saber), os escritores e os membros do PCC que os protegiam; em seguida, contra os partidários da liberalização econômica[181] e, finalmente, contra os chefes do PCC.

181. Os numerosos cartazes colocados pelos jovens "guardas vermelhos" nos lugares mais movimentados das cidades indicavam os "pontos" principais da Revolução Cultural, apresentada como ataque aos "indivíduos do poder que haviam tomado o caminho para o capitalismo". E entre os que simbolizavam o antigo regime estavam os comerciantes e diversos "profissionais frívolos" — "merecedores de reprovação e repugnância".

Do conjunto de itens dos cartazes dos "guardas vermelhos" do pensamento de Mao Tsé-Tung, apresentados pela Escola Secundária "Revolta n. 1" (ex-Escola Secundária n. 66 de Pequim), destacam-se os seguintes: fechamento das lojas de artigos fúnebres e de casamento, de antigüidade, produtos importados, "flores, peixes vermelhos, gaiolas para passarinhos" etc.; cessação das atividades dos táxis (que foram levados para os campos ou para unidades militares); proibição de profissões "não convenientes", como lutadores de boxe, cômicos, "cantoras de tamborim", médicos particulares etc. (apud *Le Monde*, cit., diversos números, 1970).

Esse período foi marcado por grande efervescência no país e importante mobilidade da população: grupos de "guardas vermelhos", provenientes de todas as províncias, chegavam a Pequim a pé, de bicicleta, de caminhão, de trem, para grandes manifestações, sobretudo no segundo semestre de 1966 (8 dentre eles reuniram cerca de 10 milhões de jovens). Todos iam ouvir Mao Tsé-Tung, que os conclamava a desmascarar os entravadores da marcha para o comunismo.

Alguns estudiosos dos problemas orientais destacaram a intenção de Mao de reafirmar os princípios do socialismo autêntico, colocar o objetivo social acima do objetivo econômico e estabelecer uma sociedade mais justa, ao invés de uma sociedade de crescimento econômico acelerado. Sua ambição de ser o "arquiteto social", fundador de uma nova sociedade com novos homens, não excluía, entretanto, a finalidade econômica dos movimentos sociais [182].

O raciocínio dialético de Mao levou-o a ver na pobreza do seu país o motor das reformas sócio-econômicas, exprimindo suas idéias poeticamente: "em uma folha em branco, tudo é possível — pode-se escrever o que há de mais novo e de mais belo". "O povo chinês tem, ao mesmo tempo, vontade e capacidade: saberá, em futuro não longínquo, atingir e ultrapassar os níveis mais elevados do mundo."

Na Revolução Cultural, a máxima de Mao que preconizava o estímulo das capacidades produtivas pela consciência socialista, pela ideologia [183], foi amplamente utilizada. E no esforço de acelerar as capacidades produtivas das massas, os jovens desempenharam papel relevante, dentro do pensamento de Mao, várias vezes manifestado, de que "o futuro da China depende dos jovens", "dinâmicos, em pleno resplandecimento, como o sol às oito ou nove horas da manhã", e "menos presos às idéias conservadoras".

---

182. O "Grande Salto para a Frente" não havia dado os resultados previstos. A própria modificação estrutural fora insuficiente para provocar mudanças decisivas na economia. Daí a necessidade de mudar o próprio homem e empreender uma revolução ética, sob a direção do PCC. Liberado completamente dos entraves da velha sociedade, o homem poderia chegar à idade de ouro. Esta, segundo Deleyne (*L'économie chinoise,* Paris, Ed. Seuil, 1975, p. 157-69), teria sido a gênese do Grande Salto.

183. "Ao reconhecer, escreveu Mao Tsé-Tung, que no curso geral do desenvolvimento histórico o material determina o espiritual e o ser social determina a consciência social, reconhecemos e devemos reconhecer a reação do espiritual sobre o material, da consciência social sobre o ser econômico" (apud Deleyne, *L'économie,* cit., p. 157-69).

Deleyne [184] observou que os artesãos da Revolução Cultural preconizavam a igualdade entre todos os cidadãos, por acreditarem que é mais fácil aceitar a austeridade quando o nível de vida é uniforme. Por isso, valorizaram o trabalho manual e a vida no campo, a simplicidade de costumes e a frugalidade, o que evoca Jean-Jacques Rousseau, "cujas obras são conhecidas de muitos dos dirigentes chineses, e que foi um dos inspiradores da filosofia maoísta". O igualitarismo que seria mal recebido na moderna sociedade industrial estava mais de acordo com a realidade chinesa — "uma sociedade muito pobre para que as desigualdades fossem toleráveis".

Com a Revolução Cultural, Mao revelou-se, para alguns observadores, "o revolucionário que revoluciona os campos", mas ao mesmo tempo "o camponês que salva o camponês", não permitindo que a modernização da China Popular fosse feita em detrimento da zona rural. E "sua prudência diante das máquinas continua a tradição da China antiga" [185].

Após as dificuldades que acompanharam a fase inicial da Revolução Cultural (como a desorganização dos já insuficientes meios de transporte, ante os deslocamentos das massas populares; perturbações no fornecimento de matérias-primas às indústrias; muitas jornadas de trabalho perdidas; paralisação de várias atividades comerciais "frívolas" etc.), já no fim de 1968 a taxa do PNB retomava o ritmo ascendente [186].

A planificação qüinqüenal da economia, substituída por programas fixados anualmente, desde o Grande Salto em 1958, foi retomada: Planos de 1966-1970, de 1971-1975 e de 1976-1981. Chu-En-lai anunciou o preparo de um Plano Decenal (1975-1985) para servir de guia aos planos qüinqüenais e anuais.

---

184. J. Deleyne, *L'économie*, cit., p. 157-60.

185. Robert Guillam (*Le Monde*, 21 set. 1971) comenta a diferença de Xangai em comparação com as diferentes épocas em que a visitou: aquela que fora a mais ocidentalizada de toda a China disse "não" ao desenvolvimento de tipo ocidental: suprimiu os automóveis e todos os atributos urbanos do Ocidente — publicidades sob a forma de cartazes e anúncios luminosos; o álcool e os *bistrots;* a febre do dinheiro e da rede bancária etc. Após o banho de "formol dos medicamentos comunistas", começou a surgir um outro universo; "dissipadas as chamas e as fumaças da Revolução Cultural", procurou-se o "modelo chinês", bem diferente do modelo ocidental.

Comenta, ainda, a diferença que observou na zona rural: introduziu-se uma certa mecanização, mas cautelosamente, para não desalojar a população, ao contrário do que fez no Ocidente (onde a máquina expulsou o homem para a cidade).

186. Parece que a produção industrial teria diminuído de 15 a 20% em 1967, afetando todos os setores da atividade econômica. A partir de 1968, porém, teria havido reação: por exemplo, a produção de aço teria passado

De acordo com o Relatório apresentado à Assembléia Nacional por Chu-En-lai (13-2-1975), o valor global da produção industrial passou de 100 a 290 em 1974 (ou seja, triplicou em 10 anos).

Entre as novas estratégias adotadas pela China, salientam-se as relativas ao comércio internacional: pela primeira vez, em mais de dez anos, o Governo deixou seu balanço de pagamentos tornar-se deficiário devido, ao que parece, à adoção do novo programa de importação de bens de equipamento e às expectativas de venda do petróleo que está sendo explorado em suas importantes reservas [187].

---

de 6 milhões de toneladas, em 1967, a 16 milhões em 1969 e 30 em 1974; a produção de petróleo bruto, de 11 milhões de toneladas em 1967 a 70 milhões em 1974; a colheita de cereais, em 1967, teria sido uma das melhores até então registradas na China (220 milhões de toneladas) etc. O quadro a seguir (apresentado pelo Comitê Econômico Conjunto — Congresso dos Estados Unidos-China, em 1975), para o período de 1949 a 1974, permite verificar o crescimento da economia chinesa:

Produtos, População, PNB	1949	1952	1962	1965	1969	1974
Cereais *	108	154	180	210	240	259
Aço bruto *	—	1	8	13	16	24
Petróleo bruto *	—	—	6	11	20	65
Fertilizantes químicos	—	—	3	10	11	25
Tratores (mil)	—	—	20	33	58	133
Bicicletas (milhões)	—	—	1	2	3	5
População (milhões)	530	564	686	723	774	838
PNB *per capita* ($ de 1973)	75	119	136	185	203	266

* milhões de t. métricas.

187. Nos últimos anos, a China passou a importar fábricas industriais completas dos países capitalistas mais avançados, aço do Japão, cobre, níquel e chumbo de vários países, cereais da Austrália e do Canadá etc. Exporta petróleo cru (Japão, Filipinas e outros), produtos têxteis, bicicletas, máquinas de costura, máquinas fotográficas, relógios, rádios (sobretudo para os países da Ásia) etc. Em 1971, a China restabeleceu relações comerciais com o Brasil, e vem importando algodão, soja, açúcar, minério de ferro etc. (apud Eduardo M. Suplicy, Os números da economia chinesa, *Folha de São Paulo,* 10 set. 1976).

As relações econômicas com os Estados Unidos e a União Soviética parecem refletir, ainda, o ressentimento dos chineses diante de duas superpotências hegemônicas, que disputam o domínio do mundo, enquanto a China "deseja ser uma terceira opção, principalmente para os países em desenvolvimento". No caso dos Estados Unidos isso "parece ter ficado claro com a apoteótica acolhida que os chineses deram a Tito, ao chegar a Pequim, uma semana depois de Vance" (secretário de Estado, que visitou Pequim em 22-8-1977). "Era a reabilitação de um antigo 'revisionista' e a reconciliação com um dos líderes do movimento dos países não-alinhados. Pela primeira vez Tito visitava a China e via — no sarcófago — Mao Tsé-Tung" (Carlos Veloso, Maoísmo começa a mudar, *O Estado de S. Paulo,* 9 set. 1977).

A maioria dos observadores previu que, apesar da expansão da economia chinesa, as perspectivas para o fim dos anos 70 e o início da década de 80 não eram otimistas: a renda média *per capita* manter-se-ia em níveis baixos (mais ou menos 300 dólares anuais); a população, essencialmente rural e artesanal, continuaria pobre, embora não miserável [188]; a produtividade não teria aceleração especial; o país continuaria resistindo à invasão da "sociedade de consumo"; os custos de sua "autarquização" e dos armamentos nucleares pesariam muito sobre o povo, em detrimento da elevação do seu padrão de vida etc.

Muitas dessas previsões, entretanto, já se desfizeram ante as grandes inovações introduzidas na economia após o falecimento de Mao Tsé-Tung, em 1976 [189]. Tais inovações, tanto no campo econômico como no social e político, estão ligadas à vitória da "ala moderada e pragmática" de Hua Kuo-Feng e à queda da "ala dos radicais", ligada à "camarilha" ou "bando dos quatro" (liderada pela esposa de Mao Tsé-Tung, Chiang-Ching). A divergência entre os dois grupos era antiga, mas preponderava a posição de Mao, que buscava uma sociedade radicalmente nova, com novos homens, e na qual o objetivo econômico não era o principal, como vimos [190].

---

188. Os chineses têm um padrão de vida muito distante daquele alcançado pelas nações industrializadas. "Sua renda *per capita*, hoje, pode ser estimada em pouco acima de US$ 300,00, ou seja, aproximadamente igual àquela da região Nordeste do Brasil. Mas o progresso social alcançado pela população tem sido substancial. O analfabetismo foi reduzido e as ameaças de fome e peste que, antes de 1949, atingiam periodicamente dezenas de milhares de chineses, foram praticamente eliminadas. Os padrões de saúde, nutrição, limpeza, educação primária e secundária do povo chinês, seja nas cidades ou no campo, são atualmente notáveis, quando se compara o que ocorre em outros países subdesenvolvidos. As pessoas hoje vivem de forma modesta, mas não há sinais de miséria. Usam roupa simples, cuja variedade vai aumentando gradualmente" (E. M. Suplicy, Os números da economia chinesa, *Folha de S. Paulo*, 10 set. 1976).

189. Às 18 horas do dia 9 de setembro de 1976, a Rádio de Pequim interrompeu sua programação para comunicar o seguinte: "O camarada Mao Tsé-Tung, o estimado e querido líder de nosso Partido, de nosso Exército e dos povos de todas as nacionalidades de nosso País, e grande mestre do proletariado internacional e das nações oprimidas, presidente da Comissão Militar, da Comissão Central do PC da China, presidente do povo da China, morreu aos 10 minutos do dia 9 de setembro de 1976". "De agora em diante, o esplendor de Mao Tsé-Tung iluminará para sempre o caminho do progresso do povo chinês" (Carlos Veloso, Maoísmo começa a mudar, *O Estado de S. Paulo*, 9 set. 1977).

190. O conflito entre Mao e seus partidários, de um lado, e os chamados "moderados da China", de outro, a respeito da administração econômica do país, atingiu seu ponto crítico em 1975, quando o ex-vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Ping teria tentado contra a pureza revolucionária criada

De qualquer forma, vários observadores sempre ponderaram não ser fácil a manutenção do modelo chinês de Mao, baseado no ideal do soldado-camponês, na exaltação do trabalho manual, da vida campestre e da frugalidade eqüitativa, ante os atrativos da "civilização de consumo", que automatiza a produção, libera a mão-de-obra dos trabalhos braçais, valoriza o lazer, o conforto material nos centros urbanos etc.

Hua Kuo-Feng procurou realizar "quatro modernizações": da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia, "para a China entrar triunfalmente no século XXI" [191].

Em seguida, sob a liderança de Deng Xiaoping (afastado por Mao Tsé-Tung em 1976 e reabilitado em 1977), a China passou ao processo de abertura com o Ocidente através de três etapas essenciais: a 4 de abril de 1978, assinatura de acordo de cooperação comercial com os países do MCE; a 12 de agosto de 1978, assinatura de Tratado de Paz e de Amizade com o Japão (o principal aliado norte-americano naquela parte da Ásia); e, finalmente, a 12 de dezembro de 1978, o anúncio de que a partir de 1.º de janeiro de 1979 estariam estabelecidas as relações diplomáticas com os Estados Unidos [192].

---

por Mao, ao preconizar diretrizes que foram denominadas "as três ervas venenosas": a restauração da disciplina entre os operários nas fábricas, a oferta de aumentos salariais como incentivo à produção e a permissão para os técnicos e cientistas dedicarem mais tempo ao trabalho de laboratório, em vez do trabalho braçal. Teng insistiu também na importação de tecnologia estrangeira, e seu método foi condenado porque reconduziria o país ao capitalismo (apud Fox Butterfield, *Times*, New York, transcrito em *O Estado de S. Paulo*, 19 set. 1976).

Reabilitado, Teng foi eleito para integrar a vice-presidência do PCC, pelo *Presidium* — este eleito, por sua vez, durante a reunião preliminar ao V Congresso Nacional do Povo, no início de 1978.

191. A revisão da Constituição de 1975 e o exame do Plano Decenal para o Desenvolvimento da Economia Nacional constituíram dois pontos importantes da agenda da reunião preliminar ao V Congresso Nacional do Povo (1978).

Entre as medidas revolucionárias em estudo, destaca-se "a especialização da produção, como condição necessária à modernização da indústria", em oposição frontal ao princípio maoísta de "contar com as próprias forças", segundo o qual cada unidade de produção, cada província, cada comuna etc. tentava ser auto-suficiente (apud Jacob Alain, *Le Monde*, fev. 1978).

192. Os dois tratados — com o Japão e Estados Unidos — foram essenciais do ponto de vista estratégico, pois formaram um poderoso eixo anti-soviético, fortalecido, em dezembro de 1979, quando a União Soviética invadiu o Afeganistão. A reaproximação com os Estados Unidos correspondeu, internamente, com o despertar do interesse popular por usos e costumes ocidentais, culminando com o estabelecimento da primeira fábrica de Coca-Cola na China. Outro fruto dessa reaproximação foi a instalação, em outubro de 1979, de uma agência de publicidade McCann Erickson. Em junho de 1979, durante a segunda sessão plenária da V Assembléia Popular, foram estabele-

As transformações estruturais introduzidas revelaram, mais uma vez, a evolução das estruturas econômicas sob o efeito de pressões exógenas e endógenas. Estas, no caso da China atual, são particularmente importantes dado o caráter autárquico do país, mantido até recentemente, e mostram que no interior do próprio sistema podem surgir evoluções que o reforçam ou que se opõem a ele.

Tentar prever o direcionamento das mudanças sócio-econômicas e a definição de uma cultura — síntese do marxismo e da tradição chinesa — seria tão difícil quanto temerário, não apenas diante da complexidade dos problemas como ante a precariedade de dados informativos recentes. Sobre o pouco que o mundo ocidental conhece a respeito desse imenso país, onde vivem mais de um quinto da população mundial, incide freqüentemente o erro de interpretação a partir de esquemas econômicos capitalistas. Aliás, observemos de passagem que o próprio bloco socialista tem dificuldade em compreender a China [193].

Se, como observou Mao, em entrevista concedida a Malraux [194], a revolução chinesa "não é uma vitória, mas a 'braçagem' de massas e dos quadros durante várias gerações", a China encontra-se em pleno processo de interação de múltiplos componentes sistêmicos implantados revolucionariamente, mais resquícios de estruturas tradicionais e indícios de "previvências" estruturais.

---

cidas as diretrizes básicas para a modernização sistemática no país e Hua Kuo-Feng anunciou que o novo programa econômico chinês daria prioridade ao desenvolvimento da produção agrícola e da indústria leve, a têxtil principalmente. No dia 1.º de julho, quando a Assembléia se encerrou, estava aprovado o plano econômico e o orçamento 1979-1980, além de algumas emendas à Constituição: leis regulamentando eleições, funcionamento de governos locais, dos tribunais e procuradoria, e a lei orgânica estabelecendo o funcionamento de sociedades de economia mista com capital estrangeiro, além de um Código Penal. As relações com os Estados Unidos, após a posse do Presidente Reagan, foram reforçadas por uma visita do secretário de Estado Alexander Haig a Pequim, em junho de 1981; nessa ocasião, Haig fez uma declaração que suscitou vivos protestos em todo o mundo: a de que os Estados Unidos estariam dispostos a fornecer armamento defensivo aos chineses. No plano externo, Pequim teve também atritos com o governo holandês, em conseqüência da venda de navios a Formosa, o que levou a um considerável esfriamento das relações com Amsterdã.

Paralelamente ao processo de reaproximação com o Ocidente, a China procurou estreitar relações com os países do bloco socialista que mantêm posição de independência em relação a Moscou.

193. A esse respeito, cf. Patrice Gelard, *Les systèmes,* cit., p. 546-53.

194. Cf. André Malraux, *Antimémoires,* Paris, Ed. Gallimard, 1967, p. 548-51.

A nova Constituição chinesa de dezembro de 1982 — a quarta desde a Revolução de 1949 — eliminou completamente os últimos vestígios de Mao e institucionalizou as reformas de Deng Xiaoping. A Constituição restaurou muitos dos direitos fundamentais da Carta de 1954, derrubados por Mao em 1974. Além disso, garante liberdade de expressão, de reunião e de crença religiosa, bem como defende os cidadãos de prisões arbitrárias. Mas, conforme destacou Peng Xen, vice-presidente do Congresso, os direitos individuais não devem infringir os direitos do Estado.

A nova Constituição reorganiza o Governo e destaca as diferenças entre partido e Estado. Restaura o posto de presidente, eliminado por Mao Tsé-Tung em 1968, e estabelece uma comissão militar central para retirar do partido o controle sobre os aproximadamente 4 milhões de membros do Exército de Libertação do Povo. A Carta também marca o eclipse das comunas populares, um dos legados de que Mao mais se orgulhava, retirando os deveres políticos de seus líderes.

Durante o Congresso Nacional do Povo, em dezembro de 1982, o primeiro-ministro Xao Ziyang comentou o Sexto Plano Qüinqüenal 1981-1985, que enfatiza pequenos avanços (e não os grandes saltos), prevê uma taxa anual de crescimento de 4% e trata de soluções às dificuldades econômicas principais do país [195].

Enquanto na China a transposição do modelo soviético de economia integralmente planificada sofreu profundas modificações ideológicas e culturais, na Iugoslávia os fatos levaram à descentralização da planificação, à autogestão empresarial e, em seguida, à adoção de mecanismos da economia de mercado.

Então, após o estudo da URSS e da China como exemplos de regime econômico socialista de planificação centralizada,

---

195. Recentemente, com o objetivo de criar a "Civilização Espiritual Socialista", os dirigentes de Pequim insistiram na necessidade de eliminar as seqüelas da "Revolução Cultural", especialmente o "espírito sectário feudal, o egoísmo próprio da burguesia, a anarquia e a reverência a tudo o que vem do estrangeiro". Algumas das medidas adotadas estão resumidas em uma espécie de "catecismo cívico", que contém "As Cinco Recomendações" (atenção, polidez, higiene pública, disciplina e moralidade) e as "Quatro Belezas" (da alma, da linguagem, do comportamento e afins) (cf. artigo de Georges Walter (autor de "Ils etaient 100.000", sobre a "Longa marcha", em colaboração com Hu Chi-Hsi) publicado em *Le Point* e transcrito em *O Estado de S. Paulo*, p. 152, 16 jan. 1983).

passaremos à análise da Iugoslávia como original modelo de sistema "concreto" de socialismo de mercado.

2. *Socialismo de mercado*

Tal como os demais países socialistas da Europa Central e Oriental, a *República Socialista Federal da Iugoslávia* a princípio copiou o modelo soviético de planificação centralizada. A maioria daqueles países mantém ainda certa unidade quanto à concepção do marxismo-leninismo, à organização sócio-econômica, à planificação centralizada e autoritária, à supremacia do Partido Comunista etc. A Iugoslávia, entretanto, acabou adotando modificações tão profundas que criou um novo modelo — o regime socialista de empresas autogeridas, que buscam a eficácia por meio da competição na economia de mercado, ou modelo socialista de mercado, tal como se tornou conhecido depois da reforma instituída pelo VIII Congresso da Liga Comunista Iugoslava [196], em dezembro de 1964.

a) Estruturas de enquadramento

A Iugoslávia, criada em 1918, com "a união dos eslavos do Sul, sérvios, croatas e eslovenos em um Estado único, monárquico, livre, independente e democrático", enfrentou desde o início vários problemas decorrentes, em grande parte, da presença de múltiplas nacionalidades eslavas e não-eslavas, com suas diferentes tradições culturais, políticas, ideológicas etc.[197].

À monarquia parlamentar, com o "Estado Unitário" instituído constitucionalmente em 1921, seguiu turbulento período de instáveis ditaduras reais, até a II Grande Guerra. Com o bombardeio de Belgrado, em 1941, a família real partiu para

196. Por ocasião do VI Congresso, em 1952, o Partido Comunista Iugoslavo (PCI) passou a ser denominado Liga dos Comunistas da Iugoslávia (LCI), para indicar que se tratava de uma associação e não de um partido, renunciando às teses, ao programa e aos estatutos típicos dos partidos comunistas, e em vigor deste 1948.

197. A Iugoslávia era constituída de eslavos (sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, montenegrinos, boznianos ou dálmatas) e não-eslovenos (alemães, magiaros, albaneses e turcos). "Os sérvios conheciam uma certa tradição democrática, oposta ao autoritarismo dos croatas ou ao feudalismo montenegrino ou macedônico. As influências germânicas impunham-se na Eslovênia; as húngaras na Croácia e Voivodina; as albanesas em Kossovo-Metóia; as turcas e búlgaras na Macedônia." As religiões também eram diferentes: predominavam os ortodoxos em Montenegro, Macedônia e Sérvia; os católicos, na Croácia e Eslovênia; os islamitas, em Kossovo-Metóia e Bósnia-Herzegovina. E enquanto a Eslovênia e a Croácia haviam integrado o Império austro-húngaro, a Macedônia, Turquia e Montenegro formaram um Estado político-religioso independente (apud Gelard, *Les systèmes*, cit.).

Londres e os alemães desmantelaram o reino [198]. Nesse mesmo ano, Josip Broz-Tito [199] entrou em ação, à frente do Partido Comunista iugoslavo: fundou células, comitês populares, conselhos antifascistas, organizações políticas etc.; fez propaganda contra o antigo regime e a favor da instauração do socialismo. Suas primeiras vitórias levaram-no a organizar um "governo provisório"; em 1944 assinou um acordo com o rei, mas em agosto de 1945 o caminho já se encontrava livre para sua ascensão.

De 1946 a 1948 a *República Socialista Federal Iugoslava* modificou intensamente suas estruturas sócio-econômicas para se transformar em regime socialista do tipo soviético [200]. As novas estruturas políticas ttransformaram o Estado Unitário em *Estado Federal*, composto de seis Repúblicas Populares (Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina) e duas Províncias autônomas (Kossovo-Metóia e Voivodina).

Inicialmente, as instituições políticas implantadas eram cópia da URSS [201], mas logo Tito procurou organizar um con-

---

198. A Sérvia passou para a administração alemã, Montenegro tornou-se Estado independente sob controle da Itália e na Croácia foi instalada uma ditadura militar favorável à Alemanha.

199. O PCI, constituído em abril de 1919, contava inicialmente com cerca de 80 mil membros. Rapidamente os Poderes Públicos proibiram seu funcionamento (dezembro de 1920) e sua direção refugiou-se em Viena, depois em Paris. Desmantelado, o PCI contou, então, com o trabalho de reorganização de Tito, a partir de 1936. "Nomeado Secretário-Geral do Partido pelo Komintern, depois da prisão de Gorki em Moscou, antigo aluno de Dimitrov na Escola dos Partidos Comunistas e acusado, durante certo período, de trotskista, Tito tornou-se o artesão da resistência iugoslava. Habituado à clandestinidade, chefe militar de valor, organizador ímpar, esse antigo operário croata, desconfiado em relação à URSS, mas diplomata e líder incomparável", vem dominando a vida política iugoslava há cerca de 35 anos. Foi importante o apoio que Tito recebeu de três colaboradores: Milovan Djilas (montenegrino, "revolucionário impenitente e liberal convicto, democrata e humanista, popular e exaltado", preso duas vezes por haver condenado o regime soviético e liberado por Tito); Alexandre Rankovic (sérvio, nacionalista, chefe da política, vice-presidente da Iugoslávia e sucessor de Tito, mas demitido em 1966 por conspiração contra a unidade do Estado) e Edward Kardelj (eslovênio, intelectual, pacifista, contemporizador, autor da Constituição iugoslava). A avançada idade de Tito (nasceu em 1892) coloca sua sucessão como o mais importante problema interno da Iugoslávia atual.

200. Em 1975 sua população foi estimada em cerca de 22 milhões de habitantes, para um território de pouco mais de 255 mil km². Das Repúblicas que compõem a Iugoslávia, as mais povoadas são a Sérvia e a Croácia, vindo em terceiro lugar a Bósnia-Herzegovina. A capital — Belgrado — conta com mais ou menos 800 mil habitantes (estimativa de 1975).

201. Uma Assembléia, detendo todos os poderes, compunha-se de duas câmaras: o Conselho Federal (278 deputados, representantes da população) e o Conselho dos Povos (215 deputados, representantes das Repúblicas Fe-

junto mais vasto, sob a forma de federação balcânica, talvez por temer o poderio da URSS. Stalin opôs-se às intenções "federalistas independentes" de Tito, pois o conceito integracionista de Lenin estabelecia a união à URSS de todos os Estados socialistas. Neste sentido, Stalin ordenou a imediata união da Bulgária e da Iugoslávia. Tito rejeitou essa ordem e também os projetos de especialização econômica dos eslavos do Sul [202]. Seguiu-se a ruptura entre ambos e a condenação pelo *Kominform*, reunido em Bucareste, em junho de 1948, do revisionismo, do burocratismo e da tática do PCI, qualificando seus dirigentes de "assassinos e espiões".

Sob a direção de Tito, redefiniu-se o papel da LCI; foi severamente criticada a estrutura da URSS e sua posição de líder da revolução mundial; várias instituições de tipo soviético foram eliminadas etc.[203].

A Constituição de 1953 procurou teorizar as bases políticas, sociológicas e econômicas da Iugoslávia, transformando este país em uma espécie de laboratório de experiências políticas e institucionais.

As comunas receberam certa autonomia; a Comissão Federal do Plano — versão iugoslava do Gosplan — foi extinta; algumas atribuições nos campos da educação, saúde pública e previdência social deixaram de ser privativas do Estado; a LCI, até então o árbitro supremo, tornou-se apenas o educador

deradas e das Províncias Autônomas). O *Presidium*, eleito pela Assembléia, tinha funções de chefe de Estado colegiado, funções legislativas e de controle. As funções administrativas cabiam ao Conselho de Ministros, eleito pela Assembléia, e que detinha, na realidade, os poderes por meio dos Ministérios federais gerais (Relações Exteriores, Defesa, Comércio, Marinha, Comunicações etc.) e dos Ministérios federais republicanos (Previdência Social, Negócios Comunais).

202. O PCI e o próprio Tito saíram fortalecidos da II Grande Guerra porque liberaram o país sem a ajuda da URSS. Daí a posição de autonomia do PCI, rejeitando qualquer forma de subordinação à URSS e opondo seu nacionalismo à aspiração soviética de dominar a Europa Oriental. Mas, lembra Gelard (*Les systèmes*, cit., p. 466), "convém igualmente não esquecer que nos quadros dos acordos de Yalta a influência soviética constituía somente 50%, ao lado da influência ocidental".

203. Os teóricos iugoslavos, especialmente Tito, Milovan Djilas e Edward Kardelj desencadearam severas críticas à URSS: "governada por uma casta burocrática", "um despotismo sem princípios, sem escrúpulos e sem honra", "uma das mais sinistras e mais reacionárias criações da história da sociedade humana" etc. Kardelj chegou a afirmar: "É a exploração intensiva dos operários, a bárbara espoliação dos camponeses, um trabalho de escravo e de toda espécie de processos faraônicos" (*Komunist*, n. 2 e 3, fev./mar. 1953, apud Gelard, *Les systèmes*, cit., p. 467). É também de Kardelj a crítica mais contundente à liderança da URSS, aceita desde a criação do *Komintern*: "A União Soviética declara-se nação dirigente e, em virtude desse direito messiânico, pede a todos os povos, sem forças para resistir, que a reconheçam como tal".

ideológico, encarregado de "velar para que a sociedade socialista se desenvolva naturalmente" [204]; o Presidente da República substituiu o *Presidium*, absorvendo suas funções, inclusive legislativas etc.

A Constituição de 7 de abril de 1963, completada pela de 21 de fevereiro de 1974, consubstanciou as reformas anteriores, de maneira que a Iugoslávia pudesse consolidar-se como Estado federal, exercendo suas funções por delegação das comunas e no qual o poder emana da base para o ápice.

Apesar do temor de que a unidade da Iugoslávia não sobrevivesse ao desaparecimento de Josip Broz Tito — seu líder durante cerca de 35 anos — a presidência rotativa criada por ele mesmo, em 1974, tem conseguido manter a coesão do país desde a sua morte em 1980.

Assim, o revezamento dos representantes das repúblicas que compõem a Iugoslávia tem ocorrido anualmente sem problemas: o primeiro presidente, eleito em 1980, foi o macedônio Cvijetin Mijatovic; o segundo, no ano seguinte, foi Serguei Kraiguer, de Bosnia-Herzegovina, e a terceira, que deverá permanecer até maio de 1983, é a presidente do PC croata, Mika Planintz.

Nesse período pós-Tito aumentaram, porém, as reivindicações e distúrbios de dissidentes, como os que se registraram em Kossovo — região autônoma, integrada à República da Sérvia, onde se concentra a minoria de origem albanesa. Esses distúrbios, apoiados por estudantes universitários de origem albanesa, vêm envolvendo, inclusive, docentes de Universidades como a de Pristina. No conjunto, entretanto, o Governo da Iugoslávia tem conseguido preservar a ordem e a unidade do país.

b) Estruturas da atividade econômica

O crescimento econômico da Iugoslávia, sob a direção de Tito, despertou a simpatia popular a seu favor. De fato, enfraquecida pela ocupação alemã e pelas destruições da II Grande Guerra, a economia reergueu-se progressivamente, a princípio no contexto de um regime socialista de planificação centralizada, de modelo soviético; depois, segundo as inovações dos teóricos iugoslavos, no quadro de um sistema econômico de autogestão e, em seguida, de *socialismo de mercado*.

---

204. Josip Broz (Tito), *Questões atuais do socialismo*, citado por Patrice Gelard (*Les systèmes*, cit.).

Assim, durante o período de instalação do regime socialista, as estruturas capitalistas foram parcialmente abolidas: as *empresas dos setores secundário e terciário* ficaram, inicialmente, sob o controle do Estado. Mas em dezembro de 1946 todos os meios de produção foram nacionalizados, com exceção da agricultura e do artesanato, sendo que uma parte das empresas nacionalizadas recebeu indenização em obrigações do Estado com juros. Quanto à expropriação das empresas de capital estrangeiro, houve negociação direta com seus respectivos governos. Por outro lado a *reforma agrária* de 1945 expropriou totalmente os proprietários fundiários que possuíam mais de 45 hectares e a fração das propriedades de instituições religiosas superiores a 10 hectares, limitando as propriedades individuais daqueles que não tiravam suas rendas principais da agricultura (artesãos, comerciantes etc.) a 3 ou 5 hectares; o PCI passou a dirigir todos os setores econômicos, como representante da *ditadura do proletariado* etc.

No contexto de uma economia de gestão estatal centralizada, as empresas foram praticamente transformadas em órgãos técnicos de produção, perdendo sua iniciativa. Em 1946 o Estado elaborou o *I Plano Qüinqüenal*, para vigorar no período 1947-1951, enfatizando especialmente as indústrias de base.

Os observadores comentam que nessa época a Iugoslávia era, dentre as Democracias Populares, aquela cujas estruturas econômicas estavam mais coletivizadas, aproximando-se da URSS com exceção apenas do setor agrícola. Os primeiros resultados encorajaram seus dirigentes: a Iugoslávia reconstruíra sua indústria e promovia o reerguimento da agricultura. O sucesso devia-se essencialmente à adesão maciça da população, ao novo regime econômico e à vontade de todos no sentido de reconstruir o país arruinado pela guerra [205].

Então, quando a Resolução de 28 de junho de 1948, baixada pelo *Kominform* (espécie de agência de informação criada pela URSS para manter relações entre os diversos partidos comunistas), condenou severamente vários aspectos da política do PCI, houve reação contrária dos dirigentes e do povo iugoslavos que não podiam concordar com os seus termos:

— o Plano Qüinqüenal fora considerado irrealista e o PCI acusado de megalomaníaco, por buscar uma vigorosa in-

---

205. Não é negligenciável o auxílio econômico que nessa ocasião a Iugoslávia recebeu dos Estados Unidos, por Agência Especial das Nações Unidas, destacam alguns autores.

dústria pesada que absorvia todos os investimentos, e preterir a coletivização e a modernização da agricultura. O Plano era muito ambicioso até mesmo para um país em que o entusiasmo revolucionário e o ardor pelo trabalho atingiam o clímax [206];

— as nacionalizações dos setores secundário e terciário fizeram-se precipitadamente (sobretudo no caso do pequeno comércio varejista);

— a política agrícola, ao contrário, mostrara-se demasiadamente tímida e respeitosa em relação às estruturas antigas;

— a Iugoslávia dependia muito do auxílio externo para realizar os objetivos de seu I Plano Qüinqüenal;

— o PCI atribuía muita importância política aos membros não-comunistas da Frente Popular e não observava as regras da democracia em seu funcionamento interno;

— a Resolução deplorava os atritos entre o PCUS e o PCI, a administração soviética e a administração iugoslava.

Muitas dessas acusações, entretanto, refletiam situações de outras Democracias Populares: o setor cooperativo *kolkhoziano* era pouco importante em todas elas e não apenas na Iugoslávia (o que não impediu que subscrevessem o ato de condenação do *Kominform*); o PCI procurava atrair os não-comunistas, ao invés de se impor diretamente, estratégia também usada pelo Bloco Socialista, de modo geral.

À vista disso, os estudiosos dos regimes socialistas da Europa Central e Oriental estão de acordo em considerar que as diferenças entre o PCUS e o PCI, já antigas, não justificavam a ruptura, de maneira que as "causas profundas" deviam estar ligadas à afirmação de independência da Iugoslávia, desejosa de tomar sozinha suas próprias decisões. Anos antes, aliás, as tensões surgidas entre os técnicos e conselheiros soviéticos e iugoslavos acabaram com a retirada imediata dos primeiros. O ponto principal de conflito envolvia, assim, toda uma filosofia de interação entre os Partidos Comunistas dos países socialistas [207]. E da confrontação de duas concepções

206. A Iugoslávia não contava com mão-de-obra especializada para executar o I Plano Qüinqüenal, nem com equipamentos que deveriam ser importados. Os conselhos do PCUS, que priorizaram a coletivização e modernização da agricultura, haviam sido mal recebidos pelo PCI. Apesar disso, a URSS consentira em abrir-lhe crédito a longo prazo para facilitar a execução do Plano, de modo que nada parecia justificar a intempestiva acusação pública de junho de 1948.

207. A Resolução do *Kominform*, de 28 de junho de 1948, acusava o PCI de nacionalismo estreito e de deturpação do marxismo-leninismo. Os iugoslavos, por sua vez, revidaram proclamando a errônea interpretação do

opostas do "internacionalismo proletário" surgiu um novo regime socialista.

No início, porém, a Iugoslávia enfrentou várias dificuldades: econômicas — suspensão do acordo de ajuda econômica da URSS, bem como do intercâmbio com os países socialistas etc.; militares — numerosos incidentes na fronteira da Iugoslávia com seus vizinhos socialistas; diplomáticas — retirada do apoio soviético à Iugoslávia em vários domínios; políticas — ante o endurecimento do PCI, que recusou fazer sua autocrítica, o *Kominform* baixou uma nova Resolução, em 1949, concitando as massas iugoslavas a se revoltarem contra a direção do PCI.

A reação da Iugoslávia, no sentido de se firmar como "uma nova via socialista", manifestou-se concretamente através de três pontos principais:

— aceleração da socialização da agricultura, no quadro das cooperativas camponesas de trabalho [208], para aumentar a produtividade das pequenas unidades agrícolas, evitar os minifúndios anti-econômicos, diminuir o custo de produção, prover a população de alimentos, fornecer matéria-prima às indústrias etc. Em 1953, entretanto, a cooperativização agrícola foi oficialmente abandonada, voltando a predominar o setor privado, com 90% das terras cultivadas;

— abandono do plano de industrialização pesada, quer pela interrupção das trocas com o bloco socialista, quer pelo aumento das despesas militares (que passaram a absorver importante parte dos recursos nacionais);

— definição dos pontos básicos de um regime socialista, como resultado da crítica ao PCUS, ao stalinismo, à estrutura

marxismo apresentada pelo PCUS, com sua esclerose ideológica e imperialismo chauvinista.

208. O Estado desencadeou ampla campanha de fomento às cooperativas agrícolas de trabalho e de estímulo à adesão dos agricultores. Apesar da resistência dos camponeses de melhor situação, o número de cooperativas de trabalho aumentou rapidamente:

Cooperativas	1947	1948	1949	1950
Coop. agrícola de trabalho	779	1.318	6.626	6.694
Cooperados	174.518	286.234	1.707.073	2.128.893
Superfícies (ha.)	210.986	323.984	1.838.613	2.595.472

(*Fonte:* L'économie yougoslave; notes et études documentaires, *La Documentation Française*, 5 mar. 1965.)

do modelo soviético e, talvez, ao desejo de provar fidelidade à ortodoxia comunista [209].

A partir desses pontos básicos, a Iugoslávia entrou progressivamente na fase do *socialismo de autogestão*: aos poucos, os métodos autoritários e centralizados de planificação governamental cederam lugar à autogestão econômica [210], ou melhor, a Iugoslávia procurou eliminar os sujeitos passivos da atividade econômica, submetidos às diretrizes da planificação estatal, substituindo-os por atores dinâmicos. Opôs-se ao modelo soviético por considerar que relega os trabalhadores a uma posição semelhante à dos assalariados dos países de regime capitalista: meros instrumentos de produção. Para mudar radicalmente a situação, de maneira que o trabalhador ficasse satisfeito com o seu trabalho e contribuísse para aumentar o ritmo do desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo fosse eliminada a hipertrofia dos órgãos governamentais, a Iugoslávia adotou o princípio da autogestão, a partir de 1950 [211].

---

209. Das várias razões que levaram os dirigentes iugoslavos a acelerar a socialização da agricultura, o conflito ideológico com Moscou parece ter desempenhado papel relevante no sentido de provar que, mesmo com a ruptura consumada, a Iugoslávia permaneceria fiel à ortodoxia comunista. Mas as razões econômicas, sem dúvida, foram importantíssimas (apud *La Documentation Française,* 5 mar. 1965).

No plano das idéias predominava a vontade de reagir às recriminações da URSS e de afirmar a vontade de seguir a linha primitiva, com toda a sua pureza. Mas segundo C. Bobrowski (*La Yougoslavie socialiste,* Paris, A. Colin, 1956, p. 63-4), aos poucos o pensamento se decantou e se aprofundou: aos ataques apresentados sem grande discernimento, substituiu-se a contestação à política e às instituições soviéticas; onde só se via erro imputável aos homens, descobriu-se que havia erros de princípios. Nas críticas acerbas à URSS (caráter dogmático das teorias stalinianas, emprego da mentira como verdade tática, transformação do internacionalismo proletário em "chauvinismo panrusso", substituição da ação revolucionária das massas por decretos administrativos etc.) havia vontade de retorno às fontes, aos processos revolucionários e populares autênticos, ao marxismo depurado do oportunismo, das "proezas dialéticas", à idolatria do chefe etc.

210. É difícil precisar quando a Iugoslávia adotou, de fato, o caminho do socialismo autogerido. As primeiras decisões relativas à autogestão datam, legalmente, de 1950, mas foram aplicadas aos poucos.

211. Lei de 27 de junho de 1950, ou Lei Fundamental sobre a gestão das empresas e dos agrupamentos superiores por "coletivos" de trabalho. Mas tudo foi profundamente modificado depois de 1950. Ichak Adizes, por exemplo, estudou a autogestão praticada na Iugoslávia em 1967 e acompanhou as modificações introduzidas no decorrer dos anos de 1977. Observa que houve importantes modificações estruturais mas que a ideologia autogestionária continua válida para os economistas iugoslavos atuais. Acrescenta que o tema interessa especialmente aos países emergentes porque significa uma opção diferente do regime de mercado e do regime estatal. Para detalhes, cf. sua tese de doutoramento *The effect of decentralization on organizational behavior;* an exploratory study of the Yugoslav self-management system, New York,

Trata-se de medida econômica e política, simultaneamente, porque separa a propriedade coletiva dos meios de produção de sua gestão, confiando esta aos trabalhadores de cada empresa.

O sistema de autogestão iugoslava está ainda em plena evolução, dentro do objetivo primordial do regime implantado por Tito: "Criar, sobre a base da abundância de produtos, uma sociedade comunista livre, uma sociedade sem Estado, sem classes, nem partidos" [212].

Apesar da dificuldade de se esquematizar a autogestão iugoslava, tentaremos destacar suas características fundamentais:

— a empresa, entidade autônoma, pode ser criada pela Federação, pelas Repúblicas, pelas Comunas ou pelas próprias empresas já existentes; não há, porém, nenhum vínculo entre os fundadores e as novas empresas para evitar qualquer relação de tipo capitalista;

— a empresa criada é gerida pelo "coletivo", ou conjunto do pessoal que nela trabalha, mas que não tem a sua propriedade;

— o sistema de autogestão baseia-se na propriedade social: um grupo de indivíduos (ou mesmo um indivíduo apenas) "pode utilizar recursos que são propriedade de sociedade, mas não pode dispor dos bens de produção, que são propriedade social, nem deles se beneficiar se não trabalhar efetivamente com eles". Suprime, assim, a "relação de exploração entre a gerência e a força de trabalho, característica de todas as organizações de tipo hierárquico" [213];

— a autogestão é criadora de recursos humanos qualificados, por que proporciona experiência administrativa e gerencial a um grande número de pessoas, em tempo relativamente curto;

Macmillan, 1971 (bem como os dois primeiros capítulos acrescentados à versão espanhola *Autogestión;* la prática yugoslava, México, Fundo de Cultura, 1977).

212. *Programme de la Ligue des Communistes de Yougoslavie,* Paris, Julliard, 1958, p. 296.

213. Se o trabalhador deixar a empresa, perderá o direito de beneficiar-se dos bens dessa empresa. Não pode haver "propriedade com ausência" ou "desfrute sem trabalho". O valor humanístico da autogestão resulta do fato de integrar o trabalhador no processo produtivo; restabelece nele a consciência de ser humano capaz de manejar seus meios imediatos de produção; elimina a sensação de que é apenas um insumo da produção, ou mero instrumento para lograr fins alheios a si mesmo (apud Ichak Adizes, *Autogestión,* cit., p. 29 e 39).

— a autogestão restringe o poder governamental e todo o aparato político (e dos partidos políticos nos regimes socialistas), já que na economia descentralizada e dirigida pelos trabalhadores a maioria dos conflitos é resolvida no âmbito da própria empresa;

— a dificuldade de se estabelecer a gestão coletiva na grande empresa levou a prática iugoslava a criar Conselhos Operários eleitos para períodos determinados, e que atuam em nome dos trabalhadores; mais tarde esses Conselhos passaram a ser escolhidos por um júri composto de representantes dos trabalhadores da empresa e de sua respectiva comuna;

— o Conselho Operário está encarregado de discutir as grandes opções da empresa, decidir entre as propostas apresentadas pela direção etc.; o diretor tem a responsabilidade de executar as decisões do Conselho Operário, com um certo campo de autonomia de decisão, mas não se pode prevalecer de seus conhecimentos mais amplos (em comparação com os demais trabalhadores isoladamente considerados) para exercer um poder tecnocrático sem controle.

Com a prática autogestionária nos setores secundário e terciário, e com o sucesso econômico do país, a partir de 1953 a autogestão tornou-se a idéia fundamental do socialismo iugoslavo:

— inspirou as reformas política e administrativa em todos os níveis: Federação, Repúblicas e comunas (entendidas como coletividades sócio-econômicas e sócio-políticas de base, instituídas em 1955) [214];

— estendeu-se a todas as empresas, aos estabelecimentos de ensino, às instituições previdenciárias etc.

No sentido de reforçar as empresas e as comunas, o Estado precisou modificar também a natureza da planificação: de autoritária, tornou-se essencialmente indicativa, procurando prever os grandes equilíbrios econômicos e as principais orientações, sem descer ao nível da empresa. Daí, vários comentaristas insistirem em mostrar a tendência da Iugoslávia em direção a um regime socialista dirigista, no quadro de um planejamento flexível, diante da impossibilidade de conciliar a planificação total, centralizada e autoritária, com a generalização

---

214. As comunas são coletividades territoriais que reúnem zonas rurais e várias aglomerações urbanas, e, ao mesmo tempo, são coletividades sociais, econômicas e políticas autônomas. Com a descentralização política e administrativa, a comuna passou a ter muitas atribuições, no sentido de regular a vida quotidiana de seus cidadãos e de obter sua participação na gestão dos negócios que lhes dizem respeito.

da autogestão empresarial. Mas isto não quer dizer que a adoção de instrumentos de política econômica semelhantes aos do regime capitalista signifique mudanças no campo ideológico: embora aceite os mecanismos de mercado, a Iugoslávia mantém seu contexto político-social de regime de economia socialista.

Assim, em dezembro de 1964, o VIII Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia optou favoravelmente para a *economia de mercado*. Em julho de 1971 várias alterações introduzidas na Constituição ampliaram a descentralização dos poderes econômico e político; a Constituição de 1974 reforçou a orientação no sentido de firmar o *regime socialista de mercado* instituído no país [215].

Nos últimos 15 anos, o regime econômico de socialismo de mercado, instituído na Iugoslávia, vem evoluindo através de diversas etapas de descentralização progressiva e de gradativa adequação do instrumental econômico e institucional. Ao combinar a propriedade pública com a soberania dos consumidores e dos planejadores, a nível empresarial, e ao optar pela tomada de decisões das empresas diante das forças do mercado (ao invés da planificação detalhada e das ordens administrativas das autoridades centrais), a Iugoslávia criou respostas adaptadas aos seus próprios problemas econômicos, políticos e culturais internos, bem como aos problemas do comércio internacional.

Tornou-se, então, importante experiência que tem despertado grande interesse, tanto dentro como fora da órbita socialista. A atração desse modelo é especialmente importante nos países emergentes, que enfrentam grandes desafios decorrentes da urgente necessidade de melhorar a qualidade de vida da população, ultrapassar a fase de meros produtores primários dependentes, equilibrar o balanço de pagamento, saldar a crescente dívida externa (em uma conjuntura econômica mundial que lhes é extremamente desfavorável) e competir com as nações industrializadas [216].

---

215. "Na sua rápida evolução econômica, a Iugoslávia, embora reconhecendo a importância dos mercados, dos lucros e do papel adequado do partido político, ainda não desenvolveu o mecanismo de movimentação de capital, não reconheceu o empresariado como uma atividade individual e, principalmente, não reconheceu o papel e o funcionamento da administração de empresas" (Dificuldades econômicas e políticas da Iugoslávia, *O Estado de S. Paulo*, transcrição do *East Europe*, 15 jul. 1973).

216. A Iugoslávia tem encontrado muitas dificuldades e oposições, mas continua buscando soluções adaptadas aos seus problemas, no contexto de sua experiência autogestionária e de economia socialista de mercado. Segundo Patrice Gelard (*Les systèmes*, cit., p. 502), "a dificuldade maior reside no

Acabamos de estudar as profundas modificações introduzidas no modelo de regime econômico socialista, transposto da URSS para a China e a Iugoslávia: na primeira, as principais mudanças decorreram de contribuições predominantemente ideológicas, e na segunda, condições sócio-econômicas criadas pela autogestão e pelo socialismo de mercado.

Nesses regimes, como vimos, diversos aspectos refletem modificações que, à primeira vista, parecem repetir fórmulas capitalistas. Estariam, então, os sistemas se despojando de características que lhes são próprias e convergindo para um campo comum?

Esse é o problema que passaremos a focalizar.

Seção III

CONVERGÊNCIA SISTÊMICA? FALÊNCIA DOS SISTEMAS ECONÔMICOS? ASPECTOS DA CONTROVÉRSIA

A análise desenvolvida neste capítulo torna evidente que o regime "é um todo orgânico que se defende dos ataques, reage e tenta reintegrar em sua própria lógica os corpos estranhos que se introduzem em suas estruturas" [217]. Sua contínua evolução realiza-se por meio de desequilíbrios provocados por distorções estruturais e busca de adaptações e correções mais ou menos importantes.

Os movimentos efetuados em seu contexto, bem como os movimentos do todo sistêmico — ou a dinâmica *no* sistema e a dinâmica *do* sistema, para repetir André Marchal — refletem interações estruturais, tensões de intensidades dife-

fato de ser ela obrigada a lutar em duas frentes: o desenvolvimento democrático da sociedade iugoslava e os imperativos da luta contra o subdesenvolvimento. Na realidade, não é possível tornar-se imediatamente um autogestionário responsável. É necessário adquirir-se previamente o senso das responsabilidades e da solidariedade social. Talvez essa autogestão dirigida constitua o único meio que permita educar os trabalhadores iugoslavos para uma sociedade que poderia ser — se os obstáculos não se tornarem muito numerosos ou muito perigosos — o protótipo de uma nova e verdadeira democracia socialista".

Nesse sentido é que a experiência iugoslava tem despertado grande interesse entre os países do Terceiro Mundo, que precisam alcançar certo nível de desenvolvimento para melhorar o padrão de vida de seus cidadãos e, ao mesmo tempo, competir com as nações desenvolvidas (para detalhes, cf. Ichak Adizes, *Autogestión*, cit., p. 17 a 47).

217. J. M. Albertini, *Capitalismes*, cit., p. 270.

rentes, sobrevivências ou previvências sistêmicas, enfim, toda a trama típica dos sistemas econômicos "concretos", "impuros" ou "barrocos".

Vimos também que os regimes de economia capitalista, após as duas Grandes Guerras, e a "Grande Depressão" (1929), vêm apresentando sensíveis modificações internas e externas, que atingem instituições e métodos econômicos [218]: alguns regimes aceitam um Estado paternalista (Europa Ocidental), enquanto outros, embora continuem defendendo o predomínio da iniciativa privada na esfera econômica e o papel subordinado da iniciativa pública, adotam, de fato, um controle estatal dos preços dos bens e serviços em mais da metade do setor econômico (EUA) [219]. Em todos os países capitalistas o Estado assume, gradativamente, a gestão da atividade econômica, por meio de diferentes mecanismos de intervenção, controle e supervisão; a concorrência é progressivamente regulamentada; os impostos figuram entre os mais eficientes reguladores da atividade econômica; a ampliação da política do bem-estar público impõe o aumento crescente dos fundos públicos; a distribuição da renda torna-se mais eqüitativa; as organizações industriais se fortalecem; parte crescente da população tem acesso à educação (obrigatória até determinada idade), o planejamento tem adquirido relevante papel nas grandes empresas e na política econômica nacional; o controle dos preços e dos salários passou a ser medida direta de combate à inflação etc.

Os regimes de economia socialista, por sua vez, estão apresentando importantes mudanças: o princípio tradicional de resistência a todas as formas de especialização está perdendo terreno; a tentativa de igualar os rendimentos cedeu lugar ao sistema de salários segundo a produtividade; a planificação em termos de quantidades físicas e não de valores monetários foi substituída pelo uso do dinheiro como denominador comum, reconhecendo-se o significado dos preços e dos custos; os juros, eliminados como forma de renda privada, juntamente com a extensão da propriedade privada dos bens de capital, foram reintegrados nos cálculos de custo; a abolição do racionamento, em decorrência do aumento da

---

218. Cf. Seção II, § 1.º, deste Capítulo.

219. Embora menos formal do que na Europa Ocidental, esse controle não deixa de ser menos real: há controle administrativo direto sobre os preços das comunicações e dos serviços públicos, transportes, energia, vários produtos agrícolas etc.; em algumas ocasiões, é usada pressão governamental para corrigir os preços em indústrias-chaves do setor privado; manipula-se o estoque governamental de matérias-primas básicas etc.

prosperidade econômica, vem conduzindo à aceitação da livre escolha do consumidor e à importância do consumo como meta da produção; os métodos matemáticos de planejamento, anteriormente considerados "capitalistas", são atualmente reconhecidos como objetivos e úteis [220]; as atividades comerciais, bancárias e outras estão expandindo-se também no campo não-socialista; procura-se combinar a autoridade estatal com a liderança individual e a atividade criativa locais (Constituição da URSS de 1977, art. 3.º); busca-se a modernização (inclusive a China de Hua Kuo-Feng, com suas "quatro modernizações", ou de Deng Xiaoping, com a "abertura" ao Ocidente); modifica-se a planificação centralizada e autoritária (tornando-se indicativa na Iugoslávia, por exemplo, com a finalidade principal de adequar o instrumental econômico e institucional à autogestão empresarial e ao socialismo de mercado) etc.

SUMÁRIO

Estudamos, neste capítulo:

1) Os tipos de sistemas econômicos concretos, resultantes da dinâmica sistêmica, com seus movimentos endógenos e exógenos.

2) Os regimes de capitalismo de mercado, capitalismo regulado e capitalismo igualitário, com destaque nas modificações implantadas em várias de suas instituições e nos métodos econômicos, em decorrência, sobretudo, das duas Grandes Guerras e da crise de 1929, que impuseram intensa e crescente intervenção do Estado na economia.

3) Os regimes de planificação centralizada e de socialismo de mercado, as peculiaridades introduzidas no modelo soviético ou a emergência de novos modelos em virtude de contribuições ideológicas, condições sócio-econômicas regionais etc.

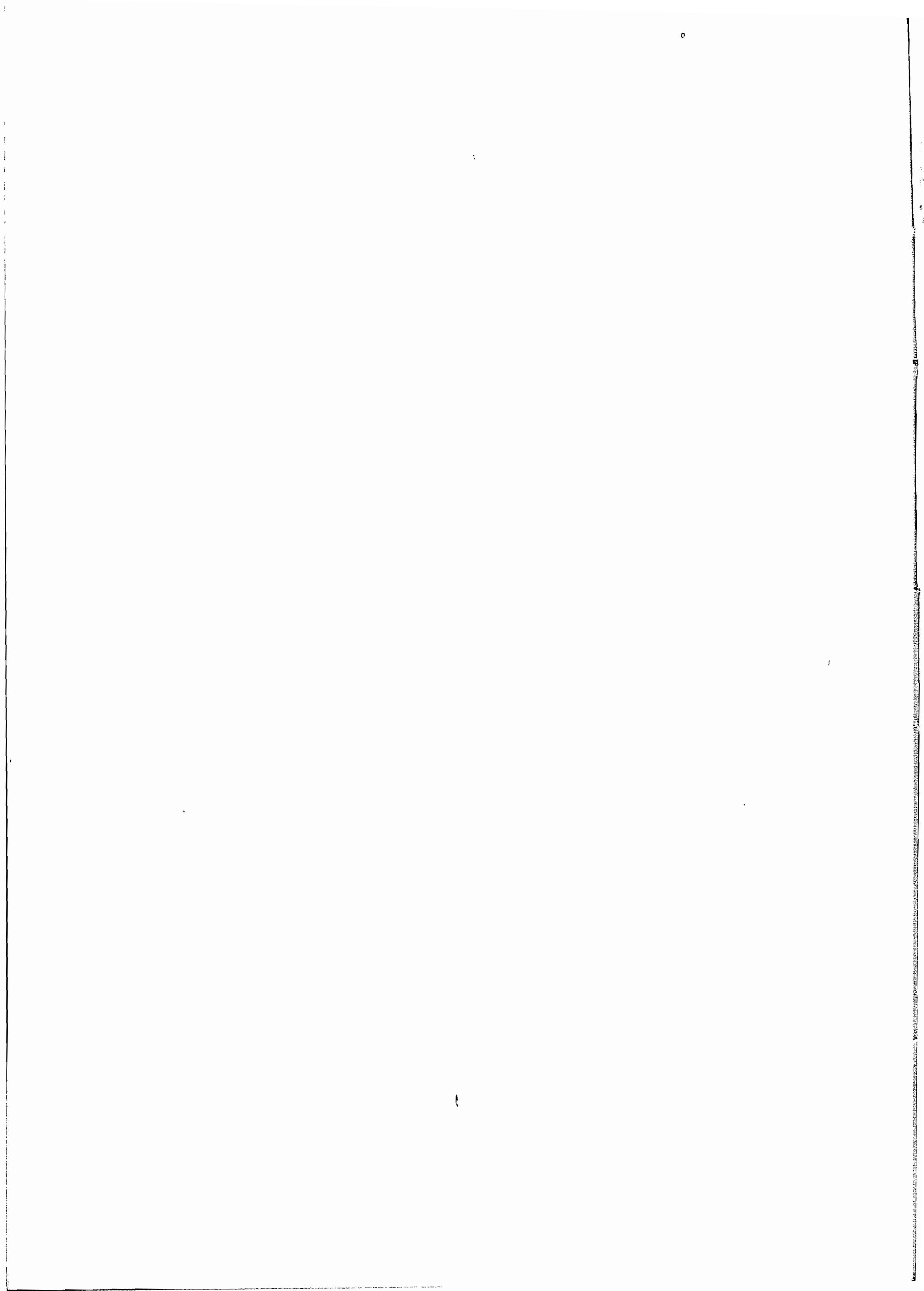
Veremos, a seguir, os países que chegaram tardiamente ao cenário econômico internacional, já dominado pelos chamados países cêntricos, altamente industrializados.

---

220. Apud Jan Tinbergen, Presentan las economías comunistas y libres una pauta convergente?, in *Sistemas econômicos comparados*, trad. port. Bornstein, Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973, p. 528.

capítulo V

O Terceiro Mundo

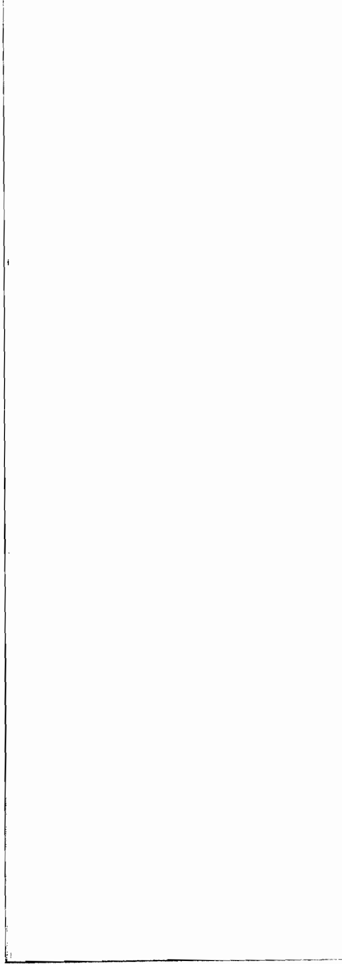


"Or le temps presse puisque la famine s'étend, les armes amoncellent les cadavres et l'air n'est plus toujours respirable."

ALBERT TÉVOÉDJRÉ *

---

* Albert Tévoédjré, *La pauvreté*, cit., p. 185-6.



O Terceiro Mundo

Países subdesenvolvidos, proletários, periféricos, dependentes, pobres, endividados, economicamente marginais... Países de economia reflexa, atrelada aos contratempos da demanda externa... Países tropicais, do hemisfério sul [1], da fome [2], da explosão demográfica... Países de capitalismo retardatário... Países tardiamente capitalistas ou tardiamente socialistas... Quaisquer que sejam as expressões, inclusive eufêmicas — economias primárias, países em desenvolvimento, Terceiro Mundo e outras — todas elas contêm implícita ou explicitamente o fato alarmante de que, apesar do progresso do século XX, o homem ainda não conseguiu vencer a miséria e a fome. E se não forem tomadas medidas urgentes, os países da abundância, altamente industrializados ou ricos, que representam o centro de comando do mundo, tendem a se transformar em ilhas de prosperidade, cuja força só poderá ser mantida por dominação atômica ou outra equivalente.

1. A grande maioria dos países emergentes está localizada no hemisfério sul, nas regiões tropicais e subtropicais. Com exceção da parte inferior da América Latina, dos países mediterrâneos e da China do Norte, os países pobres ocupam o hemisfério sul de nosso planeta, em contraste com os países prósperos, localizados nas "zonas temperadas".

2. Países da fome ou, mais precisamente, países subalimentados — de cada duas pessoas do Terceiro Mundo, uma jamais fez (e sem dúvida não fará) uma refeição normal em toda a sua vida; e de cada três, duas são subnutridas.

Os países mais atingidos pela fome estão localizados no "triângulo negro" da Ásia (Índia, Paquistão, Bengla Desh), na borda da Cordilheira dos Andes (América Latina) e, de modo geral, no Continente africano.

As elevadas taxas de natalidade dos países em desenvolvimento confirmam a opinião tão difundida de que a miséria é prolífica e a riqueza é malthusiana.

A própria civilização técnica de nossa época difundiu a ideologia da igualdade de direitos, fazendo cair as motivações irracionais e míticas que justificavam a subordinação dos fracos. Atualmente milhões de homens reclamam seu direito à vida e à plena independência econômica, transformando o problema sócio-econômico do subdesenvolvimento em gravíssimo problema político. No século XIX a questão social mais aguda era a do proletariado industrial; no século XX a questão social que mais preocupa é a dos países proletários, representando dois terços da população mundial — dos quais cerca de 800 milhões na miséria, 500 milhões subalimentados e quase 900 milhões analfabetos...

Os países em desenvolvimento reuniam, nos anos 70, cerca de 2/3 da população terrestre (concentrando-se mais da metade somente na Ásia, principalmente na China, Índia, Paquistão e Indonésia). De 1975 a 1980 esses países chegaram a 3/4 da população mundial e se a evolução demográfica continuar será atingido o total de 4/5 no final deste século [3]. Atualmente a população do mundo aumenta todos os dias de cerca de 200.000 crianças, quase todas nos países despreparados para recebê-las, como se fossem intrusas no "banquete da vida", para repetir a observação de Malthus.

Seção I
A COMPLEXA PROBLEMÁTICA DOS PAÍSES EMERGENTES

Embora os países do Terceiro Mundo apresentem entre si (e mesmo em cada um deles) diferenças geográficas, étnicas, sociais, econômicas, políticas e culturais, há determinados problemas comuns a todos eles. Estes problemas compõem a conhecida diagnose do subdesenvolvimento e podem ser detectados em suas respectivas estruturas de enquadramento e estruturas da atividade econômica.

§ 1.º Estruturas de enquadramento

No conjunto, todos os países emergentes apresentam várias semelhanças em suas *estruturas de enquadramento:*

---

3. As estatísticas apresentadas neste capítulo foram retiradas de publicações, de vários anos, da ONU (especialmente o *Annuaire Démographique*), UNESCO, OCDE e Banco Mundial.

intensa natalidade, deficientes condições sanitárias, alta mortalidade geral e infantil, subalimentação, baixa esperança de vida, elevadas taxas de analfabetismo, subemprego crônico, acentuado êxodo rural, bolsões de miséria nas periferias dos centros urbanos etc.

Assim, por exemplo, no período 1970-1975, para uma taxa média de crescimento demográfico mundial[4] de 1,7% ao ano, verificou-se apenas 0,7% para a Europa, enquanto a Ásia e a África apresentaram respectivamente as taxas de 1,8%, a América 2,1% e a Oceania 2,2%. A menor taxa de crescimento anual nesse período foi registrada no Norte e Oeste da Europa (0,6%) e a maior na América Central (2,7%). Depois da América Central vêm o Sudoeste asiático com 2,4% e a América do Sul com 2,3% ao ano.

Dentro dos continentes o crescimento demográfico também varia: na Ásia, a Coréia do Norte, a Birmânia e Macau registraram taxas de 1% nesse período, ao passo que Taiwan apresentou 3,6%. Já em Singapura a taxa de crescimento demográfico foi de 4,9% e em Brunei de 8,2% anuais; na África as variações são também sensíveis: de 1,1% na Somália Francesa, Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa, por exemplo, a 3,5% na Mauritânia ou 5,3% na Costa do Marfim. Na América, Porto Rico (1%) e Haiti (1,2%) apresentam pequena taxa de crescimento anual em comparação com a Venezuela (3%), Brasil (3,2%), Honduras (3,3%), Salvador e República Dominicana (3,5%), Costa Rica (4%) ou Ilhas Bahamas (9,4%)[5].

---

4. As intensas campanhas sanitárias, orientadas sobretudo contra as endemias infecciosas suscetíveis de rápida propagação, contribuem para a "explosão" demográfica nos países subdesenvolvidos porque reduzem a mortalidade, rompendo o relativo equilíbrio entre alta natalidade *versus* elevada mortalidade.

Alguns autores têm acentuado o aspecto egoísta de muitas campanhas sanitárias, dirigidas aos países pobres, porque estes representam "vetores" de determinadas doenças: seus favelados poderiam contaminar os bairros residenciais onde vivem os técnicos e os quadros dirigentes das firmas exportadoras estrangeiras; seus rurícolas precisam aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, não "exportar" doenças para os países desenvolvidos.

Depois de longo período de estagnação, há cerca de três séculos, o número de homens cresce rapidamente na maior parte do mundo: em 1650 a população mundial era calculada em cerca de 600 milhões de pessoas e atualmente atinge quase 4 bilhões, estimando-se que no final deste século ultrapasse 7 bilhões (prevendo-se que 4 bilhões se localizem na Ásia).

5. ONU, *Annuaire Démographique*, vários anos. Nesse mesmo período, a Grã-Bretanha apresentou a taxa de 0,4%, a Suíça e a Suécia, 0,7%, a França, 0,9%, a Alemanha Ocidental, 1,2%, e os Países Baixos, 1,3% ao ano.

Esse grande crescimento populacional das regiões subdesenvolvidas é devido, principalmente, a causas econômico-sociais [6], tais como o significado econômico da criança no quadro familial (devido ao baixo padrão de vida reinante o "custo de formação do indivíduo" é relativamente pequeno; além disso, a criança constitui, desde idade precoce, apreciável auxiliar nos trabalhos agrícolas), a importância social do grupo numeroso, as influências religiosas natalistas (o nascimento é um "dom de Deus"), a necessidade de compensar a taxa ainda alta de mortalidade etc. Além das causas econômico-sociais, contribuem para o fantástico aumento demográfico atual as novas condições higiênico-sanitárias (sobretudo os métodos modernos de erradiação de doenças, o uso de antibióticos, a vacinação coletiva etc.) que reduzem sensivelmente a mortalidade (embora seja ainda bastante elevada) e contribuem para aumentar a "esperança de vida" da população [7].

Embora em franca regressão, todavia, é ainda alta a *mortalidade* nos países emergentes: enquanto nos países desenvolvidos a taxa média de mortalidade geral pouco varia em torno de 10, aproximadamente, por mil habitantes (exclusive os natimortos) no período de 1970-1975, nos países subdesenvolvidos vai de 15 (Chile, Costa Rica, Jamaica, México, Cuba, Paraguai) a 20 (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela) e a 25 (Guatemala, Salvador). Relativamente à mortalidade infantil, grande número de países em desenvolvimento apresenta ainda taxas de mortalidade do primeiro ano de vida dez vezes superiores às dos países desenvolvidos. Considerando-se as crianças de 0 a 1 ano de vida, para mil nascidos vivos, registraram-se as seguintes taxas médias anuais de 1973 a 1978: 125 em Cuba, México, Paraguai; 150 na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela; 175 na Guatemala, Salvador, Tailândia; 200 ou mais na Índia, Paquistão, Filipinas [8]. A partir de 1978 essas taxas

---

6. Josué de Castro, todavia, levantou a hipótese de estar a alta natalidade relacionada com a fome e a carência de proteínas (*Geopolítica da fome*, 4. ed., São Paulo).

7. "O que verificamos atualmente é a introdução de uma técnica sanitária avançada em economias de tipo medieval. Um enfermeiro praticamente analfabeto pode aplicar vacinas ou injeções. O avião espalha inseticida sobre regiões infestadas pela malária, cujos habitantes temem ainda os feiticeiros e cultivam a terra com enxada" (cf. Sauvy, *Théorie générale de la population*, Paris, 1954).

8. Enquanto isso, para mil nascidos vivos, essas taxas foram de apenas 18,2 na Suécia, 21,1 na Holanda, 21,2 na Noruega e 22,6 na Austrália.

apresentaram animador decréscimo, mas ainda continuam elevadas.

As novas condições sanitárias também contribuem para que a esperança de vida ao nascer se eleve gradualmente nos países emergentes, embora permaneça relativamente baixa: cerca de 35 anos na Birmânia, Índia, Paquistão, Filipinas; 45 anos na Tailândia, Salvador, Guatemala; 50 anos na Bolívia, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana; 55 anos na Venezuela, Colômbia, Brasil; 65 anos na Turquia, enquanto nos países desenvolvidos é de 70 a 75 (Alemanha, Austrália, Bélgica, França, Canadá) e de 75 ou mais (Noruega, Suíça, EUA).

Como decorrência da diminuição da taxa de mortalidade, um número cada vez maior de países subdesenvolvidos passa da categoria "fecundidade e mortalidade elevadas" para a categoria "fertilidade elevada e baixa mortalidade". Mas, em ambos os casos, o excedente anual médio de nascimento sobre os óbitos aumenta regularmente, fazendo com que a taxa de crescimento demográfico natural se aproxime, ou mesmo ultrapasse, a 3% ao ano — fato praticamente desconhecido do mundo até a II Guerra Mundial.

De outra parte, a redução da mortalidade na primeira infância e a maior longevidade dos adultos determinam o aumento do encargo da população ativa: enquanto nos países desenvolvidos os indivíduos produtivos (de 15 a 65 anos) "suportam" 2 a 4,5 não-produtivos (menores de 15 a maiores de 65 anos), na América Latina, Ásia e África verifica-se a existência de 1 "produtivo" para 10 a 20 "não-produtivos".

Como se sabe, a explosão demográfica dos países subdesenvolvidos não criaria problemas se fosse acompanhada de paralelo aumento da produção. Mas como tal não se dá, surge grave distorção, criando o tão comentado "círculo vicioso" em que vivem os povos subdesenvolvidos: a maioria da população tem reduzido poder aquisitivo, diminuta ou nenhuma capacidade de poupança, é subnutrida, doente e analfabeta; para sair dessa situação precisa ser alimentada, tratada, instruída, preparada profissionalmente etc. Ora, esses países não têm possibilidade de realizar, simultaneamente, investimentos indispensáveis à elevação do nível de vida e ao desenvolvimento econômico. Além disso, os planos de desenvolvimento econômico implicam alterações da própria organização social tradicional, o que encontra sérias resistências.

Outra conseqüência da distorção apontada é o forte subemprego ou desemprego disfarçado, que se tornou uma das

características fundamentais dos países emergentes. Diferentemente do desemprego dos países desenvolvidos de estrutura capitalista onde há, nas épocas de crise, um desperdício de trabalho visível a todos, mas que pode ser reabsorvido por uma expansão monetária, no desemprego disfarçado torna-se difícil a identificação pessoal dos desocupados e sua eliminação exige processos mais radicais. É comum verificar-se, nos países emergentes, a existência de verdadeira multidão de homens improdutivos: nos centros urbanos, comprimidos em favelas e vivendo de trabalhos avulsos (camelôs, carregadores, abridores de porta de automóvel, catadores de papel etc.); na agricultura, "encostados" em fazendas ou em pequenos lotes de terra, contribuindo muito pouco para a produção agrícola e sustentando-se, na realidade, com uma parte da renda real da própria família.

Ora, os indivíduos cronicamente subempregados têm pouca possibilidade de integração nos circuitos monetários da economia moderna, o que, conseqüentemente, reduz o mercado interno e dificulta as tentativas de desenvolvimento industrial ou agrícola. Por outro lado, a transferência desse excesso demográfico para trabalhos em irrigação, construção de esgoto, ferrovias, rodovias etc. coloca a questão do financiamento, exigindo que seja solucionado, em primeiro lugar, o problema da formação do capital.

Nesse sentido, uma das observações mais freqüentes é a de que os países insuficientemente desenvolvidos estão subequipados de capital técnico-financeiro em relação à sua população e aos recursos naturais (ou capital natural).

Assim, é escasso o capital técnico (de que resulta a escassez de máquinas e equipamentos industriais) e o capital financeiro, quer seja no mercado interno (daí as contínuas emissões), quer seja no mercado externo (falta de divisas).

Nos países emergentes de regime capitalista, embora haja considerável demanda de capital, a propensão a investir é também limitada pela pequena dimensão do mercado interno e pelo baixo poder aquisitivo das massas populares. Tais circunstâncias atuam sobre o capital privado externo: este quase não se dirige para os países onde o capital é escasso e onde sua produtividade marginal seria mais elevada; ao contrário, tende a se deslocar dos países pobres para os países ricos.

Torna-se, portanto, difícil a acumulação de grandes capitais imprescindíveis a importantes investimentos devido, por um lado, à pobreza das massas e sua fraca poupança e, por outro lado, ao comportamento da minoria rica que

"entesoura" uma parte e aplica o restante em obras suntuárias e em luxo pessoal. Geralmente os ricos dos países em desenvolvimento são, acima de tudo, esbanjadores entesouradores: gastam a maior parte de seu dinheiro em jóias, iates, carros de luxo, residências suntuosas, empregados domésticos etc. e guardam o restante (de preferência convertido em moeda forte estrangeira ou em ouro), ou, então, depositam em bancos de países desenvolvidos. Aliás, a ostentação da minoria rica levou alguns observadores a afirmarem que os países emergentes não são necessariamente países pobres: são países onde importante parte da renda nacional está nas mãos de uma oligarquia esbanjadora. É freqüente a acumulação de 50 a 80% da renda nacional em apenas 10 a 20% da população.

A "espoliação inflacionária", como outra solução ao problema da necessidade de capitalização interna, é solução socialmente condenável porque acentua a distância entre as classes sociais, empobrece aqueles que vivem de rendimentos fixos e deixa a massa popular alheia às responsabilidades do desenvolvimento, ao invés de provocar sua colaboração ativa e consciente. E a busca de fontes externas de capital (investimentos estrangeiros diretos, empréstimos, relações de troca etc.), por sua vez, apresenta vantagens (tecnologia moderna e direção eficientes, isentas das exigências de amortização e juros dos empréstimos internacionais, p. ex.) e desvantagens (para cobrir os múltiplos riscos, como nacionalizações, confiscos, controle de câmbio etc., impõem exigências nem sempre condizentes com as necessidades básicas das economias subdesenvolvidas). Assim, freqüentemente o capital estrangeiro é investido diretamente em indústrias extrativas (petróleo, mineração, agricultura) apenas com o fim de fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos, contribuindo para aumentar a situação de extrema especialização e dependência em que se encontram os países em desenvolvimento, geralmente produtores de apenas uma ou poucas matérias-primas destinadas à exportação. Por outro lado, é difícil impedir a saída de grande parte dos lucros e dos juros obtidos pelos capitalistas estrangeiros, devido aos consideráveis meios de pressão de que dispõem as multinacionais ou grandes firmas, junto de autoridades dirigentes.

Tudo isso concorre, evidentemente, para intensificar o movimento nacionalista de oposição ao capital estrangeiro, sobretudo quando se apresenta como *investimentos diretos*. Uma outra forma — *empréstimos estrangeiros* — não registra esses inconvenientes, mas geralmente é acompanhada de im-

posições diplomáticas e políticas, rigorosas exigências de amortização etc. Além disso, os fundos públicos que as grandes potências têm oferecido, como auxílio, aos países subdesenvolvidos são irrisórios e quase não ultrapassam, de modo geral, a 0,5% da renda nacional de cada uma delas.

Finalmente, quanto à formação de capital por meio das relações de troca, seu significado para os países emergentes é quase nulo porque estes exportam apenas alguns produtos brutos (minerais, produtos agrícolas ou alimentícios), de procura geralmente instável e de preço muito inferior aos dos produtos manufaturados.

Em relação aos países emergentes de regime socialista (integralmente planificado) os problemas de investimento de capital privado (de fonte interna ou externa) são pouco significativos. Para financiar os investimentos públicos, dentro das normas de desenvolvimento considerado desejável para a economia interna, o Estado socialista conta basicamente com a ajuda externa (sobretudo da URSS e da China) e com a poupança "forçada" da população (principalmente mediante entregas *in natura* de parte da produção ao Estado). De modo geral, entretanto, a assistência financeira oferecida pelos Estados do "Bloco Comunista", ou do COMECON, apresenta-se muito vantajosa para os países emergentes: financiamento preferencial de projetos industriais de base a taxas de juros baixas (2,5% ou menos), reembolsáveis em períodos longos (superiores a 10 anos), com a possibilidade de pagamento em moeda local ou em mercadorias.

No conjunto, porém, todos os países emergentes apresentam grande carência de capital para financiar investimentos que promovam o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, atendam às necessidades imediatas da população presente e daquela que nasce em ritmo acelerado. Conseqüentemente, tanto nos países subdesenvolvidos de economia capitalista como nos de economia socialista, é baixa a renda média *per capita*.

As estatísticas globais mostram que, atualmente, cerca de 20% da população do mundo dispõe de 80% da renda mundial, sobrevivendo os demais com o restante dessa renda. E enquanto nos países altamente industrializados a renda média *per capita* varia entre 4.000 e 8.000 dólares, nos países em desenvolvimento é baixíssima: de 60 a 300 dólares nos

países da África e da Ásia (Oriental e do Sul) e de 300 a 1.000 dólares nos países da América Latina.

Esses dados macroeconômicos, porém, muito pouco ou nada informam, tendo-se em vista a extrema desigualdade na distribuição da renda nacional nos países do Terceiro Mundo. É observação freqüente, aliás, que quanto maior a pobreza de um país, maior é a diferença entre os ricos e os pobres. Assim é que na Arábia e no Oriente Médio em geral, enquanto pequena parte da população vive faustosamente, graças às altas rendas provenientes das explorações petrolíferas, a maioria viveu até recentemente em grande miséria (apenas nos últimos anos é que uma parte dos petrodólares tem sido aplicada na melhoria da qualidade de vida de tais povos). Desigualdades semelhantes são comuns entre os povos da América Latina, África ou Extremo Oriente.

Os dados macroeconômicos, quando completados com outras informações (condições de alojamento, dietas alimentares, porcentagem de analfabetos, taxa de mortalidade infantil, níveis diversos de consumo etc.), deixam evidente que a situação da maior parte das populações subdesenvolvidas é bem mais miserável do que o indicam simples dados globais sobre as rendas médias por habitantes.

Aos desníveis econômicos correspondem também desníveis culturais entre as classes, entre os setores da produção e, principalmente, entre as populações rural e urbana, sobretudo nos países emergentes de regime capitalista. De modo geral, a população — exceto, em parte, a dos centros de economia moderna — apresenta baixíssimo nível de vida, elevado índice de analfabetismo, vive em péssimas habitações, sem um mínimo de conforto ou higiene, alimenta-se precariamente, consome água poluída e, geralmente, está atacada das chamadas "doenças das massas" (impaludismo, tracoma, sífilis, parasitose, tuberculose etc.). Algumas dessas doenças, como a parasitose intestinal e as perturbações de fígado, por exemplo, embora não apresentem elevado índice de mortalidade, reduzem grandemente a capacidade de trabalho dos indivíduos.

Nos países em desenvolvimento de regime capitalista há, também, a persistência de *instituições econômico-sociais ultrapassadas* (com formas de trabalho já desaparecidas nos países desenvolvidos, tais como a "meação" abusiva, com fração mínima de ganho para os trabalhadores; a sublocação de terras por múltiplos intermediários; a influência ainda sensível de alguns tipos "legalmente" abolidos de servidão ou escravagismo etc.; *carência qualitativa e quantitativa das classes médias* (com uma pequena burguesia orientada principalmente

para atividades de especulação e não de verdadeira criação econômica) e *frágil integração econômico-nacional*, com pequeno setor da economia moderna impulsionado do exterior, em função dos interesses dos países desenvolvidos, e geralmente localizado nas grandes cidades, ao longo dos eixos de circulação ou nas zonas de produção de mercadorias de exportação.

Mas, tanto nos países subdesenvolvidos capitalistas como socialistas, parte da população já tem *consciência de sua situação*. E a passividade que durante muito tempo a caracterizou, está cedendo lugar a perturbações psicológicas, sociais e políticas ante o caráter anormal de sua miséria em relação ao resto do mundo moderno. E isso porque, se durante o século passado e parte do século XX era difícil a divulgação dos diferentes níveis de consumo entre as nações mais prósperas e as demais, hoje as nações insuficientemente desenvolvidas estão cônscias de sua miséria, porque geralmente têm acesso aos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão, rádio, cinema etc.). Contribuem para essa divulgação as relações de troca entre os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo, os deslocamentos impostos por conflitos internacionais, necessidades técnico-políticas (preparo de chefes de tribos africanas em países europeus), ou a própria evolução interna dos países emergentes. Fenômeno histórico inteiramente novo, o "Grande Despertar" dos povos emergentes explica, então, o aparecimento do conceito dinâmico de país em desenvolvimento, conceito que repousa sobre um julgamento de valor implícito e sobre o postulado de que seu desenvolvimento é insuficiente, desejável e urgente.

Ora, para solucionar muitos dos problemas que os afligem, os países da periferia precisam superar vários obstáculos que entravam o funcionamento adequado de suas respectivas atividades econômicas, inclusive reformulando rapidamente algumas de suas estruturas produtivas.

§ 2.º Estruturas da atividade econômica

Em todos os países do Terceiro Mundo, de modo geral, as deficiências do *setor agrícola* constituem o mais forte empecilho ao progresso econômico. Embora "essencialmente agrícolas", na maioria desses países grande parte da população sofre o grave problema da subalimentação e da fome, dependendo das nações industrializadas para sobreviver. Realmente, no conjunto do mundo, os países desenvolvidos reúnem cerca de 30% da população e produzem 60% dos alimentos, enquanto o Terceiro Mundo apresenta 70% da população e produz apenas 40% dos alimentos — situação que

se agravou a partir de 1972 e, especialmente, depois da crise do petróleo.

De acordo com a FAO [9] o consumo de calorias por habitantes vem evoluindo da seguinte maneira:

Consumo de caloria per capita

Países	Antes da I Grande Guerra	Depois da II Grande Guerra	1970-1979
Desenvolvidos	2.950	2.860	3.050
Em desenvolvimento	2.110	1.960	2.150

Os dados macroeconômicos indicam que entre 8 pessoas do mundo, uma passa fome no sentido de subnutrição quantitativa; e entre 3, uma sofre de subnutrição qualitativa, resultante da carência de calorias de produtos de origem animal. Os países desenvolvidos (ou seja, um terço da população mundial) consomem 3/4 dos recursos protéicos do mundo; além disso, quase a mesma quantidade de cereais utilizada pelos povos emergentes destina-se apenas a alimentar seus animais [10].

As causas dessa situação paradoxal dos países emergentes podem ser resumidas em duas principais: aumento mais rápido da população relativamente ao crescimento da produção de alimentos e fraca produtividade agrícola. Assim, além dos riscos naturais peculiares à atividade agrícola, que nos países do Terceiro Mundo assumem maiores proporções em razão dos métodos primitivos com que são enfrentados, há também os problemas resultantes: dos *processos arcaicos de plantio e desflorestamento,* que aceleram o *esgotamento das terras e a erosão* (na zona tropical africana ou na América Latina, a cultura itinerante tem sido a maneira mais comum de assegurar a produtividade); da *penúria de meios de transporte e de estocagem,* responsáveis pela deterioração das colheitas nas zonas produtoras, enquanto reina fome em outras regiões; da *falta de fertilizantes, inseticidas, máquinas agrícolas* (no Extremo Oriente apenas a Índia, o Paquistão, as Filipinas e a China possuem razoável número de tratores) etc.

9. Apud André Piettre, *Les grands problèmes de l'économie contemporaine,* Paris, Ed. Cujas, 1977, p. 236.

10. Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) citado por Piettre, *Les grands problèmes,* cit., p. 236.

Pobres e subalimentados, isolados dos setores modernos da economia devido à carência de transportes, os agricultores, em sua maioria, conhecem a própria força muscular como única fonte de energia utilizada nos serviços rurais. Trabalho pouco produtivo, natureza quase sempre ingrata e capitais insuficientes (máquinas, adubos, silos, infra-estrutura de comercialização etc.) completam, então, o famoso "círculo vicioso da miséria".

Tal situação é mais evidente nos países de regime capitalista, onde a rentabilidade do setor de monocultura exportável absorve todos os recursos e os interesses dos poucos detentores do capital.

Em vários países em desenvolvimento verifica-se, ainda, por exemplo, a existência de pagamentos usurários de juros (com taxas tão elevadas que o agricultor é mantido em contínua situação deficitária, vivendo numa insuficiência crônica de renda); a sobrevivência de processos de meação, arrendamento, parceria etc., que esgotam os parcos recursos dos agricultores; ou, como ocorre freqüentemente na América Latina, a monopolização das melhores terras pelos latifundiários e a confinação da maioria dos rurícolas em propriedades muito pequenas e, por isso mesmo, improdutivas; ou, ainda, as resistências à mudança impostas pelos costumes (como na África), entravando o desenvolvimento.

A situação especial dos países subdesenvolvidos de economia capitalista coloca a *reforma agrária* — devidamente acompanhada de meios técnicos, capitais, educação etc. — como condição primordial de toda tentativa de desenvolvimento.

Mas é difícil à agricultura dos países emergentes abastecer a crescente população e o setor industrial e, ao mesmo tempo, sem sacrifício da produtividade, liberar parte da mão-de-obra em benefício da produção industrial.

Nesse particular, outro aspecto comum aos países do Terceiro Mundo é a *fraca industrialização*, voltada sobretudo para as indústrias leves.

Assim é que atualmente mais de 50% da população ativa do México está empregada na produção primária, com renda *per capita* de cerca de 200 dólares; 20% na produção secundária, com 150 dólares e 30% na produção terciária, com 180 dólares; na Índia, 60% da população dedica-se à produção primária, com renda de 90 dólares por habitante, 15% à produção secundária, com 70 dólares, e 25% à produção terciária, com 60 dólares; no Uruguai, 45% da população trabalha na produção primária, com renda *per capita* de 200

dólares, 20% na produção secundária, com 250 dólares, e 35% na produção terciária, com cerca de 300 dólares.

De modo geral, no Terceiro Mundo, apesar da crescente urbanização, grande parte da população compõe a produção primária, vindo em seguida a população dedicada à produção terciária e, finalmente, a que trabalha na produção secundária, de modo que esta não vitaliza e aproveita a produção primária e entrava o progresso da produção terciária, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos.

Todos esses problemas, entretanto, devem ser considerados no contexto das peculiaridades do processo de industrialização do Terceiro Mundo. Assim, enquanto a Europa Ocidental industrializou-se no século XIX, graças sobretudo à ação de empresários particulares (que organizavam, administravam e controlavam suas empresas), e não precisou enfrentar pressões externas porque não havia outros Estados já industrializados, os países emergentes da atualidade enfrentam situações econômicas, sociais e políticas completamente diferentes:

— os parâmetros fundamentais da produção e do mercado (tecnologia, tipos de empresa, comercialização etc.) são preestabelecidos pelas nações já desenvolvidas;

— os empresários dos países emergentes defrontam-se com os fortes grupos multinacionais das potências prósperas, justamente na fase em que estão eles mais organizados, de modo que têm força para cercear a liberdade de ação dos subdesenvolvidos, quer diretamente, quer por meio de seus Estados;

— do ponto de vista político, dois são os maiores obstáculos enfrentados pelo Terceiro Mundo: no interior de cada país, a implantação de uma política de desenvolvimento industrial exige a destruição das bases tradicionais (como na África e em grande parte da Ásia) ou a destruição da dominação latifundiária local (caso típico da América Latina); e externamente, exige a aceitação de imposições de multinacionais, consórcios internacionais ou de Estados industrializados dominantes.

Trata-se, portanto, de problemática complexa, cujas soluções são bloqueadas, em grande parte, pelos próprios interesses de grupos econômicos dos países desenvolvidos. Por outro lado, a situação complica-se cada vez mais com a insuficiência do *setor de crédito destinado à produção*, com a *hipertrofia de atividades comerciais especulativas* (que geram uma psicologia de descrédito no êxito pelo trabalho e pela poupança, valorizando-se a "sorte" e a especulação), com a

crescente aspiração das massas populares a melhores níveis de consumo (o que estimula a criação de indústrias leves, ao invés de indústrias de base), com o "Grande Despertar" dos povos emergentes, que impõe a necessidade de desenvolvimento acelerado e agrava os riscos de inflação "galopante" (tendo-se em vista sobretudo a vulnerabilidade da estrutura produtiva desses países, a pressão da procura, a pouca elasticidade da produção agrícola de alimentos — já que a maior parte dos recursos é canalizada para uns poucos produtos agrícolas ou extrativistas, destinados à exportação) etc.

Aliás, considerando-se que cada país é um centro de atividades econômicas heterogêneas, um "círculo de solidariedades institucionais", sua estrutura econômica (nível de desenvolvimento, natureza e organização das atividades econômicas etc.) influi sobre a sua posição no quadro das trocas internacionais: é credor ou devedor em função do volume de sua produção e de sua renda nacional, ou seja, segundo suas ofertas e demandas de produtos e de serviços, segundo seu capital nacional etc.

Ora, a própria estrutura da atividade econômica dos países emergentes coloca-os em posição de *permanente desequilíbrio de seu balanço de pagamentos*. Importadores de objetos manufaturados e, sobretudo, da maquinaria e equipamentos industriais, e exportadores de apenas uns poucos produtos agrícolas ou de base, cujo preço oscila freqüentemente, os países subdesenvolvidos apresentam deficitário balanço de comércio e deficitário balanço de serviços, juros e dividendos (que incluem os juros ao capital emprestado). E como se sabe, o balanço de pagamentos reflete o nível de desenvolvimento de um país, por constituir uma espécie de documento contábil onde se registram todas as transações econômicas realizadas durante determinado período entre esse país e o estrangeiro.

A política protecionista, uma das medidas mais freqüentemente adotadas pelos países do Terceiro Mundo para restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, procura impor altas tarifas aduaneiras, múltiplas restrições às importações, proteção à indústria nascente etc. Apesar disso, atualmente o desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países do Terceiro Mundo vem agravando-se com intensidade crescente.

Por outro lado, a conjuntura econômica dos países da periferia depende muito dos países industrializados, por representarem estes importante fonte de capital e tecnologia e seu principal mercado importador. Ora, com o decréscimo

registrado nas taxas médias de crescimento anual das potências industriais, sobretudo a partir da metade da década de 70, as projeções para os anos 80 não indicam melhora significativa, o que coloca perspectivas incertas para o final deste século, sobretudo em relação a rápido crescimento econômico, pleno emprego, estabilidade de preços, comércio internacional etc.

§ 3.° Agravamento da dependência nos anos 80

A dependência do Terceiro Mundo em relação à "saúde" dos países industrializados e às decisões deles emanadas tornou-se mais evidente em nossa época quando estes países passaram a registrar graves problemas econômicos, em especial, persistente desaceleração do crescimento e elevadas taxas de inflação e desemprego. Conseqüentemente, a maior parte das medidas corretivas e protecionistas que adotaram teve desastrosos reflexos sobre a frágil economia do Terceiro Mundo, agravando violentamente, nestes países, os crônicos problemas de dívida externa, desequilíbrio do balanço de pagamentos, inflação, pauperismo rural e urbano entre outros.

1. *Avaliação da situação atual*

A crise do petróleo, a partir de 1973, foi apenas o detonador dos problemas em cadeia que vinham, há muitos anos, solapando as economias periféricas.

Nesse sentido, aliás, vários relatórios de órgãos internacionais têm denunciado, com insistência, a precária situação dos países emergentes, que se encontram no limiar de gravíssima conturbação social e política, com possibilidade de arrastar milhões de famintos e subempregados.

É o caso, por exemplo, da Comissão Norte-Sul, que estudou longamente o problema da ajuda aos países pobres. Em longo relatório, Willy Brandt [11] sugeriu, em 1980, aumento maciço da ajuda oficial ao Terceiro Mundo (no montante mínimo de 1% do PNB das nações industrializadas), acordo internacional para assegurar o abastecimento de energia, programa de fornecimento de alimentos aos países mais afetados pela fome, liberalização do comércio internacional, reforma do sistema monetário mundial etc. E salientou que

11. Ex-primeiro-ministro da República Federal da Alemanha, Willy Brandt — pseudônimo adotado por Ernst Karl Frahm, líder do Partido Social Democrata, quando fugiu para a Noruega, para escapar à Gestapo, durante a II Grande Guerra — tem defendido enfaticamente a necessidade de se mudar o tratamento em relação aos países pobres.

essa ajuda atende também aos países ricos, devido à mutualidade de interesses nas relações econômicas internacionais.

Recente relatório da OCDE, que congrega 24 países desenvolvidos, com o objetivo de beneficiar os países-membros e promover o desenvolvimento mundial, mostra que os fatos foram mais negativos do que as estimativas pessimistas sobre o desempenho econômico dos países industrializados: o PNB não cresceu 0,5% em 1982, como fora previsto, mas caiu 0,2%. Para 1983 as previsões são de uma expansão em torno de 1,8%. E salienta o relatório que, em conseqüência, persistirão os problemas cambiais dos países do Terceiro Mundo, impossibilitando-os de ampliar as exportações para saldar os compromissos de sua dívida externa.

Por outro lado, com moderado otimismo, o relatório do Banco Mundial[12] considera razoável supor-se uma recuperação dos países industrializados até à taxa média de 4,2% ao ano (que seria superada pelo Japão e Oceania, mas não alcançada pelos EUA e Europa):

Países Industrializados — Crescimento do PIB:

Países Industrializados	Taxas Médias de Crescimento Anual, a Preços de 1975		
	1960-1970	1970-1980	1980-1990
Estados Unidos	4,0	3,3	4,0
Japão e Oceania	9,4	5,1	5,9
Europa Ocidental e Setentrional	4,7	2,9	3,8
Países Industrializados	4,9	3,4	4,2

Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 4

A crise dos países industrializados e os fatores negativos de natureza endógena dos próprios países emergentes refletem-se no crescimento anual do PIB, como se vê na tabela da página seguinte.

Além da desaceleração econômica dos países industrializados, a elevada inflação internacional e o crescente protecionismo das grandes potências têm contribuído para a queda do volume do comércio mundial: de 9% ao ano no período 1965-1972, passou a 4% de 1973-1980.

12. Banco Mundial, *Informe sobre el desarrollo mundial*, Washington, D.C., ago. 1979.

Países em Desenvolvimento — Crescimento do PIB:

Países em Desenvolvimento	Taxas Médias de Crescimento Anual, a Preços de 1975				
	1970-1976	1977*	1978*	1975-1985	1976-1990
— de baixa renda	3,4	5,7	5,4	4,7	4,9
África	2,6	4,0	3,4	3,7	3,8
Ásia	3,5	6,0	5,7	4,9	5,1
— de renda média	6,2	4,6	5,0	5,3	5,4
— todos os países em desenvolvimento	5,7	4,8	5,1	5,2	5,3

* Estimativas baseadas em dados preliminares.

Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 4.

Concomitantemente às condições desfavoráveis do mercado internacional, os países emergentes sofreram, nos anos 70, sérias conseqüências de condições climáticas adversas e outras dificuldades provenientes de suas respectivas políticas internas. Se houver recuperação econômica nos países desenvolvidos, com melhores condições climáticas e produção interna, as exportações poderão aumentar, de acordo com as projeções para 1980-1985: produtos primários (exceto combustíveis), a uma taxa média anual de 3,3% para igual taxa nos países desenvolvidos e no mundo; produtos manufaturados, de 10,9% para 6,5% nos países industrializados e 7% no mundo; combustíveis e energia de 3,2% para 3,3% nos países industrializados e 3,1% no mundo.

Prevê-se, ademais, rápida expansão de intercâmbio comercial entre os próprios países emergentes, embora em estreita dependência da situação do balanço de pagamentos e das políticas comerciais de cada um deles. Aliás, no fim dos anos 70, mais de 1/4 das exportações do Terceiro Mundo dirigiram-se a outras nações em desenvolvimento. Neste sentido, o Brasil, no início dos anos 80, passou a destacar a importância de sua identificação como país latino-americano e de aproximação com os países da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia.

Outros fatos, entretanto, têm provocado intensificação nas relações comerciais com os países emergentes, como o boicote econômico dos Estados Unidos à URSS devido à

invasão do Afeganistão, o que obrigou os soviéticos a procurarem soja, trigo e outros alimentos nos países em desenvolvimento; maior participação da República Popular da China no comércio mundial etc.

A tabela apresentada na página seguinte mostra projeções do Banco Mundial sobre a possível situação dos países emergentes nos próximos decênios.

Mas os países emergentes têm, ainda, outros problemas: o capital externo de que necessitam para sustentar seu crescimento está diminuindo em termos reais. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), prestada pelos países que integram o CAD (Comitê de Assistência para o Desenvolvimento) da OCDE, que era da ordem de 0,35% em 1975, passou para 0,31% em 1977, em relação ao PNB destes países. Supõe-se que essa assistência aumente de novo para 0,35%, nível em que deverá permanecer até 1990. Em contraposição, intensificou-se durante quase 10 anos a assistência prestada pelos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), com base em cerca de 2% do PNB dos doadores, embora já se constate a previsão de que essa ajuda diminuiria, em termos reais, devido à possibilidade de taxas mais lentas de crescimento econômico dos países petrolíferos [13].

---

13. Desde a eclosão da crise do petróleo, em 1973, até o segundo choque em 1979, acreditou-se que os preços continuariam subindo (na melhor das hipóteses, de acordo com o ritmo da inflação mundial) porque os produtores de petróleo haviam formado um sólido cartel econômico e político. Contudo, a solidez desse cartel era aparente e logo começou a se desfazer, provocando uma parada dos preços em 1981 e, a seguir, seu declínio. No início de 1983, apesar dos esforços da OPEP para evitar o caos, o preço do barril caiu de 30 para 27 dólares nos mercados livres e, em casos isolados, baixou para 19 dólares (exemplo do Irã). Essa queda dos preços reflete, de um lado, a retração da demanda (devido a fatores diversos, especialmente o desenvolvimento de programas de substituição do petróleo por outras fontes energéticas e a recessão econômica mundial nos últimos anos), e, de outro lado, a exploração de novas áreas petrolíferas (Mar do Norte, Golfo do México, Alasca, que começaram a concorrer fora do grupo da OPEP) e a necessidade de endividados países petrolíferos (México, Venezuela e outros) exportarem para saldar seus compromissos mais urgentes. Conseqüentemente os países da OPEP tiveram suas vendas reduzidas: de 31 milhões de barris diários, em 1979, passaram para apenas 18 no início de 1983.

Teme-se, porém, que essa situação venha a provocar um novo choque, já que os países árabes deverão rever seus planos de desenvolvimento e de assistência externa, reduzir as importações e deixar de injetar petrodólares no mercado financeiro internacional. Ora, no momento em que o Terceiro Mundo e também países europeus encontram dificuldades para pagar até mesmo os juros de suas dívidas externas, complica-se mais ainda a situação de liquidez dos grandes bancos internacionais, comprometendo o próprio mercado financeiro internacional.

Perspectivas menos pessimistas, todavia, indicam que os países industrializados, com a redução das despesas em combustível, retomarão seu ritmo

Exportação dos Países Emergentes: Composição e Participação no Conjunto Mundial

Categorias de Produtos	Composição por Produtos			Proporção nas Exportações Mundiais		
	1960	1976	1990	1960	1976	1990
Combustíveis e energia	38	38	26	44	41	42
Outros produtos primários	51	35	24	37	34	34
— Alimentos e bebidas	34	22	15	40	35	32
— Produtos agrícolas não-alimentares	9	6	4	39	30	34
— Minerais e metais não-ferrosos	8	7	5	29	33	38
Manufaturas	11	27	50	6	10	16
— Maquinaria e equipamentos de transportes	1	6	20	2	5	12
— Outras manufaturas	10	21	30	9	14	19
TOTAL	100	100	100	24	21	22

Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 6.

Além disso registra-se também sensível queda no ritmo de expansão do financiamento privado, sobretudo dos Bancos, em conseqüência do elevado aumento da dívida externa dos países emergentes e da insolvabilidade geral do Terceiro Mundo, inclusive para pagar apenas os serviços (ou juros) dessa dívida.

No campo energético, a aceleração da busca de fontes alternativas e o crescimento econômico com uso menos intensivo de energia, em alguns importantes países consumidores, ante os constantes aumentos do preço do petróleo, indicam a possibilidade de reajustamento entre a demanda e a oferta globais, no decorrer do decênio de 1980. Espera-se, então, que os países emergentes consigam amortecer melhor os impactos das mudanças ocorridas no ambiente interna-

de desenvolvimento, o que será benéfico para o comércio internacional e o Terceiro Mundo, em especial.

cional, sem repetir as dificuldades enfrentadas em 1974-1977, quando a maioria deles teve uma taxa de crescimento reduzida de 50% (situação agravada, em muitos casos, por desfavoráveis condições climáticas). Essa situação impõe medidas como redução das importações, expansão das exportações, aceleração da produção agrícola e outras, embora não raro no contexto de programas de difícil estabilização econômica e política.

As tendências globais da produção, comércio e correntes de capital refletem, aliás, o grande contraste entre os países do Terceiro Mundo e os países desenvolvidos. É provável que tal situação não mude significativamente nos anos 80 e, até mesmo, nos anos 90, segundo o Banco Mundial. E assim as perspectivas para os países emergentes de renda média continuarão estreitamente relacionadas com a evolução do ambiente internacional. Esse Banco prevê certa melhora, em comparação com a segunda metade do decênio de 1970, mas variando em cada país emergente de acordo com suas possibilidades de poupar, investir e utilizar eficazmente os recursos disponíveis.

No mesmo sentido, o contraste entre o aumento da população nas nações em desenvolvimento de renda média e nos países ricos continuará se refletindo, quer em suas respectivas atividades econômicas, quer na interação entre ambos. E, apesar das diferenças significativas entre os países emergentes quanto ao crescimento das exportações e do desenvolvimento econômico, em todos eles o aumento demográfico continuará impondo urgentes medidas de geração de empregos e de diminuição da pobreza. E assim, a qualidade de vida de milhões de pessoas dos países do Terceiro Mundo continuará dependendo, em grande parte, de decisões dos países cêntricos sobre as condições do comércio internacional e as correntes de capital. E se não ocorrerem outros fatos, a situação econômica e social dos países emergentes vai deteriorar-se ainda mais intensamente no final deste século.

Aliás, a gravidade dos problemas do Terceiro Mundo pode ser também visualizada mediante três situações hipotéticas apresentadas pelo Banco Mundial — situação básica, elevado crescimento e baixo crescimento (cf. tabelas das páginas seguintes).

Como se vê, as estimativas do número de pessoas que viverão em pobreza absoluta no ano 2000, se a economia dos países do Terceiro Mundo crescerem em ritmo pouco significativo, são impressionantes: 600 milhões de pessoas na *situação básica;* 710 milhões de pessoas na *situação de baixo crescimento*, ou seja, com a previsão de que a freagem do

Níveis de Pobreza Absoluta em Diferentes Situações — Ano 2000

Países	Situação Básica		Elevado Crescimento		Baixo Crescimento	
	% da População	Pobreza Absoluta	% da População	Pobreza Absoluta	% da População	Pobreza Absoluta
Países de baixa renda	22	440 milhões	17	340 milhões	26	520 milhões
Países de renda média	10	160 milhões	8	130 milhões	12	190 milhões
Todos os países em desenvolvimento	17	600 milhões	13	470 milhões	20	710 milhões

Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 21.

comércio internacional mantenha-se a uma taxa de 5% ao ano, bem como continuem elevados os níveis de desemprego e de dificuldades nos países industrializados; ou de 470 milhões de pessoas na situação de elevado crescimento, se houver recuperação das economias das nações industrializadas até à taxa anual de crescimento de 4,9%, registrada no decênio de 1960, o que estimulará a expansão do comércio mundial e, portanto, as exportações dos países emergentes.

Embora se considere pouco provável eliminar a miséria até o ano 2000, é imprescindível a adoção imediata de medidas de política internacional combinadas com medidas de política interna (adotadas pelos próprios países do Terceiro Mundo), com o objetivo de se evitar a concretização dessas previsões

População e PIB — 1960-1990

Países	População *			PIB *per capita* *		
	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1960-1970	1970-1980	1980-1990
Países de baixa renda	2,4	2,3	2,2	1,8	1,7	2,7
— África	2,6	2,8	2,8	1,5	0,2	1,0
— Ásia	2,4	2,2	2,2	1,8	2,0	2,8
Países de renda média	2,5	2,5	2,4	3,9	2,9	3,4
— Ásia Oriental e Pacífico	2,8	2,3	2,0	4,9	6,2	5,6
— América Latina e Caribe	2,8	2,7	2,5	2,9	2,6	3,2
— Oriente Médio e Norte da África	2,6	2,7	2,6	4,7	2,9	2,8
— África — Sul do Sahara	2,5	2,9	3,0	2,5	1,4	1,4
— Europa Meridional	1,4	1,5	1,2	5,8	3,4	4,2
Todos os países emergentes	2,5	2,4	2,3	3,4	2,8	3,3
Países industrializados	1,1	0,7	0,5	3,8	2,7	3,7
Países exportadores de petróleo com superávit de capital	3,5	3,7	2,8	8,2	1,8	2,2
Países de planificação centralizada	1,7	1,4	1,1	5,7 **	4,6 **	3,4 **

* A preços de 1975.
** Somente os países de planificação centralizada da Europa Ocidental.
Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 16.

de baixo crescimento + pobreza absoluta. E, neste particular, merece reflexão a posição dos autores que denunciam a "cultura da opulência" (característica, sobretudo, do Mundo Ocidental) e valorizam a simplicidade de vida dos povos pobres — que é realmente sua grande riqueza [14] — conclamado o Terceiro Mundo a refletir sobre suas próprias realidades, ao invés de copiar, dos países industrializados, princípios freqüentemente pouco adaptados à sua situação.

No sentido de buscar o aumento da renda e a diminuição da pobreza absoluta, as recomendações mais freqüentes são:

— necessidade de rápida geração de emprego produtivo de maneira a absorver a mão-de-obra presente e a que acorre ao mercado de trabalho em ritmo crescente;

— diminuição das migrações internas e simultâneo atendimento das prioridades urbanas (o que não é fácil devido

Tabela n. 2

Países Emergentes: Taxas de Inversão e Poupança — 1976 e 1990 *

Paises	Inversão Interna Bruta		Poupança Interna Bruta		Entradas Líquidas de Recursos Externos	
	1976	1990	1976	1990	1976	1990
Países de baixa renda	17,8	25,0	15,7	21,2	2,1	3,8
— África	16,0	22,1	8,8	11,4	7,2	10,7
— Ásia	18,0	25,3	16,7	22,4	1,3	3,0
Países de renda média	26,1	26,0	23,1	23,9	3,0	2,1
— Ásia Oriental e Pacífico	27,0	30,9	25,5	31,1	1,5	0,2
— América Latina e Caribe	23,7	26,0	22,3	24,8	1,4	1,2
— Oriente Médio e Norte da África	31,4	25,1	29,0	20,0	2,4	5,1
— África — Sul do Sahara	27,0	24,4	25,1	21,0	1,9	3,4
— Europa Meridional	26,2	23,8	19,0	21,1	7,2	2,7
Todos os países emergentes	24,8	25,8	21,9	23,5	2,9	2,3

* Porcentagens do PIB a preços de 1975
Fonte: Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 16

às pressões das grandes áreas urbanizadas e à escassez de recursos para atendimento concomitante das zonas rurais e urbanas);

14. Albert Tévoédjrè, *La pauvreté*, cit.

— complementação entre a agricultura e a indústria, com incentivo à agroindústria;

— criação de condições internacionais mais propícias às exportações do Terceiro Mundo, de maneira a possibilitar a diminuição de seu endividamento e de sua crítica dependência econômica.

De qualquer forma, nesse contexto, as perspectivas de rápido aumento do emprego e diminuição da pobreza, nos países emergentes, não são muito animadoras.

Tabela n. 3

Países Emergentes: Estrutura da Produção — 1975 e 1990 *

Países	Agricultura		Indústria **		Serviços	
	1975	1990	1975	1990	1975	1990
Países de baixa renda	41	30	23	28	36	42
— África	41	33	17	20	42	47
— Ásia	41	30	24	29	35	41
Países de renda média	15	10	38	41	48	49
— Ásia Oriental e Pacífico	22	12	31	39	47	49
— América Latina e Caribe	12	9	36	40	52	51
— Oriente Médio e Norte da África	12	8	51	50	37	42
— África — Sul do Sahara	22	17	37	37	41	46
— Europa Meridional	15	11	36	39	49	50
Todos os países emergentes	19	14	35	39	46	47

* Porcentagens do PIB a preços de 1975.

** A produção industrial refere-se ao valor agregado das manufaturas, mineração, construção e serviços públicos.

2. *Políticas de emprego e de redução da miséria*

Os problemas do desemprego e do subemprego tendem a se tornar cruciais nos países emergentes. Prevê-se que a força de trabalho nesses países duplicará entre 1975 e 2000, em comparação aos últimos 25 anos, isto é, será de cerca de 550 milhões.

A agricultura, nos *países de baixa renda,* representa o suporte de qualquer esforço para incrementar a geração de empregos, aliviar a pobreza e criar bases para a transformação estrutural a longo prazo. Dessa atividade dependem diretamente 70% da força de trabalho, situação que tende a permanecer quase inalterada ainda por muito tempo. Daí o ca-

ráter prioritário das políticas agrícolas de investimento, fixação de preços e outras, juntamente com programas de apoio institucional, técnico e infra-estrutural aos pequenos agricultores, com o objetivo de aumentar as oportunidades de emprego produtivo.

A prioridade agrícola também marca as políticas econômicas dos *países emergentes de renda média*, onde mais de 50% da população continua trabalhando na agricultura e as *pequenas explorações agrícolas* ainda utilizam mão-de-obra mais intensivamente do que as grandes explorações. Mas é indispensável que se facilite aos pequenos e médios agricultores o acesso a crédito, insumos básicos, serviços de extensão, mercados para seus produtos etc. E, neste particular, ressalta a importância das cooperativas como forma especialmente eficaz de atendimento aos agricultores-associados, a baixo custo, sem os inconvenientes burocráticos que oneram os serviços governamentais.

O próprio êxito da industrialização, em geral, está intimamente ligado ao crescimento da agricultura e à ampliação do mercado interno. Mas é claro que estão mais diretamente dependentes do sucesso agrícola as indústrias têxteis e de vestuário, de produção de insumos, de transformação de produtos agropecuários, além de diversas atividades interligadas, como transporte, comércio atacadista, construção etc.

Assim, o fomento da expansão agrícola em geral e, em particular, das pequenas explorações agrícolas é decisivo para incrementar o emprego e atenuar a pobreza nos países emergentes. Devem eles, todavia, adotar também políticas industriais e comerciais que estimulem rápido aumento da produção e do emprego. E, no caso de países semi-industrializados, são igualmente importantes as medidas para aquisição, aprendizagem e adaptação de novas tecnologias, implantação e/ou ampliação das instituições de crédito (inclusive para exportação) entre outras.

Em outros termos, estratégias agrícolas e industriais adequadas representam, nos próximos decênios, a principal resposta ao grande desafio do desemprego e do subemprego, que aflige os países do Terceiro Mundo. Essas estratégias devem ser complementadas por medidas governamentais tendentes a diminuir o êxodo rural e as migrações internas, dimensionar a força de trabalho e planejar o tamanho da família [15].

Na realidade, em alguns países já são notadas as conseqüências dessas políticas, juntamente com o esforço de me-

lhoria da qualidade de vida. Assim é que de 1960 a 1980 houve diminuição de mais de 30% nas taxas brutas de natalidade, em nações da Ásia Oriental, e decréscimos menores em outros países (inclusive na Índia e na Indonésia, onde as rendas médias *per capita* são muito baixas). Os defensores do planejamento familiar [16] salientam sua importância para a América Latina e África, continentes que mantêm taxas de aumento populacional em torno de 3% ao ano. E insistem, de modo especial, no caso da região africana ao Sul do Sahara, onde à previsão de aumento relativamente modesto das rendas globais soma-se o pesadelo das conseqüências de crescente pauperismo.

Outras importantes medidas para melhorar a qualidade de vida da massa popular do Terceiro Mundo, que não devem ficar relegadas a segundo plano, são, por exemplo, assistência à saúde, ensino profissionalizante, saneamento básico etc. Aliás, é comum nos países emergentes, sobretudo de renda média, a implantação desses serviços públicos apenas em benefício de segmentos sociais de melhor poder aquisitivo, localizados geralmente nas áreas metropolitanas, o que contribui para agravar os desequilíbrios entre as cidades e a zona rural, e exige a adoção de políticas adequadas ao contexto sócio-econômico de cada país emergente.

---

15. O planejamento familiar é um dos assuntos demográficos mais polêmicos: para uns, não se pode deixar de admitir o direito que têm todos os casais (e não somente os de nível sócio-econômico elevado) de adaptar o tamanho de sua família às suas possibilidades econômicas e de atenção, inclusive afeto e supervisão da educação, tendo em vista a recente evolução histórico-social do núcleo da família; para outros, o planejamento familiar propicia a implantação de programas contrários aos interesses e à saúde das mulheres e das próprias nações.

16. No Brasil, a crítica mais intensa ao planejamento familiar relaciona-se à indefinição governamental, deixando espaço para outras políticas, que não consultam diretamente os objetivos de saúde ou de direito individual ou social. Argumenta-se que os projetos implantados, usando o vazio da indefinição do Governo, preocupam-se quase exclusivamente com a distribuição de anticoncepcionais e sua inserção em mulheres, sem atender concomitantemente às demais necessidades básicas de saúde do povo, como se bastasse limitar a natalidade para diminuir a mortalidade infantil e tornar as famílias prósperas e felizes. Assim, as verbas canalizadas prioritariamente para a anticoncepção, em um país de recursos escassos, distorcem as prioridades de saúde, deixando descobertas áreas de igual ou maior importância, como assistência pré-natal, nutrição, controle do câncer, educação sanitária etc.

Outros críticos chegam a afirmar que a BEMFAM acredita estar prestando um serviço ao Brasil, mas na realidade está ajudando a esconder o verdadeiro problema, que é a má distribuição da renda nacional.

3. *Políticas urbanas e políticas agrícolas*

As taxas explosivas de crescimento da população urbana indicam que as cidades dos países emergentes absorveram cerca de 400 milhões de habitantes entre 1950 e 1975, sendo provável que desta data até o ano 2000 tal aumento se aproxime de 1 bilhão de pessoas. E como já vimos, as concentrações urbanas, sobretudo as áreas metropolitanas, também tendem a aumentar rapidamente, colocando gravíssimos problemas aos responsáveis pelas políticas nacionais e municipais.

Na medida em que o ritmo e a modalidade de urbanização forem influenciados por políticas sócio-econômicas, poderá ocorrer a redução dos movimentos migratórios em direção às cidades, e, conseqüentemente, a aceleração do desenvolvimento agrícola, a melhoria do padrão de vida nas zonas rurais, o estímulo às cidades de tamanho médio, a descentralização industrial e de serviços públicos etc. Ao mesmo tempo, a busca de um modelo mais equilibrado de crescimento das cidades poderá ser facilitada com a diminuição de vantagens aos centros urbanos, contidas em políticas de investimentos públicos, fixação dos preços de transporte e de energia, comércio exterior, controle cambial e outras. Apesar disso, entretanto, continuarão atuando no sentido de priorização das cidades as modernas atividades industriais e de serviços, que se beneficiam de aglomerações urbanas.

Compete aos Poderes Públicos dos países do Terceiro Mundo, por outro lado, fomentar políticas de crescimento eqüitativo das cidades, que beneficiem também os bairros pobres e não apenas os mais ricos. É imprescindível a expansão de serviços de transporte, habitação, saneamento, eletricidade e outros, para atendimento do maior número possível de necessidades urbanas a baixo custo, de maneira a incluir os setores marginalizados e periféricos. É o caso, por exemplo, de prioridades a frotas de ônibus, vias especiais para transportes coletivos ou individuais (como bicicleta), saneamento básico, assistência à saúde e outros serviços públicos, em prol da maioria dos habitantes urbanos. Trata-se de problema complexo: atender as necessidades da população que já se encontra amontoada em bairros e favelas subumanas dos grandes centros urbano-industriais e, simultaneamente, criar atrativos nos campos para desacelerar o êxodo rural e as migrações internas. É um desafio de difícil solução: os países

emergentes dispõem de escassos recursos internos para investimentos[17] e não podem contar com empréstimos externos, em geral muito insuficientes e acompanhados de exigências políticas ou de imposições do "poder" econômico estrangeiro... Por outro lado, a interdependência econômica dos países afasta a possibilidade de desenvolvimento autárquico ou autóctone, embora este último continue sendo importante aspiração dos povos periféricos.

Ora, a internacionalização da economia mundial ou interdependência econômica dos países[18] recoloca o problema da necessidade de melhorar o "ambiente" internacional (especialmente o comércio e as correntes de capital), para que as nações emergentes possam aumentar a produção e o emprego e diminuir a pobreza. A "saúde" da economia mundial está diretamente relacionada a decisões e medidas políticas das nações industrializadas, cêntricas ou dominantes, restando aos países periféricos poucas opções. Se, entretanto, persistirem as recentes tendências desalentadoras do comércio e da produção mundial, se não houver aprofundamento da divisão internacional do trabalho no sentido de maior intercâmbio comercial e financeiro entre as próprias economias industrializadas[19], o crescimento econômico dos países emergentes será dificultado, ameaçando de malogro qualquer esforço de melhoria da qualidade de vida no Terceiro Mundo e de redução do número de pessoas condenadas à vida de pobreza absoluta nos próximos decênios.

---

17. Embora haja muita controvérsia quanto à canalização das poupanças internas e à sua aplicação (muitas vezes em atividades suntuárias ou de "consumerismo" desnecessário), o fato é que os países do Terceiro Mundo não conseguem obter internamente os recursos necessários aos investimentos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida de sua população.

18. Torna-se "cada vez mais evidente a interdependência da economia mundial. O comércio internacional, as correntes de capital e a exploração dos recursos energéticos são alguns dos fios da rede de laços econômicos e de interesses mútuos que unem as nações. A ruptura de um desses fios faz periclitar os demais; por exemplo, um maior protecionismo dos países em desenvolvimento reduz sua capacidade de atender à dívida externa e debilita o sistema financeiro mundial" (cf. Banco Mundial, *Informe*, cit., p. 133).

19. Aníbal Pinto (*A internacionalização da economia mundial e os dilemas do Brasil*, trad. port., Rio de Janeiro, Unilivros Cultural, s.d., p. 3) denuncia o declínio da importância do nexo Centro-Periferia ou Norte-Sul e a predominância das relações Norte-Norte ou intercêntricas.

Seção II
A POLÍTICA DE NÃO-ALINHAMENTO

Apesar da dramática dependência do Terceiro Mundo em relação aos países cêntricos ou industrializados, a posição dos países não-alinhados significa, precipuamente, a busca de estratégias de liberação econômica e política.

Assim, durante a Conferência Afro-Asiática, realizada na Indonésia em 1955, os 29 Estados participantes recusaram a divisão do mundo em 2 blocos, com sistemas econômicos antagônicos, e formularam uma política de não-alinhamento com as grandes potências, ao mesmo tempo em que proclamaram o direito de autodeterminação dos povos e propuseram o desarmamento, proibição de uso de armas nucleares e solução pacífica das controvérsias entre países.

Um ano depois, os presidentes Tito (Iugoslávia) e Nasser (Egito) e o primeiro-ministro indiano Nehru reforçaram esse movimento, condenando o colonialismo e o seccionamento do mundo em 2 blocos e reiterando o compromisso sobre a coexistência pacífica. Em 1961, com a adesão do imperador etíope Selassié, do presidente indonésio Sukarno, do primeiro-ministro birmaniano U Nu e a presença de representantes de 25 países, ocorreu em Belgrado a I Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, que deu ênfase a três problemas principais: a coordenação política do Terceiro Mundo, a descolonização e o apoio a movimentos de emancipação.

Três anos depois a II Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados contou com a adesão maciça dos países africanos recém-independentes e de delegações de movimentos de libertação. Participaram 47 Estados e 10 observadores, propondo um Programa para a Paz e a Cooperação Internacional.

Nos últimos 20 anos, apesar da superveniência de diversos fatos, que modificaram o quadro político e econômico mundial, o movimento terceiro-mundista procurou reforçar-se, contando com a participação da maioria dos países da África, América Latina e Ásia, inclusive os exportadores de petróleo (exceto o Irã). Em todas as oportunidades, e também durante as duas reuniões de 1982 (a preparatória em Havana[20] e a

20. Durante a reunião de chanceleres, em Havana, em maio de 82, que preparava a conferência de cúpula (Bagdá, set. 82) os temas centrais foram o conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha (pela soberania das Ilhas Malvinas) e a guerra Irã-Iraque.

de cúpula em Bagdá), esse movimento continua a defender, precipuamente, o direito dos povos à autodeterminação (sem ingerência estrangeira, sob qualquer pretexto), ao desenvolvimento (sem privilégios para os desenvolvidos ou perpetuação da ordem econômica que os beneficia) e à paz (com sanções aos violadores das resoluções da ONU, aos colonialistas e imperialistas etc.).

Contudo, os problemas decorrentes da internacionalização da economia e a grave conjuntura mundial dificultam a concretização dos anseios dos não-alinhados.

Essa situação tornou-se evidente, mais uma vez, durante a VII Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Delhi (mar./83) com a presença de representantes de 95 países e de 2 entidades — a Organização de Libertação da Palestina e a Organização do Povo do Sudoeste da África (Swapo). Durante as discussões, a Índia procurou afastar as tendências ideológicas desse movimento, defendendo a volta à posição "eqüidistante das ideologias das duas superpotências, como propuseram seus fundadores". Este posicionamento, defendido pela primeira-ministra Indira Gandhi (filha de Nehru, um dos fundadores do movimento), contém críticas a Cuba, que "pretende imprimir orientação pró-comunista" aos não-alinhados [21]. E assim confrontaram-se nessa Conferência diferentes posições, que correspondem a subgrupos de não-alinhados: o pró-soviético, liderado por Cuba; o moderado, que tenta retornar às origens; o latino-americano, que busca deslocar o eixo dos debates para a necessidade de transformação do sistema econômico mundial (cujo mecanismo colocou sobre o Terceiro Mundo o peso de uma dívida de cerca de 700 bilhões de dólares) etc.

O fato é que o Terceiro Mundo tem poucas e limitadas opções para sua heterogênea e múltipla variedade de problemas — muitos deles extremamente graves.

SUMÁRIO

O Terceiro Mundo não constitui um todo homogêneo. Ao contrário, reúne países que apresentam entre si profundas diferenças geográficas, étnicas, sociais, políticas, culturais etc. Esses países apresentam, também, diferentes graus de dificulda-

---

21. Índia abre conferência acusando Cuba, *O Estado de S. Paulo,* 1.° mar. 1983, p. 6.

des econômicas, de modo que são, geralmente, subdivididos em dois grandes grupos: países de baixa renda e países de renda média. Entre os primeiros, sobressaem cerca de 30, com um quadro de pauperismo tão intenso que recebem a dolorosa denominação de "países mais pobres do mundo" (LDC).

Apesar das diferenças, entretanto, há determinados problemas comuns aos países do Terceiro Mundo, detectados em suas estruturas de enquadramento e em suas estruturas da atividade econômica. Em todos eles, quer sejam de regime capitalista, quer sejam de regime socialista, é crescente sua situação de dependência em relação aos países cêntricos, do Bloco Oeste ou do Bloco Leste, que detêm o comando econômico e o poder de decisão a nível internacional.

O esforço para superar essa dependência e resolver os mais prementes desafios sócio-econômicos obriga o Terceiro Mundo a tentar corrigir distorções, adequar instituições, introduzir inovações tecnológicas, elaborar políticas de emprego, de redução da miséria (que incluem educação, saneamento básico, nutrição, assistência à saúde, desfavelamento etc.), de diminuição das disparidades regionais, de aceleração do desenvolvimento e outras. Na prática, entretanto, permanecem sem solução desafios, tais como o desajustamento entre o intenso crescimento demográfico e a baixa produtividade, a fraca poupança interna e a necessidade de elevados investimentos para melhorar a qualidade de vida da população, a pobreza da massa popular e a urgência de expansão do mercado interno, a coexistência de pequenos setores de economia moderna e de amplos setores de economia de subsistência, a subalimentação e o subemprego da maioria *versus* esbanjamento de uma minoria detentora do poder econômico e político etc.

Na busca de estratégias de liberação, o movimento dos países não-alinhados significa uma dentre as frustradas tentativas de defesa do direito do Terceiro Mundo à autodeterminação, à paz e ao desenvolvimento.

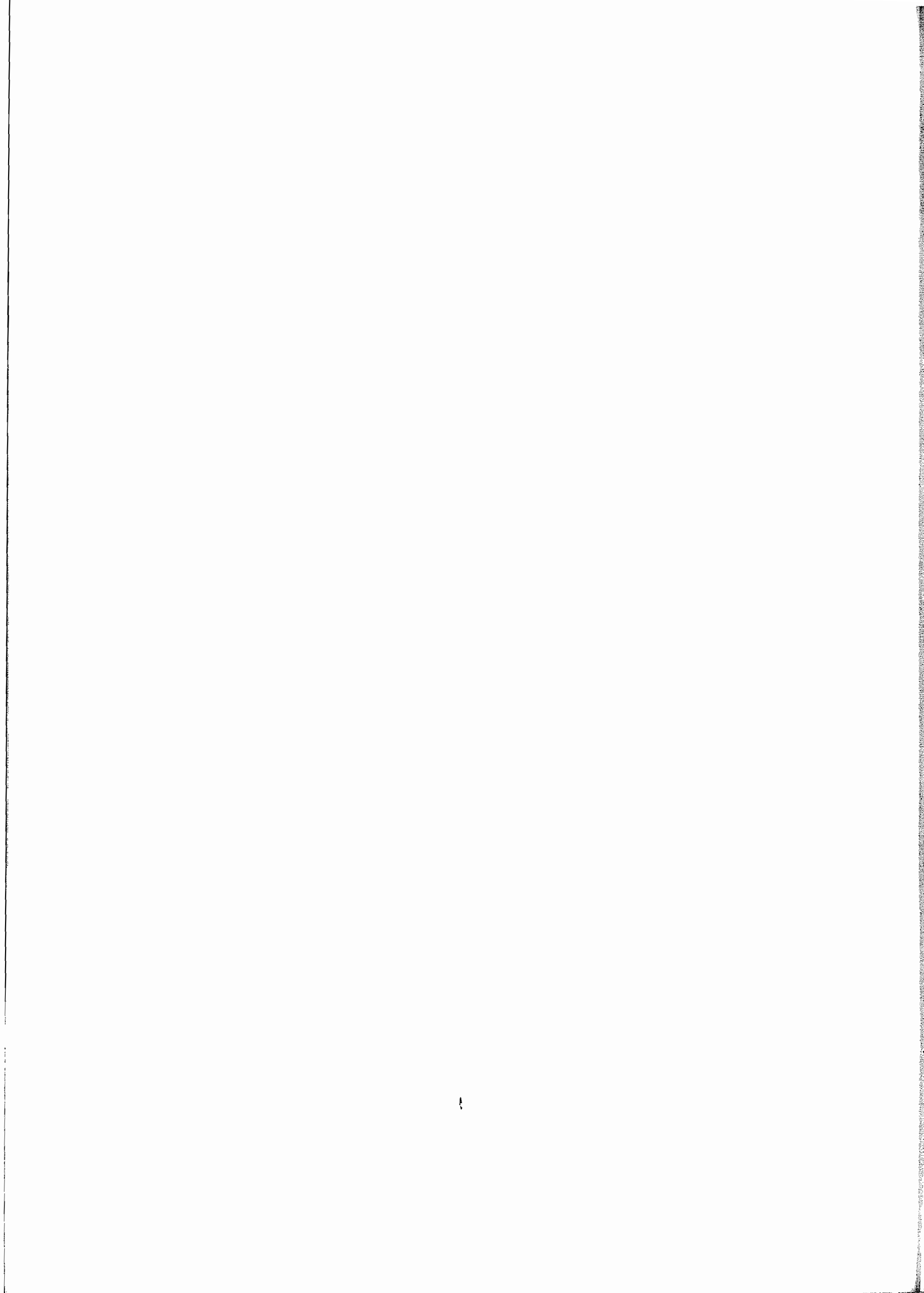
Permanece a dura realidade de que os protestos dos países emergentes contam muito pouco em um mundo centrado nos interesses econômicos das grandes potências, sejam elas capitalistas ou socialistas.

Atores secundários ou tardiamente chegados ao cenário econômico e político mundial, os países do Terceiro Mundo, crônica e crescentemente endividados, não têm conseguido introduzir mudanças significativas, que possibilitem a ruptura do círculo vicioso da miséria e da dependência em que se encontram aprisionados...

As modificações que ocorrem em todos os regimes econômicos, capitalistas e socialistas (quaisquer que sejam seus níveis de desenvolvimento ou subdesenvolvimento), como resultado da necessidade de adequação sistêmica às suas respectivas realidades sócio-econômicas, têm levado alguns autores a defender a tese da convergência sistêmica.

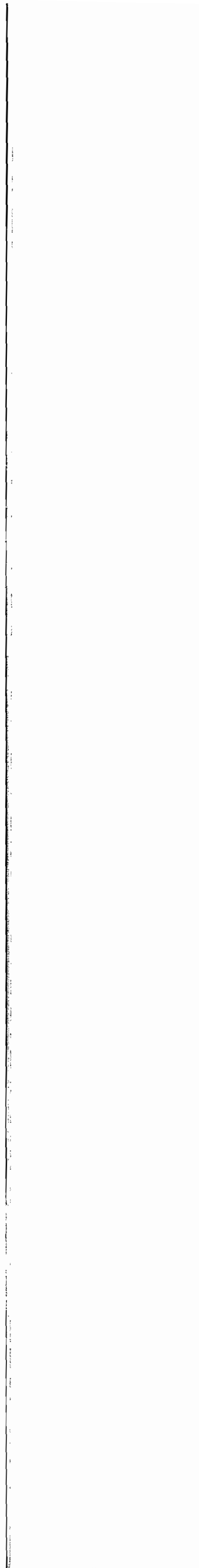
Será que essas modificações representam movimentos convergentes? Será que a análise sistêmica concreta, com a consideração do espaço geográfico e do tempo histórico, além das "incoerências" estruturais, evidencia o direcionamento das transformações para uma convergência entre os dois regimes predominantes de nossa época?

É o que discutiremos a seguir.



capítulo VI

A controvertida tese de convergência sistêmica



"Em certo sentido, a convergência é a contraparte ocidental da tese, essencialmente soviética, de coexistência. Tanto a convergência como a coexistência são aproximações dinâmicas aos fenômenos econômicos, contra as posições conservadoras (...) que afirmam não variar jamais a natureza do capitalismo e o comunismo."

PRYBYLA *

---

* Jan S. Prybyla, Convergencia de los sistemas económicos occidental y comunista: estimación crítica, in *Sistemas económicos comparados,* trad. esp. Morris Bornstein, Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973, p. 539.

A controvertida tese de convergência sistêmica

A expressão "sistemas convergentes" tem constituído objeto de análise de especialistas de diversas áreas, sobretudo a partir do fim dos anos 50. No campo ideológico e da política internacional, especialmente, vêm sendo registrados debates, discussões, conferências, seminários e outros eventos sobre os aspectos comuns decorrentes do alto grau de desenvolvimento das sociedades industriais modernas, embasadas na evolução da ciência e da tecnologia, ou seja, muitos intelectuais do mundo ocidental procuram mostrar que o capitalismo tem evoluído na direção do socialismo e vice-versa, com tendência desses dois "extremos" fundirem-se numa espécie de sistema híbrido.

Aliás, já em 1958, Buckingham [1] desenvolvera a idéia de "hibridização" dos sistemas capitalista e socialista por considerar que o primeiro tem sofrido mudanças significativas e o segundo já se firmou (não havendo razões para aguardar sua derrocada). Assim, capitalismo e socialismo caminham no sentido de formar um único sistema econômico, contendo elementos de ambos: do capitalismo serão mantidos a propriedade privada, o lucro como força motriz da produção e o mercado como instrumento de distribuição de bens e de fixação de preços; do socialismo serão utilizados a igualdade econômica dos cidadãos, o controle da economia pelos trabalhadores e sindicatos e as normas de planificação econômica.

Nesse sentido é também a Teoria dos Estágios do crescimento econômico de Rostow [2], que explica

1. Walt Buckingham, *Sistemas teóricos de economia,* 1958, apud Leontyev, *Sobre a "convergência" dos sistemas socialista e capitalista;* cadernos políticos, Lisboa, Ed. Estampa, 1975.

2. W. W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento,* trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

a diferença entre os países em função de seu grau de desenvolvimento e não de seu sistema econômico: a economia tradicional baseia-se em ciência e tecnologia "pré-newtonianas"; a economia com pré-condições para o "arranque" desenvolvimentista apresenta vários tipos de empresa e de empresários, organização bancária etc.; na economia em crescimento há produtividade agrícola ascendente e surgimento de variada tipologia industrial; na economia a caminho da "maturidade", importante porcentagem da renda nacional é reinvestida e o PNB aumenta mais rapidamente do que a população; e, finalmente, na fase de alto consumo de massa, verifica-se intenso aumento da produção de bens duráveis e da prestação de serviços. E nessa linha evolutiva rostowniana, os países que chegarem ao quinto estágio apresentarão estrutura capitalista, mesmo que durante os estágios médios suas economias tenham sido socialistas [3].

Galbraith também apóia a convergência sistêmica ao considerar que "os imperativos da tecnologia e da organização, e não as imagens da ideologia, determinam a forma de sociedade econômica" [4], ou seja, o desenvolvimento da sociedade é determinado pelo progresso tecnológico e não pelos "símbolos ideológicos". O avanço tecnológico leva ao planejamento extensivo, eliminando a economia de mercado, criando uma forma planificada de administração econômica e exigindo crescente intervenção do Estado na economia [5]. Então, o desenvolvimento tecnológico tende a seguir as mesmas linhas básicas em todos os países altamente industrializados, sejam eles capitalistas ou socialistas. Daí a inevitável aproximação desses dois sistemas — posição de Galbraith que tem sido denominada "versão tecnocrata" da Teoria da Convergência.

Aron [6] também é de opinião de que, na fase de industrialização intensa, as sociedades capitalistas e socialistas

3. Essa posição de Rostow valeu-lhe o qualificativo de "reacionário com pele de cordeiro", apresentado por Leontyev (*Sobre a "convergência"*, cit., p. 50). Critica-o também porque, tal como Galbraith, outro "membro da classe exploradora", "vê a tecnologia e o desenvolvimento das forças produtivas, em geral, desligados das relações de produção e da estrutura de classes da sociedade" (*Sobre a "convergência"*, cit., p. 50).

4. J. K. Galbraith, *O novo Estado industrial*, trad. port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

5. "Coações tecnológicas — e não a ideologia ou a astúcia política — exigirão que a firma busque a ajuda e a proteção do Estado" (Galbraith, *O novo Estado*, cit., p. 27).

6. Raymond Aron, *Dezoito discursos sobre a sociedade industrial*, Paris, 1962, p. 44.

atingirão um padrão e um modo de vida comuns e terão o mesmo tipo de organização.

Tinbergen [7] — prêmio Nobel de Economia em 1966 — considera que o melhor sistema econômico ou a organização ideal da sociedade deve ser a síntese de certos elementos da eficácia capitalista e da igualdade socialista.

Outros economistas ocidentais, especialistas em planejamento econômico, também sustentam a movimentação dos regimes econômicos capitalista e socialista em direção a uma "estrutura de eleição".

Leontyev [8] contesta com veemência o "esquema tão artificial" da convergência sistêmica, procurando mostrar que o mundo está rigorosa e irreconciliavelmente dividido. Propõe-se a explicar o paradoxo da Teoria da Convergência (que tem diversas variantes sob outras denominações), com base nos seguintes argumentos:

— a Teoria da Convergência procura "fornecer uma base ideológica às tentativas de refutar a transição historicamente inevitável do capitalismo para o socialismo [9];

— os defensores dessa teoria usam o método anticientífico de transplantar noções de história natural para as relações sociais: em Biologia, a "convergência" explica o desenvolvimento de certos aspectos comuns em organismos vivos pela adaptação a condições mais ou menos semelhantes;

— o desenvolvimento da Teoria da Convergência não é acidental [10]; ao contrário, como atualmente há uma mudança

---

7. Jan Tinbergen, *Política econômica,* México, Fondo de Cultura Económica, 1968.

8. L. Leontyev, *Sobre a "convergência",* cit.

9. "A teoria dos sistemas convergentes serve os interesses dos sectores dirigentes do mundo capitalista, porque ajuda a evitar uma resposta directa à questão principal: socialismo ou capitalismo? Por um lado, os defensores deste conceito usam clichês estafados e tentam criar uma falsa imagem do capitalismo, como transformando-se em socialismo. Por outro lado, dizem que o socialismo não difere muito do capitalismo por eles já 'transformado' " (Leontyev, *Sobre a "convergência",* cit., p. 17).

10. "Durante muito tempo os ideólogos burgueses tentaram ignorar o socialismo como algo de irreal. No começo deste século estava na moda discursar sobre o irrealismo do socialismo e não só nos salões literários da sociedade burguesa, como também nos templos do saber. Depois da vitória da Revolução Socialista de Outubro, em 1917, os profetas burgueses desprestigiaram-na como se não passasse de mero incidente histórico, sem conseqüências para o futuro da humanidade. A partir do momento em que apareceu o primeiro Estado socialista do mundo, os ideólogos da burguesia procuraram denegrir o socialismo. Simultaneamente, redobraram de esforços para reabilitar o capitalismo." "Mais tarde, quando grande número de países en-

na correlação de forças na arena mundial, essa teoria é a nova arma ideológica do imperialismo, embora alguns de seus defensores não estejam conscientizados disso [11];

— os ideólogos burgueses, não podendo mais ignorar o socialismo, nem o progresso dos países socialistas e a efetivação de seu novo modo de vida, elaboraram a Teoria da Convergência como uma variante do anticomunismo, estreitamente ligada às teorias largamente difundidas de "terceira via" e de "economia mista" [12];

— a "única oportunidade de sobrevivência" do capitalismo está na absorção de alguns elementos do socialismo, de modo que os "peritos do embelezamento do capitalismo e denegrimento do socialismo" precisam "fazer o tão odiado socialismo evoluir em direção ao capitalismo" [13].

Em síntese, Leontyev considera que o aparecimento da Teoria da Convergência do socialismo e do capitalismo evidencia a necessidade dos ideólogos burgueses não mais se

---

veredou pelo caminho do socialismo e o sistema socialista mundial tomou forma, muitos defensores do sistema capitalista lançaram o argumento do 'acidente histórico'." "Contudo, reconhecer os processos revolucionários como historicamente legitimados seria equivalente à assinatura pelos advogados burgueses da sentença de morte do sistema capitalista." "Assim, o aparecimento e propagação da teoria da convergência não foi acidental. Esta teoria teve origem na bancarrota das formas anteriores de anticomunismo, que fracassaram sob o peso dos êxitos espectaculares do socialismo na competição com o seu antípoda — o capitalismo e perante a influência crescente das idéias socialistas. A propaganda burguesa viu-se confrontada com a necessidade de encontrar uma nova arma ideológica e, como acontece freqüentemente na sociedade capitalista, onde há procura há oferta" (Leontyev, *Sobre a "convergência"*, cit., p. 11, 12 e 14).

11. Para Leontyev os defensores da Teoria da Convergência "representam um grupo misto, onde cabem desde arquiimperialistas, como Walt Whitman Rostow, até professores liberais que declaram a sua simpatia pelas idéias do progresso social". "Entre os defensores da teoria da convergência estão pessoas a quem Lénine chamou 'os educados filisteus do Ocidente', que alimentam ilusões de que a sua teoria possa ajudar a aliviar a tensão internacional no nosso mundo agitado. São estes sonhadores acordados que, voluntária ou involuntariamente, defendem e expandem a teoria da convergência e fazem assim o jogo dos que usam esta teoria para prejudicar as relações entre os países dos dois sistemas sócio-econômicos."

12. "E assim, tal como antes era proclamado, que o sistema do futuro não seria capitalismo nem socialismo, mas uma espécie de 'terceira via', capitalismo e socialismo juntos são agora apresentados como uma possibilidade, tornando estes dois conceitos muito semelhantes no conteúdo" (Leontyev, *Sobre a "convergência"*, cit., p. 15).

13. Leontyev (*Sobre a "convergência"*, cit., p. 21-2). Para este autor, "os defensores da convergência tentam provar que a economia capitalista sofreu reformas drásticas, que a velha propriedade privada dos meios de produção foi substituída por uma forma de propriedade pública. Como prova, faz-se referência à flutuação de *stock* por algumas empresas, à expansão da

arriscarem a "aparecer como campeões do capitalismo como tal" e procurarem camuflar a verdadeira natureza do capitalismo. Diferentemente de Leontyev, Prybyla [14] considera essa tese sedutora, pois seu corolário é a diminuição das tensões internacionais e do perigo de mútua destruição nuclear. Mas por ser muito ampla, não pode ser "manejada" facilmente, de modo que é quase sempre discutida em sentido restrito ou, na maioria dos casos, delimitada geograficamente: convergência entre os países capitalistas ocidentais (EUA e Europa Ocidental) de um lado, e a URSS e as Democracias Populares da Europa Oriental, de outro lado [15].

Apesar dessa limitação, todavia, permanecem dificuldades resultantes da complexidade das estruturas de enquadramento e das estruturas da atividade econômica contidas em cada um dos grupos oponentes; mas o que é mais significativo é que toda a discussão da convergência sistêmica parte da

---

propriedade estatal, ao papel crescente de formas de acumulação de capital como os seguros e os fundos de pensão e, finalmente, ao número de acionistas entre o público em geral, o que os defensores da convergência descrevem como a 'difusão' da propriedade. Que tem havido certa modificação na forma da propriedade capitalista não é tema discutido pela ciência social marxista. No entanto, o problema está em que estas novas formas de propriedade privada nada fizeram para alterar o sistema capitalista. Não passam de uma variante da propriedade capitalista e não têm absolutamente nada em comum com a propriedade coletiva. Seja qual for a forma assumida pela propriedade, esta fica essencialmente inalterada enquanto a massa dos meios de produção permanecer nas mãos da classe capitalista".

14. Jan S. Prybyla (Convergencia, in *Sistemas,* cit., p. 539-40) mostra a correspondência entre a tese da convergência e a tese da coexistência pacífica, no sentido de que ambas são aproximações dinâmicas dos fenômenos econômicos, em oposição à tese da invariabilidade da natureza do capitalismo e do socialismo. Considera a *convergência* "analítica e pragmática": nos "dois tipos gerais de sistemas econômicos o surgimento de medidas similares, que têm menos a ver com qualquer idéia preconcebida sobre o capitalismo e o comunismo, do que com a solução efetiva dos problemas colocados por fatos de complexidade crescente...".

A *coexistência,* entretanto, parte do teorema marxista segundo o qual as contradições internas do capitalismo o conduzirão, inevitavelmente, ao socialismo, enquanto o rápido progresso das economias socialistas o conduzirão à fase do estado comunista de abundância e igualdade. "A coexistência é essencialmente um enfoque teológico encoberto por um vocabulário econômico: o *bem* (comunismo) triunfa sobre o *mal* (capitalismo) em virtude de suas próprias forças inerentes e poderes de atração, sem recorrer à guerra total."

15. Europa Ocidental, esclarece Prybyla (Convergencia, in *Sistemas,* cit., p. 539-40), é mais um conceito político do que geográfico: significa "Europa não-comunista" e inclui países do Oriente (como a Grécia e a Turquia). É mais utilizado, entretanto, para os países industrializados da Europa não-comunista. Na expressão "sistemas econômicos ocidentais", entretanto, estão incluídas todas as economias não-comunistas, desde a Suécia até os Estados Unidos.

projeção das tendências do desenvolvimento no passado e no presente. Ora, no caso dos regimes socialistas, especialmente, a validade de qualquer projeção é discutível diante da precariedade de dados e informações oficiais divulgados no exterior.

Discute Prybyla[16] os seguintes argumentos favoráveis à tese da convergência:

— argumento da *desafiliação* — ou diminuição da intensidade das forças que, no passado, atuavam na direção da divergência: os regimes econômicos socialistas já estabeleceram uma distância "segura" em relação ao tronco capitalista originário, de modo que não mais se sentem cercados de poderes hostis e superiores, podendo dedicar-se à melhoria de seu funcionamento interno; os regimes econômicos capitalistas, por seu turno, pararam de questionar sobre a factibilidade do comunismo como categoria ou sobre sua eficácia.

Mas essa argumentação não significa convergência, replica Prybyla, já que o fato dos países socialistas poderem dedicar-se, com mais tranqüilidade, à experimentação de novas formas de organização social não quer dizer que tenham abandonado o ardor revolucionário do passado: a revolução continua, ainda que com formas diferentes;

— argumento da *maturidade* — grande parte da tensão entre os regimes capitalista e socialista provinha de seus diferentes níveis de desenvolvimento, com seus respectivos padrões de comportamento. Superada a fase dos métodos de administração e de planificação de economia de guerra[17], os países socialistas mostraram indícios de convergência (é o caso, p. ex., do socialismo de mercado da Iugoslávia). Nos países capitalistas, por sua vez, o Estado passou a interferir, cada vez mais, no campo econômico e a planejar o desenvolvimento global da nação;

— argumento do *consumo* — os crescentes níveis de consumo dos regimes comunistas eliminariam suas diferenças em relação ao capitalismo, chegando-se, assim, a um relacionamento internacional mais agradável de sociedades urbanas e de bem-estar.

A Alemanha de Hitler e o Japão de pré-guerra também eram sociedades de bem-estar do consumidor urbano, contesta Prybyla. "Relacionar diretamente os níveis de abundân-

16. Jan Prybyla, Convergencia, in *Sistemas,* cit., p. 540-8.

17. Para detalhes sobre o argumento da maturidade, cf. Prybyla, Convergencia, in *Sistemas,* cit., p. 540-8.

cia e o grau de iniciativa política é perigoso e provavelmente inexato";

— argumento da *socialização* — o crescimento do setor governamental e a posição crescente do Estado como participante ativo do processo econômico constituem as tendências mais significativas dos atuais regimes de economia capitalista. O Estado corrige os efeitos indesejáveis do mercado por meio de elevada tributação progressiva, pagamentos de transferência, medidas de bem-estar social etc. A intervenção estatal, provocada sobretudo pelas duas Grandes Guerras e pela crise de 1929, foi também estimulada pelo reconhecimento das responsabilidades dos Poderes Públicos relativamente ao equilíbrio econômico, aceleração do desenvolvimento etc.

A centralização do problema da convergência na socialização gradual do capitalismo e no retorno da planificação autoritária ao planejamento indicativo (com a utilização de mecanismos econômicos tipicamente capitalistas) coloca, entretanto, o problema fundamental das funções do Estado e da importância da propriedade pública dos meios de produção decisivos na transformação do excedente em um fundo social.

Afastada a estratégia de rápida mudança revolucionária, as múltiplas circunstâncias sócio-econômicas e políticas de cada país ofereceriam diferentes possibilidades de se atingir tal estatização básica? A resposta a esta questão implicaria a definição, do ponto de vista econômico, das diferenças específicas entre os dois grandes regimes que se confrontam na época contemporânea?

Tsuru [18] procura esclarecer o problema mediante a formulação de outra pergunta: "quem controla o excedente" ou "que forma institucional assume o excedente"? Observa que toda sociedade, ao alcançar uma produtividade global superior à satisfação das necessidades de seus membros, pode

18. Sustenta Shigeto Tsuru (*Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 63 e 173) que a utilização do excedente em fundo sujeito ao controle social nem sempre vai de encontro ao pensamento tradicional quanto à forma de propriedade dos meios de produção (tal como ocorre nos EUA): "... a transição do capitalismo ao socialismo não implica, necessariamente, a imediata e total transferência da propriedade privada em propriedade pública. O excedente é um *fluxo*, contrariamente aos meios de produção, que formam um *estoque*. Pode parecer que, se se deve, no futuro, mudar a forma de fluxo, melhor seria mudar a forma do estoque, atacando diretamente o problema da propriedade dos meios de produção. O que se sustenta aqui é que para uma transformação gradual do capitalismo em socialismo será, estrategicamente, mais fácil, em muitos casos, pensar em termos de fluxo e adotar medidas relacionadas com a forma do mesmo".

produzir um excedente cuja destinação tem variado: no regime feudal, cabia aos senhores, donos do feudo; no capitalismo, assume a forma de "mais valia" apropriada pela classe detentora dos meios de produção; no socialismo, surge como um fundo social, cujo volume, dentro dos limites impostos pelas condições tecnológicas, é determinado pelos investimentos estabelecidos na planificação central. Considera Tsuru que a passagem gradual do capitalismo ao socialismo pode ser obtida pelo método da socialização do fluxo do excedente.

Sweezy [19], embora pessimista quanto ao gradualismo, sugere duas condições para sua efetivação: 1) que o partido socialista, instalado no poder por meio de eleições, seja suficientemente forte para resistir ao desafio capitalista; 2) que o mandato popular por ele recebido possibilite realizar, não apenas reformas das distorções, mas a instauração do socialismo (o que leva, basicamente, à propriedade pública ou ao controle decisivo dos "campos dominantes da economia").

Bettelheim [20], entretanto, considera a passagem gradual e pacífica do capitalismo ao socialismo uma "utopia reacionária" porque "tende, na prática, a consolidar um modo de produção que perdeu todo caráter de progresso e que não se mantém senão devido a um desperdício, sem precedentes, das forças produtivas, cada vez mais transformadas em forças destrutivas".

Tal como Bettelheim, outros autores afirmam que a classe trabalhadora deve lutar diretamente pela conquista do poder, ao invés de contemporizar com o gradualismo. Os par-

---

19. Paul M. Sweezy (*Aonde vai o capitalismo?*, apud Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 85) declara achar interessantes e estimulantes as opiniões de Tsuru sobre a estratégia por ele apresentada para a transição gradual e pacífica do capitalismo ao socialismo. Pessoalmente não crê nessa possibilidade, mas isso não significa que ache "possível e desejável eliminar o capitalismo nos países desenvolvidos, através de uma revolução violenta".

20. Charles O. Bettelheim (*Comentários a respeito de reflexões sobre o capitalismo*, apud Shigeto Tsuru, *Aonde vai o capitalismo?*, cit., p. 87-109) considera fundamental o problema "das relações de produção acima das quais está o Estado que as defende. Enquanto as relações de produção forem capitalistas e a sociedade for dominada pelo capital monopolista e financeiro, é totalmente inútil pretender executar um programa visando a uma taxa de inversão racional, criando novos meios de produção, de modo contínuo e independentemente das flutuações nas expectativas de lucro, como Strachey imagina (*Contemporary Capitalism*, p. 249)". "Uma política desse tipo deveria estar necessariamente acompanhada de um aumento regular do poder aquisitivo das massas, graças a aumentos de salários e baixas de preços, a que o capitalismo se nega, visto funcionar exclusivamente para o lucro e seu aumento, como o demonstra *toda a experiência histórica* e, em especial, a história das crises econômicas."

tidos socialistas não devem "dourar a pílula", mas apregoar claramente um programa de propriedade pública dos meios essenciais de produção e, uma vez no poder, executá-lo imediatamente.

À primeira vista — ou ao nível das aparências imediatas e dos meios, como observou Albertini [21] — os regimes econômicos mostram vários sinais de convergência, especialmente quanto aos padrões de desenvolvimento industrial, avanço tecnológico, desenvolvimento científico, consumo entre outros. Mas as diferenças básicas continuam apresentando aspectos tão conflitantes que seria temerário falar-se em convergência.

Algumas dessas diferenças ultrapassam os limites da economia e referem-se ao lugar do indivíduo na sociedade, influência dos valores individuais sobre os fatos, eficácia dos canais de comunicação entre os cidadãos e o Estado etc. Outras resultam do próprio esforço de manutenção de elevada taxa de crescimento econômico para suscitar o consumo de massa, dar vasão aos excedentes e evitar as crises (como os casos de "institucionalização do desperdício" e da "militarização da economia").

O fato mais evidente, porém, é que tanto o regime econômico capitalista quanto o regime econômico socialista parecem mais interessados na mobilização de todos os recursos materiais e humanos para promover a industrialização e, com isso, esmagam o homem nas engrenagens da complexa máquina desenvolvimentista.

Em ambos os regimes o homem tende a viver em um meio novo, a que Friedmann denominou "meio técnico" [22], diverso do meio natural: neste, o homem vive em contato com a natureza e a ela está profundamente sujeito; no meio técnico, ao seu relacionamento com a natureza interpõem-se técnicas e máquinas, fazendo crer que o homem dominou completamente o meio e se tornou senhor de seu próprio destino. Mas não é assim. Produto da sociedade criada pela Revolução Industrial, o homem moderno está-se tornando servo de sofisticada maquinaria, não importa qual seja o regime econômico. Aliás, como já observara Perroux [23], a vida econômica atual pode ser compreendida como a interação da Ciência, da técnica e da indústria. E é nesse torvelinho pela conquista de índices de desenvolvimento econômico cada vez

---

21. J. M. Albertini, *Capitalismes*, cit., p. 259.

22. Georges Friedmann, *Sept études sur l'homme et la téchnique*, Paris, Gonthier, 1966.

23. Apud Albertini, *Capitalismes*, cit., p. 243.

mais elevados que o mundo vê surgir um novo tipo de alienação, apontada por Gurvitch como a alienação de todas as obras da civilização e das estruturas sociais dominadas pelas técnicas. E estas, depois de desencadeadas, "nada mais conseguirão dominar e guiar" [24].

Além disso, em ambos os regimes os países adentraram a década de 80 abalados por séria recessão, que reflete grande parte dos graves problemas da conjuntura econômica mundial.

Assim é que, por exemplo, todos os países da Europa Ocidental, dos mais conservadores aos socialistas, enfrentam o problema de crescente desemprego. E reconhecem de maneira implícita (embora alguns o neguem publicamente) que a crise do desemprego não pode ser resolvida por mera recuperação do crescimento econômico, mas exige mudanças estruturais. Contudo, não estão de acordo quanto às mudanças imprescindíveis a médio e curto prazos (como treinamento dos jovens de 18 a 25 anos, antecipação da aposentadoria para 55 anos, redução da jornada de trabalho etc.) [25].

Os 10 países-membros da CEE, também chamada MCE [26], por exemplo, não concordam com a proposta do Governo da França de coordenar a retomada da economia, nem com a sugestão da Comissão Executiva de adotar medidas gradativas, com redução da jornada de trabalho ou programas de treinamento para os jovens.

---

24. Georges Gurvitch, *Structures sociales et démocratie,* Genève, 1969, p. 273-4.

25. No conjunto da Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1983, 49,5% das mulheres estão no mercado de trabalho, enquanto em 1973 havia 45,5%. Mas esse nível ainda está aquém da cifra norte-americana, de 60,4%. Para a Europa atingir os níveis norte-americanos, seria necessário atrair mais 8 milhões de pessoas para uma força de trabalho de cerca de 112 milhões. Contudo essas cifras gerais da CEE ocultam algumas importantes diferenças nacionais: a Grã-Bretanha, onde os baixos salários encorajam as famílias a ter renda dupla, conta com 58% das mulheres ativas, diante de apenas 50% na Alemanha e 35% na Holanda.

26. Os planos de aposentadoria antecipada, delineados por ocasião da primeira crise do petróleo, reduziram de muito as taxas de homens de mais de 60 anos na força de trabalho. A Grã-Bretanha, com uma taxa de 76% para o grupo de 60/64 anos, conta com um dos mais altos níveis de atividades, sugerindo que as medidas de aposentadoria antecipada ainda oferecem algum campo de manobra. A Alemanha e a França já estão abaixo de 40% e a Áustria está-se aproximando de 25%. Na Alemanha, o efeito de algumas medidas (como a aposentadoria antecipada, a baixa participação feminina e a demissão de trabalhadores entre 1973-1979) reduziu a força de trabalho alemã em 1,7 milhão de pessoas. Isto possibilitou uma falsa redução da taxa de desemprego. Mas à medida que esses fatores se foram desgastando, o desemprego alemão saltou a um surpreendente nível de 45% no final de 1982 (cf. Ian Hargreaves, Financial times, transcrito na *Gazeta Mercantil,* 17 jan. 1983, p. 2).

E os países da CEE já ultrapassaram a taxa média de 10% de desemprego, com graves previsões para alguns deles (como a Bélgica e a Holanda, sem falar na Grã-Bretanha) de chegar a 20% na presente década [27].

No mesmo sentido, é provável que o desemprego nos 24 países-membros da OCDE [28] venha a atingir 35 milhões de pessoas em 1985, em comparação com os 10 milhões da recessão 1974-1975. Em alguns países, a situação é particularmente grave devido à chegada ao mercado de trabalho da geração *baby boom* dos anos 60 e de um número crescente de mulheres, enquanto se acentua a tendência à rápida generalização de máquinas poupadoras de mão-de-obra.

De qualquer modo, mais relevante do que o debate sobre as possibilidades de convergência sistêmica, ante o forte embasamento científico e tecnológico das modernas sociedades industriais, é a indagação sobre a validade da organização social em função da técnica e não do homem.

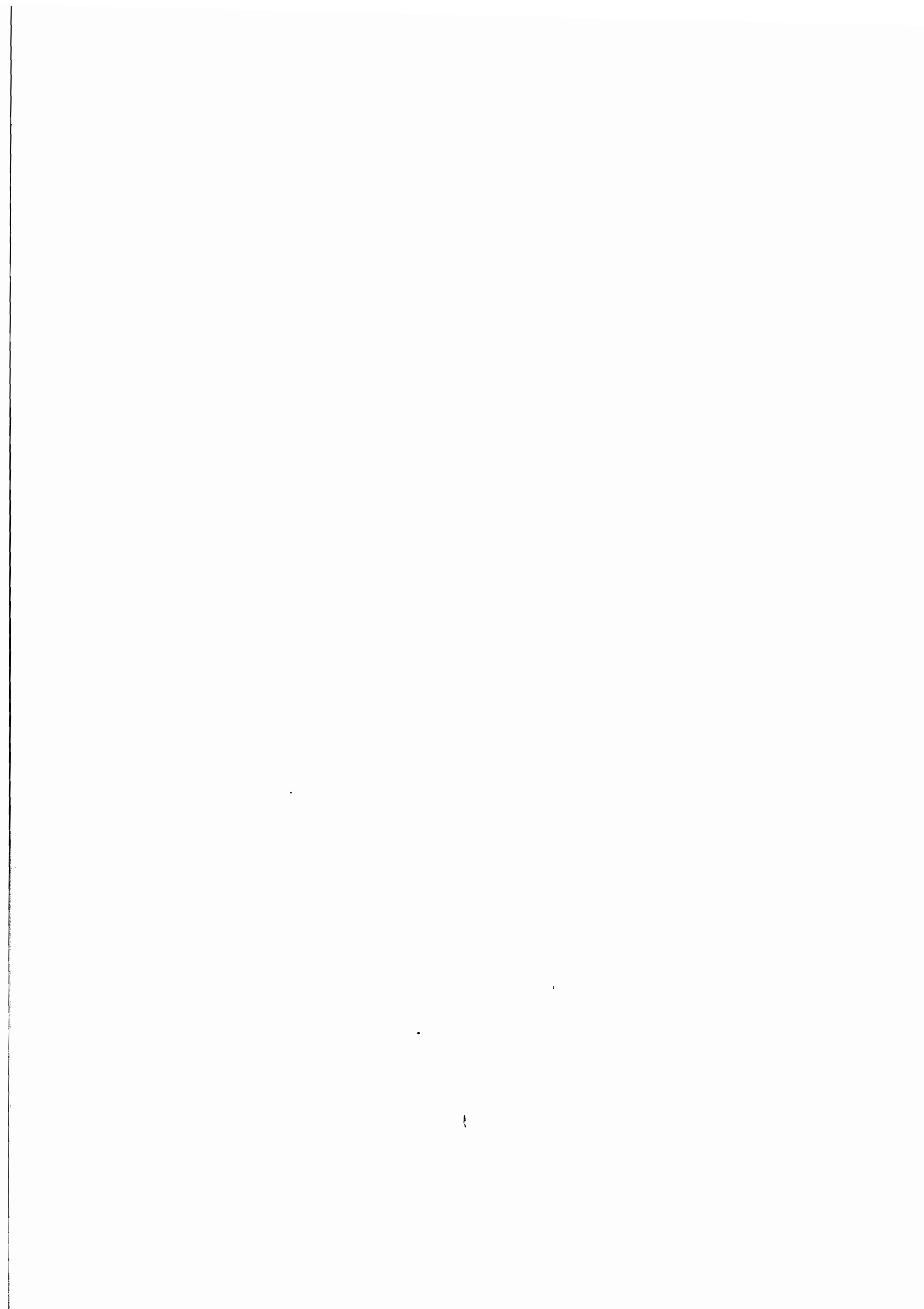
Daí a questão fundamental: as características comuns, presentes nos regimes econômicos de nossa época, decorrem do fato de todos os países promoverem, com maior ou menor intensidade, uma racionalidade técnica exterior ao homem.

É o que veremos na Conclusão.

---

27. A CEE, instituída em 1958, reúne a Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália e Luxemburgo, com o objetivo de "abolir todas as tarifas internas e quaisquer outras barreiras comerciais, e alinhar as tarifas externas de tal maneira que possa haver livre movimento de mercadorias, pessoas, serviços e capital dentro do Mercado Comum Europeu".

28. Com sede em Paris, a OCDE tem por objetivo: "atingir o crescimento econômico, criar emprego para a população dos países-membros e promover o desenvolvimento econômico mundial".



Conclusão: regimes econômicos em função do homem e não da técnica

A mobilização de todos os recursos materiais e humanos para promover o desenvolvimento econômico como fim último, tanto nos regimes de economia capitalista quanto nos regimes de economia socialista, tende a aprisionar o homem e a prejudicar sua busca da "riqueza interior" e seu florescimento como pessoa humana. A torrente que leva ao culto das coisas materiais, implantado com a Revolução Industrial, avoluma-se de tal forma em nossos dias que extravasa inclusive para o campo dos sistemas econômicos "concretos" que mais procuravam resistir à sua tentação (é o caso, p. ex., da China de Hua Kuo-Feng *versus* a China de Mao Tsé-Tung).

As sociedades industriais organizam-se em função da técnica e não do homem, de modo que apresentam, em todos os regimes econômicos, certo número de características e de alienações comuns, que tendem a promover uma racionalidade técnica exterior ao homem.

Realmente, o investimento de capitais na promoção do bem-estar, a intensa divisão do trabalho (de que não se conseguem furtar também os regimes socialistas — e que, como acentuou Friedmann, atinge as raias da atomização de tarefas), o deslocamento da mão-de-obra para o setor terciário, provocando a "inchação" dos centros urbanos, a destruição ecológica, a burocratização crescente etc., representam importantes fatores que acentuam a organização da sociedade industrial em função da *Técnica* e não do *Homem*.

Na sociedade industrial, como disse Fromm em seu livro *To have or to be?*, há situações em que o desejo de posse se torna tão obsessivo que poderia ser extrapolado para o plano místico da possessão em que as coisas "têm" o homem e não este as coi-

sas. Ou, parodiando Saint-Exupéry no *Petit prince* — os bens materiais *apprivoisent* o homem.

Diante desse quadro, impõe-se que o homem indague sobre o seu futuro, questione o direcionamento das sociedades, para se libertar da nova servidão imposta pela máquina, para decidir ante o dilema "to have or to be", para conseguir uma vida que propicie plena expansão de sua personalidade e não somente do desenvolvimento material.

Nossa opinião é a de que todos os regimes econômicos deveriam preocupar-se primordialmente com a construção de sociedades mais humanas, isto é, em função do homem e não da técnica. O mito do bem-estar e da opulência não se deve sobrepor ao homem, impondo-lhe sujeição e conformismo.

Então, uma nova aurora há de raiar para a humanidade. Não podemos prever quando se conseguirá alcançar esse dia... mas uma coisa é certa, a humanidade precisa reformular sua própria razão de viver...

Bibliografia

ADLER, Solomon. *La economía china.* México, FCE, 1957.

AFTALION, Florin. *Socialisme et économie.* Paris, PUF, 1978.

AKERMAN, J. *Structures et cycles économiques.* Paris, PUF, 1955.

ALAMPIEV, P. *Economic areas in USSR.* Moscou, Progress Publishers, 1965.

ALBERTINI, J. M. *Capitalismes et socialismes à l'épreuve.* Paris, Ed. Ouvrières, 1970.

ANTONELLI, A. *L'économie pure du capitalisme.* Paris, PUF, 1939.

AUDREY, Francis. *China 25 años, 25 séculos.* Paris, 1974.

BALASSA, Bela. Criterios para evaluar los resultados de sistemas económicos. In: *Sistemas económicos comparados.* Trad. esp. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973 (col. organizada por Morris Bornstein).

BANCAL, Jean. Les limites d'une économie concertée. *Perspectives,* fev. 1961.

—. *L'économie des sociologues.* Paris, PUF, 1974.

BAUCHET, Pierre. *La planification française, quinze ans d'expérience.* Paris, Ed. Seuil, 1962.

BAUDIN, Louis. *Le corporatisme.* Paris, 1942.

BERNARD, Philippe J. *Destin de la planification soviétique.* Paris, Ed. Ouvrières, 1963.

BETTATI, Mario. *Le conflit sino-soviétique.* Paris, Armand Colin, 1971.

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

—. *Révolution culturelle et organisation industrielle en Chine.* Paris, 1973.

BLOCH-LAINÉ, F. L'économie concertée et planification démocratique. *Cahiers de la République,* jul. 1962.

BOFFA, Giuseppe. *Le grand tournant;* de Staline à Khrouchtchev. Paris, Maspero, 1960.

BORDAZ, R. *La nouvelle économie soviétique.* Paris, Grasset, 1960.

BOUC, Alain. *La Chine à la mort de Mao.* Paris, Seuil, 1977.

BOUDON, Raymond. *Para qué sirve la noción de estructura?* Madrid, Aguilar, 1972.

BOUTENKO, A. *Anticomunismo e coexistência entre países socialista e capitalista;* cadernos políticos. Lisboa, Ed. Estampa, 1974.

BRIMO, Albert. *Les méthodes des sciences sociales.* Paris, Ed. Montchrétien, 1972.

BRUCKNER, Branko. *Yugoslavia. Autogestión en la economía.* Madrid, Guadiana, 1969.

BRZEZINSKI, Zbigniew. O futuro dos Estados Unidos na era tecnotrônica. *Diálogo*, v. 4, n. 4, 1971.

CAIRE, Guy. *La planification*, 2. ed. Paris, Ed. Cujas, 1972.

CAMPBELL, Robert W. *Soviet economic power*. New York, Ed. Houghton Mifflin, 1960.

CANAPA, Marie Paule. *Réforme économique et socialisme en Yougoslavie*. Paris, A. Collin, 1970.

CARSON, Richard L. *Comparative economic systems*. New York, Macmillan, 1973.

CHAMBRE, H. *Union Soviétique et développement économique*. Paris, Aubier-Montaigne, 1967.

CHANDRASEKHAR, S. *Communist China today*. Asia Publishing House, 1961.

CHARVIN, Robert. *Les États socialistes européens*. Paris, Dalloz, 1975.

CHRISTIN, Ivan. *Théorie des structures et des systèmes économiques*. Paris, Dalloz, 1973.

CLAUDE, H. Qu'est-ce que l'économie concertée? *Économie et Politique*, set. 1961.

CLÉMENS, René. Prolégomènes d'une théorie de la structure économique. *Revue d'Économie Politique*, maio 1956.

COHEN, F. *Les soviétiques*. Paris, Ed. Sociales, 1974.

COLM, Gerhard. Planificación económica en Estados Unidos. In: *Sistemas económicos comparados*. Trad. esp. Bornstein. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973.

COLM, Gerhard & Geiger, Theodore. *A economia dos Estados Unidos*. Trad. port. São Paulo, Cultrix, 1968.

COSTA, Antonio-Mario & Algoud, J. P. *Systèmes et secteurs dans les économies socialistes soviétiques et européennes*. Institut SC. Math. Econ. App., 1974.

COX, Oliver C. *El capitalismo como sistema*. Madrid, Ed. Fundamentos, 1972.

CRANKSHAW, Edward. *The new cold war*. Penguin, Harmondsworth, 1963.

CROSLAND, C. A. R. *The future of socialism*. New York, Macmillan, 1956.

DALTON, George. *Sistemas económicos y sociedad*. Madrid, Alianza Universidad, 1974.

DALY, F. S. The scope and method of economics. In: *Canadian Journal of Economics*, XI, 2 maio 1945.

DAUBIER, Jean. *Histoire de la révolution culturelle prolétarienne en Chine*. Paris, Maspero, 1971.

DEAN, V. M. & Harrotunian, H. D. (org.). *West and no-west;* new perspectives. New York, Holt, 1963.

DEGRAS, Jane (org.). *Soviet planning;* essays in honour of Naum Jasny. Oxford, Blackwell, 1964.

DELEYNE, J. *La economía china*. Barcelona, Planeta, 1972.

DENIS, Henri. *Histoire de la pensée économique*. Paris, PUF, 1967.

DESROCHE, Henri. *Le projet coopératif*. Paris, Ed. Ouvrières, 1976.

DIRLAM, J. B. & Plummer, J. L. *An introduction to the Yugoslav economy*. Merill, Bell and Howell, 1973.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

DORÉ, Francis. *Les régimes politiques en Asie.* Paris, PUF, 1973.

DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme (de 1945 à nos jours).* Paris, PUF, 1978.

DUBOS, René. Descobrindo a América. *Diálogo,* v. 9, n. 2, 1976.

DUMONT, René. *La China, Tercer Mundo?* Barcelona, Nova Terra, 1968.

DUQUESNE DE LA VINELLE, L. *Une théorie des systèmes économiques.* Bruxelas, Ed. de la Librairie Encyclopedique, 1969.

DUVERGER, Maurice. *Méthodes des sciences sociales.* Paris, PUF, 1961.

EDWARDS, Richard C. *The capitalism system. A radical analysis of American society.* Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1972.

ENGELS, F. *Anti-Dühring.* Trad. Bottigelli. Paris, Ed. Sociales, 1950.

EVENKO, I. *Planning in the USSR.* London, Universal Distributors, 1966.

FAIRBANK, John K. *The United States and China.* Harvard University Press, 1958.

FANNO, Marco. Profit et expansion. *Économie Appliquée,* out./dez., 1957.

FEJTÖ, François. *Histoire des démocraties populaires.* Paris, Ed. Seuil, 1969.

FITZGERALD, G. P. *The Chinese view of their place in the world.* Chatham House Essays/Oxford University Press, 1964.

—. *Des mandchous à Mao Tsé-Toung.* Paris, Ed. Calmann-Lévy, 1968.

FOSSAERT, Robert. *Les structures économiques.* Paris, Ed. Seuil, 1977. t. 2.

FOURASTIÉ, J. & Courthéoux, J. P. *La planification économique en France.* Paris, Ed. Seuil, 1962.

FRANCE. Commissariat Général du Plan. *La planification française en pratique.* Paris, Ed. Ouvrières, 1971.

FRIED, A. *Socialism in America.* Anchor Books, 1970.

FURTADO, Celso. *A nova dependência.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

—. *O mito do desenvolvimento econômico.* 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

—. *Prefácio à nova economia política.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

GALBRAITH, J. K. *Capitalismo.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

—. *La sociedad opulenta.* Barcelona, Ed. Ariel, 1969.

—. *Pasajero en China.* Barcelona, Plaza & Janés, 1973.

GARRIGOU-LAGRANGE, André & Passet, René. *Économie politique — systèmes et structures politiques du développement.* 2. ed. Paris, Dalloz, 1969.

GAUMONT, Jean. *Histoire de la coopération en France.* Paris, FNCC, 1921. 2 v.

GAY, P. *The dilemma of democratic socialism.* Collier, 1962.

GEDILAGHINE, Vladimir. *Les contestataires en URSS.* Paris, Casterman, 1975.

GELARD, Patrice. *Les systèmes politiques des États socialistes.* Paris, Ed. Cujas, 1975. 2 v.

GENTELLE, Pierre. *La Chine*. Paris, Ed. Seuil, 1975.

GIL, Antonio Hernandez. Los rasgos metodológicos del structuralismo. In: *Metodología de la ciencia del derecho*. Madrid, Aguilar, 1971. t. 2.

GILLERMAUD, Jacques. Cybernétique et matérialisme dialétique. In: *Petite encyclopédie marxiste*. Paris, Ed. Sociales, 1965.

GOLDMAN, Marshall I. *Comparative economic systems;* a reader. New York, Random House, 1964.

GOLFIN, Jean. *La pensée de Mao Tsé-Toung*. Toulouse, Ed. Privat, 1971.

GOUBINE, Boris. A eficácia da gestão econômica socialista. In: *Cadernos políticos*. Lisboa, Ed. Estampa, 1975.

GRAAFF, Jan de V. *Teoría de la economía del bienestar*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1967.

GRANICK, David. *Red executive*. New York, Doubleday, 1960.

GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des sciences sociales*. 3. ed. Paris, Dalloz, 1976.

GREGORY, Paul & Stuart, Robert C. *Soviet economic structure and performance*. New York, Harper and Row, 1974.

GROSSMAN, Gregory. *Sistemas econômicos*. Lisboa, Clássica Ed., 1973.

GRUCHY, A. G. *Sistemas econômicos comparados*. Trad. port. Boston, Houghton Mifflin, s. d.

GUILLERMAZ, Jacques. *La Chine populaire*. Paris, PUF, 1967.

GURVITCH, George. Le concept de structure sociale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 19, jul./dez. 1955.

HACKETT, John & Hackett, Anne Marie. *Economic planning in France*. London, G. Allen & Unwin, 1963.

HALM, George. *Sistemas econômicos*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

HAMMOND, Jonathan. *La Chine, un pays et son peuple*. Granger, 1976.

HARRINGTON, Michael. *O crepúsculo do capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

HEILBRONER, Robert L. *Entre capitalismo y socialismo. Ensayos sobre economía política*. Madrid, Alianza, 1972.

HEIMANN, Eduard. *História das doutrinas econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

—. *Teoría social de los sistemas económicos*. Madrid, Ed. Technos, 1968.

HELLER, Robert H. *O sistema econômico*. São Paulo, Atlas, 1976.

HOOVER, Calvin B. *Economic systems of the commonwealth*. Durham, Duke Univ. Press, 1962.

HOSELITZ, Bert. *Theories of economic growth*. Chicago, Free Press, 1960.

HUGHES, T. J. & Luard, D. E. T. *The economic development of Comunist China — 1949-60*. New York, Oxford University Press, 1962.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14. ed. São Paulo, Atlas, 1979.

JEANNENEY, J. M. Espoirs et difficultés d'une économie concertée. *Jeune patron*, jan. 1961.

JEANNENEY, Ulla. *Le socialisme suédois: une éxperience*. Paris, Hatier, 1976.

KARCZ, Jerzy F. Modelo organizacional de granjas dirigidas. In: *Sistemas económicos comparados*. Trad. esp. Morris Bornstein. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973.

KATONA, George. *Psychological economics.* New York, Ed. Elsevier, 1976.

KERBLAY, B. *Cahiers du Monde Russe et Soviétique.* Paris, Mouton, jul./set. 1963.

KEYNES, J. M. *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie.* Trad. fr. Paris, PUF, 1976.

KINDELBERGER, Charles P. Planificación francesa. In: *Sistemas económicos comparados.* Trad. esp. Morris Bornstein. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973.

KÖHLER, Heinz. *Planificación y bienestar. Estudio comparativo de los sistemas capitalista y socialista.* Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1970.

LAJUGIE, Joseph. *Os sistemas econômicos.* 3. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971 (Col. Saber Atual).

LAMBERT, Paul. *La doctrine coopérative.* Paris, FNCC, 1959.

LANDAUER, Carl. *Sistemas econômicos contemporâneos.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

LANGE, O. *Problemas de economía política del socialismo.* México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

LANGE, O. & Taylor, F. M. *Sobre la teoría económica del socialismo.* Barcelona, Bosch, 1967.

LASSERRE, Georges. *La coopération.* Paris, PUF, 1959 (Col. Que sais-je?).

—. À la recherche de l'homme coopératif. *Revue des Études Coopératives,* Paris, IFC, n. 189, 3. trim. 1977.

LATOURETTE, K. S. *The Chinese: their history and culture.* New York, Macmillan, 1963.

LAVIGNE, Marie. *Les économies socialistes.* Paris, A. Collin, 1979.

LEEMAN, Wayne A. *Capitalism, market socialism, and central planning.* Boston, Houghton Mifflin, 1963.

LEONTYEV, L. Sobre a "convergência" dos sistemas socialista e capitalista. In: *Cadernos políticos.* Lisboa, Ed. Estampa, 1975.

LEPAGE, Henri. *Autogestion et capitalisme.* Paris, Massan, 1978.

LEVESQUE, Jacques. *Le conflit sino-soviétique.* Paris, PUF, 1973.

LÉVY, Émile. *Analyse structurale et méthodologie économique.* Paris, Ed. Genin, 1972.

LINK, Arthur S. *História moderna dos Estados Unidos.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

LIU, Ta-Chung & Yeh, Kung-Chia. *The economy of the Chinese mainland — 1933-1959.* Princeton University Press, 1965.

LOWITT, T. *Le syndicalisme de type soviétique.* Paris, A. Collin, 1971.

MACCHIOCCHI, Maria-Antonietta. *De la Chine.* Paris, Ed. Seuil, 1971.

MANDRIN, Jacques. *Socialisme ou social-médiocratie.* Paris, Ed. Seuil, 1969.

MARCHAL, André. *Méthode scientifique et science économique.* Paris, Libr. Médicis, 1952.

—. A atitude estruturalista e o conceito de estrutura em economia política. In: *Usos e sentidos do termo estrutura.* São Paulo, USP, 1971.

—. *Systèmes et structures économiques.* Paris, PUF, 1959.

MARCHAL, Jean. *Cours d'économie politique.* Paris, Libr. Médicis, 1951.

MARCZEWSKI, Jan. *Planification et croissance économique des démocraties populaires.* Paris, PUF, 1956.

MARTINET, Gilles. *Les cinq communismes*. Paris, Ed. Seuil, 1971.

MARX, Karl. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Ed. Sociales, 1972.

MASON, Edward S. Interests, ideologies and the problem of stability and growth. *American Economic Review*, *59*(1):12, pt. 1, mar. 1963.

MAURO, Fredéric. *História econômica mundial*. Trat. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MEDVEDEV, R. *De la démocratie socialiste*. Paris, Grasset, 1972.

MEISTER, Albert. *Où va l'autogestion yougoslave?* Paris, Ed. Anthrops, 1970.

MELMAN, Seymour. *The permanent war economy*. New York, Simon and Schuster, 1974.

MENGUY, Marc. *L'économie de la Chine Populaire*. Paris, PUF, 1971. n. 1.102 (Col. Que sais-je?).

MLADENATZ, Gromoslav. *Histoire des doctrines coopératives*. Paris, PUF, 1933.

MYRDAL, Jan. *Report from a Chinese village*. New York, Pantheon, 1965.

NICOLAI, André. *Comportamento econômico e estruturas sociais*. Trad. port. São Paulo, Ed. Nacional, 1973.

NIKITIN, P. *Economía política*. Moscou, Ed. en Lenguas Extranjeras, 1961.

NIVEAU, Maurice. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. Trat. port. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

NORTH, Robert C. *Chinese communism*. London, World University/Weidenfeld & Nicolson, s. d.

NOVE, Alec. *The Soviet economy*. London, Allen & Unwin, 1961.

—. *An economic history of the USSR*. Penguin, 1972.

NOYELLE. *Utopie liberale, chimère socialiste, économie dirigée*. Paris, 1934.

NURKSE, Ragnar. *L'expérience monétaire international*. SDN, 1944.

PALOCZI-HORVATH, G. *The facts rebel; the future of Russia and the west*. London, Secker & Warburg, 1964.

PARSON, Talcott & Smelser, Neil. *Economy and society*. 1964.

PERROUX, François. *Capitalisme et communauté de travail*. Paris, 1938.

—. *Pour un approfondissement de la notion de structure*. Paris, PUF, 1939.

—. *Le IV Plan français*. Paris, PUF, 1962 (Col. Que sais-je?).

PEYRAUBE-MAÎTRE, E. & Nivard, J. Révolution et vie quotidienne dans un village de la banlieue de Pékin. *Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement*, Paris, BECC, École des Hautes Études en Sciences Sociales, *40*:63-96, jul./dez. 1976.

PHILIP, André. *Histoire des faits économiques et sociaux, de 1800 à nos jours*. Paris, 1963.

PIERROT, G. *Économie européenne*. Paris, Dalloz, 1975.

PIETTRE, André. *Les trois âges de l'économie*. Paris, Fayard, 1964.

—. *Pensée économique et théories contemporaines*. 5. ed. Paris, Dalloz, 1970.

PINHO, Carlos Marques. *Estado, sindicato e desenvolvimento econômico*. São Paulo, FEA/USP, 1973.

—. *Grupos, classes e estruturas sociais relativamente aos processos econômicos*. São Paulo, FEA/USP, 1979. Mimeografado.

—. *Comportamento econômico e sistemas econômicos*. São Paulo, FEA/USP, 1979. Mimeografado.

—. Metodologia da ciência econômica. In: *Introdução à economia*. 1. ed. São Paulo, Saraiva, 1981.

PINHO, Diva Benevides. *Manual de cooperativismo*. Brasília, CNPq/BNCC/Coopercultura, 1983.

—. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo, Pioneira, 1966.

—. *Economia e cooperativismo*. São Paulo, Saraiva, 1977.

—. *Avaliação do cooperativismo brasileiro*. Belo Horizonte-MG, Fundec, 1980.

PIROU, Gaëtan. *Essai sur le corporatisme*. Paris, 1942.

POLANYI, K. & Arensberg, C. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris, Larouse, 1974.

POPOVIC, M. *Des rapports économiques entre États socialistes*. Paris, Livre Yougoslave, 1949.

PORCEL, Baltasar. *China, una revolución en pie*. Barcelona, Destino, 1974.

QUESNAY, François. Grains. In: *Encyclopédie* (ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*). Paris, Diderot & D'Alembert, 1957, t. 7.

REED, John. *Ten days that shook the world*. New York, Vintage, 1962.

REMY, Pierre Jean. *Chine, un itinéraire*. Orban, 1977.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Los 25 años de la nueva China*. Pequim, Ed. en Lenguas Extranjeras, 1975.

RIBEIRO, T. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Portugal, *16*(1):64, 1940.

ROBINSON, Joan. *Economic philosophy*. Chicago, 1963.

—. *An essay on marxian economics*. London, Macmillan, 1947.

RODRIGUES, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense/Ed. Universitária, 1981.

RUBIALES MORENO, Francisco. *China, nova cultura*. Algorta, Zero, 1970.

RUEFF, Jacques. *Les fondements philosophiques des systèmes économiques*. Paris, Payot, 1967.

RUSSELL, Bertrand. *Practice and theory of bolshevism*. London, Allen & Unwin, 1948.

SAKHAROV, A. D. *La liberté intellectuelle en URSS et la coexistence pacifique*. Paris, Gallimard, 1972.

SALISBURY, Harrison E. *A new Russia?* New York, Harper, 1962.

SAMPEDRO, José Luis. *Introducción a los sistemas económicos. Estructura e instituciones económicas*. Madrid, 1964.

—. *Estrutura económica, teoría básica y estructura mundial*. Barcelona, Ed. Ariel, 1973. Colab. Rafael Martinez Cortiña.

—. *Forças decisivas na economia mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SCHAFFER, Harry G. (org.). *The Soviet economy;* a collection of soviet and western views. New York, Appleton, 1963.

SCHLESINGER JR., Arthur. *The age of Jackson*. London, Eyre & Spottiswoods, 1946.

SCHONFIELD, Andrew. *Capitalismo moderno*. Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

SCHREIBER, Thomas. *La Yougoslavie de Tito*. Presses Cité, 1977.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia.* Trad. port. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

—. *História da análise econômica.* Trad. port. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

SCHURMANN, F. *Ideology and organisation in Communist China.* California R. P., 1973.

SCITOVSKY, T. *Bienestar y competencia.* Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1967.

SMITH, Adam. *Wealth of nations — an inquiry on the nature and causes of the wealth of nations.* Glasgow, Macmillan Gloves & Sons, 1968.

SNOW, Edgar. *The other side of the river;* red China today. New York, Random House, 1962.

SORLIN, Pierre. *La société soviétique.* Paris, A. Colin, 1964.

SOTH, Lauren. *A moderna agricultura e seus problemas.* Trad. port. São Paulo, Atlas, 1968.

STEINBERG, Nicolas. *Un socialisme sans perversion.* Paris, PUF, 1980.

SWEEZY, Paul M. *Socialismo.* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

TAYLOR, Overton H. *História do pensamento econômico.* Trad. port. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

TERCEIRO, José B. *Estructura económica, teoría general y técnicas básicas.* Madrid, Ed. Pirámide, 1976.

TINBERGEN, J. De quelques problèmes posés par le concept de structure économique. *Revue d'Économie Politique,* 1952.

TISSIER, Patrick. *La Chine, transformations rurales et développement socialiste.* Paris, Maspero, 1976.

TOMACHEVSKI, Dmitri. Sobre a coexistência pacífica entre os Estados dos dois sistemas. In: *Cadernos políticos.* Lisboa, Ed. Estampa, 1975.

TSIEN, T. *La République Populaire de Chine.* Paris, LGDJ, 1970.

—. *L'administration en Chine Populaire.* Paris, PUF, 1973.

TSURU, Shigeto. *Aonde vai o capitalismo?* Trad. port. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

TURGEON, Lynn. *The contrasting economies;* a study of modern economic systems: models and cases. 2. ed. Boston, Allyn and Bacon, 1969.

URSS. *Mémento du plan septennal.* Moscou, Ed. en Lenguas Extranjeras, s. d.

USSR today and tomorrow. Ed. en Lenguas Extranjeras. Moscou, s. d.

VEYRIER, M. *Tito et la révolution.* Paris, Julliard, 1974.

WAGEMANN, E. *Economic Rhythm;* a theory of business cycles. New York, McGraw-Hill, 1930.

WARD, B. *La economía socialista.* Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1971.

YITZHE, Li. *Chinois si vous saviez.* Bourgois, 1976.

ZINAM, Oleg. The economics of command economics. In: *Comparative economic systems.* New York, Meredith Co., 1969.